

Organização
JOSÉ ALBERTO TOSTES
PATRÍCIA HELENA TUROLA TAKAMATSU

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Volume 1

Organização
José Alberto Tostes
Patricia Helena Turola Takamatsu

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E82 Estudos de planejamento urbano regional [livro eletrônico] /
Organizadores José Alberto Tostes, Patricia Helena Turola
Takamatsu. – Maringá, PR: Uniedusul, 2025.
303 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5418-075-7

1. Planejamento urbano. 2. Desenvolvimento regional. I. Tostes,
José Alberto. II. Takamatsu, Patricia Helena Turola.

CDD 711.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI: 10.51324/54180757

VOLUME I

APRESENTAÇÃO

O ebook: Estudos de planejamento Urbano Regional reúne um conjunto de artigos produzidos na disciplina de Planejamento Urbano Regional do Curso de Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável através das turmas de 2023 e 2024. Os temas trabalhados durante o II semestre de 2024 refletem uma série de discussões a respeito das cidades amapaenses e do contexto econômico do estado do Amapá.

Os temas envolvem inquietações sobre aspectos estruturais que dizem respeito ao meio ambiente urbano, dos estudos da paisagem, dos processos que incluem a mobilidade e acessibilidade em áreas de rodovias, fragilidades envolvendo os ambientes úmidos e as discussões sobre o capital imobiliário, implicações do caso do Canal do Jandiá com a remoção de famílias, peculiaridades de um bairro na zona sul da cidade, percepções sobre a conservação hídrica em um bairro da zona norte da cidade e o racismo ambiental na realidade socioeconômica e urbana do município de Macapá.

Na discussão de temas mais abrangentes demonstram o contexto econômico do estado do Amapá, entre esses pontos estão: os impactos da crise econômica verificados na região do Vale do Jari, a eficiência energética em edificações no Brasil, Amazônia e na Guiana Francesa, desafios que cercam a implementação do turismo, a produção familiar e o debate sobre a segurança alimentar, estratégias de desenvolvimento para a Vila de Mazagão Velho e a perspectiva dos modelos de desenvolvimento da Amazônia e a possível exploração petrolífera na margem equatorial.

Os artigos com essa variedade de assuntos permitem ao leitor ter a dimensão sobre a realidade urbana, ambiental da cidade de Macapá na visualização do quanto a infraestrutura urbana é necessária para promover a qualidade de vida, e a partir de outra mirada, avaliar os projetos econômicos concebidos e seus impactos para a realidade local. A abordagem sobre a possível exploração do petróleo dá novos elementos para oportunizar outras reflexões pertinentes com diferentes setores da sociedade.

Macapá, 21 de janeiro de 2025.

José Alberto Tostes

Professor Titular da Universidade Federal do Amapá

Curso de Arquitetura e Urbanismo

Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável

SUMÁRIO

A DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ: UM DIAGNÓSTICO DOS BAIRROS DA ZONA NORTE 7

Felipe Monteiro de Almeida, Flávia Raiane Oliveira Guedes, Josimar Santos de Aviz

José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu

ANÁLISE DAS INDÚSTRIAS E SEUS IMPACTOS NA CRISE ECONÔMICA E NA RECEITA PÚBLICA DE VITÓRIA DO JARI, SUL DO AMAPÁ 23

Elane de Lima Ferreira, Wemerson Costa dos Santos, Duilo dos Santos Conceição,

José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu e Irenildo Costa da Silva

CONSUMO E USO DE ÁGUA NAS ÁREAS ÚMIDAS DE MACAPÁ E O IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE 44

Hilton Rogério Maia Cardoso, Renan Mendonça Dantas

José Alberto Tostes e Patricia Helena Turola Takamatsu

CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF VIA RECURSOS DO FNO (2015-2024) 53

Carlos Adriano Dias da Costa, Charles Ferreira da Silva,

José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu

DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA: O EFEITO BARREIRA NO DESLOCAMENTO A PÉ PELA RODOVIA DUCA SERRA, MACAPÁ-AP 68

Hiroshi da Silva Koga, João Paulo Silva Santos,

José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu e Marco Antônio Augusto Chagas

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA EDIFICAÇÕES AMAZÔNICAS: BRASIL VERSUS GUIANA FRANCESA89

Hiago Quaresma da Silva, Patrícia Camile Monteiro Pinheiro, Felipe da Silva Duarte Lopes,

José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu

EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO AMAPÁ: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O PLANO DE TURISMO DE 2012/2016 E O PDITS106

Jacyele Sousa Carvalho, Yasmin Bruno Cuevo,

José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu e José Francisco de Carvalho Ferreira

IMPACTOS DA OCUPAÇÃO E REMOÇÃO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: O CASO DO CANAL DO JANDIÁ 125

*Daianna Batista Barbosa, Juliana Sena Alves,
José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu*

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA NO AMAPÁ 146

*André Monteiro da Silva, Wender Carlos Nunes Maciel,
José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu*

O CAPITAL IMOBILIÁRIO COMO ELEMENTO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL 175

*Alice Agnes Weiser, José Alberto Tostes,
Patrícia Helena Turola Takamatsu e Jadson Luís Rebelo Porto*

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BAIRRO CONGÓS, MACAPÁ-AP: ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE O AVANÇO DE FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS 198

*Elice Jackson Moreira Coutinho, José Alberto Tostes e
Patrícia Helena Turola Takamatsu*

PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BAIRRO PANTANAL: ABORDAGENS PREVENTIVAS PARA A GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO E CONSERVAÇÃO HÍDRICA COM FOCO SOCIOAMBIENTAL 216

*Helder Eduardo de Sousa Esteves, Maria Deuza da Silva Belo,
José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu*

PRODUÇÃO FAMILIAR E POLÍTICAS DE FOMENTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO AMAPÁ 233

*Emilly Patricia dos Santos Barbosa, Elaine Regina de Souza, José Eldione Santos de Souza,
José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu,
Ana Karolina Lima Pedrada e Antonio Sergio Monteiro Filocreão*

RACISMO AMBIENTAL: UMA REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA CIDADE DE MACAPÁ-AP .. 252

*Pâmella Lúcia Fontes da Silva, Jeancarlo Pontes Carvalho,
José Alberto Tostes e Patrícia Helena Turola Takamatsu*

**UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS EFEITOS DA MIGRAÇÃO CLIMÁTICA NAS COMUNIDADES
AMAZÔNICAS DO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE- AMAPÁ-BRASIL 276**

Nataliel de Almeida Costa, Suzane Biapino dos Santos, Emmanuele Nascimento De Almeida Pedreira

José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu,

Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala e Valdenira Ferreira dos santos

VILA DE MAZAGÃO VELHO: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL 289

Ester Chaves de Souza, Josilene Leonez Pereira,

José Alberto Tostes, Patrícia Helena Turola Takamatsu e Galdino Xavier de Paula Filho

A DEPOSIÇÃO IRREGULAR DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ: UM DIAGNÓSTICO DOS BAIRROS DA ZONA NORTE

Felipe Monteiro de Almeida¹

<http://lattes.cnpq.br/1943310227766980>

Flávia Raiane Oliveira Guedes²

<http://lattes.cnpq.br/6011062378335762>

Josimar Santos de Aviz³

<http://lattes.cnpq.br/1168368513668736>

José Alberto Tostes⁴

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁵

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

O grande avanço da urbanização, aliado ao elevado crescimento populacional, tem gerado uma crescente demanda por recursos naturais, especialmente no setor da construção civil, que é uma das principais atividades responsável por essa demanda. Esse setor desempenha um papel essencial no desenvolvimento socioeconômico, sendo responsável por aproximadamente 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil (Souza et al., 2018). Contudo, a construção civil também é uma das principais atividades geradoras de impactos ambientais, visto que gera uma quantidade significativa de resíduos. Esses resíduos, quando descartados de maneira inadequada, representam um desafio significativo tanto para o meio ambiente quanto para a gestão urbana (John et al., 2005).

¹ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Bacharel em Direito e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Amapá. Pós-graduado em Linguística Aplicada pela Faculdade de Tecnologia de Macapá. E-mail: felipe_mdalmeida@hotmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Licenciada em Ciências Naturais pela Universidade do Estado do Amapá. E-mail: flaviaraiane.ap@gmail.com

³ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Bacharel em ciências ambientais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: jothasantos21@gmail.com

⁴ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁵ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

De acordo com Klein e Dias (2017), os resíduos da construção civil (RCC) representam entre 40% e 70% dos resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados no Brasil, uma quantidade expressiva que evidencia a relevância dessa problemática. Essa grande quantidade de resíduos gerados e sua deposição em locais inadequados causam impactos nos mananciais, nas áreas de preservação permanentes (APPs), degradam a paisagem urbana, prejudicam o sistema de drenagem, e causam enchentes (Klen e Dias, 2017). Além disso, o manejo inadequado dos RCC compromete a qualidade de vida nas cidades, agravando problemas sociais e sanitários, especialmente em áreas mais vulneráveis (Almeida et al., 2020).

Diante desse problema, o Brasil instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) pela Lei nº 12.305/2010, um marco na gestão de resíduos no Brasil, definindo diretrizes para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, abrangendo a responsabilidade compartilhada e o incentivo à reciclagem e à destinação adequada dos RCC (Brasil, 2010). Complementando a PNRS, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) aprovou a resolução nº 307/2002, a qual estabelece diretrizes, critérios e procedimentos que visam a gestão dos RCC, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável e reduzir os impactos ambientais associados a essa atividade (CONAMA, 2002; Silva e Gomes, 2015).

Pinto (2005) ressalta que a implementação de um sistema eficaz de gestão de RCC envolve a reciclagem, reutilização e o manejo adequado dos resíduos, conforme proposto pela PNRS e pela Resolução nº 307/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Contudo, a infraestrutura e fiscalização insuficientes em muitos municípios dificultam a aplicação dessas políticas (Silva, 2017; Freitas et al., 2019).

O município de Macapá reflete essas dificuldades na implementação de uma gestão adequada de RCC. O crescimento expressivo no setor de construção civil após a implementação de políticas habitacionais em 2010, a quantidade de RCC aumentou consideravelmente. A criação de conjuntos habitacionais populares, invasões de lotes e empreendimentos imobiliários (condomínios) impulsionou o volume de resíduos gerados, sem que houvesse, no entanto, uma evolução equivalente na política de gestão de RCC, resultando em problemas ambientais devido ao descarte inadequado em áreas não regulamentadas (Porto, 2018).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, instituído pela Lei Complementar nº 26/2004, previa a criação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) até 2005, que até hoje não foi implementado. Essa inércia do poder legislativo compromete a gestão dos RCC, resultando em práticas de descarte irregular, especialmente em bairros periféricos e nas áreas úmidas da cidade Macapá (Porto, 2018; Maciel, 2020).

Além disso, a Lei de Limpeza Urbana (Lei Complementar nº 054/2008), embora regule o manejo dos resíduos sólidos em Macapá, não é suficiente para atender as diretrizes da PNRS, demonstrando a necessidade urgente de políticas locais mais robustas e infraestrutura específica para o descarte e tratamento adequado dos RCCs (Souza et al., 2021; Albuquerque e Melo, 2022).

Assim, o presente estudo tem como objetivo realizar um diagnóstico da deposição irregular de resíduos da construção civil (RCC) nos bairros da zona norte da cidade de Macapá, para identificar os fatores determinantes dessa prática, mapeando os pontos de descartes irregulares, caracterizando os resíduos depositados e analisando os impactos ambientais que essa prática causa no meio ambiente urbano.

Este artigo está organizado de forma a proporcionar uma visão abrangente sobre o tema da deposição irregular de resíduos da construção civil na Zona Norte de Macapá. Na introdução, é apresentado o contexto geral do problema, destacando sua relevância ambiental e social. Em seguida, a seção de metodologia detalha os procedimentos adotados para o levantamento de dados, identificação e caracterização dos pontos de descarte irregular. Os resultados e discussões apresentam as análises realizadas, mapeamentos e impactos identificados, com destaque para os bairros mais afetados. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e sugerem medidas para mitigar os impactos ambientais e sociais decorrentes do descarte inadequado.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou uma abordagem exploratória e descritiva, com foco em 9 bairros localizados na Zona Norte da cidade de Macapá. A metodologia foi dividida em três etapas principais: levantamento de dados, identificação e caracterização dos pontos de descarte e análise dos resíduos.

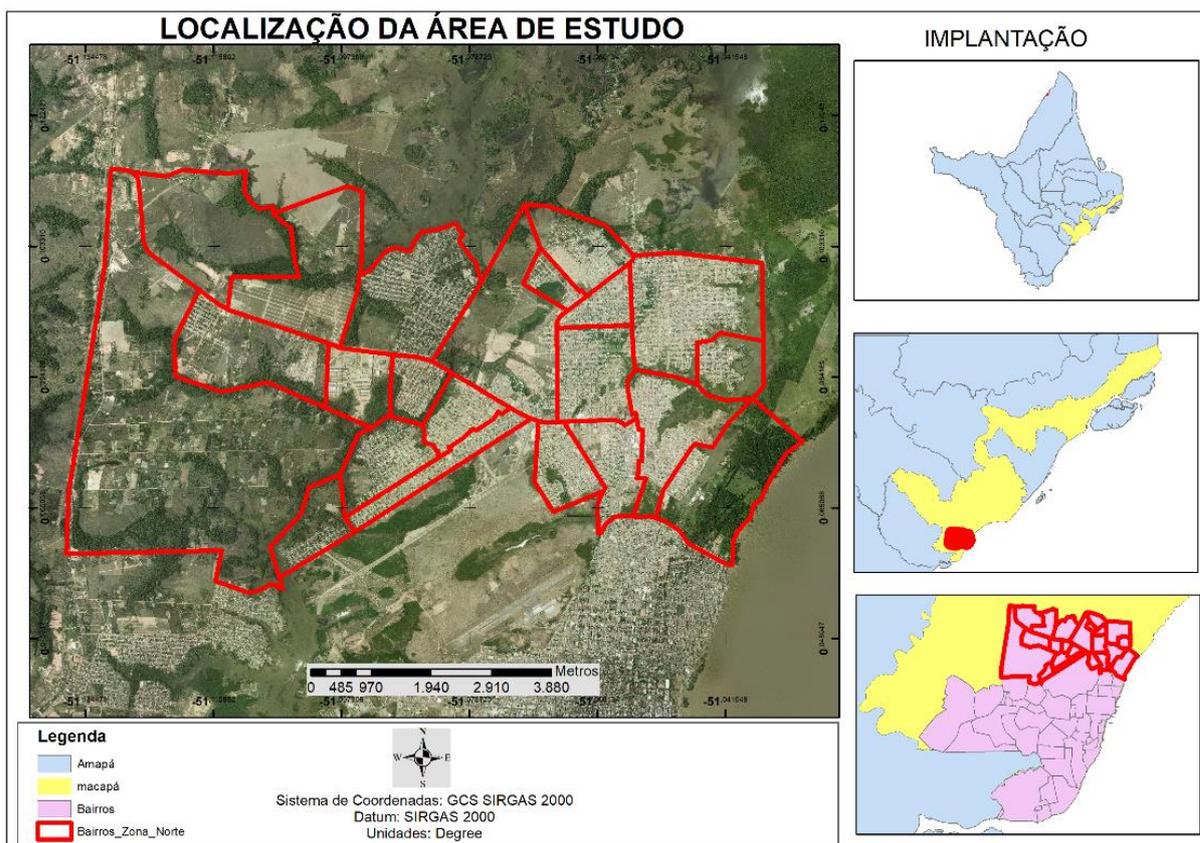
Área De Estudo

A Zona Norte de Macapá é uma das regiões mais populosas da capital do estado do Amapá, encontra-se em constante expansão e desenvolvimento, isso devido a combinação de bairros residenciais, invasões e conjuntos habitacionais com milhares de pessoas residindo nesses locais. Com o aumento da construção de residências, empreendimentos comerciais e obras de infraestrutura, o volume de resíduos sólidos gerados por essas atividades, como entulhos de concreto, madeira, tijolos e outros materiais, tornou-se significativo (Amapá, 2019).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Segundo Portilho (2006), diversos loteamentos foram desenvolvidos em Macapá na década de 1990, mas não estão registrados nos dados do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP). Entre eles, na zona norte, destacam-se os loteamentos Infraero, Novo Horizonte e Jardim Felicidade, atualmente a zona norte possui 22 bairros e segue expandindo-se através de invasão de diversas áreas (Figura 1)

Figura 1. Mapa da localização regional, municipal e local dos bairros da Zona Norte.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Amostra

Foi adotada a amostragem não probabilística para a seleção dos bairros da Zona Norte da cidade de Macapá. Esse método baseia-se em critérios de conveniência e julgamentos subjetivos do pesquisador, refletindo restrições como tempo e recursos disponíveis, além da inviabilidade prática de realizar um diagnóstico em todos os bairros da região (Mason, 2002; Etikan et al., 2016).

A escolha da amostragem não probabilística é comum em estudos exploratórios, onde o objetivo principal é descrever padrões ou obter insights iniciais sobre o fenômeno, e não necessariamente generalizar para toda a população. Ao definir uma amostra pela conveniência, o estudo focaliza as áreas com maior acessibilidade ou relevância potencial, possibilitando uma compreensão mais prática e econômica do problema estudado.

No contexto da zona norte de Macapá, a presença de resíduos de construção civil é um problema extenso e disperso, e a investigação in loco direcionada pode revelar padrões importantes, mesmo que não sejam representativos de todos os bairros.

Além disso, essa escolha permite direcionar os recursos para áreas onde os problemas aparentam ser mais graves ou de interesse estratégico, concentrando-se em regiões onde os impactos ambientais e de saúde pública podem ser mais perceptíveis. Embora a amostragem não probabilística apresente limitações na representatividade estatística, é uma abordagem eficaz para estudos iniciais ou diagnósticos rápidos.

Esse método foi respaldado pelas orientações de autores como Patton (2002) e Mason (2002), que destacam sua relevância em pesquisas onde o contexto operacional e a profundidade exploratória são mais valorizados do que a representatividade populacional.

Portanto, o uso da amostragem não probabilística é justificado neste estudo devido à necessidade de obter dados práticos em um curto período e com limitações orçamentárias, possibilitando o diagnóstico inicial dos bairros prioritários da zona norte de Macapá.

Protocolo do estudo

O critério estabelecido para escolha dos bairros da Zona Norte de Macapá consistiu nos diferentes perfis de ocupação dos bairros analisados (residencial, comercial, público) os quais podem apresentar variações na quantidade e no tipo de resíduos gerados. Dessa forma, o protocolo de estudo adotado consistiu em visitas in loco, percorrendo vias dos bairros da Zona Norte de Macapá.

Foram realizadas quatro visitas aos locais, sendo que nos dias 14 e 21 de outubro de 2024 as visitas consistiram em averiguar locais com despejo irregular de RCC. Assim que eram visualizados, os locais foram identificados por meio de captura de foto através da câmera de celular conectada ao aplicativo NoteCam que coleta as coordenadas (latitude e longitude).

Nos dias 27 de outubro e 04 de novembro de 2024 foram realizadas novas visitas aos locais com despejo irregular de RCC, de acordo com a ordem de visita anterior, para verificar se eles continuavam nos locais encontrados. Por fim, após as coletas foi feita a importação das fotos no aplicativo NoteCam que indicou os pontos dentro dos bairros com descarte irregular de RCC. Dessa maneira, o georreferenciamento dos pontos coletados serviu como parâmetro para mapear as áreas que são usadas para o descarte irregular de resíduos da construção civil. Através do processamento dos dados coletados elaborou-se um mapa no aplicativo software Arcgis 12.3, assim como uma tabela e um gráfico indicando a quantidade e os pontos dentro dos bairros com descarte irregular de materiais oriundos da construção civil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Macapá e o planejamento urbano

A cidade de Macapá, está situada no extremo norte do país e faz fronteira com o estado do Pará, e possui uma área de aproximadamente 6.563.849 km², contando com uma população residente de 442.933 pessoas, de acordo com o IBGE (2022). Após a criação do Território Federal do Amapá em 1944, foi sancionado o Decreto-Lei nº 6.550, de 31 de maio de 1944 que definiu a cidade de Macapá como a capital do estado do Amapá. Segundo Tostes (2015) somente após essa definição, Macapá teve seu processo de construção urbana com maior intensificação.

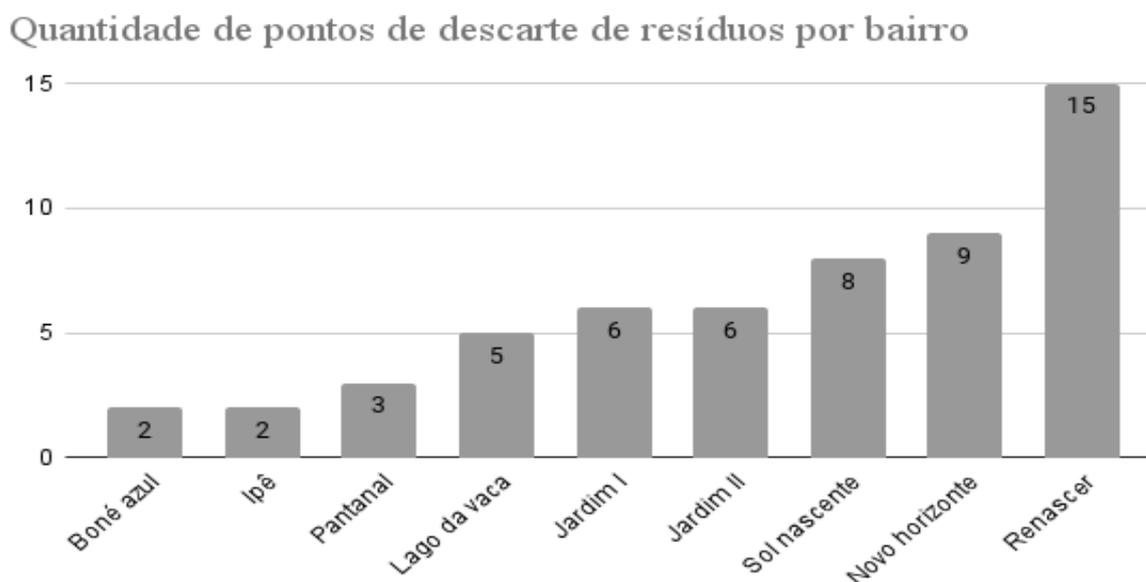
Dessa forma, o município de Macapá experimentou um processo de urbanização tardia que se intensificou após a sua definição como capital. Consoante Santos (1996) apud Júnior (2023) as regiões de maior composição orgânica do território são mais densas tecnicamente, sendo nelas que se localizam os elementos de comando. Todavia, refletem também fragilidades nas relações do espaço urbano, parte dos problemas apresentados na capital, cuja deficiência de equipamentos e estruturas urbanas ressoam sobre a qualidade de vida da população (Tostes; Souza; Ferreira, 2015).

Até a década de 1980, a Zona Norte de Macapá englobava apenas os bairros Laguinho, Perpétuo Socorro e Jesus de Nazaré. A expansão urbana seguiu em direção ao norte, alcançando o atual Canal do Jandiá, o que resultou na formação do bairro Pacoval. Do outro lado do canal, localizava-se a Lixeira Pública de Macapá, instalada no Km 0 da BR-156, próximo a essa área, em meados de 1977, já havia um aglomerado de barracos oriundos de invasões (Tostes, 2016). Marinho (1997) acrescenta que essas ocupações irregulares iniciais deram origem ao bairro São Lázaro, formado majoritariamente por moradores provenientes das zonas rurais de Macapá. Seguindo esse padrão, Cantuária (2011) aponta que outras áreas periféricas também foram gradualmente ocupadas entre as décadas de 1980 e 1990, como o Loteamento Jardim Felicidade, estabelecido em 1985, e o bairro Novo Horizonte, formado em 1994, entre outros.

Nesse contexto, a formação inicial da Zona Norte da área urbana de Macapá exemplifica, de forma concreta, o argumento de Cardoso (2016, p. 29) sobre as dificuldades de acesso à terra e à moradia. Segundo ele, “só se viabilizou por meio de processos de ocupação de terras ociosas e da autoconstrução da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco.”

Os Resíduos da Construção Civil (RCCs) foram encontrados, em sua maioria, dispostos em frente a residências, em vias públicas, utilizados para tapar buracos em terrenos baldios ou depositados nas margens das vias. A distribuição do mapeamento detalhado dos pontos de descarte irregular podem ser observados na Figura 2. Ao realizar o descarte em ruas ou locais inapropriados a população pode-se estar comprometendo a paisagem, a interdição parcial do tráfego de pedestres e de veículos, problemas relativos à drenagem urbana, a atração de resíduos não inertes e a proliferação de vetores nocivos (Pinto, 1999), contribuindo ainda para a poluição do ar, em razão da elevada quantidade de poeira oriunda de RCC que ao se misturar aos resíduos minerais das ruas sem pavimentação, aumenta ainda mais o risco de doenças pulmonares.

Figura 4. Pontos de descarte de resíduos por bairros.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

Diante do exposto, a crescente demanda na construção civil realizada de maneira desordenada e sem um planejamento urbano adequado provoca um desequilíbrio nas áreas urbanas, afetando a própria população que realiza o descarte de maneira irregular (Takenara; Arana; Albano, 2012).

Conforme evidenciado no levantamento (figura 4), o bairro Renascer apresentou o maior número de pontos de descarte, seguido pelos bairros Novo Horizonte e Sol Nascente. Nenhum dos locais de descarte apresentou caçambas estacionárias para armazenamento temporário, reforçando a ausência de estrutura de apoio para a gestão dos resíduos. Segundo Moraes e Cavalcanti (2018), a presença de caçambas e pontos de coleta facilita o descarte correto e reduz os pontos de acúmulo de resíduos em vias públicas.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Estudos de Araújo et al. (2020) indicam que a falta de um sistema de gestão de resíduos pode levar ao aumento de pontos de descarte irregular, comprometendo a qualidade ambiental nas áreas urbanas. Na região urbana de Macapá, observa-se que a única opção para descarte regular dos resíduos de construção civil é o aterro sanitário, localizado a 21 km do centro urbano. A distância e a falta de infraestrutura local são, conforme destacado por Souza et al. (2019), fatores que dificultam o descarte adequado e aumentam a incidência de práticas irregulares.

Figura 5. Pontos críticos de descarte.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O bairro Renascer destacou-se como o local com maior número de pontos de descarte de Resíduos da Construção Civil (RCC), totalizando 15 pontos identificados, conforme demonstrado no gráfico anterior. Dos 15 pontos registrados, apenas 4 estavam associados a reformas ou construções em andamento. Os outros 11 pontos foram encontrados em locais sem relação direta com obras, como em frente a residências, para cobrir buracos em vias públicas ou dispostos às margens das ruas.

Esses 11 pontos de descarte não associados a reformas ou novas construções demonstram a necessidade de políticas públicas integradas que abordam tanto a infraestrutura de coleta quanto a conscientização e fiscalização. Conforme destaca Rocha e Santos (2018), apenas a presença de infraestruturas de coleta, como PEVs e caçambas, não é suficiente sem uma política de sensibilização que eduque a população sobre os impactos do descarte inadequado e ofereça alternativas práticas, os resultados obtidos apontam que existem pontos

críticos de descarte e que esses locais necessitam de uma intervenção urgente por se tratar de locais com altos riscos de contaminação e de acidentes (figura 5). Para combater o descarte irregular de RCC, uma abordagem que combine infraestrutura local, regulamentação, fiscalização e educação ambiental se mostra crucial.

Alguns pontos críticos de descarte de RCC foram detectados, um amontoado de entulho foi encontrado logo atrás do quartel do Corpo de Bombeiros da Zona Norte (Figura 5-C), assim como descartes encontrados na frente de uma residência onde o calçamento é tomado por telhas e madeiras (Figura 5-D), impedindo a livre circulação de pedestres. Outra situação constatada corresponde ao despejo de RCC bloqueando o fluxo do sistema de drenagem urbana (Figura 5-A), como consequência ocorre o entupimento de bueiros e possíveis alagamentos.

Ainda foi encontrada uma residência com bastante material proveniente de RCC, possivelmente para aterro de terreno (Figura 5-B). Todavia o que se constata ao fundo do imóvel é que o imóvel fica situado em uma área de ressaca. Logo, danos ambientais severos podem vir a ocorrer, em razão dessas áreas serem de desafogo hídrico, evidenciando a falta de conhecimento da população que reside na região.

Tipos de deposição irregular de RCC

A deposição irregular de Resíduos da Construção Civil (RCC) ocorre de forma recorrente em muitas cidades devido à falta de fiscalização, infraestrutura adequada e conscientização ambiental. Esse tipo de descarte implica em uma prática onde resíduos, como restos de concreto, madeira, gesso, cerâmica e plástico, são depositados em locais inadequados, como terrenos baldios, calçadas e vias públicas sem qualquer tratamento ou controle (Figura 6). Essa situação representa um desafio ambiental significativo, pois o descarte incorreto compromete não só a estética urbana, mas também a funcionalidade e a qualidade de vida nas cidades.

O predomínio de deposição de descarte de RCC em calçadas dificulta o passeio público fazendo com que os transeuntes tenham que desviar seu caminho para as ruas, aumentando os riscos de acidentes automobilísticos (Tabela 1). Assim como o depósito de resíduos nas ruas atrapalha o tráfego de veículos, em razão deles terem que desviar dos pontos que causam interdição. Sem mencionar o fato de que os riscos de deterioração dos veículos podem aumentar também, visto que muitos desses materiais descartados possuem pregos, parafusos ou outras substâncias cortantes que podem furar ou cortar pneus, além de outros tipos de danos à população, como aumento expressivo de vetores de doenças.

Como constatado, a maior parte dos RCC misturam-se a outros componentes orgânicos descartados, aumentando a proliferação do número de vetores de doenças, tornando esses locais atrativos a insetos, ratos, animais peçonhentos e outros, colocando em risco a qualidade

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

de vida da população que sofre com outras mazelas decorrentes do frágil saneamento básico existente. Essas deposições irregulares podem impactar de sobremaneira a rede de esgoto, comprometendo a drenagem urbana, em razão da deposição irregular bloquear o escoamento das águas e fossas.

Figura 6. Locais encontrados com deposição de RCC.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

O despejo em calçadas ocorre pelos próprios moradores que não encontram outras formas de realizar o descarte de maneira correta e acabam utilizando para nivelar suas calçadas ou enquanto aguardam algum transportador despejá-las em outras áreas. A deposição na rua acontece também ocorre geralmente por moradores das proximidades, visando “nivelar” as imperfeições existentes nas ruas, retirando os RCC de suas residências. Evidenciando o que segundo, Tostes; Souza; Ferreira (2015, p. 153) afirmam:

A grande concentração da população em áreas urbanas amplia os problemas sociais, com poucas oportunidades de trabalho e renda, insuficiência de habitações adequadas, deficiência e/ou insuficiência de transporte público, saneamento deficiente, insuficiência e deficiências em serviços educacionais e de saúde. O fato de ser considerado um dos Estados mais urbanizados longe de representar um indicador positivo para o Amapá demonstra uma forte desigualdade territorial e social.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Em relação ao descarte em lotes vazios, observou-se que estes ocorrem por pequenos transportadores de entulho, geralmente realizado em pequenas carroças, visando tirar o sustento próprio acabam por impactar o meio ambiente, pois desconhecem a legislação existente e os riscos da deposição irregular, a qual pode afetar não apenas a superfície local, com produtos nocivos que podem infiltrar o solo, contaminando-o, até mesmo podendo afetar lençóis freáticos, de acordo com a substância despejada.

Tabela 1. Tipos de deposição irregular de RCC de acordo com bairros.

Bairros	Lotes vagos ou imóveis	Vias públicas	Calçadas
Boné Azul	1	-	1
Ipê	1	-	1
Jardim I	2	4	-
Jardim II	-	4	2
Lago da Vaca	-	4	1
Novo Horizonte	-	5	4
Pantanal	-	-	3
Renascer	2	3	8
Sol Nascente	1	2	12

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

No que tange à deposição de RCC em imóveis sem licença para o recebimento desse material, fica evidenciado a falta de fiscalização e sanção aqueles que cometem essas irregularidades. Muito embora a necessidade de práticas alternativas, como conscientização, reciclagem, reutilização, redução, programas e planos desenvolvidos pelo poder público, empresas e pela própria população através de um programa próprio para suas obras supririam a deficiência existente atualmente.

CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA

Na gestão de resíduos da construção civil, assim como nas demais ações de preservação do meio ambiente, vigoram iniciativas baseadas nos 3R's da sustentabilidade: reduzir, reutilizar e reciclar, as quais estão presentes nas principais legislações de resíduos do Brasil e do estado do Amapá. Nesse sentido, a Lei 12.305/2010 estabelece a redução como um conjunto de práticas que diminuam a geração de resíduos, incluindo o volume de material, produtos e energia utilizados. Conforme Azevedo, Kiperstok, Moraes (2006) redução na fonte é uma ação na qual o resíduo não é contabilizado no "fluxo dos resíduos" do sistema de limpeza urbana da cidade, sem dispêndio de gastos com transporte, tratamento ou disposição final do produto por órgãos públicos e que envolve boas práticas operacionais, planejamento e desenvolvimento tecnológico.

A reutilização consiste no reaproveitamento de objetos que seriam descartados na construção civil. Entretanto, segundo Brasileiro (2015) a reutilização é um processo mais difícil de ser implementado, visto que o aspecto cultural influencia na desconfiança de construtores e clientes quanto ao bom desempenho dos produtos gerados pela sua utilização, ademais os aspectos normativos não asseguram sua aceitação pelo mercado consumidor, dada à sua grande heterogeneidade.

Não obstante, um plano de gerenciamento de resíduos em cada obra, medidas de conscientização e políticas públicas podem mitigar e/ou superar essa adversidade, prevendo a reintrodução do material descartado na própria obra ou em outros locais.

No que concerne à reciclagem, estudos de Pinto (1999); John (2005); Azevedo, Kiperstok, Moraes (2006) atestam sua viabilidade econômica e ambiental. Todavia, a reciclagem no país ainda se apresenta muito incipiente. “No país existem 310 usinas de reciclagem, dentre as quais apenas 74% operam plenamente, ou seja, o potencial de crescimento da reciclagem de RCC é muito grande, mas ainda falta incentivo do governo, conhecimento do mercado e resíduos de qualidade” (Matuti; Santana, 2019).

Logo, medidas de educação ambiental, conscientização, programas e políticas públicas são necessárias para implementar e tornar perene essas práticas. Como demonstrado no diagnóstico realizado, se essas ações fossem viabilizadas evitariam as situações de descarte irregular de RCC encontrados nos diversos bairros da Zona Norte de Macapá. Entretanto, a inércia do poder público em adotar ações e práticas voltadas aos 3R's e a falta de fiscalização e sanção aos que realizam esses descartes irregulares corroboram para que essas situações permaneçam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do estudo revelou que o descarte irregular de resíduos da construção civil, é uma problemática que reflete uma profunda desconexão entre o desenvolvimento urbano e a responsabilidade socioambiental. Esse cenário evidencia como as dinâmicas de urbanização podem intensificar desigualdades sociais e desafios ambientais, especialmente em regiões em expansão. Assim, torna-se essencial refletir sobre o papel de cada ator envolvido, desde gestores públicos até a própria comunidade, na construção de soluções efetivas.

Embora a legislação forneça um arcabouço robusto para a gestão de resíduos, a implementação insuficiente dessas normas em Macapá foi evidenciada pela ausência de pontos de coleta, campanhas educativas consistentes e ações fiscalizatórias.

Portanto, é imperativo adotar uma abordagem que promova não apenas soluções técnicas, mas também a construção de um senso coletivo de corresponsabilidade, garantindo que o crescimento urbano caminhe lado a lado com a preservação do meio ambiente e o bem-estar social. Esse é um desafio que demanda persistência, inovação e engajamento contínuo de todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, M.; MELO, R. Gestão de resíduos sólidos na construção civil: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Engenharia**, v. 8, n. 2, p. 45-67, 2022.
- ALMEIDA, J. et al. Impactos ambientais dos resíduos da construção civil em áreas urbanas. **Cadernos de Engenharia Ambiental**, v. 11, n. 4, p. 231-248, 2020.
- AMAPÁ. **Política Estadual de Resíduos Sólidos: diretrizes e ações para o manejo sustentável**. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 2019.
- AZEVEDO, Gardênia Oliveira David de; KIPERSTOK, Asher; MORAES, Luiz Roberto Santos. Resíduos da construção civil em Salvador: os caminhos para uma gestão sustentável. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 11, p. 65-72, 2006.
- BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.
- BRASILEIRO, Luzana Leite; MATOS, José Milton Elias de. Revisão bibliográfica: reutilização de resíduos da construção e demolição na indústria da construção civil. **Cerâmica**, v. 61, n. 358, p. 178-189, 2015.
- CANTUÁRIA, E. R. APA do Curiaú e a cidade: relações sociais, jurídicas e ambientais. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas. 148 f. Universidade Federal do Amapá. Macapá: UNIFAP, 2011.
- CARDOSO, A. L. Assentamentos Precários No Brasil: Discutindo Conceitos. In: **Caracterização E Tipologia De Assentamentos Precários: Estudos De Caso Brasileiros**. Maria Da Piedade Moraes, Cleandro Krause, Vicente Correia Lima Neto (org.). Brasília: Ipea, 2016. p. 29 - 52.
- CONAMA – **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2002.
- ETIKAN, I., MUSA, S. A., ALKASSIM, R. S. (2016). Comparison of convenience sampling and purposive sampling. **American Journal of Theoretical and Applied Statistics**, 5(1), 1-4.
- FREITAS, L. et al. Avaliação da gestão de resíduos de construção civil em municípios brasileiros. **Estudos Ambientais**, v. 6, n. 1, p. 12-30, 2019.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2022: população e domicílios**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/etapas/divulgacao-dos-resultados.html>> Acesso em 15 nov. 2024

JOHN, V. M. et al. Gestão de resíduos da construção civil: um estudo de caso em São Paulo. **Revista de Engenharia Civil**, v. 15, n. 1, p. 75-85, 2005.

JÚNIOR, Saint-Cair Cordeiro da Trindade. REGIONALIZAÇÃO, CIDADES, URBANODIVERSIDADE NA AMAZÔNIA BRASILEIRA. **ACTA Geográfica**. Boa Vista, v.17, n.43, jan./abr. 2023. P 222-239.

KLEIN, A.; DIAS, R. A problemática dos resíduos da construção civil no Brasil. *Revista de Gestão Ambiental*, v. 6, n. 2, p. 145-162, 2017.

MACIEL, C. Análise do descarte irregular de resíduos na zona norte de Macapá. **Revista Amapaense de Ciências Ambientais**, v. 2, n. 1, p. 80-97, 2020.

MARINHO, I. S. L. dribla o passado e cresce: com origens nas invasões próximas à antiga lixeira, o bairro tem privilégio de ser perto de tudo. **O Liberal**. 13 mar. 1997. Disponível: <<http://casteloroger.blogspot.com/2012/01/o-bairro-sao-lazaro-em-macap.html>> Acesso em 30 nov. 2024.

MASON, J. (2002). **Qualitative researching** (2nd ed.). SAGE Publications.

MATUTI, Bruna Barbosa; SANTANA, Genilson Pereira. Reutilização de resíduos de construção civil e demolição na fabricação de tijolo cerâmico—uma revisão. **Scientia Amazonia**, v. 8, n. 1, p. E1-E13, 2019.

PINTO, Tarcísio de Paula et al. **Metodologia para a gestão diferenciada de resíduos sólidos da construção urbana**. São Paulo, v. 189, 1999

PINTO, T. de P. **Gestão e reciclagem de resíduos da construção civil: desafios e oportunidades**. São Paulo: SENAC, 2005.

PORTILHO, Ivone dos Santos. **Políticas de Desenvolvimento Urbano em Espaços Segregados: Uma Análise do PDSA na Cidade de Macapá (AP)**. 166 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

PORTO, A. Impactos do crescimento habitacional no descarte de resíduos na cidade de Macapá. **Revista de Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade**, v. 4, n. 3, p. 110-125, 2018.

SILVA, C. Avaliação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: um estudo em municípios do Norte do Brasil. **Relatório Técnico**, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SILVA, L.; GOMES, P. Resíduos sólidos da construção civil: um desafio ambiental no Brasil. **Estudos de Engenharia Ambiental**, v. 10, n. 2, p. 98-115, 2015.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

SOUZA, J. et al. Contribuição do setor da construção civil ao PIB brasileiro: uma análise econômica e ambiental. **Revista Brasileira de Economia**, v. 23, n. 1, p. 34-52, 2018.

SOUZA, M. et al. Desafios da gestão de resíduos sólidos em Macapá: um estudo sobre as políticas locais. **Revista Amapaense de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, p. 47-63, 2021.

TAKENAKA, Edilene Mayumi Murashita; ARANA, Alba Regina Azevedo; ALBANO, Mayara Pissutti. **Construção civil e resíduos sólidos: coleta e disposição final no município de Presidente Prudente-SP**. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 8, n. 12, 2012.

TOSTES, J. A. A “explosão” da zona Norte da cidade de Macapá. 2016a Disponível em: <<https://josealbertostes.blogspot.com/2016/09/a-explosao-da-zona-norte-da-cidade-de.html>> Acesso em: 30 Nov. 2024.

TOSTES, J. A. Formação Institucional e desenvolvimento regional no estado do Amapá. **Formação Institucional da Amazônia**. Belém: NAEA, p. 107-171, 2015.

TOSTES, J. A; SOUZA, A. C. M; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 2, p. 149-167, 2015.

ANÁLISE DAS INDÚSTRIAS E SEUS IMPACTOS NA CRISE ECONÔMICA E NA RECEITA PÚBLICA DE VITÓRIA DO JARI, SUL DO AMAPÁ

Elane de Lima Ferreira⁶

<http://lattes.cnpq.br/7306674189361445>

Wemerson Costa dos Santos⁷

<http://lattes.cnpq.br/1078555337644598>

Duilo dos Santos Conceição⁸

<http://lattes.cnpq.br/2559414591793671>

José Alberto Tostes⁹

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu¹⁰

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Irenildo Costa da Silva¹¹

<http://lattes.cnpq.br/8341941408787745>

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da Amazônia do Sul do Amapá está intrinsecamente ligado a um contexto histórico de exploração e transformação socioeconômica que remonta ao período colonial e se intensifica com a Revolução Industrial. A busca por recursos naturais, como a borracha, castanha e, posteriormente, a celulose, atraiu um fluxo significativo de migrantes para a região, alterando a dinâmica social e econômica local (Cruz, 2023). Especialmente em Vitória do Jari, é fundamental entender as complexas interações entre as comunidades locais e os

⁶ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Secretariado pela Universidade Estadual do Amapá. E-mail: elannef25@gmail.com

⁷ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: wpachamama77@gmail.com

⁸ Mestrando em Educação pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Licenciatura Plena em Matemática e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Amapá. Pós-graduado em Perícia Contábil e Metodologia do Ensino da Matemática. E-mail: d16457@yahoo.com.br

⁹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

¹⁰ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

¹¹ Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo e em Geografia pela Universidade Nacional da Colômbia. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: irenildo.silva@ifap.edu.br

grandes projetos de exploração de recursos naturais, como o Projeto Jari. Este projeto, que se destaca pela produção de celulose, não apenas transformou a paisagem econômica da região, mas também gerou profundas implicações sociais e culturais.

As experiências vividas pelas comunidades revelam um cenário de resistência e adaptação, onde as tradições e saberes locais se entrelaçam com as pressões externas impostas pelo capitalismo e pela lógica de exploração. De acordo com Tupy (2015), a crise econômica resultante dessas dinâmicas não apenas afetou a receita pública de Vitória do Jari, mas também exacerbou as desigualdades sociais e os conflitos distributivos, evidenciando a necessidade de um desenvolvimento que respeite a sociobiodiversidade e as identidades culturais.

Neste cenário, é importante entender como as dinâmicas sociais, culturais e econômicas moldam as expectativas e desafios atuais enfrentados pelas comunidades do Sul do Amapá, mais especificamente em Vitória do Jari, a partir das vivências comunitárias, saberes como modo de vida e formação sociocultural, onde sociedades, etnias, multiculturalidade, interculturalidade e tecnologias sociais, dialogam em encontros-conexões na dialética das re-existências.

Rememorar as práticas da formação socioantropológica e da ocupação territorial é fundamental. Essas práticas estão intrinsecamente ligadas à pedagogia da ancestralidade e da terra. A ecologia do cuidado permeia essa abordagem, conectando elementos de forma orgânica, sistêmica e holística. Os animais, os peixes, os pássaros, os rios, as florestas e as terras desempenham papéis essenciais na manutenção e sobrevivência. Essa visão contrasta com a lógica de acumulação, expropriação e exploração, que frequentemente prevalece no contexto capitalista, que priorizam muitas vezes o lucro e a exploração dos recursos naturais, sem considerar os impactos sociais e ambientais.

Comparar concepções prático-teóricas e coletivas de resistência transformadora é essencial para entender as dinâmicas das comunidades na região Sul do Amapá. Essas comunidades, situadas no Vale do Jari, composto pelos municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Almeirim/PA, têm como horizonte o Bem Viver. As lutas e resistências dessas comunidades são fortalecidas pelo apoio de redes, coletivos, movimentos, instituições e organizações comunitárias. O Bem Viver transcende o individualismo e se conecta à ancestralidade, à terra e à natureza. É uma busca por equilíbrio, justiça social e harmonia com o meio ambiente.

Nessa conjuntura, o diálogo sobre o desenvolvimento no sul do Amapá é urgente e necessário. Partindo da trajetória de grandes projetos na região, somos confrontados com a violência do capitalismo, colonialismo e patriarcado. Refletir sobre esses modelos hegemônicos não apenas exige compreensão, mas também enfrentamento, posicionamento e ações concretas em busca de alternativas.

Chagas e Filocreão (2022, p. 53), enfatizam que os impactos e riscos são consequências que ameaça a sociobiodiversidade, os conflitos distributivos são resultados da tensão entre o desenvolvimento e o meio ambiente. Um recorte dos limites dos grandes projetos e do modelo “desenvolvimento” baseado na exploração de recursos naturais (commodities), assim como as contradições do licenciamento ambiental e regularização fundiária.

Assim, a análise das memórias do desenvolvimento na Amazônia do Sul do Amapá não apenas lança luz sobre o passado, mas também oferece lições cruciais para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável. É um chamado para repensar paradigmas e buscar alternativas que respeitem a riqueza e complexidade dessa região. Nesse contexto, o problema da pesquisa procura entender quais são os impactos das indústrias na crise econômica e na receita pública de Vitória do Jari

O objetivo geral é analisar os impactos das indústrias na economia de Vitória do Jari e suas consequências para a receita pública, investigando como essas transformações influenciaram a identidade cultural e as práticas de resistência das comunidades tradicionais diante da exploração de recursos naturais e da crise econômica. A metodologia da pesquisa apresentada neste estudo foi fundamentada na abordagem sistemática, inspiradas nos trabalhos de Kitchenham (2004) e Faria (2015).

A revisão sistemática da literatura (RSL) foi escolhida como a metodologia central, pois permite uma análise abrangente e crítica dos trabalhos publicados sobre o tema em questão. Segundo Kitchenham (2004), a RSL é um procedimento técnico que envolve a identificação, avaliação e interpretação de resultados, proporcionando um retrato imparcial a partir de uma coleção sistemática de estudos. Essa abordagem é essencial para atingir os objetivos da pesquisa e responder às questões previamente definidas (Faria, 2015).

Para a execução da revisão sistemática da literatura, foi realizada uma definição cuidadosa de busca, que envolveu a análise de resultados de pesquisas vinculadas ao Sul do Amapá e desenvolvimento. Os descritores selecionados foram: “Sul do Amapá”; “Projetos de desenvolvimento”; “Vitória do Jari”; “Comunidades tradicionais” e “Identidade cultural”. A escolha desses descritores foi motivada pela necessidade de capturar a especificidade e a complexidade das interações sociais, econômicas e culturais na região em estudo. Como base teórica algumas obras destacam-se como (Chagas 2021; 2022); (Filocreão, 2007; 2015).

“DESENVOLVIMENTO” PARA O SUL DO AMAPÁ

A história da construção do Estado do Amapá evidencia uma trajetória de mudanças e eventos relevantes ao longo do tempo. Localizado no Norte do Brasil, o Amapá possui uma história diversificada, influenciada por fatores geográficos, econômicos e sociais. Desde a

presença dos povos indígenas até as disputas entre potências coloniais europeias, como Portugal e França, o território foi palco de conflitos devido à sua localização estratégica e aos recursos naturais da região. Após períodos de ocupação e abandono, o Amapá foi oficialmente integrado ao território brasileiro no século XIX (Filocreão, 2015).

Ainda segundo o supracitado autor, ao longo de sua história, o Amapá vivenciou diversas etapas de crescimento econômico, especialmente a partir da exploração de recursos naturais, como a borracha e o manganês. Essas atividades extrativistas desempenharam um papel crucial na construção do cenário socioeconômico do estado, moldando a estrutura de áreas urbanas e atraindo migrantes em busca de emprego e oportunidades.

Atualmente, o Amapá possui 142.470,762 km² de área, quantidade que representa 3,7% do território da região Norte e 1,67% do território brasileiro (IBGE, 2022). A diversidade cultural e ambiental do estado, aliada às políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento, contribuem para a construção de uma identidade única e promissora para o Amapá, refletindo, assim, a trajetória de um território que, ao longo dos séculos, passou por transformações significativas e se consolidou como uma unidade federativa com características próprias e potencialidades. No entanto, enfrenta desafios e oportunidades em diversos setores, como a preservação ambiental, o turismo, a agropecuária e a indústria (Filocreão, 2015).

Ainda segundo o autor, a economia do Amapá é diversificada e abrange três setores principais: primário, secundário e terciário. O setor primário engloba atividades como agricultura familiar, pecuária, pesca artesanal e extrativismo vegetal e mineral, com a produção de culturas, como mandioca, milho, feijão, frutas e hortaliças, além da contribuição da pesca artesanal e do extrativismo para a economia local. Já o setor secundário é composto por indústrias de transformação e construção civil, beneficiamento de produtos agroextrativistas, como polpa de frutas, óleos vegetais e processamento de pescado, e pela construção civil, impulsionada pelo crescimento urbano e pela demanda por infraestrutura.

O setor terciário, por sua vez, é formado por comércio, serviços, turismo e administração pública, incluindo o comércio varejista e atacadista, que atende às necessidades da população local e de turistas; serviços como educação, saúde, transporte e comunicação, que desempenham papel fundamental na economia do estado; turismo em desenvolvimento, com potencial de crescimento devido à riqueza natural e cultural da região, e administração pública como um importante empregador. Para impulsionar o crescimento econômico, gerar empregos, promover a inclusão social e garantir a sustentabilidade ambiental, é essencial o fortalecimento e a integração desses setores, investir na diversificação da economia e na qualificação da mão de obra, estratégias-chave para o avanço socioeconômico do Amapá (Filocreão, 2015).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Nesse contexto de desenvolvimento, o Sul do Amapá enfrenta suas próprias limitações. Abrangendo os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari, a região possui uma extensão territorial de 46.787,90 km². Segundo o IBGE (2022), a população total é de 68.353 habitantes, com 12.924 residentes na zona rural e uma área protegida de 39.912,11 km².

O desenvolvimento pensado para a Amazônia do Sul do Amapá é profundamente marcado por eventos históricos que moldaram a configuração socioeconômica da região. A Revolução Industrial, que se intensificou no século XIX, trouxe consigo uma demanda crescente por recursos naturais, levando à exploração desenfreada da Amazônia. O ciclo do látex, conhecido como o “boom da borracha”, foi um dos primeiros momentos de grande exploração econômica na região, atraindo migrantes e transformando a dinâmica social local.

Figura 1: Ocupação em Vitória do Jari.



Fonte: Secretaria de comunicação de Vitória do Jari – 2023.

Este período de prosperidade, no entanto, foi efêmero, e a queda dos preços do látex no mercado internacional resultou em uma crise econômica que deixou marcas profundas na memória coletiva da população local (Daou, 1999; Cruz, 2023). Muitas pessoas perderam seus empregos e foram forçadas a migrar em busca de novas oportunidades. A prosperidade efêmera seguida de crise resultou em instabilidade social e econômica, afetando profundamente as comunidades. Além disso, a interrupção abrupta das atividades ligadas ao látex alterou a dinâmica cultural e social, deixando um legado de adaptações e resiliência.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

O ciclo do látex, exemplifica como a exploração de recursos pode gerar tanto prosperidade quanto crises profundas, deixando marcas indeléveis na memória coletiva das comunidades locais. Nessa conjuntura, a ocupação das terras na Amazônia do Sul do Amapá, em um contexto colonial, é caracterizada pela presença de comunidades tradicionais, como ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores, que habitavam a região antes da implementação de projetos de modernização, como o Projeto Jari (Figura 1) na década de 1960.

Quadro 1: Eventos históricos no Sul do Amapá.

Ano	Acontecimento
1612-1631	Tentativas de colonização no Sul do Amapá por ingleses, irlandeses e holandeses, com embates com os portugueses
1637	O Amapá é concedido como capitania hereditária a Bento Maciel Parente
1645	Bento Maciel Parente morre; as terras retornam à coroa após a morte de seu herdeiro sem filhos
1750-1777	Incentivo à migração de colonos açorianos para fundar a Nova Mazagão e promoção da agricultura comercial com escravos
1899-1948	Período do coronelismo sob o domínio do coronel José Julio de Andrade, explorando recursos através de trabalho compulsório
1928	Revolta dos extrativistas contra as condições de trabalho e exploração na região
1930	Com a Revolução de 30, José Julio de Andrade é perseguido por Magalhães Barata
1948	A região é vendida a uma empresa extrativista de portugueses, que moderniza a estrutura produtiva
1967-1968	A região do Jari é vendida a Daniel Ludwig, que implanta o Projeto Jari, focando em reflorestamento e agricultura industrial
1981	O Projeto Jari entra em crise e é nacionalizado, passando o controle ao Grupo CAEMI, resultando em conflitos pela posse das terras
1986	Organização política das populações agroextrativistas no Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá e vinculação ao Conselho Nacional dos Seringueiros
1990	Criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari (RESEX-CA)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Filocreão (2007).

A exploração de recursos naturais, que teve início com a busca por "drogas do sertão" e se intensificou durante o ciclo da borracha, provocou uma transformação significativa na ocupação territorial. Esse processo atraiu muitos migrantes, alterando a dinâmica social local e resultando em uma ocupação que, muitas vezes, ocorreu de forma ilegal, sem a devida regularização fundiária. Como consequência, surgiram assentamentos precários, como as palafitas em Laranjal do Jari e Vitória do Jari, que evidenciam as contradições entre desenvolvimento e precariedade na região (Pinto, 1986; Lins, 2001).

Desde o período do coronelismo até os dias atuais, a região testemunhou a influência de setores como mineração, latifúndio, exploração madeireira e monocultura (Quadro 1). O que faz historicamente o sul do Amapá, uma zona de sacrifício, para o desenvolvimento do estado.

A figura do coronel José Júlio de Andrade emerge como um personagem central. Ele explorava as terras e as pessoas da região, envolvendo-se em atividades econômicas como a extração de castanha, seringa e balata. No entanto, sua riqueza foi construída à custa de mão de obra escrava e por meio do sistema de aviamento, uma prática que perpetuava a dependência dos trabalhadores em relação ao patrão (Camargo, 2015).

A violência era uma constante na vida dos explorados. O coronel impunha sua vontade com brutalidade, subjugando aqueles que trabalhavam sob seu domínio. Essa história de exploração e opressão deixou marcas profundas nas gentes do Sul do Amapá. Eles carregam consigo a memória de um passado doloroso, em que suas vidas foram moldadas pela violência e pela desigualdade. Além disso, o Sul do Amapá também é conhecido por abrigar o maior latifúndio do mundo. Essa concentração de terras nas mãos de poucos, perpétua as desigualdades sociais e econômicas na região, afetando gerações sucessivas (Camargo, 2015).

Em 1967, os moradores da região do Sul do Amapá tiveram suas vidas marcadas por um evento extraordinário. Às margens do rio das castanhas (conhecido como Rio Nharin), testemunharam a chegada de uma estrutura colossal de balsas. Essas balsas transportavam uma fábrica inteira, vinda de um lugar distante do outro lado do mundo. Os ribeirinhos, que viviam na margem do rio Jari, assistiram perplexos a esse espetáculo. Este fato, marcava a chegada do milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig. Ele havia adquirido uma vasta extensão de terras na região com uma visão ambiciosa: fundar um projeto para o desenvolvimento econômico na Amazônia do Sul do Amapá (Carneiro, 1988). Esse projeto, que se materializava naquela fábrica flutuante, mudaria para sempre a paisagem e a vida das comunidades locais.

A visão de Ludwig ia além da produção de celulose. Ele almejava criar um complexo econômico multifacetado. Esse plano incluía não apenas a indústria de papel, mas também a produção de grãos, a criação de animais e o manejo florestal. Contudo, essa ambição colidiu com a realidade da Amazônia, uma região de rica biodiversidade e comunidades tradicionais. As contradições surgiram rapidamente. O desmatamento necessário para implementar o projeto foi extenso, deixando uma cicatriz profunda na floresta. O latifúndio se estabeleceu, concentrando terras em mãos de poucos. Os direitos trabalhistas foram frequentemente violados, gerando conflitos por terra e tensões sociais.

Este recorte do projeto Jari, é interessante, posto que quando o “progresso”, a “geração de empregos”, “desenvolvimento da economia” e a “superação da pobreza” chegaram com o projeto, muitos acreditaram que a transformação estava à vista. No entanto, essa visão otimista escondia uma realidade mais complexa. A exploração intensiva dos recursos naturais, impulsionada pelo Projeto Jari, trouxe consigo um processo de urbanização. Estradas foram abertas, infraestruturas construídas e pessoas migraram para a região em busca de oportunidades, o cenário parecia promissor: indústrias, empregos e crescimento econômico (Cruz, 2023).

No entanto, como em muitos casos, essa urbanização rápida teve um preço. As consequências sociais foram profundas. Comunidades tradicionais foram deslocadas, suas formas de vida alteradas. As populações locais, que historicamente mantinham uma relação harmônica com a natureza, foram frequentemente marginalizadas e forçadas a se adaptar a um novo contexto de precariedade e desigualdade. A urbanização acelerada, sem planejamento adequado, levou à formação de assentamentos informais e à degradação ambiental, exacerbando as vulnerabilidades sociais e econômicas das populações que ali habitam (Cruz, 2018).

Ademais, nessa conjuntura ainda se destaca segundo Ribeiro (2008), a degradação ambiental, desmatamentos, conflitos trabalhistas entre as empresas terceirizadas pela Jarí e seus empregados, e a migração descontrolada para a área da empresa, que por ser grande demais territorialmente, não pôde ser devidamente fiscalizada. Além disso, houve o surgimento de duas pequenas cidades periféricas amazônicas, as margens do rio Jari, construídas em palafitas a partir de 1970, e conflitos de natureza fundiária ao longo das décadas de 1970 e 1980, que culminaram na desapropriação de parte da área que a Jarí reivindicava como sua, para a criação da Reserva Extrativista do Rio Cajari em 1990.

Ainda segundo o autor, com o crescimento do grande capital, as duas cidades periféricas amazônica sobre palafitas na margem esquerda do rio Jarí: uma em frente a Monte Dourado e a outra em frente à Vila do Munguba, trouxeram desemprego, subemprego, habitações precárias, fome, prostituição, repressão da segurança privada da Jarí, garimpeiros aventureiros, péssimas condições de saúde e a ausência de escolas. As condições sociais para a “luta pela terra” começaram a ganhar contornos mais fortes. A questão fundiária tornou-se um estado de tensão implícita, que pulsava com a insatisfação dos moradores, especialmente do Beiradinho e Beiradão.

Em suma, o Projeto Jari é um exemplo vívido das tensões entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. As memórias dessa época nos lembram que o progresso não pode ser medido apenas em números econômicos, mas também como um processo, em termos de bem-estar social, cultural, econômico e ambiental.

OS IMPACTOS DAS INDÚSTRIAS NA ECONOMIA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DO JARI

O aspecto espacial foi um fator importante para a crise (Singer, 2009). Considerando isso, localizou-se a extremidade vizinha do município com o estado do Pará, situação relevante para a questão econômico-financeira. Nesse limite territorial encontram-se as indústrias Jari Celulose S/A (papel e embalagem) e Cadam S/A, empresas responsáveis pela maior concentração de emprego dos munícipes vitorienses. A abrangência municipal do emprego formal é pequena e se distribui entre empregos públicos e no comércio. Em vista disso, verificou-se que o funcionamento destes empreendimentos se faz necessário e sobre a localização temos que,

Quando observados os dados sobre o crescimento da população do Estado, a qual permanece concentrada em Macapá e Santana, fica evidente que a centralidade destas cidades se mantém nas transformações urbanas do território amapaense. Apesar de também ser notado o aumento populacional em pequenas cidades, situação provocada pela existência de projetos de empreendimentos pontuais nestas localidades, como é o caso de Pedra Branca do Amapari (projeto de mineração); Oiapoque (ponte binacional e sua área de fronteira internacional); e Laranjal do Jari (Projetos extrativistas, vegetal e mineral) (Avelar; Brito, 2017, p. 77).

Do ponto de vista espacial, essa proximidade com o projeto de empreendimento é maior no município de Vitória do Jari, do que Laranjal do Jari. O que divide as indústrias (Figura 2) do município é o rio Jari, uma extremidade pequena. Portanto, a absorção de mão de obra vitoriense é maior, o porto de embarque de matéria-prima é próximo ao município. Assim como, visto que o território de exploração do minério caulim (Figura 3), conhecido como *mina do Felipe*, também, está no território do município de Vitória do Jari e, não em Laranjal do Jari, abriu-se este parêntese para corrigir os autores citados.

A primeira população que forma o município, são ribeirinhos habitantes das margens do rio Jari, logo trabalhadoras e trabalhadores demitidos das indústrias, bem como, migrantes de outros Estados, como Pará e Maranhão em busca de emprego. Percebeu-se assim que, a dependência financeira municipal desses empreendimentos, foi um círculo perigoso. Dessa forma, rememoramos o processo histórico da finança municipal, quanto ao pagamento dos *royalties* pelos direitos municipais devido à extração do minério caulim, no território vitoriense, assim como, os repasses intergovernamentais.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Consideramos o período de 1989-1994, com o boom dos repasses devido à alta extração, pelos projetos de empreendimento em regiões do Amapá, direcionados pelo grande projeto *Caeme* (PORTAL DO AMAPÁ, 2011). A partilha dos tributos do uso mineral, feita pelo governo, atingiu nesse período um aumento significativo. O portal informa a história econômica do período, sem margem de dado financeiro.

Figura 2: Fábrica CADAM, no lado Pará, município de Almeirim, em Vila Munguba.



Fonte: Secretaria de comunicação de Vitória do Jari – 2023.

Do período de 1995-2002, mesmo com processo da crise financeira economia global em formação, através da crise das hipotecas. E o Brasil precisando buscar a estabilidade da moeda, a União aumentando a taxa de imposto sobre produto, bem como, reduzindo a partilha de arrecadação oriunda da taxa de imposto. Algumas das receitas de estados e municípios sofreram com a queda, levemente, como em Vitória do Jari (Haddad; Marinho, 2008). As indústrias diminuíram suas atividades, mas sem retirar seus investimentos do mercado de crédito. Diante disso, como afirma Singer (2009), a situação financeira da região ficou controlada, de acordo com as indústrias locais e, acompanharam o ciclo econômico regional.

No período de 2003-2010, as indústrias locais voltaram a respirar quanto a sua atividade econômica de forma lenta, sendo possível a verificação de que o modelo de economia do Brasil, não possibilitaria que essa recuperação fosse rápida e curta, como no mercado estrangeiro (Tupy, 2015). A partir disso, o município conseguiu uma base sustentável de financiamento

devido à arrecadação fiscal que aumentou, bem como, aumentaram os gastos sociais. Nos anos de 2011-2016, devido à oscilação do comércio exterior, a receita pública municipal sofreu uma nova configuração econômica de queda (SEPLAN.GOV/IBGE, 2017).

Figura 3: Exploração de Caulim, na Mina do Filipe, em Vitória do Jari.



Fonte: Secretaria de comunicação de Vitória do Jari – 2023.

A seguir, mostramos os efeitos no setor social causados pelo declínio econômico do período de 2011-2016. Analisou-se a partir da perspectiva da vida social dos munícipes como o comprometimento da receita pública afeta no direito das políticas públicas básicas, como a saúde e a educação. Assim, aleatoriamente, pontaram-se alguns casos relacionados a esses setores, para conjecturar o abalo que ocorreu no município com a queda na arrecadação dos royalties e dos tributos de competência municipal.

O DECLÍNIO DA RECEITA PÚBLICA NO PERÍODO DE 2011-2016

Haddad e Marinho (2008) ao pesquisarem a respeito dos efeitos da política monetária nas regiões brasileiras. Afirmam que no âmbito dos impactos e transbordamentos espaciais, ou seja, como cada região, estados e municípios enfrentaram a crise financeira econômica. Revelaram que há evidência de que os estados da região Norte, sobre a última crise global, foram os mais afetados. O modelo Vetor Auto-Regressivo (VAR) foi utilizado, segundo os autores, para o estudo da política monetária. Dessa forma, verificou-se como a crise se desenvolveu internamente, apontando as vias potenciais externas, como já mencionado, que são cruciais para a estruturação da crise (Prates; Cunha; Lélis, 2011). Além disso, mostramos que o modelo considerou a variação espacial de cada região, estado e município.

O município de Vitória do Jari, no que se refere a variação espacial, sofreu um impacto maior e de duração mais lenta, que alguns municípios de Minas Gerais, por exemplo. O que aconteceu foi que os espaços de ambas as regiões possuíam uma logística de mercado diferente, mesmo extraindo e exportando commodity (Tupy, 2015). A demanda desses municípios variava de acordo com a característica da região, como: área de melhor acesso de embarque do produto. O modelo VAR foi útil para a pesquisa, pois, sustentou que a distância entre o ponto de embarque e o destino do produto aumentou o custo na cadeia de produção, ou seja, quanto maior a distância e a dificuldade de acesso, maior será o custo do produto final (Singer, 2009).

Segundo Brum; Bedin; Pedroso (2012, p. 41), “O resultado final deste processo foram perdas econômicas, recessão, desemprego, e endividamento dos Estados”. Ancorados no ideal dos autores, destacamos dois movimentos na política das indústrias locais, como forma de reduzir o impacto da crise em suas economias, que contribuíram para a situação de desemprego municipal. Primeiramente, o fato de as indústrias demitirem em massa trabalhadoras e trabalhadores vitorienenses, referindo-se a contratos de funcionários com as indústrias e, indiretamente, sobre as demissões feitas pelas prestadoras de serviços ligadas às indústrias. E em seguida, o corte da taxa de arrecadação devido à extração do minério caulim, no território do município. O desemprego é determinado pela via do efeito multiplicador:

O sistema econômico da região está relacionado ao mercado financeiro nacional e internacional; e, com os efeitos gerais, a depender da estrutura produtiva da região e de como os setores de atividade econômica predominantes a nível local dependem e relacionam-se com o comércio exterior e com o setor financeiro, por exemplo. Nesse aspecto, em crise liderada pela indústria, verificou-se uma elevação no desemprego em regiões mais industrializadas (Tupy, 2015, p. 44).

Nesse aspecto, entendemos que o efeito multiplicador explicou satisfatoriamente o crescimento do desemprego, pois nos limites geográficos do município existem duas indústrias de grande porte econômico. Como no início foi mencionado, a origem econômica do município gira em torno desses polos industriais. Singer (2009) destaca que, paralelo à elevação do desemprego, surge a evasão populacional do município, pois, as trabalhadoras e trabalhadores desempregados migraram para outras regiões.

A arrecadação de tributos de competência municipal, como o imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN e a Compensação pela Exploração Mineral – CFM, são as principais receitas públicas, que financiam o funcionamento das políticas públicas básicas (PORTAL TRANSPARÊNCIA/VJ, 2020). No entanto, com a queda na arrecadação, essas políticas básicas

ficaram comprometidas. Além desses problemas advindos de fatores externos, o tesouro municipal precisou pagar dívidas⁸ contraídas do período entre 2004-2012, o que contribuiu para um declínio econômico municipal gravíssimo. As ações do governo frente a esses problemas foram de corte, gastos de manutenção e massificação do investimento nas despesas de capital (Tupy, 2015).

Nesse sentido, notavelmente o período de 2011-2016 foi marcado pelo não cumprimento de ações na área da educação, por exemplo. Sabe-se da necessidade da construção e reformas de escolas tanto na sede do município, quanto na zona rural. E na área da saúde, a necessidade de serviço de laboratório e profissionais especializados atendendo, constantemente. A partir de 2016, para tirar o município da inadimplência, a gestão municipal parcelou as dívidas anteriores, com o propósito de redução do passivo (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA/VJ, 2020).

Nesse contexto, a avaliação histórica do impacto que a crise global causou na receita pública do município de Vitória do Jari, constatado que ora a redução, ora o corte da arrecadação do imposto pelas indústrias, atingidas pela crise, prejudicou o município, gerando problemas sociais, apontados nesta parte da seção (Tupy, 2015). Nesse sentido, discutiu-se a última parte desta seção, onde nos empenhamos em mostrar o panorama atual da receita, fazendo referência ao período de 2014-2018. Na expectativa de analisar as dimensões da crise econômico-financeira global, que, conseqüentemente, afetou a economia municipal.

OS EFEITOS DA CRISE NO PERÍODO DE 2014-2018

Mostrar o atual panorama da receita pública de Vitória do Jari, no período entre 2014-2018, consistiu em apresentar as possíveis barreiras financeiras que resistiram após a crise econômica. Uma vez que visualizamos as dimensões que um fenômeno dessa proporção causa. Dados apontaram, que este período foi marcado pelo agravamento da crise econômico-financeira global. Primeiramente, em 2015 houve uma queda no PIB que correspondeu a -3.5%, e em 2016 não se obteve melhora e o declínio manteve a média (Tupy, 2015). O autor reitera que, essa queda da economia brasileira se configura de maneira diferente para cada região, como já mencionado, as economias locais responderam à crise conforme a característica que dispunham.

Empresas que integram o grupo de estatais federais que se encontravam com dívidas, desde a metade da década de 1990, passaram a buscar a quitação dessa dívida para que assim pudessem voltar ao estado de equilíbrio financeiro. Os poderes executivos estaduais e municipais necessitam da perfeita movimentação dessas empresas, para elevarem o poder de gasto que, juntos, arrecadaram no período de 1995-2009 o equivalente de 80% dos investimentos dos três entes federativos (Resende, 2013). O autor reitera que, a União necessita do poder de

arrecadação que os estados e municípios recebem dessas estatais em seu território, para que o seu poder econômico se eleve também. Por sua vez, a União investe 10% do orçamento público em programas sociais, destinados aos estados e municípios.

Sobre esse investimento da União, segundo Resende (2013), no período de 2013-2014 foram investidos mais da metade do recurso arrecadado pelos estados e municípios, nas despesas do programa “Minha casa, minha vida”. O autor afirma que, os investimentos feitos pela União, devem priorizar a ampliação do sistema básico, que corresponde aos serviços públicos de um município, como a coleta de lixo, que diz respeito à infraestrutura de uma cidade. Mostra assim que, o investimento não atingiu a meta produtiva, que deveria alcançar. Dessa forma, a receita municipal ficou prejudicada e não cumpriu com serviços básicos importantes para a cidade e, assim, surgem novos problemas na saúde, educação e saneamento da população.

Nesse aspecto, foi notório que a crise financeira mundial de 2008, no que diz respeito às relações interfederativas causaram, como já mencionado, uma redução na relação comercial, bem como, um sentimento de perigo iminente, quanto à ação de investir. Quando os países considerados maiores investidores, reduziram o poder de investimento, a economia brasileira passou imediatamente a adotar medidas, a exemplo, as *anticíclicas* (Resende, 2013). A afirmação do autor, mostrou que o Brasil passou a reduzir os tributos, tentou promover a expansão do crédito, aumentou os gastos, pois esperava que essas medidas melhorassem os estímulos econômicos do país. Sobre o processo causal da política anticíclica nas regiões sabe que,

As recessões, em particular, ponto de inflexão nas trajetórias de desenvolvimento de curto e longo-prazo, criam imperativos para mudanças nos hábitos, rotinas, convenções e políticas, não só para mitigar seus efeitos, mas também para a preparação para as crises futuras. Portanto, a compreensão dos padrões regionais diferenciados dos impactos das crises pode permitir um aperfeiçoamento na implementação das políticas anticíclicas por parte do governo, aliando – ou reforçando – à política macroeconômica um caráter regional que busque, além de mitigar os efeitos danosos das crises (no âmbito global), reduzir os impactos naquelas regiões mais vulneráveis e evitar um eventual aprofundamento das disparidades regionais (Tupy, 2015 p. 18)

Verificou-se assim, que a tomada de decisão, pela política anticíclica, levando em consideração seus efeitos sobre as diferentes características das atividades econômicas regionais, surtiram efeitos diversos. No que diz respeito à configuração diferenciada de cada município. Considerando isso, Resende (2013), reitera que um dos desdobramentos da medida foi a inclusão da estratégia de incentivos fiscais. A partir dessa ação, realmente, foi possível

alcançar um impacto relevante no PIB, pois, a negação fiscal antes descompensada, com essa atitude, pode ser compensada. Porém, esse efeito para as receitas municipais não foi lucrativo devido significarem uma diminuição delas, isto é, do que arrecadavam nos incentivos fiscais.

A receita pública do município de Vitória do Jari, no período de 2014-2018, esteve exatamente dentro deste quadro acima apontado. Com a eclosão da crise mundial de 2008, resultando em uma crise na economia brasileira, sentiu o impacto através da diminuição das receitas, que aconteceram a nível nacional. Assim como, a redução dos impostos repassados pelos empreendimentos locais e, realizado por estes também, demissões em massa da força de trabalho dos munícipes vitoriense. Assim, não poderia ser diferente a atual situação econômica do município, como de um declínio econômico (SEPLAN.GOV/IBGE, 2017). A ação frente a esse momento foi a contenção de gastos municipais em manutenção e a maximização dos investimentos de capital.

ANÁLISE DOS DADOS

Considerando o discutido nesse artigo a respeito da queda do PIB entre o período de 2015-2016, abaixo ilustra-se essa variação anual, indicando a porcentagem do declínio do desenvolvimento da economia no país e, conseqüentemente, o impacto nas receitas públicas dos municípios brasileiros.

Da eclosão da crise global de 2007 a 2008 percebe-se que, no ano de 2009, mesmo com as medidas anticíclicas de reduzir o orçamento público, buscando a elevação do PIB, a variação do 4º trimestre sofreu uma queda considerável para -0,1%. Como vimos no item 3.2, a variação do PIB influencia diretamente nas transferências constitucionais, podendo elevar ou reduzir as receitas públicas. No ano de 2010, ocorreu uma elevação de 7,5%, porém, o item 3.1 revela que a economia do município de Vitória do Jari, neste ano, sofreu um declínio drástico, isso ocorre porque o fator de cálculo da União para as transferências constitucionais e legais foi realizada sobre a receita do exercício anterior.

Tabela 1: Evolução do PIB 4º Trimestre – 2008/2009.

Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
PIB %	5,1	-0,1	7,5	4,0	1,9	3,0	0,5	-3,5	-3,3	1,3	1,3	1,1

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>.

A arrecadação anual da União do exercício fiscal serve de base de cálculo para o ano seguinte. Assim, o desenvolvimento da economia no país registrou números menores, apontando -3,5% em 2015 e de -3,3 em 2016. Nas tabelas 1 e 2, veremos a taxa de desocupação populacional entre os anos de 2012 e 2019, no qual são apontados os números alcançados ao nível nacional e estadual. A pesquisa considerou os meses de outubro, novembro e dezembro.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

O número elevado que podemos perceber no gráfico 1, sobre a taxa de desocupação da população no Estado do Amapá, maior que a média nacional, deve-se a um fator já citado neste artigo, que foi o fato da economia estadual ser entrelaçada a economia nacional e com poucas indústrias instaladas no Estado. Como o Amapá possui baixa arrecadação, os efeitos da crise são maiores e leva mais tempo para se recuperar. A região Sul do estado, onde localiza-se Vitória do Jari, depende do empreendimento industrial para desenvolver-se economicamente.

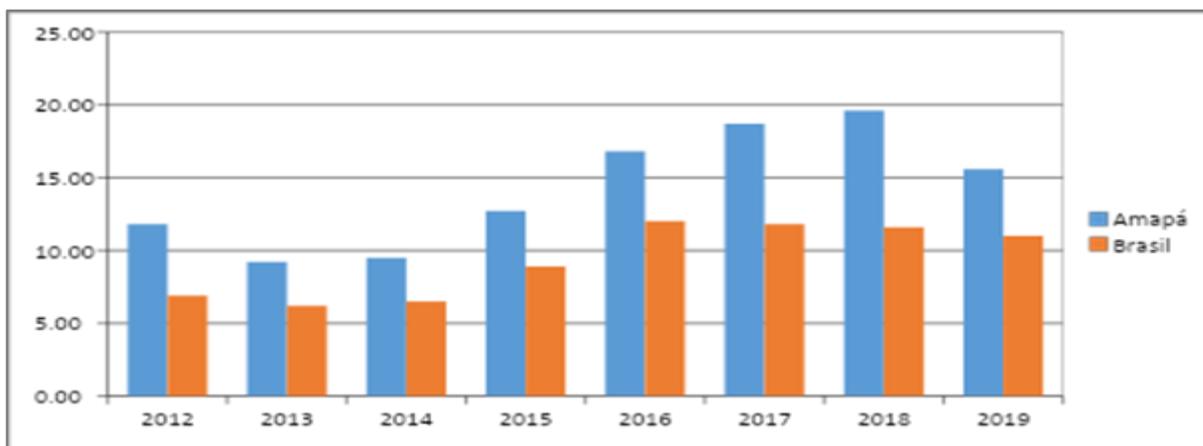
Tabela 2: Taxa de desocupação em %, referente ao 4º Trimestre.

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Amapá	11,8	9,2	9,5	12,7	16,80	18,7	19,6	15,6
Brasil	6,9	6,2	6,5	8,9	12,00	11,8	11,6	11,00

Fonte: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>.

O aumento do desemprego formal, foi um agravante no município de Vitória do Jari. Como bem ilustrado no gráfico detecção de tendência de dados na tabela 3, que aponta uma alta no número de habitantes que saíram do Amapá. Notou-se que, a desocupação no estado significa que a população está migrando para outros lugares, e que o motivo foi a busca de melhores condições de sobrevivência. A tabela 3 apontou o grau de sensibilidade no Amapá, quanto ao desemprego.

Gráfico 1: Detecção de tendência de dados – taxa de desocupação do 4º Trimestre.



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>.

O estado do Amapá em um período único a sensibilidade alcançou o índice de 0,74, no período de 2 meses, isso contribuiu também para explicar a questão da desocupação da população. Percebeu-se que no período citado, ele foi um dos mais afetados pela crise global. Esse enfraquecimento interno econômico foi gerado pelo processo de declínio econômico em cadeia do país. Estados que dependiam mais do investimento do mercado estrangeiro sentiram de forma mais intensa o impacto da crise.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Dessa forma, a análise de dados informou através de números o quanto a crise global afetou a economia e o emprego formal do Brasil, como reitera Tupy (2015), economias emergentes sofreram o abalo da crise de maneira lenta, e assim a duração também ocorreu lentamente. A receita pública de Vitória do Jari, vem enfrentando esse processo lento e duradouro, adotando medidas que futuramente possam acelerar a economia local como a contenção de gastos.

A atual Constituição Republicana, em vigor desde 1988, inovou no campo do federalismo ao elevar o município à condição de ente federativo, com ampla autonomia nos campos político, administrativo, financeiro e legislativo. Atualmente a federação brasileira é constituída pela União, 26 Estados, Distrito Federal e 5.570 municípios, o que significa uma elevada fragmentação territorial. A tabela 4 mostra a evolução da receita realizada no município de Vitória do Jari.

Tabela 3: Grau de sensibilidade quanto ao Desemprego no Amapá.

Geográfico	2008.11 a 2009.01	Sensibilidade (Período único)
Norte	-3,84	1,52
Rondônia	-1,14	0,45
Acre	-3,63	1,44
Amazonas	-6,50	2,58
Amapá	-1,86	0,74
Para	-3,07	1,22
Roraima	0,21	0,08
Tocantins	-5,16	2,05

Fonte: Extraído de Tupy (2015).

Os municípios brasileiros são muito dependentes das receitas de transferências constitucionais. No caso em estudo percebeu-se que 90% da composição dos recursos financeiros foi proveniente das transferências intergovernamentais, gerando elevado grau de dependência dos recursos financeiros. A composição das principais fontes de receita pública municipal, são: as receitas próprias, produto da arrecadação de tributos de competência municipal; O Fundo de Participação dos Municípios – FPM, principal fonte de transferência da União aos Municípios; e cota parte do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, principal fonte de transferência do Governo do Estado ao Município.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Extraiu-se da tabela que os efeitos da crise chegaram ao Município de Vitória do Jari no exercício de 2013, quando registrou pela primeira vez o impacto da receita negativa ao comparar com a arrecadação do exercício anterior. Também foi importante evidenciar que a partir de 2013 teve queda expressiva na principal fonte de receita própria, sendo, o imposto sobre o serviço de qualquer natureza – ISSQN, estabilizando a partir de 2016.

Tabela 4: Evolução da receita do município de Vitória do Jari.

Evolução da Receita Realizada no Município de Vitoria do Jari – 2008 a 2019											
2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
15.620.522,29	15.087.923,32	15.968.919,54	18.334.389,51	23.087.376,50	22.371.059,65	23.765.830,57	25.415.980,61	32.220.926,93	29.879.337,87	32.439.043,62	33.735.913,56
Evolução	3,41%	5,84%	14,81%	25,92%	-3,10%	6,23%	6,94%	26,77%	-7,27%	8,57%	4,00%
Evolução da Arrecadação Municipal											
Rec. Trib.	755.455,04	88.895,47	1.069.424,51	1.111.632,30	981.699,41	910.000,35	504.772,82	2.673.291,82	1.012.606,56	1.285.960,05	770.762,26
IPTU	0,01	0,01	1,00	10,00	18,00	44,00	-	-	840,00	1.681,01	888,10
IRRF	7.583,40	17.065,75	16.931,56	12.479,93	250.089,09	128.663,88	87.441,86	86.878,68	102.568,23	109.812,53	132.503,39
ISSQN	626.996,63	71.829,70	1.052.491,94	1.045.924,58	709.907,33	587.170,69	309.139,46	2.511.015,98	809.652,50	1.071.428,65	364.866,91
ITBI	0,01	0,01	0,01	3,11	18,00				0,00	13.284,40	3.992,67
Simplex Nac.					-	-	9.736,76	24.708,35	14.123,44	0,00	0,00
Taxas	120.874,99			53.214,68	21.666,99	194.121,78	98.454,74	50.688,81	85.422,39	89.753,46	268.511,19

Fonte: balancete financeiro – secretaria de administração e planejamento e finanças/VJ.

Outro momento negativo na receita registrou-se em 2017, esse ocorreu em função de dois fatores, a crise política que o país atravessava no período e uma elevada arrecadação da receita proveniente da Compensação pela Exploração Mineral – CFEM em 2016, ao estabilizar essa receita em 2017 em sua média de crescimento normal, ainda, resultou em um déficit financeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das indústrias e seus impactos na crise econômica e na receita pública de Vitória do Jari revela a complexidade das interações entre desenvolvimento, exploração de recursos naturais e as comunidades locais. As transformações sociais e econômicas que marcaram a urbanização acelerada no Sul do estado do Amapá exigem uma compreensão profunda das memórias e experiências das comunidades, que moldam suas identidades e práticas de resistência.

Os grandes projetos de desenvolvimento, frequentemente associados à exploração de commodities, têm gerado consequências significativas, como desigualdades sociais, fragmentação urbana e conflitos sobre o uso da terra. Essas dinâmicas não apenas marginalizam as vozes das comunidades tradicionais, mas também comprometem a coesão social e a

harmonia entre os diferentes grupos. A pressão por um desenvolvimento econômico que desconsidera as especificidades locais resulta em um ambiente de exclusão e conflito, em vez de promover um espaço de inclusão e respeito mútuo.

Além disso, a crise econômica global e as tensões no sistema financeiro têm impactos diretos nas economias locais, que respondem de maneiras distintas às adversidades. As economias emergentes, como a de Vitória do Jari, enfrentam desafios únicos, exacerbados pela dependência de grandes projetos e pela necessidade de equilibrar a geração de lucro com a preservação da sociobiodiversidade. A relação entre os diferentes níveis de governo e as estatais é crucial para a arrecadação e o investimento em programas sociais, que são essenciais para a recuperação e o fortalecimento das economias locais.

A posição do governo, mediante a ação dos investidores estrangeiros, deve em primeiro lugar considerar a população. Esses empreendimentos lucram com os commodities exportados e devem ter um compromisso maior quanto à regulamentação do comércio, para barrar crises globais, que afetam severamente países com economia em desenvolvimento, como constatado no abalo econômico de Vitória do Jari.

Portanto, é imperativo que as políticas de desenvolvimento considerem as especificidades culturais e sociais das comunidades do Sul do Amapá. O diálogo entre as diferentes culturas e a valorização da diversidade são fundamentais para a construção de um futuro mais equitativo e sustentável. A resistência das comunidades tradicionais e a busca por um desenvolvimento que respeite suas identidades e modos de vida são essenciais para garantir que a urbanodiversidade se traduza em um espaço de inclusão, justiça social e harmonia com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

AVELAR, V. G.; BRITO, D. M. C. **Geografia do Amapá em perspectiva**. Macapá: UNIFAP, 2017.

BRUM, Argemiro Luis; BEDIN, Gilmar Antonio; PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. A globalização, o declínio da soberania do estado e a crise econômica de 2007/2008: a necessidade de criação de um sistema de governança econômica global. **Conexão Política**, v. 1, n. 1, p. 31-47, 2012.

CAMARGO, Maria Luiza Gutierrez de. O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122015-145826/>. Acesso em: 15 out. 2024.

CARNEIRO, Glauco. Jari: uma responsabilidade brasileira. São Paulo: Lisa, 1988; FOLHES.

DAOU, Ana Maria. A belle époque amazônica. **Editora Schwarcz-Companhia das Letras**, 1999.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

CRUZ, Carlos Allan Madureira. O Projeto Jari, Entre Utopias e Realidades: Assentamentos Precários em Laranjal do Jari-AP. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, 2018.

CRUZ, Carlos Allan Madureira. O PROJETO JARI, ENTRE UTOPIAS E REALIDADES: ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM LARANJAL DO JARI-AP. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 9, n. 8, p. 1491-1509, 2023.

CHAGAS, Marco Antonio; FILOCREÃO, Antonio Sérgio Monteiro. Cartografia do colonialismo, política ambiental e zonas libertárias nas perspectivas das epistemologias do sul. **Geo Uerj**, n. 40, p. e64987-e64987, 2022.

CHAGAS, Marco Antonio. Mano Pedro: socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia / Marco Antonio Chagas. – Brasília: Senado federal, Conselho Editorial, 2021.

FARIA, P. M. Revisão Sistemática da Literatura: teoria e prática para o desenvolvimento profissional docente e inovação educativa com TIC. 1. ed. Santo Tirso: Whitebooks, 2015.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do Sul do Amapá. 542 f. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FILOCREÃO, Antonio S. M. Formação socioeconômica do Estado do Amapá. **Formação Socioeconômica da Amazônia**, v. 1, p. 97-172, 2015.

HADDAD, E. A.; MARINHO, B. Efeitos regionais da política monetária no Brasil: impactos e transbordamentos espaciais. **Departamento de Economia da FEA**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 1, 2008.

KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. Keele, UK, Keele University, [S.l.], v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

LINS, Cristóvão. Jari: 70 anos de história. **Dataforma**, 2001.

PINTO, Lúcio Flávio. Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig. São Paulo: Marco Zero, 1986.

PRATES, Daniela Magalhães; CUNHA, André Moreira; LÉLIS, Marcos Tadeu Caputi. O Brasil e a crise financeira global: avaliando os canais de transmissão nas contas externas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 15, p. 62-91, 2011.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho; CHAGAS, M. A.; NASCIMENTO, EP do. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. 294 f. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém.

RESENDE, André Lara. Os limites do possível. **São Paulo: Portfolio-Penguin**, 2013.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

SINGER, P. A América Latina na crise mundial. **Estudos Avançados**, Brasília-DF, v. 23, n. 1, p. 91-102, 2009.

TUPY, Igor Santos. **Impactos regionais de crises financeiras: estudos sobre as respostas dos estados brasileiros à crise financeira global**, MG: UFMG, 2015. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Econômicas – UFMG, 2015.

CONSUMO E USO DE ÁGUA NAS ÁREAS ÚMIDAS DE MACAPÁ E O IMPACTO SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE

Hilton Rogério Maia Cardoso¹²

<http://lattes.cnpq.br/1536019795412957>

Renan Mendonça Dantas¹³

<http://lattes.cnpq.br/4893416428473010>

José Alberto Tostes¹⁴

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu¹⁵

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

A água é um bem precioso cujo acesso deveria ser fundamental para todos ao redor do mundo, e neste século, ela é má distribuída entre suas populações e má utilizada pelas grandes indústrias e pela agricultura - unicamente para saciar a demanda capitalista, gerando assim um desequilíbrio social, ambiental e econômico. A Amazônia é a maior biodiversidade do mundo, sobretudo sua bacia hidrográfica, que cobre pelo menos metade do continente sul-americano, transitando por rios, lagos, baías e cidades ribeirinhas, onde supre as necessidades de mais de 38 milhões das habitantes, segundo o IBGE (2020), e mais de 35 milhões de sul-americanos que dependem de seus recursos hídricos, diretamente. E porventura, praticamente toda população brasileira necessita da bacia amazônica por conta dos seus cursos e ciclos hidrológicos, inteiramente interligados com as demais bacias hidrográficas no continente.

Apesar dessa riqueza de água, o uso dos recursos hídricos na Amazônia se diferencia do restante do mundo, que para Becker (2003) enquanto no mundo, o nível de escassez de oferta e o crescimento do consumo, na Amazônia, o baixo consumo se deve à inacessibilidade social ao recurso em razão da carência de serviços.

¹² Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Pará. E-mail: hilton.rogerio@hotmail.com

¹³ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: renanmdantas@gmail.com

¹⁴ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

¹⁵ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

O estado do Amapá possui uma enorme abundância hídrica, devido a bacia do Rio Amazonas que compõe a sua principal malha hidrográfica, juntamente com alguns rios que desempenham papel fundamental da dinâmica hídrica do estado, como os rios que cercam o território como Oiapoque e Jari e os rios e os internos como Araguari e Matapí, entre outros.

O uso da água sustenta diversas atividades econômicas, desde à irrigação na agricultura como o setor terciário, trazendo um enorme desafio para a gestão de recursos hídricos, e no que se refere à Macapá, cidade rica em água, tanto pelas águas subterrânea, quanto pela água na superfície dos mais variados rios e considerada uma cidade de médio porte com crescimento acentuado a cada ano. Os desafios de administrar sobre os recursos hídricos, tendem a crescer, principalmente na parte do saneamento básico, que além de precário e de difícil acesso, está entre os piores índices, das demais capitais do Brasil, gerando inúmeros problemas ambientais urbanos.

Macapá é uma cidade com apenas 3% da área servida por rede de coleta de esgotos, 17% da população em áreas de ressaca do Rio Amazonas e o restante usando fossas sanitárias, que em muitos casos, são feitos ao lado de poços de água, e cerca de 60% da cidade sem água encanada. Essa realidade de abandono do saneamento básico transforma Macapá, um exemplo de ineficiência do poder público.

O município apresentou um elevado crescimento populacional desde os anos 90, e esse processo de crescimento urbano ocorreu de forma desordenada e sem o adequado planejamento, principalmente nas áreas úmidas por diversos fatores, entre eles a especulação imobiliária, falta de acesso à moradia, e em consequência disto, apresenta sérios problemas relacionados à infraestrutura urbana, principalmente em relação ao saneamento básico.

Diante da percepção da ampla interface da gestão dos recursos hídricos com a gestão dos serviços de saneamento e o uso e acesso da água por essa parcela da população, emerge o seguinte questionamento: quais são os efeitos da precarização do acesso de água à população que vive em áreas úmidas?

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise sobre o consumo e o uso de água nas áreas úmidas de Macapá e sobre a qualidade de vida urbana dessa população, e o acesso de políticas públicas e planejamento urbano adequado. Para alcançar os objetivos estabelecidos, o presente artigo foi concebido a partir de uma vasta revisão bibliográfica, bem como a partir da consulta aos resultados dos levantamentos realizados por órgãos oficiais do Governo Federal.

A relevância do tema abordado neste artigo, justificasse pela relevância da oferta de água em condições de sanidade e em quantidade adequada para a saúde e o desenvolvimento humano sustentável.

METODOLOGIA

A pesquisa configura-se como análise bibliográfica através do levantamento de pesquisas já realizadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, pesquisa documental e análise de dados quantitativos, através do Excel, e carta da área de estudo.

GESTÃO, USO E CONSUMO DA ÁGUA NO MUNDO E NO BRASIL.

Embora formalmente as organizações de gestão por bacia hidrográfica não participam, hoje, do processo decisório relativo à implementação de obras e políticas de recursos hídricos com exceção de algumas experiências isoladas. O grande papel até então exercido por essas organizações tem sido o de se constituírem em fóruns de discussão dos problemas de recursos hídricos, o que não deixa de ser uma função importante (Tucci et al, 2001).

Tabela 1: Distribuição desproporcional de água pelo Brasil.

Região	População	Concentração de Recursos Hídrico do País
Norte	8,60%	68%
Nordeste	27,60%	3%
Centro-Oeste	2,60%	16%
Sudeste	41,90%	6%
Sul	14,30%	7%

Fonte: IBGE / Agência Nacional das Águas (2022). Elaborado pelo autor (2024).

Conforme o documento da UNESCO (2001) nenhum dos 7 Estados da Região Norte tem uma lei de recursos hídrico, embora seja a região mais rica em água (tabela 1), com maior disponibilidade por habitante, e a que tem menos conflitos pelo uso da água, o que tende a explicar o atraso na institucionalização da gestão da água nessa região.

Tabela 2: Disponibilidade Hídrica per capita em m³.

Posição	Estado	Disponibilidade hídrica per capita (m ³)
1º	Roraima	1.147.668
2º	Amazonas	657.160
3º	Amapá	410.874
4º	Acre	276.220
5º	Mato Grosso	208.557

Fonte: Borghetti et al. (2004). Elaborado pelo autor (2024).

É também discrepante o valor de água distribuído por pessoa onde o maior número está em pessoas da região amazônica e varia bastante devido a população (tabela 2), como por exemplo, o estado de Roraima, que apesar do maior valor de água per capita em m³, é um estado

com uma das menores populações, e o estado do Amapá, em 3º lugar, que demonstra uma abundância de água per capita, ela é de difícil acesso à sua população.

Segundo a CAESA (2020), o índice de população macapaense com acesso à água potável foi de apenas 37%. Já em relação à coleta de esgoto, o Trata Brasil mostrou que apenas 10% da população da cidade tem acesso ao tratamento e quase metade da população do estado não possui acesso à água tratada e aproximadamente 90% não tem o serviço de esgoto e saneamento básico. Portanto, a disponibilidade de água é alta, entretanto, a gestão do recurso, para a distribuição e acesso pela população da região é escasso, no estado.

No que se refere as perdas nos sistemas de distribuição, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento afirma:

Com base nos dados de 2020, dos 861,7 mil moradores do estado, 33,7% tinham acesso ao sistema de rede de água, 6,9% habitavam em residências com sistema de rede de coleta de esgoto. 18,6% do volume de esgoto gerado no estado era tratado. As perdas de água nos sistemas de distribuição estavam em 74,6% (SNIS, 2020).

URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO

Na região amazônica, o intenso processo de crescimento da população urbana também foi acompanhado do agravamento dos problemas socioambientais nos centros urbanos, devido às carências quanto às infraestruturas relacionadas ao saneamento básico, comprometendo a qualidade de suas populações e segundo o SNIS (2014) a região Norte do Brasil permanece apresentando o maior déficit nacional em termos de abastecimento de água.

O processo de urbanização nos últimos 50 anos exerce grande pressão sobre os recursos hídricos e a ausência de estruturas e sistemas de gestão adequados, aliados a padrões culturais incompatíveis, deixam milhões de pessoas sem o adequado acesso à água e ao saneamento, intensificando os conflitos de uso, além de promoverem a degradação do recurso hídrico, em todo o mundo (PROSAB, 2009). As principais fontes de contaminação das águas subterrâneas nos centros urbanos amazônicos são os lixões, aterros mal operados, atividades inadequadas de armazenamento, manuseio e descarte de matérias primas, produtos, efluentes e resíduos em atividades industriais, como indústrias químicas e a agroindústria.

A população da Região Norte também tem crescido de forma acelerada nos últimos anos, apresentando segundo o IBGE (2022), a maior taxa média de crescimento anual de 2. O crescimento da população está associado ao crescimento vegetativo e fluxo migratório expressivo para a região, em função de grandes projetos implantados e ainda exploração de novas fronteiras agrícolas. O Amapá apresentou o décimo estado com maior crescimento

relativo da população nos últimos 12 anos (entre 2010 e 2022), segundo o IBGE (2023), com a maior taxa de urbanização entre os Estados da Federação, de 89% de sua população na área urbana.

A Urbanização é o processo de afastamento das características rurais de um lugar ou região, para características urbanas, está relacionado ao aumento da população urbana perante a rural, e muitas das vezes, está associada ao desenvolvimento da civilização e da tecnologia e no âmbito nacional, a partir da década de 30, do século XX, houve um grande avanço no desenvolvimento urbano no Brasil, paralelamente financiado pela indústria estatal.

Essa concentração da população em espaços reduzidos produziu grande competição pelos mesmos recursos naturais (solo e água), destruindo parte da biodiversidade natural (PAVIANI 2011), e produzindo uma série de impactos socioambientais. Embora, para garantir qualidade de vida da população é essencial manter o meio ambiente conservado e garantir a renovação dos recursos e o desenvolvimento urbano de maneira desordenada tem gerado grandes impactos para o meio ambiente.

Para Silva (2017), o processo de urbanização da cidade de Macapá sofreu alterações referente às formas de acesso à terra urbana, e a maior visibilidade da desigualdade socioespacial urbana com ocupação de áreas úmidas e construção de habitações precárias nelas e sem saneamento básico. Os primeiros núcleos urbanos na região amazônica se deram de forma desordenada, desacompanhado, sem planejamento e de garantias ao direito à cidade, ou seja, gerou a ocupação de áreas de preservação ambiental permanente e a ausência dos serviços públicos básicos fundamentais.

Deste modo, com uma das maiores taxas de crescimento urbano do mundo, as cidades amazônicas concentraram 80% de seu crescimento em ocupações informais, sendo assim, de acordo com o Censo (2010), apontava-se 14 mil moradias em áreas de ressaca em Macapá, em 2015, o número elevou para 29 mil em todo o estado, que estão às margens de córregos, rios, manguezais, dunas, rodovias, em áreas de linhas de transmissão de alta tensão.

As piores condições habitacionais se concentram nos estados do Pará, Amazonas e Amapá, o último tendo apenas na sua capital Macapá habitações precárias com taxa de crescimento de 20% a cada 4 anos.

Áreas de Ressaca de Macapá

A ocupação nas áreas de ressaca na cidade de Macapá intensificou-se a partir da década de 1990, e a maioria dos moradores que formaram as ocupações das áreas alagadas vieram do interior do estado ou de ilhas do arquipélago do Marajó, estado do Pará, muitos em busca de melhores condições de saúde, emprego e educação. Alguns estudos têm apontado

impactos da urbanização sobre as águas subterrâneas, que é fonte para a sobrevivência humana, e que conforme Tundisi (2011) o esgoto doméstico é o principal fator que contamina essas fontes de água, o vazamento em tanques de combustíveis, o depósito de resíduos sólidos e a percolação de coliformes humanos e de animais confinados.

No estado do Amapá, essas áreas de ressaca foram tombadas através da Lei Estadual nº 0455 de 1999, sendo consideradas áreas protegidas e as ocupações desse espaço nas áreas urbanas demandam infraestrutura, porém com difícil solução para o poder público para atender as necessidades de seus habitantes para o saneamento básico e acesso à água, gerando assim inúmeras problemáticas como necropolítica e racismo ambiental.

Situadas acima do nível da água para evitar de serem alagadas nos períodos de chuva as habitações conectam entre si mediante passarelas de madeira e com a cidade pelas mesmas, formando rede materiais de acesso a outros espaços. Para as casas existe a distribuição de serviço de água sem custos efetuada pela companhia de saneamento, mas a infraestrutura dos serviços é algumas vezes de acesso clandestino, feitos pela própria população para que seja possível penetrar áreas mais distantes das rodovias. Todos esses problemas configuram conflitos urbanos locais que se agravam por disputas territoriais certas vezes extremamente violentas.

As diretrizes gerais e os instrumentos de política urbana no estatuto da cidade mostram a importância da gestão democrática do poder municipal como um instrumento fundamental, para implementação de políticas sociais como direito ao acesso de serviços essenciais para a população dessas localidades.

Para solucionar os desafios do acesso à água nas regiões alagáveis, são necessários arranjos técnicos e de gestão que considerem os aspectos ambientais. Uma proposta de acesso à água adequada à realidade regional deve incluir elementos de uso de água de chuva e fontes complementares, com arranjos que podem ser individuais (por domicílio), coletivos ou combinados entre ambos. Também necessitam considerar o uso de tecnologias de tratamento domiciliar eficientes e armazenamento em quantidade adequada e de forma segura.

Acesso à água e Saneamento Básico

Na Amazônia as pesquisas sobre águas subterrâneas na Amazônia são escassas, embora essa fonte seja utilizada basicamente para o abastecimento humano. Em Macapá, a população estimada é de 442.933 habitantes (IBGE, 2023), um aumento de 11,23% visto que a população em 2010 era 393 mil habitantes, representando 60,5% do total do Estado em uma

área restrita. E, de acordo com os dados do último censo, 45% dos domicílios particulares permanentes de Macapá utilizam águas subterrâneas para o abastecimento doméstico, sendo o nível de ligações domiciliares de água encanada de 56,4% (IBGE, 2023).

Paralelamente, menos de 26,8% dos domicílios usam a rede coletora de esgoto e dos 73,2% restantes, mais de 40% despejam efluentes domésticos em fossas rudimentares, 22% em fossas sépticas e outros despejam esgoto em rios, lagos e valas (IBGE, 2023), e somente 8.8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio), enquanto isso, 4.000 pessoas estão em situação de risco.

E para Gott et al. (2018) a qualidade da água subterrânea utilizada para consumo humano em Macapá é precária, e sugere maiores riscos à saúde pública no período mais intenso do inverno amazônico (março a maio), e a água subterrânea consumida capital amapaense provém, em sua maioria, de fontes individuais isoladas nas residências, em bairros de média e baixa salubridade, apresentando qualidade e segurança insatisfatórias, com a sua população sem acesso digno à água de qualidade.

Avaliação de potenciais impactos de fossas sépticas sobre a qualidade das águas subterrâneas em diversos aquíferos tem sido frequente (Katz; Eberts; Kauffman, 2011), tal qual os estudos sobre impactos da urbanização na qualidade da água subterrânea em região semiárida dos Estados Unidos (Carlson et al., 2011) e efeitos iguais aos grandes centros urbanos do sul da Ásia (Haque; Onodera; Shimizu, 2013).

O cuidado com o solo aumenta absorção de água ajuda a absorção de água e deveria ser uma preocupação constante, principalmente nos leitos de rios, onde áreas alagadas se encontram. Os sistemas mais modernos de irrigação e captação de água permitem o uso consciente de água e aumentam o melhor uso da água, tanto no campo, quanto na cidade, na indústria e nos lares. As tecnologias novas de captação e consumo de água são viáveis por meio de financiamento de secretarias de saneamento e outros órgãos públicos.

Nas áreas de ressaca, o abastecimento de água é proveniente da CAESA e outros meios de destruição alternativos, embora os serviços de saneamento estão relacionados com a saúde, o meio ambiente. Assim, a prestação desses serviços deve ser empreendida de forma sistêmica, planejada e integrada pelos entes competentes, com o compromisso atender à população, em busca de justiça social. Afinal, a água contaminada em situações de má gestão e distribuição pode conter microrganismos causadores de doenças como cólera, diarreia, febre tifoide, hepatite tipo A, leptospirose entre outras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população da Região Norte também tem crescido de forma acelerada nos últimos anos, apresentando segundo o IBGE (2022), a maior taxa média de crescimento anual de 2. O crescimento da população está associado ao crescimento vegetativo e fluxo migratório expressivo para a região, em função de grandes projetos implantados e ainda exploração de novas fronteiras agrícolas. O Amapá apresentou o décimo estado com maior crescimento relativo da população nos últimos 12 anos (entre 2010 e 2022), segundo o IBGE (2023), com a maior taxa de urbanização entre os Estados da Federação, de 89% de sua população na área urbana.

O índice de população macapaense com acesso à água potável foi de apenas 37%. Já em relação à coleta de esgoto e que apenas 10% da população da cidade tem acesso ao tratamento e quase metade da população do estado não possui acesso à água tratada e aproximadamente 90% não tem o serviço de esgoto. Portanto, a disponibilidade de água é alta, entretanto, a gestão do recurso, para a distribuição e acesso pela população.

As piores condições habitacionais se concentram se encontram em áreas alagadas da cidade de Macapá, com acesso precário de saneamento e com taxa de crescimento de 20% a cada 4 anos. Melhorar as condições ambientais, no que se refere a infraestrutura de saneamento, sistema de abastecimento de água, coleta seletiva, aproveitamento da água das chuvas para serviços domésticos refletem na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dessa população, ou seja, a importância do saneamento, integrando uso sustentável da água pluviais através de coleta e uso sustentável minimizam os impactos, e gera melhor consumo, evitando problemas de saúde.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Inserção da Amazônia na geopolítica da água. In ARAGÓN, Luis E; CLÜSENER-GODT, Miguel (Org.) **Problemática do uso local e global da água da Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2003. p. 273-298.

BORGHETTI, N. B.; BORGGHETTI, J. R.; ROSA FILHO, E. F. **Aquífero Guarani: a verdadeira integração dos países do Mercosul**. 1. ed., 214 p. Curitiba: Roberto Marinho, 2004

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas de população para os municípios brasileiros Brasil**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>> Acesso em 12 de nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2023.

CARLSON, M.A.; LOHSE, K.A.; MCINTOSH, J.C.; MCLAIN, J.E.T. (2011) Impacts of urbanization on groundwater quality and recharge in a semi-arid alluvial basin. **Journal of Hydrology**, v. 409, n. 1-2, p. 196-211. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2011.08.020>

GROTT, S. L. ; FURTADO, R. N. ; FACANHA, E. B. ; CUNHA, H. F. A. ; CUNHA, A. C. . **Variação espaço-sazonal de parâmetros da qualidade da água subterrânea usada em consumo humano em Macapá-AP, Brasil**. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 23, p. 645-654, 2018.

HAQUE, S.J.; ONODERA, S.; SHIMIZU, Y. (2013) An overview of the effects of urbanization on the quantity and quality of groundwater in South Asian megacities. **Limnology**, v. 14, n. 2, p. 135-145. <https://doi.org/10.1007/s10201-012-0392-6>

KATZ, B.G.; EBERTS, S.M.; KAUFFMAN, L.J. (2011) Using Cl/Br ratios and others indicators to asses potential impacts on groundwater quality from septic systems: a review and examples from principal aquifers in the United States. **Journal of Hydrology**, v. 397, n. 3-4, p. 151-156. <https://doi.org/10.1016/j.jhydrol.2010.11.017>.

PAVIANI, Aldo. **Patrimônio urbano de Brasília - Urbanização com Desigualdade Socioespacial**, 2011.

PROGRAMA DE PESQUISA EM SANEAMENTO BÁSICO (PROSAB). **Conservação de água e energia em sistemas prediais e públicos de abastecimento de água**. Ricardo Franci Goncalves (coord.). Rio de Janeiro: ABES, 2009.

SILVA, Eliane C. **A Urbanização um Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial**. Ciência Geográfica - Bauru - XXI - Vol. XXI - (2): Janeiro/Dezembro - 2017. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXXI_2/agb_xxi_2_versao_internet/Revista_AGB_xxi_2-12.pdf > Acesso em 18 de nov. 2024.

CRÉDITO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO PRONAF VIA RECURSOS DO FNO (2015-2024)

Carlos Adriano Dias da Costa¹⁶

<http://lattes.cnpq.br/5041176332918558>

Charles Ferreira da Silva¹⁷

<http://lattes.cnpq.br/9227714718992554>

José Alberto Tostes¹⁸

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patricia Helena Turola Takamatsu¹⁹

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

De acordo com Grisa e Schneider (2015), o domínio da agricultura familiar, como modelo de produção e segmento socioeconômico específico, conheceu, ao longo dos últimos anos, três gerações de políticas públicas. A primeira procurou dar resposta a reivindicações de caráter mais estritamente agrícola, e compreendeu, entre outras, as políticas de crédito rural, de seguro agrícola e de garantia de preços mínimos. A segunda geração abrangeria políticas de corte mais assistencial, de combate à pobreza e às desigualdades de renda no campo. Uma terceira geração nasceria com as políticas de compras públicas, voltadas à segurança alimentar, e com as ações orientadas para a sustentabilidade.

A agricultura familiar é reconhecida como forma de vida e subsistência no Brasil a partir dos anos de 1990, contemplada num conjunto de medidas que vinham se esboçando desde o início do período da redemocratização, que se denominava até então como pequena produção mercantil ou pequena produção familiar, uma categoria social de trabalhadores rurais no âmbito das políticas públicas que historicamente, recebe recursos públicos de diversos programas.

¹⁶ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Pedagogia pelo Instituto de Ensino Superior do Amapá. E-mail: adrianocostaunifap@gmail.com

¹⁷ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Escola Superior de Agronomia de Paraguaçu Paulista. E-mail: silvacharlesea@gmail.com

¹⁸ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

¹⁹ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

Na Amazônia, essa lógica define agricultura familiar como uma prática de grupos familiares em pequenas propriedades rurais, uma forma de campesinato que preservam a tradição cultural, seja de origem indígena, quilombola, ribeirinha ou de povos tradicionais, muitos produtores familiares enfrentam problemas com as condições jurídicas da propriedade (problemas históricos do campo brasileiro), além da baixa produtividade com relação a indústria capitalista, originária da ineficiência de aplicação das políticas públicas.

O processo de apoio do Estado aos agricultores cresce a partir de 1990 no Brasil e foi potencializado grandemente (GRISA; SCHNEIDER, 2015), são exemplos desta dinâmica os recursos recebidos de políticas públicas como PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), posteriormente, a criação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais - Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como a Lei da Agricultura Familiar, define no Brasil o agricultor familiar e “empreendedor familiar rural” aquele que pratica atividades no meio rural.

O programa nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (PRONAF) pode ser considerado como um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreram na esfera das políticas públicas das últimas décadas. O programa se originou em dois movimentos que ocorreram no Brasil na década de 1990- sendo de um lado o social ou político e o outro o teórico. Os agentes políticos principais foram o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores(DNTR/CUT) e a CONTAG- Confederação nacional dos trabalhadores na Agricultura. Essas entidades eram as responsáveis pelas iniciativas que defendiam os interesses dos pequenos produtores rurais, e se concentravam principalmente na região Sul do país, e tinha como nome “Jornada de luta”. Esses movimentos obtiveram grandes sucessos havendo com isso a unificação nacional chamado de “Grito da terra, conforme descrito por (Grisa; Scheider, 2007).

As várias reivindicações que motivaram as lutas dos agricultoras principalmente ao final dos anos 1980 e início de 1990, listam-se o crédito fundiário, Assistência Técnica, pesquisa, formação profissional, infraestrutura, habitação e que segundo (Nunes, 2007), os agricultores esperavam que estes investimentos levassem a maior e melhor produção de alimentos, garantindo com isso o desenvolvimento do pequeno agricultor, segurança alimentar ao país e a fixação das pessoas no meio rural.

O CAPITAL E A RACIONALIDADE QUE RECRIA, DESTRÓI E VIABILIZA O CAMPONÊS

A importância das políticas de crédito e do fomento no mundo rural se faz essencial na Amazônia, pois sem a existência dessas, as influências do capital geram no contexto rural, diversas formas de racionalidades, sejam econômicas, através da implementação de políticas

públicas de fomento agrícola, produção acelerada para atender o mercado, as relações com os donos da terra e o investimento do capitalista em busca da mais-valia denominada “lucro”. Na visão Marxista, em âmbito econômico, o modo de produção capitalista atua exercendo na agricultura apenas como um campo específico de exploração do capital, como investimento de seu capital numa esfera específica da produção.

Esse capitalista-arrendatário paga ao proprietário da terra, ao proprietário do solo explorado por ele, em prazos determinados, por exemplo anualmente, uma soma em dinheiro fixada contratualmente assim prestações pagas com juros determinados pelo capital monetário. Assim, percebemos uma ausência na preocupação com a sustentabilidade dos recursos ambientais, do solo e da própria manutenção dos agricultores em suas propriedades, o crédito através de política pública se faz tão importante nesse cenário.

A racionalidade que recria o camponês

Em análise das práticas de agricultor rural familiar, para Kautsky, esse processo ocorre sem que haja a necessidade de o capital entrar diretamente na produção agrária, ou seja, antes mesmo de se formar qualquer oposição entre o grande e pequeno estabelecimento agrícola, reafirmando assim, a sua certeza de que “a ação do capital não se restringe apenas à indústria. Uma vez fortalecido o suficiente, irá apoderar-se também da agricultura (KAUTSKY, 1985, p.22).

Os novos produtores agrícolas, tanto burgueses rurais (donos da terra ou capitalistas) como proletários rurais (trabalhadores) se encontram como proprietários fundiários, tornando a exploração capitalista independente da posse da terra, nesse caso, Lênin e Kautsky percebem e discutem a “questão agrária” como uma “questão camponesa”, porém reforçados nas teorias encontradas nos escritos de Marx em “O Capital”, em relação ao camponês. Essa análise sobre a recriação do campesinato, transfere a polarização capitalista para um outro nível:

Quando a situação chega a esse ponto, o grande estabelecimento deixa de excluir o pequeno, e vice-versa, passando um a condicionar o outro reciprocamente como acontece com o capitalista e proletário; vai acontecer ainda que o pequeno lavrador assumirá também, cada vez mais, o caráter deste último em relação ao grande estabelecimento agrícola. (KAUTSKY, 1985, p.147).

A racionalidade que destrói o camponês

Nesse contexto de influência do capital sobre as atividades ligadas a agricultura, Lênin procura demonstrar que a desintegração do campesinato é uma necessidade na formação do mercado interno e não a sua redução, e que o fortalecimento do mercado externo é inerente ao próprio fortalecimento do desenvolvimento capitalista, para o qual não é significativo o papel de fronteiras:

[...] o mercado interno cresce, de um lado, graças à transformação em mercadorias do produto da agricultura mercantil empresarial, e, de outro, graças à transformação em mercadoria da força de trabalho vendida pelo campesinato pobre (LÊNIN, 1985, p.36).

Essas características levantadas por Lênin, fundamentado nas teorias marxista, em âmbito rural, podem ser de forma cautelosa, identificadas nas relações dos campos brasileiros em dias atuais, com o avanço do capital em regiões antes preservadas e protegidas, desintegração dos assentamentos rurais, migração de pessoas para os centros urbanos, uma das facetas do desenvolvimento socioeconômico na Amazônia que demonstra a necessidade de ação dos governos para fomento e aplicação de políticas de crédito sustentáveis para agricultura familiar no Amapá.

A racionalidade que viabiliza o camponês

As formas e velocidade das transformações revolucionadas pelo desenvolvimento do capitalismo na indústria urbana vão mostrar-se diferentes na agricultura, pelos estudos de Chayanov, que se encontra esboçada na obra “A organização da unidade econômica camponesa” parte do princípio de que o campesinato se configura em um sistema de produção portador de uma racionalidade própria, diferente da racionalidade capitalista.

Segundo o autor, a agricultura familiar tradicional caracteriza-se pela especificidade na forma como ela se estrutura e organiza-se internamente, ou seja, o produtor familiar é fundamentalmente um proprietário que trabalha, Chayanov (1974) caracteriza e descreve como se estabelecem as relações interna e externamente à unidade de produção familiar.

Nesta tentativa de compreender a viabilidade da racionalidade camponesa numa perspectiva econômica, os estudos de Chayanov, abre uma perspectiva de reinvenção de concentração vertical da produção, através da vinculação das unidades camponesas a cooperativas, permitiria com o avanço das estruturas e práticas cooperativistas, a organização planejada das unidades camponesas, de acordo com os interesses das cooperativas, que representariam os interesses da economia nacional planejada. Isto, levaria de forma mais lenta, porém, mais segura, a modernização da agricultura russa, sem os traumas da coletivização forçada (CHAYANOV, 1985), uma possibilidade devido à grande capacidade de adaptação das formas camponesas por outros modos de produção. Para o cenário apontado pelo artigo, compreende-se que essas práticas vem sendo adotadas em diversas regiões da Amazônia com a assistência das políticas de crédito rural.

CRÉDITO RURAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA

A partir de 1995, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, o PROVAP foi totalmente reformulado, tanto em termos de concepção como em sua área de abrangência. Essas modificações deram origem ao PRONAF, em 1996, cuja institucionalização ocorreu através do Decreto Presidencial nº 1.946, datado de 28/07/1996. Desse ano em diante, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares. Deve-se registrar, no entanto, que, no ano de 1996, apenas as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas e que a ampliação do programa para as áreas de investimentos, infraestrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreu a partir de 1997, quando o PRONAF ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo território nacional. (Grisa; Wesz júnior; Buchweitz 2014, p 324).

Na outra vertente, o chamado campo teórico composto pelo debate acadêmico que recolocou luz sobre o lugar que a agricultura familiar ocupou no desenvolvimento dos países do capitalismo avançado e as condições de precariedade que ela encontrou historicamente no Brasil. Até o final dos anos 1980, a literatura especializada brasileira era caudatária de um enfoque marxista sobre a agricultura e se referia ao ebat clássico entre Lenin e Kautsky acerca da possibilidade ou impossibilidade, de sobrevivência ou permanência dos pequenos agricultores do campo em face do grande progresso da agricultura e a conclusão desse debate apontava o trágico destino de todos os que dependessem da posse ou propriedade de pequenas extensões de terra, os quais seria facilmente superados pelos grandes latifúndios.

Para melhor compreender as origens do PRONAF, o programa nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas até então existentes e encontravam sérias dificuldades de se manter no campo. Em 1994, em consequência das reivindicações dos agricultores familiares acima citadas, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que operava com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

O PROVAP seria o embrião da primeira e mais importante política pública criada dois anos mais tarde e destinada aos agricultores familiares. Cabe frisar que, embora o PROVAP tenha tido resultados pífios do ponto de vista dos recursos aportados para os agricultores, sua importância consiste na transição que ali se inicia em direção a uma política pública diferenciada por categorias de produtores rurais. Deve-se lembrar, por exemplo, que até esta época, os pequenos agricultores eram enquadrados como “miniprodutores” pelas normas do Manual de Crédito Rural do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito para agricultura.

A Resolução 2191 do Banco Central do Brasil (BACEN), de 24 de agosto de 1995, instituiu o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF é a principal política de apoio à agricultura familiar brasileira e é executado por bancos públicos e privados, o BNDES e cooperativas de crédito rural. A resolução estabelece que no mínimo 20% dos recursos obrigatórios devem ser aplicados em financiamentos ao amparo do PRONAF. Os créditos ao amparo do PRONAF devem seguir as normas gerais do Manual de Crédito Rural (MCR). As Secretarias de Política Agrícola e de Acompanhamento Econômico podem adotar medidas para implementar as disposições da resolução.

O PRONAF E A POLÍTICA DE CRÉDITO NA AMAZÔNIA VIA FNO

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição Federal de 1988, que estabeleceu em seu artigo 159, inciso I, alínea “c”, a obrigação de a União destinar 3% da arrecadação do Imposto sobre a Renda – IR e Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Tais fundos visam priorizar os pequenos agricultores, empresários e industriais (FUNDOS CONSTITUCIONAIS DE FINANCIAMENTOS, 2010; LIRA, 2005).

A Lei nº. 7.827/89, alterada pela Lei nº 9.126/95 e Lei nº 10.177/2001, regulamentou o referido artigo, que instituiu os Fundos Constitucionais. Para a região Norte foi criado o Fundo Constitucional de Financiamento do norte - FNO, tendo como objetivo contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Mesmo estando instituídos em lei, somente em 1991 os agricultores familiares da região Norte começaram a ser beneficiados por esta linha de crédito, fazendo com que os recursos pudessem cumprir com os objetivos para os quais foram propostos (LIRA, 2005).

Os recursos do FNO são provenientes de 0,6% da arrecadação do IR e IPI, os quais são administrados pelo banco da Amazônia. Este aplica a verba por meio de programas elaborados anualmente, de acordo com a realidade ambiental, social e econômica da região, em parceria com os representantes das instituições públicas e dos diversos segmentos da sociedade, em consonância com o plano plurianual para a Amazônia legal – PPA e com as prioridades espaciais e setoriais definidas pelas unidades federadas da região Norte.

Com relação a contextualização da política pública do PRONAF com o planejamento urbano regional, destacamos a importância do (Pronaf) como instrumento eficaz de geração de renda suficiente para garantir que o agricultor familiar permaneça no meio rural, evitando assim o êxodo na agricultura familiar, e uma possível migração de parte desses agricultores a centros urbanos, Visto que conforme Monte-Mór descreve em seu artigo “ As teorias urbanas e o

planejamento no Brasil”, no contexto econômico, esses planejamentos são feitos para grandes centros urbanos capitalistas, e que são totalmente inviáveis a regiões periféricas, tornando-as “ideias fora do Lugar” e com isso a marginalização dessas populações.

Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo de analisar evolução na aplicação de crédito rural à agricultura familiar no período de 2015 a 2024 no âmbito do programa nacional de fortalecimento da agricultura família (PRONAF). Serão examinadas de maneira estatística o volume de crédito financiado, o número de contratos e a distribuição dos recursos no estado do Amapá e os municípios das Ilhas do Pará (Afuá, Anajás, Breves Chaves e Gurupá). Com destaque para a evolução dos valores contratados destacando virtudes e dificuldades no acesso ao crédito. Em seguida delimitaremos o público que foram beneficiados nessa política; o grande número desse desempenho entre 2015 e 2024, e por fim, será considerado esse desempenho sob ótica das regiões estudadas. Ao final abordaremos algumas considerações sobre perspectivas dessa política pública.

CARACTERIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF

O principal público beneficiado pelo Pronaf, conforme o manual de crédito rural, são os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ativa ou do documento Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) válido, observado o que segue: (Res CMN 4.889 art. 1º; Res CMN 5.024 art. 4º; Res CMN 5.151 art. 2º).

Devem ser agricultores que explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou permissionário de áreas públicas, que residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais, que não detenham, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor, observado o disposto na alínea "g"; (Res CMN 4.889 art 1º), que no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar seja originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

Levando em consideração as atividades executadas, observa-se ainda o disposto na alínea "h"; (Res CMN 4.889 art. 1º), que tenham o trabalho familiar predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor ou igual ao número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; que tenham

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

obtido renda bruta familiar, nos últimos 12 (doze) meses de produção normal que antecedem a solicitação da DAP ou do CAF-Pronaf, de até R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), considerando nesse limite a soma de 100% (cem por cento) do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% (cem por cento) do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais; (Res CMN 5.024 art. 4º).

São também beneficiários do Pronaf, mediante apresentação de DAP ativa ou de CAF-Pronaf válido, as pessoas que: (Res CMN 4.889 art. 1º; Res CMN 5.024 art. 4º), que atendam, no que couber, às exigências previstas no item 1 e que sejam: (Res CMN 4.889 art 1º), pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a 2 (dois) hectares de lâmina d'água ou, quando a exploração se efetivar em tanque-rede, ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água; silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores; integrantes de comunidades quilombolas rurais; povos indígenas; e demais povos e comunidades tradicionais

METODOLOGIA

A metodologia adotada envolverá a coleta e análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais, como o Banco Central e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e BASA. Além disso, será realizada uma caracterização dos beneficiários do PRONAF, bem como uma análise da distribuição geográfica dos recursos e das principais destinações deles. A utilização de técnicas estatísticas permitirá identificar tendências de evolução e mensurar os impactos do crédito rural na agricultura familiar.

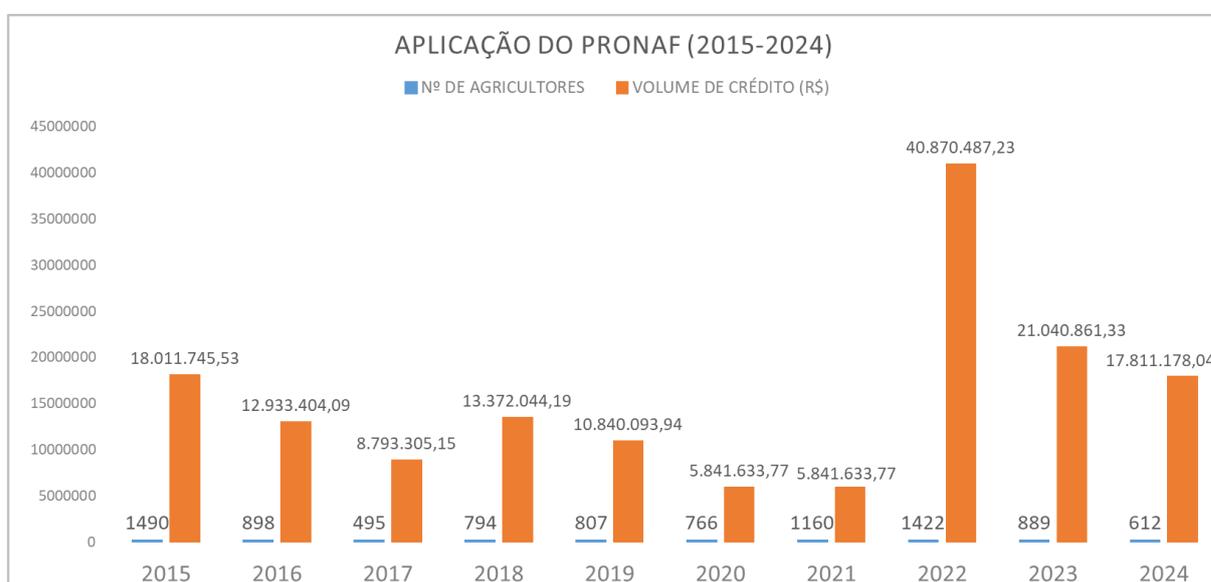
No ano inicial do estudo (2015), as operações de PRONAF foram de 1490 contratos, contabilizando R\$18.011.745,53, certamente esse volume de recursos pode ser atribuído ao acesso a declaração de aptidão ao Pronaf (DAP). Nos anos seguintes 2016 e 2017, tivemos significativa redução no volume de aplicação de crédito, quando comparado com ao início dessa série, esse decréscimo podemos atribuir a novas exigências internas do banco, principalmente o licenciamento ambiental, e também o decreto nº 9.064, de 31 de maio, que instituiu o Cadastro

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Nacional de Agricultura Familiar (CAF), onde os beneficiários da política nacional da agricultura familiar e demais públicos tiveram que ser novamente enquadrados, e a CAF substituiu a DAP, para fins de acesso às políticas públicas que são destinadas às unidades familiares.

A partir de 2018, no entanto, quando a questão do licenciamento ambiental teve melhor entendimento e os emissores das CAF's conseguiram novamente disponibilizá-las, observa-se um registro expressivo a aplicação do Pronaf, com registro de crescimento de R\$13.372.044,19 e 794 contratos efetivados, um aumento de 52% no volume de crédito e 60% no quantitativo de agricultores atendidos.

Figura 1. Representa a evolução de créditos contratados pelo Pronaf no período de 2015-2024.



Fonte: Basa 2024. Elaborado pelos autores.

No ano de 2019 e 2020, mesmo com aumento no número de agricultores atendidos, houve novamente redução no montante de crédito aplicado no PRONAF, com redução respectivamente R\$ 10.840.093,94 (18,93%) e R\$ 5.841.633,77(56,31%). Esse declínio se deu pela exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR). A partir de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) ajustou a exigência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para os financiamentos rurais de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) enquadrados como investimento e custeio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A decisão foi tomada em reunião realizada na quinta-feira, 28 de março de 2021.

Para não prejudicar a obtenção de crédito rural pelos beneficiários assentados no âmbito do PNRA, enquadrados nos Grupos “A” (crédito de investimento) e “A/C” (crédito de custeio) do Pronaf, que não possuam o CAR individual do seu lote, o CMN permitiu, até 30 de junho de 2020, o acesso ao crédito rural desse público mediante a apresentação do recibo de inscrição no CAR

referente ao perímetro do projeto de assentamento, desde que o nome produtor conste da relação de beneficiários do referido projeto. A medida foi oficializada na Resolução nº 4.714, publicada em 29 de março de 2019. Por meio de nota, o Ministério da Economia contextualizou que a Lei nº 12.651, de 25.5.2012 – que criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR) – previa que, após cinco anos de sua publicação, as instituições financeiras só poderiam conceder crédito agrícola para beneficiários cujas atividades fossem desenvolvidas em imóveis rurais inscritos no CAR. Após duas prorrogações, o documento de inscrição passou a ser exigido a partir 01/01/2019.

De acordo com a Instrução Normativa MMA nº 2, de 6 de maio de 2014, que dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e define os procedimentos gerais do CAR, a inscrição dos assentamentos de Reforma Agrária no Cadastro Ambiental Rural dar-se-á, inicialmente, por meio do registro do seu perímetro, com a relação de beneficiários do assentamento de reforma agrária e, posteriormente, quando couber, por meio da individualização dos lotes. Diante disso, o CMN decidiu pelo ajuste na exigência. Após o ano de 2021, pode-se observar novamente seguir a trajetória de redução nas aplicações do crédito, porém houve um aumento no número de agricultores atendidos. Em 2023 novamente a tendência de queda na aplicação permaneceu quando comparado com o ano anterior.

Uma relação estratégica tomada pela política de crédito rural para o Amapá, como forma de desenvolver a região norte da Amazônia, apresenta números com indicadores interessantes, devido ao volume de crédito aprovado para municípios do estado do Pará, ilhas próximas territorialmente e do próprio Amapá, trouxemos no gráfico 1 os percentuais de agricultores atendidos (propriedades rurais) contemplados pela política pública através do PRONAF no ano inicial deste estudo e ano final consolidado.

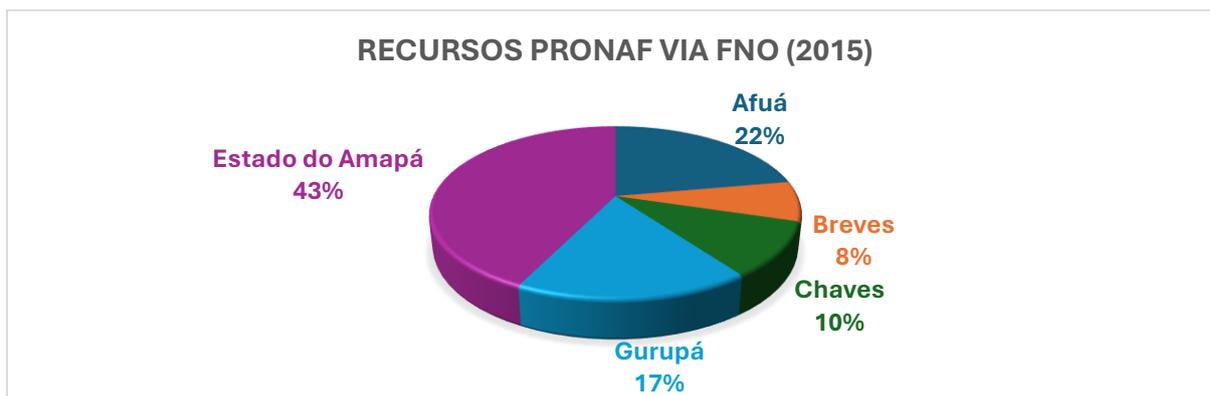
Compreende-se que o estado do Amapá em 2015 com seus 16 municípios, apresenta percentuais com menos da metade do volume de crédito aprovado, ou seja, somente os quatro municípios do Pará conseguem acessar um volume de crédito maior de unidades rurais contempladas, um cenário altamente complexo para analisar o desenvolvimento territorial do estado, através de atividades do setor primário na agricultura familiar.

No gráfico 2 é possível ver a evolução dos dados do crédito rural em 2023 com números de contratos consolidados. Com a evolução do crédito aplicado ao longo dos anos, em 2023 o Amapá apresenta em percentuais agora um equilíbrio em relação aos municípios do Pará conseguindo equiparar o acesso ao volume de crédito pelas unidades rurais, um contexto positivo frente aos desafios enfrentados no estado mais novo da federação.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Em 2024, de acordo com o Plano de aplicação de Recursos financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) 2024, os recursos destinados para financiamento da agricultura familiar no estado do Amapá, são de R\$ 66,62 milhões de reais, sendo que destes, já foram aplicados até o início do mês de outubro, próximo a R\$ 18.000.000,00, apontando com isso o cumprimento das metas até o final do plano-safra 2024/2025.

Gráfico 1. Agricultores com crédito rural PRONAF via FNO (2015).



Fonte: Basa 2024. Organizado pelos autores.

Mesmo com as oscilações demonstradas na evolução do gráfico 2, os dados agregados do PRONAF mostram uma crescente no número de agricultores atingidos com o programa, entre eles os que necessitam de aportes financeiros menores, que é o caso do microcrédito produtivo, apontando assim que essa política pública vem conseguindo atingir seu público-alvo.

Gráfico 2. Agricultores com crédito rural PRONAF via FNO (2023).



Fonte: Basa 2024. Organizado pelos autores.

Todos esses dados e fatos foram obtidos a partir dos relatórios de controle de processos do Banco da Amazônia, relatórios esses que diariamente são transmitidos aos Ministérios da Agricultura e Ministério da Fazenda e atualmente do Plano de Aplicação dos recursos do FNO para 2024. Quando se faz uma relação dos números apresentados e o desenvolvimento local, ele segue o identificado por Mateli et al (2007), em uma análise dos impactos do PRONAF sobre as

economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil , e seus efeitos sobre a dimensão produtiva, demográfica, social nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, baseados nos municípios com maior volume de crédito do PRONAF. Outro estudo realizado por Sother, 2022, que compara a distribuição de recursos do PRONAF com indicadores socioeconômicos no meio rural apontaram que o PRONAF contribuiu para a permanência dos agricultores no campo destacando e contribuindo no desenvolvimento econômico dos municípios estudados.

Pellizza & Spier (2021) ao estudar os impactos do Pronaf sobre o crescimento econômico dos municípios de Santa Catarina no período de 2000 a 2015, também identificaram o crescimento no PIB per capta e PIB agropecuário. Diante disso, e com os números demonstrados aqui neste estudo, Torna-se interessante realizar uma análise em escala mesorregional pois assim pode-se comparar os efeitos que os créditos do PRONAF geram, na renda per capta e no PIB da agropecuária, entre as mesorregiões que mais aplicam e as que menos aplicam recursos do programa no estado do Amapá e nos municípios das ilhas do Pará aqui citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou destacar as dimensões do desempenho do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar no período de 2015 a 2024 no estado do Amapá, através do volume de recursos oriundos do Fundo Constitucional do Norte, esse teve principal destinação os 16 municípios do estado do Amapá, porém, pelas características geográficas da região e por motivos estratégicos da instituição Banco da Amazônia, houve a necessidade de se dividir a jurisdição da aplicação desses recursos para os municípios de Afuá, Breves, Chaves e Gurupá.

Algumas conclusões podem ser destacadas sobre essa bem-sucedida política pública na alavancagem de recurso creditícios voltados à agricultura familiar brasileira, como o principal financiador dos micro e pequenos produtores rurais. Pode-se destacar também o contínuo crescimento no volume de crédito e quantidade de agricultores atingidos por essa política, sobretudo após o ano de 2020, quando atingiu o pico de R\$ 27.287.242,03, e 1160 agricultores familiares. Mesmo com as oscilações ocorridas durante o período, os aportes disponibilizados pelo FNO PRONAF, contribuem significativamente para o desenvolvimento e produção agrícola.

O desempenho das aplicações do Pronaf indicam efetividade nesse período, ainda que haja na literatura apontamentos críticos sobre essa política pública, principalmente pelo critério de seleção para acesso a esse crédito. O volume de recursos aplicados no número de propriedades, que foram demonstradas através de contratos, percebeu-se a capacidade de reinvenção de concentração vertical da produção, com adoção de melhorias no processo

produtivo com implantação de cooperativas e consórcios de agricultores nesses municípios, permitiu um avanço através do microcrédito rural concedido, o que projeta uma organização planejada das unidades agrícolas, que nos faz refletir sobre a importância da execução das políticas para fortalecimento dos agricultores e suas atividades, uma verdadeira forma de criar possibilidades de reinvenção para o agricultor, conforme retratado por Chayanov, atendendo aos interesses da economia nacional, em desenvolver a Amazônia através das políticas de crédito de forma descentralizada como ficou demonstrado nessa análise na questão do Amapá e as ilhas do Pará contempladas nesse contexto estratégico.

O estudo indica que houve crescimento tanto no volume de crédito, quanto no número de agricultores beneficiados pelo crédito, uma inclusão de praticamente todas as categorias de agricultores, tanto os com maior potencial econômico, quanto os menos capitalizados, entre pescadores, silvicultores, aquicultores, quilombolas e silvícolas.

O jovem Amapá é um dos estados que possui consideráveis limitações de regularização fundiária, que se completa com os grandes conflitos agrários locais, que são resultados de descontinuadas políticas governamentais, que ao longo dos anos vem atingindo às regularizações de propriedades e atividades econômicas.

Isso tudo, faz desse estudo em dados quantitativos da política de crédito, mais um elemento comprobatório desse cenário altamente complexo e desafiador para criar condições de acesso maior ao crédito rural, precisa ser compreendido para implementar políticas mais eficazes, integradas e sustentáveis pelos órgãos e governos locais para garantir a sustentação do homem nos campos do Amapá.

REFERÊNCIAS

BASA. **Sistema de avaliação de resultado de desempenho**. Santana-AP, 2024.

BRASIL. **Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006**. Brasília, DF, 25 jul., p. 1, seção 1, 2006.

_____. **Decreto n. 1946, de 28 de Junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=1946&ano=1996&ato=a8aAzZE5EMJpWT0c8>. Nov.2024.

_____. **Resolução CMN Nº 4.889, de 26 de Fevereiro de 2021**. Dispõe sobre a consolidação do Capítulo 8 (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural - Pronamp), do Capítulo 9 (Fundo de Defesa da Economia Cafeeira - Funcafé), do Capítulo 10 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) e do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do Manual de Crédito Rural (MCR), em conformidade com o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

_____ **Instrução Normativa no 2/MMA, de 06 de maio de 2014.** Dispõe sobre os procedimentos para a integração, execução e compatibilização do Sistema de Cadastro Ambiental Rural-SICAR e define os procedimentos gerais do Cadastro Ambiental Rural-CAR. Disponível em: https://www.car.gov.br/leis/IN_CAR. . nov.2024.

BÜTTENBENDER, P.L., BERKMANN, B.A. AND SPAREMBERGER, A., 2022. Cooperativismo e Crédito Rural da Agricultura Familiar como fomento ao Desenvolvimento Sustentável: Estudo em uma Cooperativa de Interação Solidária/Cooperativism and rural credit of family agriculture as a promotion to sustainable development: study in a solidary interaction cooperative. **Informe Gepec**, 26(1), pp.330-347. unioeste.br

CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Económica Campesina.** Buenos Aires, Nueva Vision, 1985.

GRISA [e] Sergio Schneider. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil / Organizadores Catia – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.**

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Brasil: dos décadas de políticas públicas para la agricultura familiar. In: SABOURIN, E.; SAMPER, M.; SOTOMAYOR, O. (Coord.). **Políticas públicas y agriculturas familiares en América Latina y el Caribe: balance, desafíos y perspectivas.** Santiago, Chile: CEPAL, 2014. Cap. IV.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Sorocaba, v. 52, p. 323-346, abr./jun. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária.** São Paulo, Nova Cultural, 1986, p. 401.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** 2a edição. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____ **Manuel de Crédito Rural.** Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/mcr>. nov.2024.

_____ **Plano de Aplicação dos Recursos do FNO.** 2024.

LIRA, J. A. **Crédito agrícola familiar: a visão dos beneficiários do FNO no município de Santo Antônio do Tauá.** 96 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2005.

Mattei, L., Waquil, P., Schneider, S., Conterato, M., Radomsky, G., Namizaki, G., & Niederle, S. (2007, July). **Uma análise dos impactos do PRONAF sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil.** In Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Vol. 45, pp. 1-21).

NUNES, S. P. O crédito rural do Pronaf e os recentes instrumentos de política agrícola para a agricultura familiar, **Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**, DESER, Conjuntura Agrícola, n. 156, fev. 2007. Disponível em: . Acesso em: 06 nov.2024.

Pelizza, C. R., & Spier, C. (2021). OS IMPACTOS DO PRONAF SOBRE O CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, DE 2000 A 2015. **Revista Catarinense de Economia**, 5(2), 172-185.

SARON, F.A.; HESPANHOL, A.N. O PRONAF e as políticas de desenvolvimento rural do Brasil: O desafio da (re) construção das políticas de apoio a agricultura familiar. In: **Revista GEO UERJ**. Ano 14. Vol.2 N°.23 p.656-683. 2º semestre. Rio de Janeiro-RJ, 2012.

SCHNEIDER, S.; WESTPHALEN, F.; GAZOLLA, M. **As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo?** In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 18., 2005, Ribeirão Preto, São Paulo. Anais... Ribeirão Preto: Sober, 2005.

SCHWENDLER, S. F.; VIEIRA, C. R.; AMARAL, M. R. **Relações de trabalho, gênero e geração das jovens camponesas em assentamentos da reforma agrária.** Mediações, Londrina, v. 23, n. 3, p. 248-275, 2018.

SÖTHE, A., WRITZL, D. N., & VISENTINI, M. S. (2022). **PRONAF gaúcho: comparando a distribuição de recursos com indicadores socioeconômicos e características do meio rural.** DRD-Desenvolvimento Regional em debate, 12(ed. esp. Dossie), 285-308.

WANDERLEY, M.N. B. **Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov.** BRANDENGURG, Alfio; DUARTE, Angela. Para pensar: outra agricultura. Curitiba: Editora da UFPR, p. 29-49, 1998.

DESAFIOS DA MOBILIDADE URBANA: O EFEITO BARREIRA NO DESLOCAMENTO A PÉ PELA RODOVIA DUCA SERRA, MACAPÁ-AP

Hiroshi da Silva Koga²⁰

<https://lattes.cnpq.br/9570433347529069>

João Paulo Silva Santos²¹

<https://lattes.cnpq.br/0283103805923367>

José Alberto Tostes²²

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patricia Helena Turola Takamatsu²³

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Marco Antônio Augusto Chagas²⁴

<http://lattes.cnpq.br/8349011053672474>

INTRODUÇÃO

Em um mundo cada vez mais interconectado, a eficiência dos sistemas de transporte torna-se um indicador determinante para o desenvolvimento econômico e da coesão social de uma cidade. No entanto, muitos centros urbanos, especialmente aqueles de médio porte e suas periferias, enfrentam desafios significativos relacionados à acessibilidade e à segurança dos deslocamentos. Um fenômeno que se destaca nesse contexto é o "efeito barreira", que ocorre quando infraestruturas de transporte, como rodovias e ferrovias, criam obstáculos físicos que dificultam o deslocamento de pedestres e ciclistas. Esse efeito pode resultar em segregação social, aumento da insegurança e diminuição da acessibilidade, afetando de maneira desproporcional grupos vulneráveis, como idosos e pessoas com deficiência.

²⁰ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: kogacheiroso@gmail.com

²¹ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Matemática pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: joaosantos.amp@gmail.com

²² Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

²³ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

²⁴ Doutor em Ciências (Desenvolvimento socioambiental) pela Universidade Federal do Pará. Graduado em Geologia pela Universidade Federal do Pará. Professor de pós-graduação Mestrado em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: marco.chagas@unifap.br

A Rodovia Duca Serra é uma das principais vias do estado do Amapá, que conecta as cidades de Macapá e Santana. Ela serve como um corredor estratégico para o transporte de pessoas e mercadorias e facilita a movimentação entre essas comunidades. Embora a rodovia conte com passarelas para pedestres, calçadas e ciclovias, a configuração da via e o intenso tráfego de veículos ainda criam barreiras significativas para quem precisa se deslocar a pé. A distância entre as passarelas, a falta de calçadas em alguns trechos e a alta velocidade dos veículos podem tornar a experiência de atravessar a rodovia desafiadora e insegura.

Diante desse cenário, a mobilidade urbana emerge como um elemento central na construção de cidades resilientes e coesas, onde a interação social e o crescimento econômico se entrelaçam de maneira harmoniosa. Ao facilitar o acesso a serviços, oportunidades de emprego e espaços de convivência, a mobilidade urbana não apenas melhora a qualidade de vida, mas também atua como um catalisador para a inclusão social e a equidade. Portanto, é necessário investigar como esses fatores se combinam para perpetuar o efeito barreira, mesmo na presença de infraestrutura destinada à mobilidade. Este estudo se propõe a investigar as complexas interações entre a infraestrutura viária e a mobilidade dos pedestres, com foco na Rodovia Duca Serra. A análise se concentrará nas barreiras físicas que podem comprometer os deslocamentos a pé, contribuindo para uma experiência de mobilidade marcada por desafios.

Para investigar essas barreiras, este estudo utilizou uma metodologia composta por uma revisão de literatura abrangente sobre o efeito barreira e uma análise espacial detalhada no trecho urbano da rodovia. A observação direta permitiu mapear as condições das calçadas, a distância entre passarelas e a sinalização, identificando os principais obstáculos enfrentados pelos pedestres.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: inicialmente, apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam o conceito de efeito barreira e sua relação com a mobilidade urbana. Em seguida, descrevemos a metodologia adotada para a realização da pesquisa, com ênfase na análise espacial e observação direta. Posteriormente, analisamos os dados coletados, apontando os principais desafios e soluções. E, para finalizar, discutimos as implicações dos resultados e sugerimos intervenções para uma mobilidade mais inclusiva.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é organizado em dois eixos principais: o primeiro aborda os conceitos e desafios da mobilidade urbana, com foco específico no efeito barreira e suas implicações para o deslocamento de pedestres; o segundo eixo analisa a relação entre o planejamento urbano e a mobilidade na Rodovia Duca Serra, destacando como a infraestrutura viária pode impactar a acessibilidade e a segurança de pedestres.

Conceitos e desafios da mobilidade urbana

As infraestruturas de transporte, ao mesmo tempo que promovem a conectividade, podem criar barreiras que fragmentam o espaço urbano, resultando em descontinuidades que impactam a dinâmica social e econômica das áreas adjacentes (Mouette, 2004). Essa questão é particularmente evidente em rodovias urbanas, onde as características do tráfego e da infraestrutura viária frequentemente dificultam a movimentação de pedestres e ciclistas, gerando o fenômeno conhecido como "efeito barreira".

Mouette destaca que o efeito barreira se manifesta nas restrições ao deslocamento a pé, resultantes do tráfego de veículos e da infraestrutura viária, que dificultam a movimentação dos pedestres e limitam o acesso a locais e estabelecimentos do outro lado da via (Mouette, 2004). Esse fenômeno é especialmente prejudicial para grupos vulneráveis, como idosos, que enfrentam desafios de mobilidade e percepções negativas sobre a segurança e o conforto ao caminhar. A dificuldade em atravessar vias movimentadas não apenas compromete a acessibilidade, mas o efeito barreira também pode levar ao isolamento social, pois a dificuldade de acesso desencoraja a interação com a comunidade e a participação em atividades cotidianas.

O conceito de efeito barreira, discutido por Dominique Mouette está intimamente relacionado ao termo inglês "severance", que denota separação ou interrupção. Essa ideia descreve uma descontinuidade na malha urbana provocada pelo sistema de transporte, refletindo a expressão francesa "effet coupure", que se traduz como efeito corte. Essa terminologia é utilizada para caracterizar a barreira não apenas como uma interrupção causada pelo tráfego, mas também como qualquer obstáculo ou impedimento que possa surgir, seja por elementos naturais da paisagem ou por intervenções de engenharia (Monte-Mór, 2006).

Essa interrupção na malha urbana não ocorre de forma isolada, ela se insere em um contexto mais amplo de fragmentação urbana. A teoria da fragmentação urbana sugere que, à medida que as cidades se expandem e se reestruturam, as infraestruturas de transporte podem criar novas centralidades e periferias, alterando as interações sociais e econômicas observa que "a fragmentação da metrópole e a emergência de subúrbios autônomos podem ser trazidas para este contexto, onde a multipolarização e a hibridização sócio-espacial marcam o espaço urbano contemporâneo" (Monte-Mór, 2006). Isso reforça desigualdades urbanas: enquanto áreas conectadas ao sistema viário podem se beneficiar do desenvolvimento, regiões menos acessíveis acabam marginalizadas, perpetuando desigualdades socioeconômicas.

Na prática, o efeito barreira não é apenas uma questão de engenharia ou mobilidade física, mas também uma questão social. A falta de travessias seguras em rodovias urbanas como a Duca Serra, por exemplo, acentua a insegurança dos pedestres, sobretudo devido ao intenso tráfego e à alta velocidade dos veículos (Silva Júnior, 2008). Essa insegurança afeta especialmente aqueles que dependem da mobilidade ativa para acessar serviços básicos, como escolas, unidades de saúde e mercados, levando muitos a optarem por rotas mais longas ou mesmo a evitar certos deslocamentos.

Além disso, os impactos ambientais e econômicos do efeito barreira não podem ser ignorados. O tráfego intenso nas proximidades das rodovias urbanas contribui para a poluição sonora e atmosférica, afetando a qualidade de vida dos moradores (Silva Júnior, 2008). Somado a isso, a necessidade de utilizar veículos motorizados para superar as barreiras impõe custos financeiros adicionais às famílias, especialmente para aquelas em situação de vulnerabilidade econômica, criando um ciclo de exclusão social.

Portanto, o efeito barreira apresenta desafios interligados que abrangem questões de mobilidade, acessibilidade, segregação socioespacial e impactos ambientais e econômicos. Essa perspectiva teórica reforça a necessidade de compreender o impacto dessas barreiras não apenas como problemas de conectividade, mas também como fatores estruturais que moldam as relações sociais e econômicas no espaço urbano.

Planejamento urbano e a mobilidade na Rodovia Duca Serra no estado do Amapá

A partir da visão defendida por Jadson Porto, baseada nos estudos de David Harvey e Milton Santos, que percebe o espaço amapaense como resultado de interesses externos articulados e acionados, refletido por ações políticas, econômicas e institucionais tardias (Porto, 2018), percebemos que o estado do Amapá passou por diversas transformações em seu território ao longo da história, que incluíram desde expansões territoriais até a influência de interesses comerciais, questões geopolíticas e geoeconômicas, bem como a inserção em articulações internacionais e políticas públicas nacionais.

A urbanização do Amapá começou a tomar forma com a criação do Território Federal do Amapá em 1943. Esse movimento atraiu muitas pessoas em busca de novas oportunidades, gerando uma demanda crescente por serviços e infraestrutura urbana (Porto, 2018). Um momento decisivo ocorreu em 1944, quando Macapá foi escolhida como a capital do território. Essa mudança, que transferiu a capital da cidade de Amapá para Macapá, teve um impacto significativo na configuração urbana da região, sendo um evento único na história dos Territórios Federais do Brasil (Porto, 2018).

A cidade Macapá tem suas raízes nos séculos XVII e XVIII. No entanto, nesses primeiros tempos, não podemos considerar o lugar como cidade ou vila em um sentido urbano mais definido. O que se percebe é o início de um processo de aglomeração, um passo inicial no desenvolvimento dessas comunidades (Porto, 2018). Além disso, a urbanização de Macapá foi acelerada pela exploração mineral, especialmente a extração de manganês na Serra do Navio e a exploração de ferro no rio Vila Nova, que começaram em 1945. Esses empreendimentos não só fortaleceram a economia local, mas também foram fundamentais para a construção de infraestrutura vital, como ferrovias, portos e rodovias. Essa dinâmica também levou à criação de novos municípios, como Santana e Serra do Navio (Porto, 2018).

A Rodovia Duca Serra, antes denominada Duque de Caxias, desempenhou um papel central na formação e reorganização do espaço urbano de Macapá e Santana. Sua construção, na década de 1960, está diretamente ligada à chegada da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI), que utilizava a rodovia como suporte logístico para a exploração de manganês na região de Serra do Navio. Projetada inicialmente para complementar a linha férrea construída pela empresa, a rodovia era um eixo de transporte fundamental para escoar o minério até o Porto de Santana (Colle, 2019).

Na década de 1970, a Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL) teve um papel fundamental no crescimento econômico da região ao assumir a responsabilidade pela ampliação da área portuária. Essa expansão foi essencial para facilitar o escoamento da produção de celulose, um insumo vital para a indústria de papel, além de melhorar a infraestrutura de transporte local. Com um porto mais eficiente, a empresa conseguiu aumentar sua capacidade de exportação e importação, o que, por sua vez, ajudou a impulsionar a economia tanto local quanto regional (da Silva, 2017). Já na década de 1980, a criação do Distrito Industrial de Santana marcou um avanço significativo na industrialização, aituado ao longo da rodovia estadual Macapá/Mazagão, esse distrito foi pensado para atrair novas empresas e indústrias, gerando empregos e fomentando o desenvolvimento econômico.

Com a intensificação das atividades econômicas decorrente da consolidação do Distrito Industrial de Santana e da expansão de empresas como a AMCEL, a Rodovia Duca Serra passou a atender demandas crescentes de transporte rodoviário. Suas margens, anteriormente pouco ocupadas, começaram a abrigar diversos usos institucionais e urbanos. Entre os anos de 1980 e 1990, conforme descrito por Tostes (2013), áreas ao longo da rodovia passaram a ser utilizadas para diferentes finalidades, incluindo penitenciárias, instalações do Exército, loteamentos, conjuntos habitacionais, atividades madeireiras, escolas, concessionárias, faculdades e associações.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

A localização estratégica do Distrito Industrial, próxima às rodovias Duca Serra e JK, facilitou o transporte de mercadorias e a mobilidade dos trabalhadores, tornando Santana um ponto-chave para atividades industriais. Essa interligação entre as rodovias e o distrito industrial fortalece a posição de Santana e Macapá como centros econômicos estratégicos no Amapá, impulsionando o crescimento e a diversificação da economia local (da Silva, 2017).

Tabela 1: Bairros conectados à Rodovia Duca Serra

Bairro	População (pessoas)	Domicílios	Área Km²	Densidade demográfica
<i>Alvorada</i>	1.937	768	4,01	482,76
<i>Bella Ville</i>	245	84	0,31	799,54
<i>Cabralzinho</i>	2.721	980	2,68	944,09
<i>Cajari</i>	66	44	2,61	25,25
<i>Congós</i>	17.777	5.682	5,75	3090,38
<i>Goiabal</i>	2.643	959	6,23	424
<i>Marabaixo I</i>	3.987	587	0,66	6059,91
<i>Marabaixo II</i>	2.857	1.006	0,58	5106,06
<i>Marabaixo III</i>	7.654	2.558	2,1	3648,1
<i>Parque dos Jardins</i>	4.761	1.791	14,8	321,78
<i>Jardim América</i>	8.314	2.651	1,33	6232,19
Total	52.962	17.110	41,06	

Fonte: Koga et al. (2024), dados do Censo demográfico de 2022, IBGE, (2024).

Entre 1990 e 2000, o aumento populacional em Macapá e Santana intensificou o fluxo de veículos na Duca Serra, evidenciando desafios estruturais, como pistas inadequadas, ausência de sinalização e falta de planejamento integrado. Nesse período, Santana consolidou-se como um município com forte dependência de Macapá em relação a serviços públicos e privados, acentuando o uso diário da rodovia por milhares de trabalhadores e estudantes. Essa dinâmica também foi impulsionada pela criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, que atraiu novos investimentos e promoveu a urbanização ao longo da rodovia (Colle, 2019).

Nos últimos anos, a Rodovia Duca Serra passou por uma transformação significativa, tornando-se um eixo central para a vida na região. Com o surgimento de novos bairros e loteamentos, a rodovia se tornou um local atrativo para residências, refletindo o desejo das pessoas de viver ali e contribuindo para o crescimento populacional (Tostes, 2015). A seguir, a tabela apresenta os principais bairros diretamente conectados à Rodovia Duca Serra,

evidenciando suas características populacionais e a densidade demográfica. Juntos, esses bairros concentram uma população total de 52.962 pessoas, destacando a importância da via para a urbanização e a mobilidade regional.

Além disso, a Rodovia Duca Serra passou a abrigar diversas instituições e empresas de médio e grande porte, consolidando-se como um importante ponto de acesso a serviços essenciais (Tostes, 2015). O aumento de pequenos estabelecimentos comerciais ao longo da via transformou-a em um corredor econômico, atraindo consumidores e gerando empregos.

Essas mudanças evidenciam um processo de urbanização e desenvolvimento que fortalece a conexão entre Macapá e Santana, facilitando a mobilidade e o acesso a oportunidades para a população (Tostes, 2015). A Rodovia Duca Serra, com 17 km de extensão, tornou-se um dos principais corredores de tráfego da região, com cerca de 150 mil veículos passando por ela diariamente (Governo do Estado do Amapá, 2024).

Nos últimos anos, a Rodovia Duca Serra passou por várias obras, todas voltadas para a melhoria da mobilidade urbana. Entre as principais intervenções realizadas, podemos destacar o alargamento da rodovia, que começou em 2017, com a intenção de aumentar a capacidade de tráfego e permitir que os veículos circulassem de forma mais fluida (Governo do Estado do Amapá, 2024). Outra grande obra foi a duplicação da rodovia, finalizada em 2021, que aumentou a capacidade da via e objetivou a redução dos congestionamentos de veículos. As melhorias também incluíram: a construção de retornos e rotatórias, criação de ciclovia, acostamento e barreiras de segurança. Também foram criadas passarelas elevadas para pedestres em pontos considerados críticos da rodovia sinalização e iluminação para aumentar a visibilidade e a segurança durante a noite (Governo do Estado do Amapá, 2024).

A duplicação de trechos de rodovias em áreas urbanas, embora traga benefícios como o aumento da velocidade e da capacidade do tráfego, muitas vezes acaba por complicar ainda mais as travessias, impactando de forma significativa as comunidades que vivem nas proximidades. De Andrade e Tavares (2017), reforçam essa ideia ao analisarem a duplicação de um trecho da BR-101, que resultou em consequências negativas para a mobilidade e acessibilidade da população local.

MATERIAL E MÉTODOS

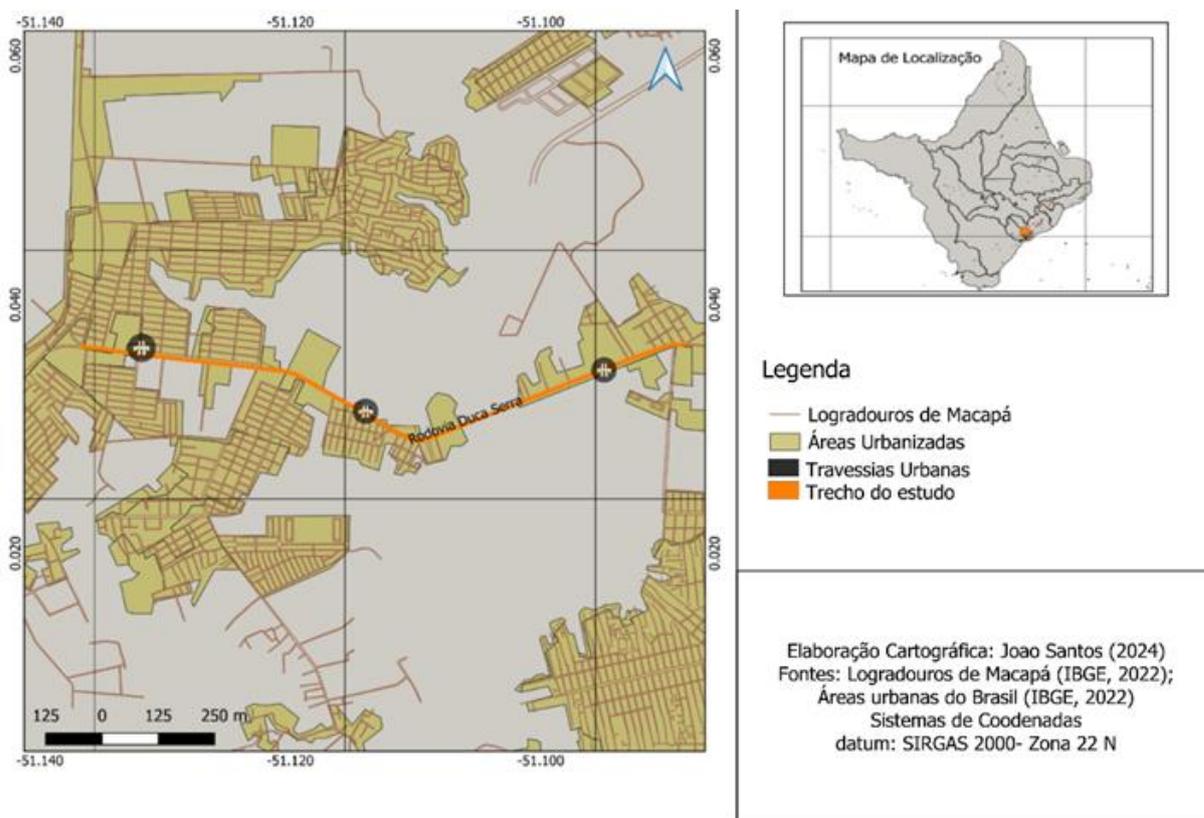
A pesquisa foi realizada na Rodovia Duca Serra, situada na cidade de Macapá, capital do Amapá, que é uma cidade de médio porte no Brasil. Esta rodovia é um dos principais corredores de transporte do estado (Tostes, 2015). O foco do estudo recai sobre um trecho urbano da rodovia, que se estende por 5,8 km dentro da cidade, conectando os bairros Goiabal, Marabaixo, Cabralzinho e Alvorada, além de diversos condomínios (Mapa 1).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Para embasar nossa pesquisa, realizamos uma revisão literária abrangente, buscou-se artigos nos periódicos CAPES, SciELO e em plataformas como Google Scholar e Research Rabbit. O critério principal de seleção foi a presença da designação "efeito barreira" no título dos artigos, com ênfase em publicações dos últimos cinco anos que tratassem do deslocamento a pé.

Adicionalmente, foi estabelecido critérios de exclusão para garantir que serão abordadas apenas questões que discutam o efeito barreira na experiência de pessoas que se deslocam a pé. Embora existam diversos estudos relevantes que tratem de outros aspectos que influenciam a mobilidade a pé, como a análise de transporte público, a acessibilidade para pessoas com deficiência, ou a influência de fatores socioeconômicos na mobilidade, não serão incluídos nesta revisão.

Mapa 1: Área de estudo: trecho da Rodovia Duca Serra.



Fonte: Base Cartográfica IBGE; Cartografia: Joao Santos. Qgis 3.34.38.

Durante a pesquisa, iremos analisar as barreiras físicas que dificultam os deslocamentos a pé. Serão observadas questões como as condições das calçadas, a distância entre as passarelas, a falta de sinalização adequada e a configuração geral da via. Essa abordagem nos permitirá compreender os desafios enfrentados pelos pedestres no local.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Para conduzir nossa análise, adotaremos a técnica de "Análise Espacial", fundamentada na metodologia da Geografia da Mobilidade, conforme discutido por Cresswell (2010). Essa abordagem nos permitirá explorar como a infraestrutura urbana se relaciona com os padrões de deslocamento dos pedestres. Através de observações diretas e da coleta de dados espaciais, iremos mapear aspectos essenciais, como as condições das calçadas, a distância entre as passarelas, a sinalização disponível e a configuração geral da via.

Com a Análise Espacial, teremos a oportunidade de identificar e descrever as barreiras que afetam a mobilidade a pé, permitindo uma avaliação crítica das condições de segurança e acessibilidade na Rodovia Duca Serra.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A revisão da literatura, conforme apresentado na Quadro 1, identificou um total de 13 artigos que abordaram a designação "efeito barreira" em relação ao deslocamento de pedestres, publicados nos últimos cinco anos. Dentre esses, 8 foram realizados no Brasil.

Quadro 2: Revisão Bibliográfica.

Autores	Ano	Título do estudo	Principais Achados	Localização
Emy Nimegeer, et al.	2018	Experiências de conectividade e severidade após a construção de uma nova rodovia	A nova extensão da Rodovia (M74) teve um impacto significativo, tanto conectando como separando as comunidades locais	Glasgow, Escócia
Paulo Rui Anciões, et al.	2018	Um modelo de preferência declarada para valorizar reduções na severidade comunitária	Alto número de pedestres cruza fora das faixas, devido à falta de infraestrutura. Idade e saúde afetam a disposição para atravessar a rua	Londres, Southend-on-Sea, Birmingham, Inglaterra
Maíra Mesquita Maciorowski e João Carlos Souza	2018	Vias Urbanas e Transporte Não Motorizado: O Efeito Barreira e Desafios na Busca por Mobilidade Urbana Sustentável	A pesquisa identificou a existência do Efeito Barreira na rodovia SC 401, que impacta a mobilidade de pedestres e ciclistas, tornando-os secundários ou ignorados nas condições de infraestrutura urbana	Florianópolis-Santa Catarina, Brasil

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Daniella Vanessa Rodrigues Lara e Antônio Nelson Rodrigues da Silva	2019	Questões de equidade associadas às barreiras de transporte em uma cidade brasileira de médio porte	A ferrovia e a falta de cruzamentos adequados dificultam a locomoção, especialmente para quem tem dificuldades, limitando o acesso a partes da cidade	São Carlos-São Paulo, Brasil
Paulo Raul Anciaes, et al.	2020	Uma abordagem para a avaliação do efeito barreira das estradas sobre os pedestres	Se o efeito barreira fosse reduzido, haveria um aumento significativo nas viagens a pé	Hereford e Hull, Inglaterra
Job Van Eldijk e Jorge Gil	2020	A dimensão social dos efeitos de barreira da infraestrutura de transporte	A remoção de barreiras aumentou a acessibilidade a parques e áreas de lazer, destacando a importância desses efeitos no planejamento urbano	Göteborg, Suécia
Pricila Spagnollo e Caliane Christie	2021	O impacto do efeito barreira na mobilidade urbana sustentável	Foi analisado como a ferrovia cria um efeito barreira, dificultando o acesso entre diferentes áreas da cidade e impactando a conectividade	Passo Fundo-Rio Grande do Sul, Brasil
Milena Cristine Rodrigues de Jesus, et al.	2021	Efeito barreira em cidades médias brasileiras	As dificuldades enfrentadas pelos pedestres estão ligadas a características pessoais e à percepção sobre a velocidade e o volume do tráfego. O alto tráfego e a velocidade dos veículos geram insegurança, tornando as caminhadas desconfortáveis	São Carlos- São Paulo, Brasil
Celso Mello Azevedo	2021	Efeito barreira e travessia de pedestres no anel rodoviário	A pesquisa destacou que o Anel Rodoviário tem um grande impacto na forma como as pessoas se movem pela cidade. Com 119 áreas identificadas ao longo da rodovia, que representam 21% do município, se conclui que a infraestrutura rodoviária afeta diretamente a acessibilidade e a vida cotidiana dos moradores	Belo Horizonte- Minas Gerais, Brasil

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Milena Cristine Rodrigues de Jesus, et al	2022	Efeito Barreira em uma Cidade Brasileira de Médio Porte: Uma Análise Exploratória Usando Árvores de Decisão e Florestas Aleatórias	A rua com intenso tráfego de veículos atua como uma barreira para pedestres, dificultando a travessia e aumentando a sensação de risco	São Carlos-São Paulo, Brasil
Tiago Bition Neri e Carlos Alberto Prado da Silva	2023	O Efeito Barreira de Rodovia Urbana e os Impactos sobre a Mobilidade e Despesas com Transportes	Mulheres, idosos e pessoas com dificuldades de locomoção são mais afetados, optando por não atravessar a rodovia, mesmo quando isso poderia trazer benefícios econômicos	Londrina-Paraná, Brasil
Reimildo Barbosa da Silva e Paulo Rogério de Freitas da Silva	2023	O Efeito Barreira e o 'Outro Lado da Pista': Um Estudo Sobre a Dinâmica do Espaço Urbano	A Rodovia BR-101 separa a cidade, dificultando o acesso dos moradores do bairro Sebastião Vilela dos Santos, que é conhecido como "outro lado da pista" A pesquisa apontou a falta de infraestrutura para travessias seguras e a ausência de políticas que resolvam os problemas de mobilidade	Teotônio Vilela-Alagoas, Brasil

Fonte: Koga *et al.* (2024).

OBSERVAÇÃO DIRETA

Trecho entre Marabaixo e Cabralzinho

Ao percorrer o trecho entre a primeira e a segunda passarela para pedestres, notamos desníveis no pavimento e áreas que não são pavimentadas. Além disso, encontramos barreiras físicas, tanto de concreto quanto naturais, que dificultam a circulação (Mosaico 1); a predominância do tráfego de veículos em relação a de pedestres e ciclistas, e a falta de continuidade nas ciclovias e calçadas.

Entre os bairros Marabaixo e Cabralzinho, há uma variedade de condomínios e o Goiabal. A via que dá acesso ao Marabaixo 1 e o Goiabal, enfrenta um intenso fluxo de veículos, mas não conta com uma infraestrutura que garanta a segurança dos pedestres. Nesse perímetro, tanto pedestres quanto ciclistas se veem forçados a atravessar a rodovia de modo arriscada (Mapa 2).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

A localização em questão também abrange diversos serviços essenciais, incluindo unidades de saúde, corpo de bombeiros, departamento de polícia, entre outros. Há diversos mercadinhos e supermercados, além de escolas particulares e públicas.

Esses serviços estão localizados ao longo da rodovia e dentro dos bairros Goiabal e Marabaixo, mas o acesso a eles requer a travessia da via, o que pode representar um desafio considerável para quem se desloca a pé. Essa travessia envolve não apenas questões de mobilidade, mas também de segurança, uma vez que o intenso fluxo de veículos pode tornar essa tarefa arriscada.

Trecho entre Cabralzinho e Alvorada

O trecho entre as passarelas 2 e 3 possui uma distância de 1,4 km e localizam-se entre os bairros Cabralzinho e Alvorada. Nesse perímetro, encontram-se lanchonetes, empresas de médio e grande porte, clubes, bem como faculdades, praças e escolas públicas, entre outros.

Mosaico: 2



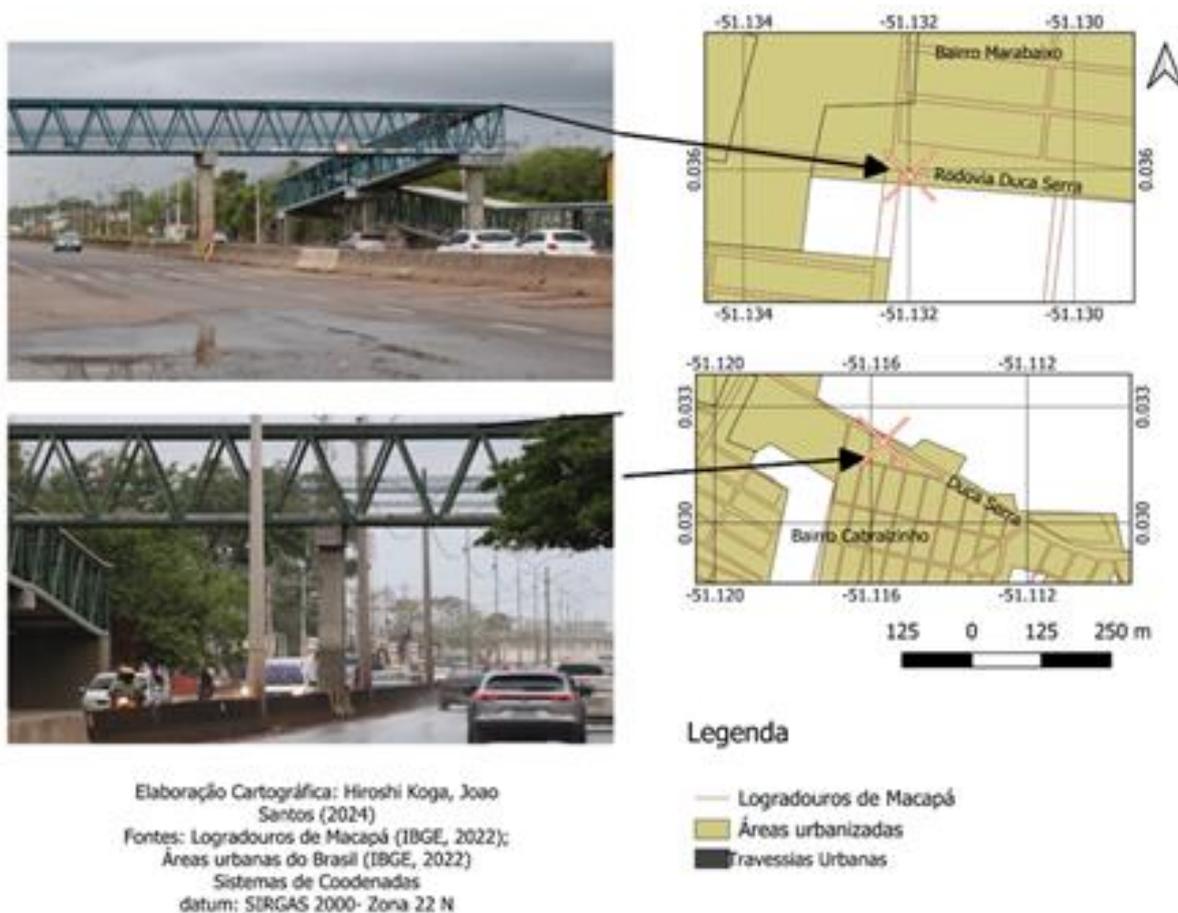
Fonte: Koga et al. (2024).

A barreira de concreto (Mosaico 2) se estende pela maior parte dessa área; no entanto, o calçamento não é contínuo, havendo calçamento apenas de um lado ou do outro da via. Para acessar as calçadas, é necessário transpor a barreira de concreto. A via foi projetada predominantemente para o fluxo de veículos, resultando em uma convivência forçada entre ciclistas e pedestres no mesmo espaço, isso quando viável.

Dados espaciais

A análise da infraestrutura de mobilidade ao longo da Rodovia Duca Serra foi realizada utilizando ferramentas de mapeamento digital, como GPS e aplicativos de geolocalização no software QGIS. Esses recursos permitiram o registro e a interpretação de elementos fundamentais para a mobilidade de pedestres, incluindo a localização das passarelas e as condições das áreas calçadas ao longo da via.

Mapa 3: Passarela de Pedestres.



Fonte: Base Cartográfica IBGE; Cartografia: Hiroshi Koga, Joao Santos. Qgis 3.34.38.

O Mapa 3 apresenta a localização das passarelas de pedestres na Rodovia Duca Serra. A primeira passarela está situada na segunda entrada do bairro Marabaixo I, que possui 3.987 habitantes distribuídos em 587 domicílios, destacando-se como um ponto de grande fluxo de pedestres. A partir dela, a segunda passarela, construída em concreto, encontra-se a uma distância de 1,5 km. Já a terceira passarela, ainda em construção, está localizada a 1,4 km da segunda.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Essas distâncias entre as passarelas, com uma média de 1,45 km, destacam os desafios de acessibilidade enfrentados pelos pedestres ao longo da Rodovia Duca Serra. A separação extensa entre os pontos de travessia contribui para o aumento do risco de acidentes, especialmente em trechos de tráfego intenso, e impõe dificuldades à mobilidade de grupos vulneráveis, como idosos e crianças. Essa configuração nos leva a refletir sobre a necessidade de intervenções que priorizem a instalação de passarelas em intervalos menores, garantindo maior acessibilidade e segurança nos deslocamentos a pé. Tais aspectos são fundamentais para o bem-estar dos cidadãos que utilizam a via diariamente.

Mapa 4: Áreas calçadas no perímetro urbano da Rodovia Duca Serra/Macapá.



Fonte: Base Cartográfica IBGE; Cartografia: Hiroshi Koga. Qgis 3.34.38.

As áreas calçadas ao longo da rodovia evidenciam limitações significativas, como observado no trecho entre os bairros Cabralzinho e Alvorada, onde o calçamento está presente apenas de um lado da via, enquanto o outro permanece sem pavimentação (Mapa 4). Esses bairros, com um total combinado de 4.658 habitantes e 1.748 domicílios, refletem a intensa utilização da rodovia para acessar serviços essenciais, ressaltando a necessidade de infraestrutura adequada para atender às demandas locais.

Além das limitações no calçamento, destaca-se a presença de barreiras de concreto ao longo do trecho, que dificultam a travessia segura dos pedestres. Para acessar as calçadas, os usuários precisam transpor essas barreiras ou utilizar passagens improvisadas, expondo-se a situações de risco. A ausência de ciclovias e de arborização ao longo da rodovia compromete ainda mais a segurança e o conforto dos pedestres e ciclista

ANÁLISE DOS DADOS

Revisão bibliográfica

A partir da revisão da literatura (Quadro 1), é possível delinear e fundamentar o conceito de efeito barreira no contexto dos deslocamentos a pé, referindo-se às limitações impostas pela infraestrutura de transporte sobre a mobilidade urbana. Este fenômeno não apenas afeta a capacidade de deslocamento dos indivíduos, mas também tem implicações significativas na coesão social, na acessibilidade a serviços essenciais e na dinâmica econômica das comunidades.

Quadro 3: Caracterização do efeito barreira no contexto dos deslocamentos a pé.

Dificuldade de Acesso	A presença de grandes vias urbanas dificulta a travessia de pedestres, restringindo o acesso a serviços essenciais, como escolas, hospitais e comércio, o que pode resultar em isolamento social
Segregação Social	O efeito barreira intensifica a separação entre diferentes áreas da cidade, comprometendo a coesão social e a integração comunitária, o que pode levar a um aumento das desigualdades urbanas
Aumento do Tempo de Deslocamento	A necessidade de percorrer distâncias maiores para encontrar pontos de travessia segura resulta em um aumento do tempo de deslocamento, tornando a mobilidade urbana menos eficiente
Percepção de Insegurança	A velocidade e o volume do tráfego nas rodovias geram uma percepção de insegurança entre os pedestres, o que pode desestimular o uso de modos de transporte não motorizados, como caminhar e andar de bicicleta
Impactos Econômicos	A dificuldade de acesso pode prejudicar o comércio local, resultando em menores oportunidades de emprego e desenvolvimento econômico nas áreas afetadas, perpetuando um ciclo de exclusão econômica

Fonte: Koga *et al.* (2024).

A caracterização do efeito barreira no contexto dos deslocamentos a pé, revela a complexidade das interações entre a infraestrutura viária, a vida urbana, destaca a necessidade de abordagens que promovam a integração e a equidade no espaço urbano. O Quadro 2, sintetiza os principais aspectos identificados nas literaturas o que proporciona uma visão clara dos impactos e desafios associados a esse fenômeno.

Trecho entre Marabaixo e Cabralzinho

Ao percorrer o trecho entre Marabaixo e Cabralzinho, nota-se a falta de infraestrutura adequada para garantir a segurança dos pedestres Mosaico 1. Observamos desníveis no pavimento e áreas não pavimentadas, o que não apenas dificulta a locomoção, mas também aumenta o risco de acidentes. Além disso, a presença de barreiras físicas, tanto de concreto quanto naturais, torna a circulação ainda mais complicada.

A segurança é uma preocupação central nesse contexto. A ausência de sinalização adequada e a falta de calçadas contínuas expõem os pedestres a situações de risco, especialmente em áreas com intenso fluxo de veículos (Mapa-2).

Trecho entre Cabralzinho e Alvorada

No trecho entre Cabralzinho e Alvorada, a distância de 1,4 km entre as passarelas se torna um desafio significativo para a mobilidade dos pedestres (Mosaico 2). É fundamental que as pessoas consigam atravessar a rodovia de forma segura, especialmente quando se trata de acessar serviços essenciais, como unidades de saúde e escolas (Silva et al. 2017).

Além disso, a condição das calçadas é alarmante, a falta de continuidade e a necessidade de transpor barreiras de concreto para acessá-las indicam uma falha no planejamento urbano (Mosaico 2). Para solucionar essa questão, é necessário propor soluções que melhorem as condições de infraestrutura das calçadas, garantindo que todos, independentemente de sua mobilidade, possam se deslocar com segurança (Creswell, 2014).

RESULTADOS

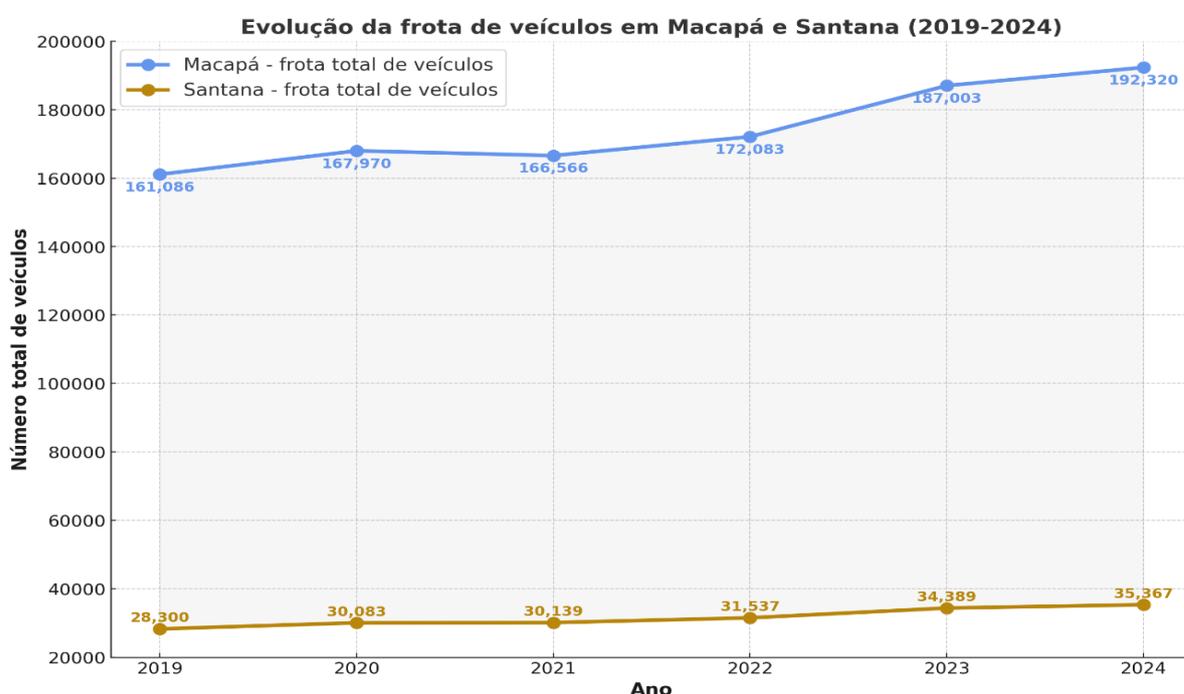
O estudo confirmou que a Rodovia Duca Serra apresenta o fenômeno do efeito barreira. Isso significa que a forma como a rodovia foi construída, com sua largura e a falta de passagens seguras, torna difícil para as pessoas se deslocarem a pé. Os pedestres enfrentam muitos desafios, especialmente ao tentar atravessar uma via com muito tráfego.

Além disso, foi observado um aumento significativo na frota de veículos nos municípios de Macapá e Santana entre 2019 e 2024, conforme ilustrado no Gráfico 1. Nesse período, a frota total de veículos em Macapá cresceu 19,4%, passando de 161.086 veículos em 2019 para 192.320 em 2024. Em Santana, o aumento foi ainda mais expressivo, de 24,9%, com a frota saltando de 28.300 veículos em 2019 para 35.367 em 2024. Esse crescimento agrava os problemas de mobilidade na região, aumentando os efeitos das barreiras viárias exigindo melhorias na infraestrutura urbana.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

O aumento da frota reflete diretamente no tráfego intenso da Rodovia Duca Serra, ampliando os riscos de acidentes e as dificuldades de travessia para pedestres. Ao analisar as calçadas, ficou claro que muitas delas estão fora de padrão, o que causa obstruções e força as pessoas a andarem pela pista, aumentando o risco de acidentes e desestimulando viagens a pé. O estudo também destacou que as passarelas estão muito distantes umas das outras e que a sinalização é inadequada. Isso leva pedestres a optarem por atravessar fora das faixas, o que os torna mais vulneráveis. A falta de passagens seguras e a dificuldade de acesso a elas são fatores que agravam o efeito barreira.

Gráfico 1: Evolução da frota de veículos em Macapá e Santana (2019-2024).



Fonte: Adaptado da Plataforma Observatório do Trânsito (2024). Disponível em:

<https://www.detran.ap.gov.br/detranap/frota-do-estado/>

Com base nas descobertas, o artigo sugere várias melhorias na infraestrutura, como a construção de mais passarelas, a uniformização das calçadas e a instalação de sinalização adequada. Essas ações são vistas como essenciais para reduzir o efeito barreira e promover uma mobilidade urbana mais inclusiva e segura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do efeito barreira na Rodovia Duca Serra indica que a rodovia, em sua configuração atual, funciona como um obstáculo físico, o que desencoraja a adoção de modos de transporte mais sustentáveis e saudáveis. Logo, é revelado uma realidade urbana que se mostra hostil ao deslocamento a pé. Essa infraestrutura deficiente não apenas compromete a

segurança dos usuários, mas também marginaliza grupos vulneráveis. Além disso, a descontinuidade e a falta de padronização nas calçadas tornam a travessia uma tarefa arriscada, que por sua vez, desestimula a caminhada e contribui para um estilo de vida sedentário. Essa situação não apenas prejudica a mobilidade, mas também deteriora a qualidade de vida urbana.

Diante desse cenário, é fundamental que as autoridades responsáveis considerem a implementação de melhorias significativas na infraestrutura. Construir passarelas em intervalos mais curtos, uniformizar as calçadas e instalar sinalização adequada para transformar a Rodovia Duca Serra em um espaço mais acolhedor e seguro para todos.

Além disso, a criação de um índice de acessibilidade que leve em conta não apenas a proximidade de serviços, mas também a qualidade das infraestruturas de mobilidade, pode ser uma ferramenta valiosa para orientar futuras avaliações e planejamentos urbanos. Promover uma mobilidade urbana mais sustentável e segura deve ser uma prioridade nas políticas públicas, pois isso não só melhora a eficiência do transporte, mas também o bem-estar de todos os cidadãos.

Este estudo não apenas lança luz sobre o fenômeno do efeito barreira, mas também destaca a urgência de ações concretas que promovam a acessibilidade e a segurança dos deslocamentos a pé. Essas ações são fundamentais para a construção de cidades mais justas e habitáveis. A continuidade da pesquisa nessa área é essencial para monitorar as mudanças e avaliar a eficácia das intervenções propostas, garantindo que as necessidades dos pedestres sejam sempre levadas em conta nas futuras iniciativas de planejamento urbano.

REFERÊNCIAS

- ANCIAES, P. R. **The social dimension of barrier effects of transport infrastructure**. 2018.
- ANCIAES, P. R. **Urban transport, pedestrian mobility and social justice: a GIS analysis of the case of the Lisbon Metropolitan Area**. 2011. Tese (Doutorado) – London School of Economics and Political Science, University of London, Londres.
- ANCIAES, P. R.; BONIFACE, S.; DHANANI, A.; MINDELL, J. S.; GROCE, N. Urban transport and community severance: Linking research and policy to link people and places. **Journal of Transport and Health**, v. 3, n. 3, p. 268–277, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jth.2016.07.006>.
- ANCIAES, P. R.; JONES, P.; MINDELL, J. S. Community Severance: Where Is It Found and at What Cost? **Transport Reviews**, v. 36, n. 3, p. 293–317, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/01441647.2015.1077286>.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BERNARDES, A. H.; SOUZA, M. T. R. Acessibilidade e Efeito Barreira na Periferia de Cidades Médias. **Revista de Geografia** (Recife), v. 34, n. 1, p. 230–250, 2017. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia%0AOJS>. Acesso em: 27 out. 2024.

CRESWELL, J. W. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2014.

CRESSWELL, T. Geographies of Mobilities: Spatialities of Movement. **Geography Compass**, v. 4, n. 5, p. 331–340, 2010.

DE ANDRADE, M. O.; TAVARES, L. M. Impactos Da Duplicação De Uma Rodovia Federal Sobre a Mobilidade e a Acessibilidade em uma Pequena Cidade Nordestina. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 3, n. 3, p. 101–116, 2017.

DA SILVA, Suéllen Conceição de Oliveira; DE CARVALHO FERREIRA, José Francisco; TOSTES, José Alberto. Cidades Médias Amapaenses: Uma Análise Sob a Ótica Do Planejamento Urbano. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 36, 2017.

EMY NIMEGEER et al. **Experiências de conectividade e severidade após a construção de uma nova rodovia**. Glasgow, Escócia, 2018.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Portal de Notícias**. Disponível em: <https://portal.ap.gov.br/bnoticias> Acesso em: 3 set. 2024.

MALHOTRA, N. K. **Marketing Research: An Applied Orientation**. 6. ed. Upper Saddle River: Pearson, 2012.

MACIOROWSKI, M. M.; SOUZA, J. C. **Efeito Barreira e Travessia de Pedestres no Anel Rodoviário**. 2018.

MACIOROWSKI, M. M. **Vias urbanas e transporte não motorizado: o efeito barreira e desafios na busca por mobilidade urbana sustentável**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes e Gestão Territorial), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 2018

MINDOLL, J. S. et al. The impact of transport infrastructure on community severance. **Transport Policy**, v. 64, p. 10–19, jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tranpol.2018.01.007>.

MOUETTE, Dominique. **Os pedestres e o efeito barreira**. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Acesso em: 30 ago. 2024.

MOUETTE, Dominique; WAISMAN, Jaime. Proposta de uma metodologia de avaliação do efeito barreira. **Revista dos transportes públicos-ANTP**, v. 26, n. 2o, p. 33-54, 2004.

NERI, Thiago Botion; SILVA JÚNIOR, Carlos Alberto Prado da. O Efeito Barreira de Rodovia Urbana e os Impactos sobre a Mobilidade e Despesas com Transportes. urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 15, p. e20210264, 2023.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes.** Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 61-85, 2006.

PAULO RUI ANCIÕES et al. **Um modelo de preferência declarada para valorizar reduções na severidade comunitária.** Londres, Southend-on-Sea, Birmingham, Inglaterra, 2018.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. A construção da condição urbana-metropolitana amapaense. **Acta Geográfica**, v. 12, n. 29, p. 145-158, 2018.

PORTO, Jadson. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Confins** [online], n. 55, 2022. Publicado em: 18 jun. 2022. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/45717>>.

RIZZATTI, M.; BATISTA, N.; SPODE, P. L.; ERTHAL, D.; FARIA, R.; SCOTTI, A. A.; TRENTIN, R.; PETSCH, C.; COSTA, I.; QUOOS, J. H. M. "Mapeamento da COVID-19 por meio da densidade de Kernel." **Metodologias E Aprendizado**, 3, p. 44–53, 2020. <https://doi.org/10.21166/metapre.v3i0.1312>.

TOSTES, José Alberto; SOUZA, Ana Cláudia Machado; FERREIRA, José Francisco Carvalho. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 8, n. 2, p. 149-167, 2015.

VAN ELDIJK, J.; GIL, J.; MARCUS, L. **Disentangling barrier effects of transport infrastructure: Synthesising research for the practice of impact assessment.** European Transport Research Review, 14, 2019

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA EDIFICAÇÕES AMAZÔNICAS: BRASIL VERSUS GUIANA FRANCESA

Hiago Quaresma da Silva²⁵

<http://lattes.cnpq.br/1204954685893697>

Patrícia Camile Monteiro Pinheiro²⁶

<http://lattes.cnpq.br/9639650972881658>

Felipe da Silva Duarte Lopes²⁷

<http://lattes.cnpq.br/9455403092645699>

José Alberto Tostes²⁸

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu²⁹

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

Antes dos anos 70, pouco se discutia sobre eficiência energética. Foi somente após a crise do petróleo que a discussão sobre recursos limitados e a preocupação da comunidade global em relação à energia e seu futuro começou a ganhar destaque. Ao tratar do conceito de recursos, é necessário levar em conta todo o contexto que envolve a produção, abrangendo água, energia, matéria-prima, resíduos e os aspectos sociais da educação. O modelo de desenvolvimento anterior era predominantemente baseado na produção e consumo contínuos, desconsiderando as questões relacionadas à disponibilidade de recursos e à conservação do planeta para as futuras gerações.

²⁵ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Engenharia Elétrica pela Faculdade Anhanguera. E-mail: hiagoquaresma@gmail.com

²⁶ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.pinheiro@ifap.edu.br

²⁷ Doutor em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto Camillo Filho. E-mail: felipe.lopes@unifap.br

²⁸ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

²⁹ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

A sustentabilidade busca conciliar a satisfação das demandas socioeconômicas do ser humano com a preservação do ambiente, assegurando a persistência da vida na Terra. A demanda por energia em edifícios aumentou significativamente nos últimos anos e o setor de construção já é responsável por metade do consumo total de eletricidade do mundo. Com o cenário atual de uma possível crise climática ambiental, é importante avaliar o desempenho das edificações, para definir estratégias para melhorar a sustentabilidade e a qualidade do ambiente construído. A Diretiva 2010/31/UE promove a melhoria do desempenho energético dos edifícios na União Europeia, tendo em conta as condições climáticas externas e as especificidades locais. No entanto, devemos considerar regiões fora do continente europeu, como o planalto das Guianas, localizado no ambiente tropical.

A avaliação e pesquisa na área de eficiência energética têm ganhado cada vez mais relevância com o crescimento tecnológico e populacional. Assim, observa-se um crescimento considerável no uso de energia elétrica em um país como o Brasil, cuja matriz energética é predominantemente baseada na geração hidráulica. No entanto, durante as épocas de baixa dos rios, a complementação é realizada por termelétricas que produzem CO₂. Portanto, é crucial investigar formas de diminuir o uso de energia elétrica para, conseqüentemente, diminuir a liberação desses gases na atmosfera.

O objetivo geral desta pesquisa é comparar as metodologias das normas brasileiras e francesas e normas sobre eficiência energética de edificações em ambientes tropicais úmidos, em particular na Guiana Francesa (França) e no Amapá (Brasil). Tendo como objetivos específicos, apresentar o histórico das relações entre países e territórios, apresentar a relação entre sustentabilidade e eficiência energética em edificações e construir uma análise comparativa entre as normas expostas.

Com a análise dos resultados desta pesquisa, será possível contribuir para o planejamento urbano e termoenergético de edificações de diferentes tipologias nas regiões tropicais do país, identificando possíveis soluções para adaptar construções e novos projetos através dos princípios da sustentabilidade e do uso consciente dos recursos naturais disponíveis, gerando novas políticas públicas para melhor atender a e região amazônica de acordo com demandas específicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A seguir é apresentada uma breve temática sobre relação transfronteiriça do Brasil e Guiana Francesa incorporando a temática de sustentabilidade e eficiência energética.

Brasil x Guiana Francesa

Ao longo da história, as relações internacionais entre os países da América do Sul sofreram diversas mudanças. Compreendê-las implica reconhecer a presença de rotas construídas sobre diversas bases e que se estendem em cenários político-territoriais de atores sintagmáticos, isto é, indivíduos que propõem uma ação e que utilizam o território de suas nações, dando-lhes usos inéditos (Silva, 2010).

Segundo Silva, (2010), foi identificado uma variedade de mudanças nas relações fronteiriças entre a Guiana Francesa e o Amapá, incluindo a inclusão de novos componentes funcionais. O projeto de construção da ponte internacional sobre o rio Oiapoque, que separava os dois países, é um dos pilares que se alinha à nova lógica de uso do território mencionada (Quadro 1; Figura 1).

Quadro 1: Tratados e Acordos bilaterais com incidência direta na fronteira Franco-Brasileira (1901-1995).

Título	Data de Celebração	Entrada em Vigor	Promulgação	
			Decreto n.º	Dados
Convenção de Arbitramento	07/04/1909	27/06/1911	8850	26/07/1911
Acordo Marítimo	24/10/1975	01/11/1979	84326	20/12/1979
Tratado de Delimitação Marítima	30/01/1981	19/10/1983	88945	07/11/1983

Fonte: Silva, (2010).

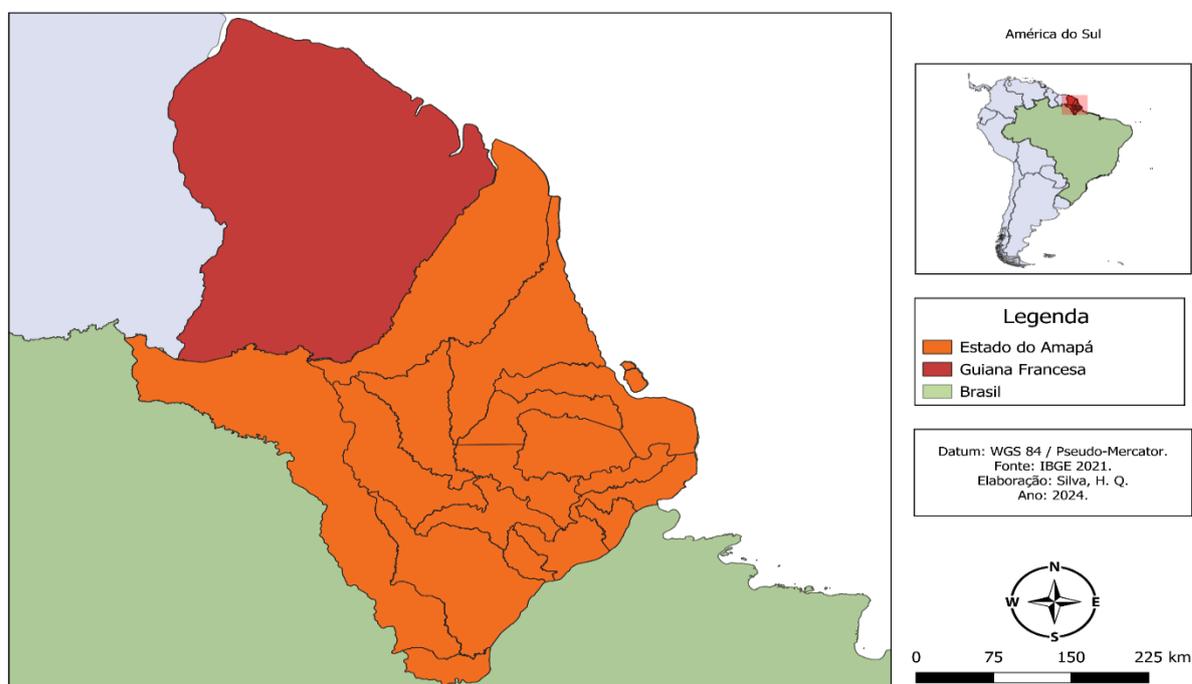
Estas alterações tendem a intensificar as atuais fronteiras como zonas de transição, de conexão e/ou comutadoras entre nações vizinhas, ou seja, ocorreu uma alteração na visão do estado sobre a função dos limites e fronteiras. No entanto, é importante enfatizar que não há um "relaxamento" ou flexibilidade ampla das fronteiras políticas, mas sim a lógica da globalização, que intensifica as ligações entre territórios por meio de diversas redes geográficas (Silva, 2010).

Há algumas décadas, surgiu uma nova dinâmica para as nações que buscam utilizar a proximidade física como fator crucial para aumentar a competitividade e as complementaridades. Onde, de 1900 a 1995, não houve políticas territoriais entre Brasil e França que tivessem impacto direto na fronteira, exceto algumas poucas com o propósito de estabelecer fronteiras (Silva, 2010).

No que diz respeito aos acordos entre os anos de 1990 e 1995, algumas considerações são relevantes, incluindo a solução da Questão do Amapá e a determinação precisa do limite territorial. Após a resolução legal do conflito Franco-Brasileiro em 1900, somente em 1955 iniciaram-se as atividades técnico-geográficas para estabelecer os limites. Estes foram concluídos em 1962 com a instalação de 7 marcos ao longo da fronteira terrestre, no limite que se estende pela serra de Tumucumaque (Silva, 2010).

No Quadro 2, Silva (2010) apresenta parte do histórico do redesenho que se estabeleceu com a aproximação transfronteiriça, o elemento central dos "novos" usos do território franco-brasileiro. Ele indica alguns acordos que, de fato, modificaram significativamente a lógica que moldou as interações espaciais entre Amapá e Guiana Francesa. Mesmo sendo conflituosas e lentas, devido às tensões e arranjos políticos, essas interações indicam um caminho de crescentes complementaridades em setores cruciais como saúde, segurança, transportes e outros. De fato, as "novas" utilizações políticas do território começaram desde que o Acordo Quadro franco-brasileiro permitiu formalmente a aproximação subnacional entre Amapá e Guiana Francesa.

Figura 1: Mapa Amapá x Guiana Francesa.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa aproximação se deu após a criação do Acordo-Quadro Franco-Brasileiro - declaração que os dois países continuarão a priorizar as relações políticas em todas as esferas, além de intensificar a cooperação econômica, cultural, científica e técnica - e se transformou em uma cooperação transfronteiriça. Esta ação proporcionou uma gama inédita de possibilidades de colaboração, já que seus artigos listaram componentes cruciais que poderiam impulsionar as políticas de colaboração transfronteiriça entre as nações e, particularmente, entre as suas subunidades próximas, Guiana Francesa e Amapá. O acordo, enquanto instrumento legal, proporcionou uma vasta gama institucional que, além de reforçar as relações entre aquelas nações e mercados regionais (Silva, 2010).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

O documento da União Europeia sobre a cooperação da Guiana Francesa com os países vizinhos - Le Programme opérationnel Amazonie (FEDER) 2007-2013 - visa estabelecer políticas territoriais que promovam uma relação transfronteiriça e internacional, permitindo que os países vizinhos possam contribuir para o seu progresso (Union Européenne, 2008).

Quadro 2: Histórico da aproximação transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa (1996-2009).

Anos	Ações
1996	- Celebrado, em Paris/França, Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa - Primeiro Encontro Transfronteiriço em Saint Georges
1997	- Aprovado pelo Congresso Nacional o Acordo-Quadro de cooperação por meio do Decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro - Promulgado, no dia 08 de abril, o Decreto 2.200/MRE que institui o Acordo-Quadro de cooperação - Início, no estado do Amapá, da Rodada Internacional de Negócios (Equinócio), que tinha como um de seus objetivos aproximar as empresas amapaenses às do planalto das Guianas
1998	- Reunião, em Paris/França, da Comissão Franco-Brasileira nas áreas científica, técnica e cultural, em que o Estado do Amapá aparece como integrante da cooperação com a Guiana Francesa - Reunião, em Brasília, da comissão franco-brasileira nas áreas científica, técnica e cultural, visando permitir ao Governo do Estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana Francesa, avaliando as ações de cooperação transfronteiriças - Realizada em Caiena a Segunda Consulta Transfronteiriça
1999	- Missão oficial do Governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, à Europa (Bélgica, Inglaterra e França), com objetivo de intensificar a cooperação transfronteiriça
2000	- Implementada a Iniciativa de Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana –IIRSA - que coloca a construção da ponte binacional franco-brasileira, a pavimentação da rodovia BR 156 e o Porto Organizado de Santana/Amapá, como necessárias à integração de mercados no Norte da América do Sul
2001	- É Instituída Comissão Bilateral relativa ao projeto de construção da ponte binacional
2002	- Realizada a Terceira Consulta Transfronteiriça em Macapá - Assinatura, em Brasília, pelo Poder Executivo, do Decreto nº 4.373 para construção da ponte binacional
2004	- Destinados R\$ 24,9 milhões, pelo PPA 2004/2007, para construção da ponte binacional, bem como R\$ 252,3 milhões para asfaltamento de trecho da rodovia BR 156
2005	- Ano do Brasil na França. Nesta oportunidade estiveram presentes na França o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do Estado do Amapá, Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriça. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte binacional
2006	- Autorização da Assembleia Nacional Francesa para a construção da ponte binacional - Reunião de cooperação em matéria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Visita oficial do presidente Jacques Chirac ao Brasil. Mencionou em pronunciamento algumas relevâncias da aproximação binacional com a construção da ponte

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

2007	- Promulgado o acordo de cooperação para construção da ponte binacional, inicialmente elaborado no dia 15 de julho de 2005 - Encontro entre os dias 15 e 17 de janeiro com representantes da Guiana Francesa e de vários representantes de secretarias do Estado do Amapá - Encontro no dia 18 de janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Oiapoque
2008	- Início, em fevereiro, da revisão do Acordo-Quadro de cooperação após visita dos presidentes Nicolas Sarkozy e Lula às cidades de Oiapoque e Saint Georges
2009	- Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica para Criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica

Fonte: Silva, (2010).

A Comissão Europeia apresenta a área de cooperação transfronteiriça da Amazônia como parte do objetivo "Cooperação territorial europeia" da política de coesão europeia para o período de 2007 a 2013. A Região da Guiana, nomeada como autoridade gestora do programa pela França, representa todos os parceiros franceses, o Estado do Suriname e os Estados Federados Brasileiros do Amapá, Amazonas e Pará. Portanto, financia projetos de colaboração entre esses três grupos regionais, que possuem especificidades marcantes, relacionadas à sua singular situação de colaboração transfronteiriça nas fronteiras terrestres externas da União Europeia situadas fora do continente europeu (Union Européenne, 2008).

Este programa de colaboração transfronteiriça deve possibilitar, principalmente, a execução de ações voltadas para a promoção da gestão sustentável dos ecossistemas da Amazônia, ações voltadas para o aumento da atratividade do espaço amazônico, ações de incentivo às produções locais e a criação de programas de pesquisa colaborativos (Union Européenne, 2008).

Sustentabilidade e Eficiência Energética em edificações

O planejamento urbano não deve ser entendido apenas como uma forma de ornamentar o ambiente físico. Ao planejador urbano, não se limita apenas a elaborar os projetos dos elementos que compõem as cidades, como edifícios e espaços públicos. Ele também tem a responsabilidade de, em conjunto com a população, redefinir e reconstruir a sociedade da qual também faz parte. Em outras palavras, o planejamento urbano se concentra na reestruturação dos espaços urbanos, oferecendo ferramentas para assegurar a melhoria dos sistemas que se deterioraram devido à sua ineficiência, ou para implementar novos métodos para alcançar resultados positivos (Rattner, 1974).

O objetivo do Planejamento Urbano é proteger a cultura urbana, a dignidade humana, o sentido de responsabilidade coletiva e a identidade sociocultural e está em consenso com as diretrizes do desenvolvimento sustentável. Para que a qualidade de vida se concretize nos

espaços urbanos do Brasil, é crucial que o planejamento participativo, permitindo que autoridades, líderes e a sociedade civil local colaborem com os especialistas em suas pesquisas sobre os desafios da comunidade.

Isso os levou a concluir que, para a preservação da democracia, é essencial a participação de grupos, associações e instituições no planejamento de soluções para os problemas urbanos fundamentais. Ao interligá-los, identificam-se relações entre o desenvolvimento e valores econômicos, sociais e a garantia da proteção ambiental (Nelson e Braga Junior, 2012). Na tentativa de conciliar o desenvolvimento com o meio ambiente, o conceito de desenvolvimento sustentável foi abordado pela primeira vez na década de 80 do século XX, sendo um processo de transformação no qual a exploração de recursos, o direcionamento de investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional convirjam com as necessidades presentes e futuras, contendo 3 eixos principais: Crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico (World Commission for Economic Development, 1987).

Contudo, Sachs, (1992) aponta que há dimensões de sustentabilidade a se considerar que todo planejamento de desenvolvimento deve levar em conta diversos fatores, sendo eles: 1) Sustentabilidade biofísica - possibilidade de mudanças no uso de recursos naturais e distribuição social dos custos e benefícios dos danos oriundos da atividade econômica sobre a natureza; 2) Sustentabilidade política - caracterizada pela participação de todos os membros da sociedade nos vários problemas que os afligem, criando alianças e pactos sócio-políticos para uma melhor governabilidade em prol do Desenvolvimento Sustentável; 3) Sustentabilidade econômica - caracterizada pela melhor alocação e gerência de recursos e dos fluxos de investimentos públicos e privados, promovendo um crescimento sustentável; 4) Sustentabilidade social - uma melhor equidade na distribuição da renda e riquezas para corrigir as assimetrias sociais para proporcionar melhor qualidade de vida; 5) Sustentabilidade ecológica - pressupondo novas tecnologias capazes de evitar danos sobre os recursos finitos e reduzir a poluição através da indústria da reciclagem; 6) Sustentabilidade cultural - trazendo a inclusão social dos povos e seus saberes no uso e preservação de certos locais; 7) Sustentabilidade espacial - pressupondo a harmonia rural-urbana, onde tenha uma melhor distribuição territorial das localidades de urbanas e rurais.

A sustentabilidade espacial apontada por Sachs, (1992) é onde o termo sustentabilidade se encontra com o conceito de eficiência energética, pois cidades são ecossistemas, fontes de recursos onde muitos são latentes, sub ou mal utilizados: como o solo urbano, resíduos recicláveis, economia de energia, de recursos financeiros e de água, da estrutura e moradia.

Em termos gerais, a eficiência energética avalia a qualidade na utilização da energia para as finalidades para as quais é destinada à sociedade. Qualquer ação realizada pela sociedade contemporânea só pode ser realizada com o uso de uma ou mais fontes de energia, oriundas das várias fontes disponíveis para a produção deste recurso essencial. Dentre as diversas formas de energia disponíveis e relatadas nos Balanços Energéticos Nacional e Estaduais, destacam-se aquelas processadas pelas grandes empresas transformadoras e disponibilizadas à sociedade consumidora, como a eletricidade proveniente de várias fontes, como a hidráulica, eólica e solar, bem como os combustíveis fósseis, como gasolina, álcool, diesel, entre outros (Poliquezi, 2016).

O carvão, a biomassa, o biogás e outros recursos energéticos de menor intensidade são também empregados na geração de energia. O uso de energia pela população ocorre em vários graus, dependendo de fatores como clima, localização, aspectos socioeconômicos e indicadores tecnológicos, como rendimento de equipamentos, taxa de adoção de novas tecnologias e intensidade energética de sistemas energéticos (Poliquezi, 2016).

Em geral, a energia é empregada em dispositivos domésticos básicos, como lâmpadas, televisões e pequenos motores elétricos, ou em sistemas mais complexos que englobam vários equipamentos, como geladeiras, freezers e automóveis. Durante a operação, os equipamentos e sistemas mencionados modificam formas de energia, parte dessa energia é perdida inevitavelmente, devido às condições do ambiente e às propriedades dos materiais empregados nesse procedimento (Poliquezi, 2016).

A maior parte das ações voltadas à eficiência energética implementadas globalmente é de natureza voluntária. Essas práticas começaram a ser adotadas na década de 1970 em resposta às crises do petróleo. Desde então, surgiram iniciativas que buscam educar os consumidores sobre a utilização responsável e eficiente da energia, incluindo incentivos fiscais e reduções nas tarifas para a compra de aparelhos mais eficientes, além de significativos aportes em pesquisa e desenvolvimento (Souza et al., 2009).

Na indústria da construção, as demandas do desenvolvimento sustentável devem ser incorporadas na concepção e construção de edificações de alta qualidade ambiental, pois a urbanização está sempre crescendo em escala global e a indústria da construção continua sendo um dos principais consumidores de água, matérias-primas e energia, além de ser um grande produtor de resíduos (L'Agence de l'environnement et de la maîtrise de l'énergie, [s.d.]).

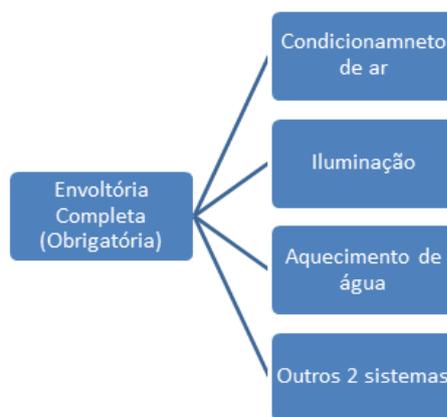
Este desperdício de recursos contribui para a deterioração do seu ambiente de vida imediato, enquanto os edifícios construídos não são necessariamente bons ou saudáveis. Uma estratégia de planejamento e construção urbana integrada a uma perspectiva de

desenvolvimento sustentável possibilita atender a essa dupla necessidade: gerenciar os efeitos ambientais dos edifícios, desde a escala local até a global, e ao mesmo tempo, proporcionar ambientes de vida mais agradáveis e saudáveis (L'Agence de l'environnement et de la maîtrise de l'énergie, [s.d.]).

Instrução Normativa INMETRO para a Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C)

A Instrução Normativa Inmetro estabelece os critérios e procedimentos para a categorização de edifícios comerciais, de serviços e públicos em relação à sua eficiência energética, com o objetivo de etiquetar as construções. As construções sujeitas a esta INI-C devem cumprir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em vigor e pertinentes. Este documento descreve os processos para estabelecer a classificação de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos, que pode ser geral ou parcial. Conforme ilustrado na figura, é possível classificar parcialmente a edificação com as seguintes combinações (BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial, 2022).

Figura 2: Combinações possíveis de Sistemas INI-C.



Fonte: Elaborado pelos autores.

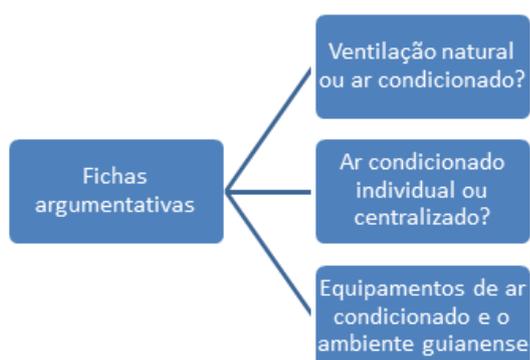
Na INI-C, a classificação é feita com base no consumo de energia primária, comparando-se o consumo da construção real com ela em uma situação de referência. Onde a classificação de cada sistema ou até mesmo do edifício inteiro é baseada no percentual de economia de energia primária da edificação real em comparação à edificação de referência, que representa a classe "D" de eficiência energética. (BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial, 2022).

A energia primária é aquela que se encontra na natureza antes de passar por qualquer transformação, presente nos combustíveis em estado bruto. Este conceito foi introduzido, pois quando diversas fontes de energia (elétrica e térmica) são empregadas para um propósito específico, é aconselhável que a avaliação da eficiência energética de um sistema considere todas as fontes de energia empregadas, o que pode ser realizado através de fatores de conversão de energia. A combinação entre o método simplificado e o método de simulação pode ser usada para avaliar os sistemas de uma mesma construção.

Qualite Environnementale Amazonienne (QEA)

O método QEA (Qualidade Ambiental Amazônica) é uma adaptação da abordagem HQE (Alta Qualidade Ambiental) ao contexto guianense, destina-se a apoiar os proprietários de projetos na aplicação do desenvolvimento sustentável à construção e baseia-se numa abordagem global do ato de construir melhor consideração do contexto externo (o local) e interno (humano), uma abordagem rigorosa da gestão da energia, uma preocupação com a preservação da biodiversidade e dos recursos naturais, uma preocupação com o desenvolvimento local, preocupação com a redução da poluição do ambiente (ar, água e solo), Otimização do conforto estendido aos espaços exteriores, uma consideração real da influência do ambiente construído na saúde, durante a construção do edifício, bem como durante seu uso (*Actions pour une Qualité Urbaine et Architecturale Amazonienne*, 2017).

Figura 3: Ficha Argumentativa QEA.

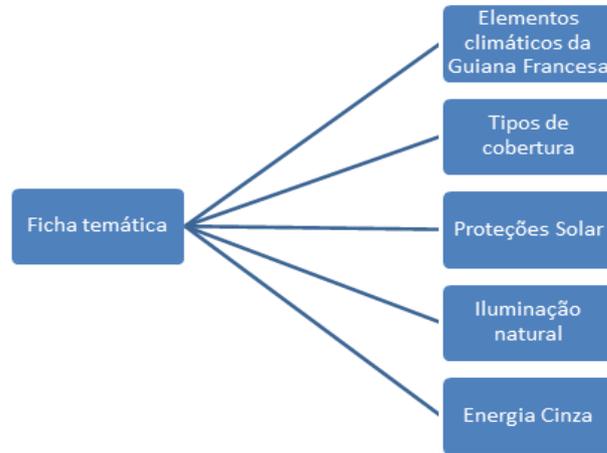


Fonte: Elaborado pelos autores.

É uma análise ambiental realizada com base em uma grade composta por cerca de sessenta critérios agrupados em 3 grupos desenvolvidos pela ADEME Guiana, sendo elas a Eco construção, Ecogestão e o Conforto que busca estabelecer uma hierarquia de preocupações com base nos elementos que têm um impacto de primeira ordem nas questões ambientais, ao mesmo tempo que situa os problemas secundários em seu devido lugar (*Actions pour une Qualité Urbaine et Architecturale Amazonienne*, 2017).

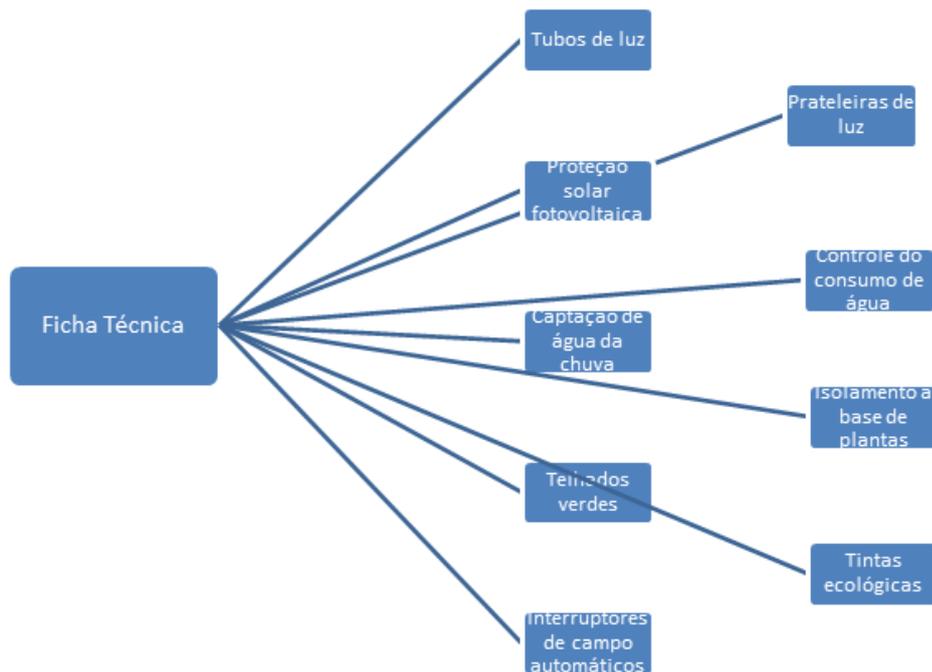
O Guia QEA é dividido em 3 fichas distintas, onde cada uma analisa um aspecto diferente das edificações, a seguir é mostrado uma das 3 fichas e o que é analisado por cada uma.

Figura 4: Ficha temática QEA.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Figura 4: Ficha Técnica QEA.



Fontes: Elaborado pelos autores.

A grade de requisitos inclui 13 destinos, que são agrupados em 5 temas, sendo eles a Relação do edifício com seu ambiente, Conforto (Térmico, Acústico, Visual e Olfatório), Gerenciamento de fluxo (Energia, Água, Lixo, Cuidado e manutenção), Eco construção (Materiais e durabilidade da estrutura, Canteiro de obras) e Saúde (Qualidade do ar e da água e Condições sanitárias) (Actions pour une Qualité Urbaine et Architecturale Amazonienne, 2017).

METODOLOGIA

Este trabalho teve como classificação uma pesquisa exploratória-descritiva de natureza qualitativa, e procedimento técnico utilizado foi a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a Pesquisa Exploratória visa aumentar o entendimento sobre o problema, com o intuito de torná-lo mais claro ou formular hipóteses. Principalmente aprimorar conceitos ou descobrir intuições, portanto, o seu planejamento é bastante adaptável, permitindo a análise dos mais diversos aspectos relacionados ao fato em análise. E a pesquisa descritiva visa descobrir a existência de associações entre variáveis. Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

O procedimento de revisão bibliográfica é realizado com base em material previamente preparado, predominantemente formado por livros e artigos científicos. Apesar de quase todos os estudos demandarem algum tipo de trabalho desse tipo, existem estudos que são exclusivamente baseados em fontes bibliográficas. A maior parte das pesquisas exploratórias pode ser caracterizada como estudos bibliográficos (Gil, 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Instrução Normativa INMETRO para a Eficiência Energética da Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas (INI-C) traz uma série de pré-requisitos para aplicação de seus métodos para emissão de uma etiqueta de eficiência energética (ENCE), exigindo valores mínimos e cálculos bem estabelecidos para cada sistema avaliado, trazendo uma abordagem quantitativa, como é mostrado nas tabelas 3.

Tabela 3: INI-C Métodos simplificado e de simulação.

Método Simplificado	
<i>Envoltória</i>	Este método permite avaliar as edificações que são condicionadas artificialmente, as que alternam entre o uso de ventilação natural e artificial (ventilação híbrida), e as que são totalmente ventiladas naturalmente. Também são detalhados os métodos para calcular o percentual de diminuição da carga térmica total anual para a classificação da envoltória (RedCgTT), que é calculado ao comparar a carga térmica total anual da edificação real com a condição de referência
<i>Sistema de Condicionamento de ar</i>	Esse é o método de análise do sistema de refrigeração, fundamentados no índice de diminuição do consumo de refrigeração (RedCR). Os métodos para calcular o consumo de refrigeração dos aparelhos de ar-condicionado, além do coeficiente de eficiência energética do sistema de refrigeração por ar-condicionado (CEER)

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

<i>Sistema de Iluminação</i>	<p>Estabelecer critérios para avaliar a eficiência energética do sistema de iluminação considerando o percentual de diminuição do consumo do sistema de iluminação, o consumo energético deste sistema, além da potência total de iluminação instalada.</p> <p>Este método pode ser usado para avaliar sistemas de iluminação artificial ou sistemas que aproveitam a luz natural</p>
<i>Sistema de Aquecimento de Água</i>	<p>Os processos são usados para calcular o percentual de diminuição do consumo de energia primária necessário para suprir a demanda de água quente da construção (RedCAA) são realizados ao comparar o consumo real da edificação com o consumo da condição de referência</p>

Método de Simulação	
<i>Simulação Termoenergética</i>	<p>Permitem calcular o consumo final de energia elétrica por uso dos sistemas individuais. Os dados provenientes da simulação devem ser empregados para calcular o consumo de energia primária da condição real (CEP,real) e da condição de referência (CEP,ref), com o objetivo de determinar a classificação de eficiência energética desta INI-C</p>
<i>Simulação de Iluminação Natural</i>	<p>Para avaliar a envoltória, pode-se estimar a diminuição da carga térmica total anual da construção, o uso de energia do sistema de iluminação artificial e a possibilidade de integração entre o sistema de iluminação e a luz natural disponível</p>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na tabela 4 é mostrado dados adicionais não obrigatórios e não contabilizados para encorpar a etiqueta com informações relevantes em relação a sustentabilidade dos edifícios. No anexo das normas de eficiência energética da Guiana francesa, Qualite Environnementale Amazonienne (QEA), não há parâmetros mínimos de eficiência para essas edificações ou comparações semelhantes a INI-C, o que se tem são informações técnicas de análise qualitativa com objetivos e ações para alcança-los.

Tabela 4: INI-C Dados adicionais.

Dados Adicionais	
<i>Geração Local de energia renovável</i>	<p>O potencial de geração de energia (PG) através do uso de fontes locais de energia renovável é determinado através de uma equação que representa a proporção da energia primária utilizada pela construção que é suprida pela energia produzida a partir de fontes locais renováveis. Quando o potencial de produção de energia excede 50%, a construção é classificada como de energia quase zero (NZEB).</p> <p>Se o potencial de produção de energia exceder 100%, a construção é classificada como uma edificação de energia positiva (EEP)</p>

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

<i>Emissões de Dioxido de Carbono</i>	A análise visa estabelecer o percentual de diminuição ou elevação das emissões de dióxido de carbono (CO ₂) geradas pelos sistemas. Esta avaliação possui um caráter meramente informativo nesta INI-C, não modificando a classificação de eficiência energética da construção. A sua determinação se fundamenta na comparação entre as emissões de dióxido de carbono da construção real e a sua condição de referência, sendo necessário declarar o resultado obtido
<i>Uso racional do uso da água</i>	A análise do uso de água visa promover a implementação de sistemas que visem diminuir o uso de água potável. Equipamentos que poupam energia, sistemas de uso eficiente e fontes alternativas de água não potável podem ser avaliados
<i>Classificação climática</i>	São informadas a classificação climática de 154 municípios brasileiros que estão classificados em 9 zonas bioclimáticas, que compreendem as capitais estaduais e as maiores cidades de cada estado da federação

Fonte: Elaborado pelos autores.

Contudo, há muitos pontos em comum entre os 2 métodos que se pode combinar para a construção de uma norma genuinamente voltada para a cooperação da Amazonia guianense e Amazônia brasileira, gerando uma análise quali-quantitativa das edificações. Com tudo, fica claro que a avaliação guianense trata de um questão mais abrangente, acerca de todo o meio ambiente em volta de suas edificações, enquanto a norma brasileira se restringe a avaliar apenas as questões energéticas dos edifícios.

Tabela 5: QEA Método único.

	Objetivos	Ações
<i>Tipos de cobertura</i>	Reduzir a entrada de calor e ruído no interior do edifício através da ventilação e/ou isolamento térmico da cobertura	Escolha correta de tipos de telhados variados
<i>Proteção Solar</i>	Minimizar o ganho de calor ao entrar em uma sala, especialmente do leste e do oeste, e não reduzir a quantidade de luz natural	Simulações devem ser realizadas por meio de software, cartas de dimensionamento e diagramas solares, pois cada fachada recebe uma quantidade diferente de luz solar, por isso é importante escolher a proteção solar certa de acordo com sua orientação e combiná-las criteriosamente
<i>Iluminação natural</i>	Otimizar Fator de luz do dia (FLJ), autonomia na iluminância natural, Manchas solares e Distribuição de luz e uniformidade	Muitas ferramentas estão disponíveis para justificar as escolhas de projeto arquitetônico de proteção solar e o aprimoramento da luz natural. As simulações realizadas com este tipo de ferramenta são essenciais e devem ser integradas a esse trabalho

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

<i>Energia Cinza</i>	Reduzir o impacto em relação às questões de conforto (térmico, acústico, visual e olfativo), o seu impacto em termos de gestão dos fluxos dos edifícios (energia, manutenção, água, resíduos produzidos), o seu impacto ambiental: impacto no aquecimento global, ligado, nomeadamente, à sua "energia cinzenta", impacto na camada de ozono, poluição atmosférica e da água, "reciclabilidade", radioatividade	O software EQUER desenvolvido pela IZUBA (http://www.izuba.fr/equer.htm) permite determinar o impacto dos materiais (incluindo a energia cinzenta) para projetos de qualidade ambiental.
<i>Tubos de luz</i>	Capturar e direcionar a maior parte do ESPECTRO visível da luz natural dentro de um edifício para maximizar a iluminação natural das instalações	Instalações de tubos solares, canhões de luz, clarabóias tubulares ou tubos de luz
<i>Prateleiras de luz</i>	Proporcionar proteção direta contra a radiação solar e boa iluminação natural em toda a profundidade da sala	Instalação de prateleiras de luz
<i>Proteção solar fotovoltaica</i>	Reduzir o consumo de energia de um edifício, garantir um ambiente agradável e confortável e evitar certos fenômenos de brilho	Os painéis fotovoltaicos podem ser instalados na frente de fachadas verticais ou inclinadas. Podendo eles serem fixos ou móveis
<i>Controle do Consumo de água</i>	Limitar os custos relacionados com o consumo de água e reduzir a quantidade de água que precisa ser tratada	Equipamento limitando o consumo de água: torneiras femorais, de pedal, de temporizador, válvula de alívio de pressão (válvulas disjuntoras de pressão), arejadores autorreguláveis (vazão ligeiramente variável dependendo da pressão da rede), Sanitário de descarga dupla "super" económica (máximo e 4 a 6 litros por descarga) e etc.
<i>Captação de água da chuva</i>	Restringir a utilização da rede de água da cidade	Drenar a água da chuva através da cobertura do telhado para as calhas, na entrada das quais é filtrada. A água limpa é direcionada através de canos enterrados para um tanque de recuperação de água da chuva
<i>Isolamento a base de plantas</i>	Armazenar e desacelerar os fluxos de água da chuva., filtrar a contaminação da água da chuva. Reduzir o ganho térmico-solar e o consumo de ar condicionado	Implementações de telhados verdes, plantas com vegetação intensiva que podem acomodar plantas e arbustos, vegetação semi-intensiva com menor espessura

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

<i>Tintas ecológicas</i>	Reduzir o uso de três grupos de substâncias mais perigosas para o meio ambiente e a saúde: Solventes orgânicos, ativos biocidas e Pigmentos contendo metais pesados	O Uso de rótulos ecológicos oficiais: a Marca Ambiental NF e o Rótulo Ecológico Europeu
<i>Interruptores de campo automático</i>	Criar de uma zona neutra, livre de qualquer potencial e, portanto, não gerando campos elétricos e eletromagnéticos	O uso do interruptor de campo automático (AEC) que permitem cortar o fornecimento de energia para uma sala quando nenhum consumo é registrado
<i>Ventilação natural</i>	Aumentar ao máximo a capacidade de ventilação do edifício com ventilação natural	
<i>Condicionamento de ar</i>	Fazer um envelope muito hermético	

Fonte: Elaborado pelos autores.

CONCLUSÃO

A análise comparativa dos métodos de avaliação dos índices de eficiência energética em edificações, amapaenses e guianenses, apresentam pontos distintos nesta revisão bibliográfica, e se torna relevante esse estudo de forma aplicada para uma melhor compreensão de qual melhor se adapta ao clima amazônico.

Este é um trabalho pioneiro na análise dos métodos de avaliação de eficiência energética de ambos os países, gerando uma cooperação internacional com universidades da Guiana, em busca de um desenvolvimento mais sustentável para a Amazônia e aproximando os países que buscam um maior equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, a sociedade e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ACTIONS POUR UNE QUALITÉ URBAINE ET ARCHITECTURALE AMAZONIENNE. **10 ANS DE QUALITÉ ENVIRONNEMENTALE AMAZONIENNE DANS LES BÂTIMENTS EN GUYANE: ETAT DE LIEUX, COMPARATIFS ET PROSPECTIVES** Actions pour une Qualité Urbaine et Architecturale Amazonienne. [s.l.: s.n.].

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. **Portaria 309, de 6 de setembro de 2022. Instruções Normativas e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para a Eficiência Energética das Edificações Comerciais, de Serviços e Públicas e Residenciais – Consolidado.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/legislacao/pam/pdf/PAM007184.pdf>>.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: EDITORA ATLAS S.A., 2002.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

L'AGENCE DE L'ENVIRONNEMENT ET DE LA MAÎTRISE DE L'ÉNERGIE. **QEA - Guide d'accompagnement d'une démarche de Qualité Environnementale Amazonienne dans le bâtiment en Guyane**. [s.l: s.n.].

NELSON, A. V. M.; BRAGA JUNIOR, A. DE M. DEMOCRACIA E CULTURA NO PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO URBANO. **REVISTA DIREITO GV**, v. 8, n. 2, p. 407–426, jul. 2012.

POLIQUEZI, A. Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar: Eficiência Energética. p. 63, 2016.

RATTNER, H. **Planejamento urbano e regional**. 1. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

SACHS, I. **Transition strategie for the 21st. Century**. Nature and Resouces ed. [s.l: s.n.]. v. 28

SILVA, G. DE V. **Interações Fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Macapá: [s.n.].

SOUZA, H.; LEONELLI, P. A.; ALEXANDRE, C.; PIRES, P.; BORGES, V.; JÚNIOR, S.; WAGNER, R.; PEREIRA, L. REFLEXÕES SOBRE OS PRINCIPAIS PROGRAMAS EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EXISTENTES NO BRASIL. **Revista Brasileira de Energia**, v. 15, p. 7–26, 2009.

UNION EUROPÉENNE. **Le Programme opérationnel Amazonie (FEDER) 2007-2013**, 11 jun. 2008.

WORLD COMMISSION FOR ECONOMIC DEVELOPMENT. **Our Common Future** New York: Oxford University Press, 1987.

EVOLUÇÃO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO AMAPÁ: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O PLANO DE TURISMO DE 2012/2016 E O PDITS

Jacyele Sousa Carvalho³⁰

<http://lattes.cnpq.br/7477057688999659>

Yasmin Bruno Cuevo³¹

<http://lattes.cnpq.br/5946519966265319>

José Alberto Tostes³²

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu³³

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

José Francisco de Carvalho Ferreira³⁴

<http://lattes.cnpq.br/6601553612923007>

INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que envolve muito mais do que apenas viajar. Ele pode ser definido como o (...) “conjunto das atividades lícitas desenvolvidas por visitantes em razão das suas deslocamentos, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenômenos e relações resultantes de umas e outras” (Cunha, 2010, p. 19, apud Bernardo, 2013). Essa definição destaca que o turismo abrange experiências, interações e toda a infraestrutura necessária para atender os visitantes. Além de gerar impactos

³⁰ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Paraense de Ensino. E-mail: cyelicarvalho@gmail.com

³¹ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Comunicação Social pela Faculdade Seama e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: yasmincuevo@gmail.com

³² Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

³³ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

³⁴ Doutor em Geografia e Planejamento Territorial pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa. Graduado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa e Geografia e Desenvolvimentos Regional pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

econômicos, o turismo promove o intercâmbio cultural, permitindo que turistas e comunidades locais compartilhem histórias e aprendam uns com os outros. Assim, o turismo se revela como uma prática rica e complexa que beneficia tanto os viajantes quanto as comunidades anfitriãs, contribuindo para a preservação e valorização das culturas e tradições. Em essência, o turismo é uma celebração da diversidade e da conexão humana.

O turismo no estado do Amapá apresenta-se como uma atividade estratégica para impulsionar o desenvolvimento sustentável, especialmente em um território que combina vastos recursos naturais e culturais com um cenário social que demanda alternativas econômicas integradas e inclusivas. Contudo, a consolidação do turismo no estado ainda enfrenta desafios significativos, como a ausência de políticas públicas consistentes, infraestrutura inadequada e dificuldades na articulação entre governo, setor privado e comunidades locais (Guimarães e Porto, 2023). Este estudo analisa a evolução do planejamento turístico no Amapá, explorando a trajetória do setor por meio de três planos fundamentais: o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maracá-Cunani (2012), o Plano Estadual de Turismo (2016) e o Plano Estadual de Turismo (2020).

No decorrer deste trabalho, aborda-se o processo histórico do turismo no Amapá, desde os primeiros esforços de planejamento nos anos 1970, dentro do contexto das políticas de desenvolvimento amazônico, até os avanços e limitações enfrentados nas décadas subsequentes (Farias, 2014; Tavares, 2021). Neste cenário, destacam-se as contribuições do Turismo de Base Comunitária (TBC) e do ecoturismo, que emergem como alternativas sustentáveis ao turismo de massa, promovendo a inclusão social e a preservação ambiental (Braga e Selva, 2016; Bartholo, Sansolo e Bursztyn, 2009). Além disso, são analisadas as políticas públicas que moldaram o turismo na região amazônica, com ênfase no papel do Amapá como um polo em desenvolvimento no cenário do turismo regional (Farias, 2014).

O estudo utiliza como metodologia a análise SWOT, uma ferramenta estratégica que avalia as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças de cada plano (Gürel e Tat, 2017). Essa abordagem permitiu identificar avanços, lacunas e limitações que ainda comprometem a consolidação do Amapá como um destino turístico competitivo. A análise revelou que, embora os três planos reconheçam o potencial do turismo sustentável, há uma lacuna persistente entre o planejamento e a execução das ações propostas. A ausência de articulação entre políticas públicas, gestão integrada e a falta de investimentos consistentes permanecem como barreiras significativas (Governo do Estado do Amapá, 2012; 2016; 2020).

Além disso, a análise histórica mostra que até a década de 2000, o Amapá apresentava uma abordagem fragmentada sobre o turismo, com iniciativas desarticuladas e sem um planejamento estratégico consolidado. Apenas a partir da criação da Secretaria Estadual de Turismo em 2004, o estado começou a estruturar políticas mais alinhadas às diretrizes nacionais, como o Programa de Regionalização do Turismo e os Planos Nacionais de Turismo (Conceição e Conceição, 2015). No entanto, ainda existem desafios quanto à insuficiência de infraestrutura, carência de dados estatísticos e descontinuidade administrativa.

Por fim, o trabalho reflete sobre as implicações dos planos turísticos para o futuro do Amapá, considerando a necessidade de estratégias robustas e participativas que articulem os diferentes atores envolvidos no setor. A consolidação do estado como destino turístico competitivo depende de investimentos consistentes, planejamento integrado e do fortalecimento de práticas que alinhem o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a preservação ambiental (Tavares, 2021). Assim, o turismo no Amapá pode tornar-se um vetor central para o desenvolvimento sustentável, contribuindo significativamente para a valorização do patrimônio natural e cultural do estado e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais (Guimarães, Porto e Pizzio, 2023).

PROCESSO HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO NO AMAPÁ

O turismo é uma atividade econômica e cultural que desempenha um papel crucial no desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões com vastos recursos naturais e culturais, como a Amazônia. No estado do Amapá, essa atividade ainda enfrenta desafios estruturais e de gestão, mas apresenta um enorme potencial para se tornar um vetor de transformação socioeconômica. Este capítulo aborda a evolução do planejamento turístico no Amapá, destacando como o Turismo de Base Comunitária (TBC) e o ecoturismo emergem como alternativas sustentáveis ao modelo tradicional de turismo de massa, além de explorar o impacto das políticas públicas voltadas para o turismo na Amazônia desde os anos 1970. Por meio de uma análise histórica e crítica, discute-se como esses modelos e políticas têm contribuído para moldar o turismo no estado, considerando suas oportunidades, limitações e a necessidade de estratégias mais integradas e participativas para consolidar o estado do Amapá como um destino turístico competitivo.

Turismo de Base Comunitária (TBC) e ecoturismo como alternativas ao modelo tradicional

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma modalidade de turismo que promove a participação ativa das comunidades locais no planejamento, organização e condução das atividades turísticas, com foco no desenvolvimento sustentável e na valorização cultural.

Segundo Braga e Selva (2016), o TBC surge como uma alternativa ao modelo tradicional de turismo de massa, que geralmente exclui as comunidades dos benefícios econômicos e sociais, restringindo sua atuação a papéis subordinados e de baixa remuneração. Coriolano (2003, apud BRAGA; SELVA, 2016) destaca que o TBC é caracterizado pela gestão direta das comunidades, que passam a ser "os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida" (p. 41).

Além disso, o TBC é estruturado com base no planejamento participativo e adaptado às especificidades culturais, sociais e ambientais de cada localidade. Essa abordagem enfatiza o protagonismo das comunidades, que assumem o controle sobre a oferta turística, definem prioridades e organizam atividades de maneira solidária e equitativa. Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) reforçam que "o turismo de base comunitária é uma forma de organizar produtos e serviços turísticos que alia o respeito ao patrimônio cultural e natural das comunidades com a promoção de melhorias na qualidade de vida dos moradores" (p. 116).

O TBC também busca superar as limitações do turismo de massa, promovendo uma relação dialógica entre turistas e comunidades receptoras. Essa relação valoriza os contextos locais, as histórias e as identidades culturais, criando um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável. Conforme Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009), "o TBC oferece um modelo de desenvolvimento que ressignifica o turismo, colocando a cultura local como ponto central e promovendo benefícios diretos para os atores sociais envolvidos" (p. 119).

Portanto, o TBC se apresenta como uma alternativa viável e eficaz ao modelo tradicional de turismo, ao priorizar a sustentabilidade ambiental, a valorização das culturas locais e a equidade social. Sua essência está no protagonismo comunitário e na preservação dos recursos naturais e culturais, possibilitando experiências autênticas e significativas para os turistas e para as comunidades envolvidas. Para garantir sua eficácia e longevidade, é necessário que as políticas públicas incentivem a gestão comunitária e integrem o TBC às estratégias locais de desenvolvimento sustentável (Bartholo; Sansolo; Bursztyn, 2009).

Já o ecoturismo é um segmento do turismo que se diferencia pela utilização sustentável do patrimônio natural e cultural, incentivando a conservação e promovendo a formação de uma consciência ambiental. De acordo com Spaolonse e Martins (2016), "o ecoturismo é uma atividade que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações" (p. 691).

Além de seus objetivos de preservação ambiental, o ecoturismo busca gerar benefícios econômicos e sociais para as comunidades locais envolvidas. Segundo os autores, esta prática possibilita o desenvolvimento de estratégias que fortalecem o turismo participativo, solidário e sustentável, promovendo a interação entre visitantes e as populações autóctones (Spaolonse; Martins, 2016, p. 693). Nesse sentido, o ecoturismo também desempenha um papel educacional ao conscientizar turistas sobre a importância da conservação ambiental.

Entretanto, Spaolonse e Martins (2016) alertam para os desafios relacionados ao planejamento inadequado, que podem resultar em impactos negativos tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades receptoras. Eles destacam que, sem estratégias sustentáveis e gestão participativa, o ecoturismo pode causar danos ao ecossistema local e prejudicar a qualidade de vida das populações envolvidas (p. 692-693). Assim, o ecoturismo representa uma abordagem estratégica para promover a sustentabilidade ambiental, econômica e cultural. “O aproveitamento desse potencial por meio do desenvolvimento de estratégias que fortaleçam o turismo participativo, solidário e sustentável é, sem dúvida, uma grande oportunidade para o país” (Spaolonse; Martins, 2016, p. 696).

Em síntese, tanto o Turismo de Base Comunitária (TBC) quanto o ecoturismo se apresentam como modelos alternativos ao turismo de massa, alinhados aos princípios de sustentabilidade, inclusão social e valorização cultural. Enquanto o TBC prioriza o protagonismo das comunidades locais na gestão das atividades turísticas, promovendo autonomia e benefícios diretos, o ecoturismo foca na conservação do patrimônio natural e cultural, estimulando a conscientização ambiental e o bem-estar das populações envolvidas. Ambos os modelos compartilham desafios, como a necessidade de planejamento e gestão participativa, mas oferecem soluções promissoras para o desenvolvimento de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis, capazes de conciliar interesses econômicos, sociais e ambientais em um contexto de crescente demanda por experiências autênticas e éticas.

Políticas públicas de turismo na Amazônia

O turismo na Amazônia começou a ser alvo de políticas públicas a partir da década de 1970, quando o governo federal implementou os primeiros Planos de Desenvolvimento da Amazônia (PDAs), visando promover a atividade turística como ferramenta de ocupação territorial e crescimento econômico. Nesse contexto, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) lançou o I Plano de Turismo da Amazônia (PTA I), com vigência de 1980 a 1985. Este plano priorizava a exploração dos atrativos naturais e culturais da região, mas negligenciava aspectos ambientais e sociais, concentrando-se exclusivamente em metas econômicas (Farias, 2014; Tavares, 2021).

Na década de 1990, o II Plano de Turismo da Amazônia (PTA II) trouxe uma abordagem mais abrangente, alinhando-se às preocupações globais com sustentabilidade. Este plano buscou compatibilizar desenvolvimento econômico com preservação ambiental e cultural, promovendo a criação de polos turísticos consolidados e emergentes, como Manaus, Belém e Macapá. Contudo, falhas na execução e na integração das comunidades locais limitaram seu impacto efetivo. De acordo com Tavares (2021), “as estratégias propostas no PTA II, embora inovadoras em conceito, não foram acompanhadas por um planejamento articulado que incluísse as populações locais, resultando em limitações significativas para o sucesso do plano” (Farias, 2014; Tavares, 2021, p. 7).

Outro marco importante foi o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), lançado no final da década de 1990. Este programa dividiu-se em duas fases: pré-investimento e investimento, priorizando capacitação, assistência técnica e fortalecimento institucional. O PROECOTUR destacou a importância do ecoturismo como estratégia de valorização dos recursos naturais e culturais da Amazônia. No entanto, enfrentou dificuldades como descontinuidade administrativa, insuficiência de recursos financeiros e falta de capacitação técnica, limitando sua eficácia (Farias, 2014; Tavares, 2021).

No âmbito estadual, o Pará destacou-se no desenvolvimento de políticas voltadas para o turismo sustentável, com foco na preservação do patrimônio natural e cultural. Contudo, como aponta Tavares (2021), “as limitações de planejamento e a ausência de participação comunitária efetiva foram barreiras significativas para a implementação dessas políticas de forma abrangente e sustentável”. Embora essas iniciativas tenham contribuído para a conscientização sobre o papel do turismo no desenvolvimento regional, persistem desafios relacionados à sustentabilidade, gestão integrada e participação das comunidades locais. Estes aspectos continuam sendo fundamentais para que o turismo cumpra seu papel como vetor de desenvolvimento econômico e social na região amazônica (Farias, 2014; Tavares, 2021).

Em conclusão, as políticas públicas voltadas para o turismo na Amazônia, desde os primeiros Planos de Desenvolvimento da Amazônia até programas mais recentes como o PROECOTUR, demonstram avanços significativos na tentativa de integrar a atividade turística ao desenvolvimento sustentável da região. No entanto, os desafios persistem, especialmente no que se refere à articulação entre as esferas governamentais, a integração das comunidades locais e a continuidade administrativa. Embora essas iniciativas tenham contribuído para a valorização do patrimônio natural e cultural da Amazônia, é evidente que o planejamento e a gestão participativa precisam ser aprimorados para garantir resultados mais efetivos e

duradouros. Assim, o fortalecimento das políticas de turismo sustentável, com ênfase na capacitação e no envolvimento comunitário, continua sendo essencial para transformar o turismo em um instrumento eficiente de desenvolvimento econômico e social na Amazônia.

Processo histórico do planejamento de turismo do Amapá

Farias (2014) relata que o contexto do turismo no Amapá é parte de um processo mais amplo de desenvolvimento na Amazônia que começou na década de 1970. O governo federal, através da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), elaborou políticas de turismo visando o progresso econômico e social da região. Em 1977, o I Plano de Turismo da Amazônia (PTA I) foi instituído, com foco no desenvolvimento turístico e econômico das áreas amazônicas, promovendo o ecoturismo como uma alternativa sustentável. E em 1992, o II Plano de Turismo da Amazônia (PTA II) reforçou essa orientação, destacando a necessidade de integrar o crescimento econômico com a preservação ambiental. Nos anos seguintes, a criação do PROECOTUR (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal) buscou incentivar o ecoturismo de maneira mais sustentável, através da criação de polos turísticos que integrassem comunidades locais.

De acordo com a autora, no conceito de polos turísticos definidos pelo PROECOTUR, o Amapá está classificado como um "polo em desenvolvimento", o que significa que possui potencial para atrair o ecoturismo, mas ainda enfrenta desafios estruturais e de gestão para consolidar suas atividades turísticas. Ou seja, no Amapá, o foco está em áreas que preservam os ecossistemas amazônicos e as comunidades locais, o que é essencial para o turismo sustentável que busca valorizar o patrimônio natural e cultural, envolvendo as comunidades locais como protagonistas no processo.

Dessa forma, para Farias (2014) Macapá e suas redondezas têm potencial para atrair visitantes interessados em ecoturismo, cultura local e biodiversidade, alinhando-se com o conceito de um turismo de base comunitária e sustentável que é central para os polos em desenvolvimento da Amazônia.

No entanto, apesar dos esforços, problemas como a falta de financiamento e a gestão inadequada limitaram o sucesso das iniciativas. As políticas foram marcadas pela tentativa de equilibrar desenvolvimento econômico e conservação, mas o turismo na Amazônia, incluindo o Amapá, enfrentou desafios de planejamento e execução que dificultaram seu pleno desenvolvimento sustentável, segundo Farias (2014).

Conceição e Conceição (2015) compreendem que a história do turismo no Amapá tem seu desenvolvimento estruturado a partir da década de 2000, quando o estado começou a formalizar suas políticas públicas de turismo. Esse movimento foi impulsionado pela criação da

Secretaria Estadual de Turismo (SETUR) em 2004, que permitiu ao Amapá iniciar um planejamento focado em alinhar-se com as diretrizes nacionais, especialmente os Planos Nacionais de Turismo de 2003/2007 e 2007/2010, além do Programa de Regionalização do Turismo, chamado “Roteiros do Brasil”.

Segundo as autoras, esses planos orientaram a formulação de diversos programas e projetos, como o Pró-Turismo, que incentiva o ecoturismo em áreas protegidas e de relevância ecológica, destacando o Amapá como o estado mais preservado do país. Outro exemplo é o Festival do Meio do Mundo, voltado para o fortalecimento cultural e econômico das comunidades, com o objetivo de atrair visitantes e divulgar a diversidade turística local.

As autoras concluem que embora o Amapá tenha avançado com esses projetos, o estado ainda carece de uma política de turismo oficial e consolidada por meio de legislação específica. A política de turismo amapaense é construída essencialmente por esses programas e projetos, que buscam investimentos e desenvolvimento econômico sem desconsiderar a preservação ambiental. Essa abordagem se dá, segundo as autoras, de forma incipiente e alinhada ao conceito de sustentabilidade, envolvendo a comunidade e respeitando as especificidades culturais locais.

No mesmo sentido, Guimarães e Porto (2023), compreendem que até 2004, o setor turístico do Estado do Amapá não contava com uma política formalizada por lei ou decreto. As ações turísticas eram baseadas em programas e projetos elaborados pela Secretaria Estadual de Turismo, criada em 2004, a fim de substituir o Departamento Estadual de Turismo (DETUR) que atuava anteriormente vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado do Amapá (SEICOM).

Para eles, um marco significativo nesse período foi o Programa Pró-Turismo-AP que compreende o período de 2003 a 2013 e visava construir e implementar um Programa Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do Estado do Amapá. O programa tinha como meta a realização de conferências estaduais voltadas ao ecoturismo, o desenvolvimento de estratégias de turismo e a realização de seminários sobre a potencialidade econômica do ecoturismo, além de estudos para a elaboração de estratégias de desenvolvimento da pesca esportiva e planejamento para a implantação de trilhas interpretativas em áreas naturais.

Guimarães e Porto (2023) destacam ainda a inauguração do Bioparque da Amazônia em 2019 como um atrativo significativo que, se bem explorado, pode contribuir para o progresso do turismo em Macapá. No entanto, apesar do potencial turístico da região, a percepção de Macapá como um destino turístico voltado para o lazer ainda é frágil, e a capital não é vista como um local atrativo para turistas. A história do turismo no Amapá é caracterizada por um

desenvolvimento tardio e incompleto, com a necessidade de ações mais robustas para explorar seu potencial turístico.

Guimarães, Porto e Pizzio (2023), compreendem que a história do turismo no Amapá está dividida em três fases distintas: a) o turismo inconsciente (1988-2001); o despertar da consciência turística (2002-2010) e a identidade turística. A primeira fase que compreende o período de 1988 a 2001 destaca-se pela falta de reconhecimento do turismo como uma atividade econômica significativa, dessa forma, o turismo era visto apenas como uma forma de lazer, sem a percepção de seu potencial para gerar renda e emprego. O marco inicial foi o reconhecimento do estado do Amapá em 1988.

O segundo estágio, iniciado a partir de 2002, com a designação de Macapá como município turístico, traz uma mudança na percepção sobre o potencial do turismo ecológico na região. Durante essa fase, alguns políticos começaram a reconhecer o turismo como uma alternativa para geração de emprego e renda. A criação da Secretaria Estadual de Turismo em 2004 e o surgimento do Ministério do Turismo em 2003 foram marcos importantes que contribuíram para essa nova consciência. A última etapa, denominada pelos autores de Identidade Turística, infere que o Amapá começou a se identificar mais claramente como um destino turístico, com políticas públicas e ações mais estruturadas voltadas para o desenvolvimento do setor.

Logo, percebe-se a necessidade de maior visibilidade e engajamento uma vez que o turismo não se destaca como uma temática prioritária, resultando em um impacto limitado nas ações e no desenvolvimento do setor. Embora haja um reconhecimento do potencial turístico da região, as iniciativas são consideradas insuficientes, com um desenvolvimento gradual que carece de uma abordagem holística que integre todos os municípios.

Ferreira e Tavares (2012) abordam o turismo no Amapá em uma perspectiva transfronteiriça, focando na fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa. Elas destacam que o turismo pode ser um fator de desenvolvimento socioeconômico, especialmente em áreas de fronteira. Ou seja, políticas públicas voltadas para o turismo de fronteira podem ser uma oportunidade, já que incentivam a cooperação entre países vizinhos, promovem o crescimento econômico, melhoram a qualidade de vida das populações locais e intensificam a fiscalização para reduzir atividades ilícitas.

As autoras destacam que para o Amapá, há uma ênfase na criação de infraestruturas de integração, como a ponte binacional sobre o rio Oiapoque, que facilita o acesso e a mobilidade entre o Brasil e a Guiana Francesa. Além disso, programas como o Produto Turístico Combinado Amazônia (PTCA) buscam impulsionar o turismo sustentável e valorizam os recursos naturais e

culturas locais, sendo necessário pensar em políticas de planejamento para organizar e regular o turismo nessas áreas, visando garantir que o desenvolvimento seja sustentável e inclusivo.

Dessa forma, compreende-se que o turismo no Amapá apresenta oportunidades significativas, especialmente no ecoturismo e no turismo de fronteira. O estado possui uma vasta biodiversidade e ecossistemas preservados que atraem interessados no turismo sustentável e na interação com comunidades locais. Iniciativas como o Programa de Regionalização do Turismo e o Produto Turístico Combinado Amazônia (PTCA) incentivam a valorização do patrimônio natural e cultural, promovendo uma integração regional e internacional, especialmente com a Guiana Francesa. O Bioparque da Amazônia, a ponte binacional sobre o rio Oiapoque e eventos culturais como o Festival do Meio do Mundo são exemplos de atrativos que podem consolidar o Amapá como um polo turístico.

Contudo, a fim de responder à questão presente no título desta seção é importante destacar que o desenvolvimento do turismo no Amapá enfrenta desafios estruturais e de gestão que limitam seu progresso. A ausência de uma política de turismo consolidada e regulamentada e a dependência de projetos fragmentados dificultam o crescimento sustentável e integrado do setor. A falta de financiamento e de uma abordagem mais sólida e completa para explorar o potencial turístico dos municípios são barreiras importantes a serem pensadas. Para que o turismo no Amapá decole, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas de longo prazo, com estratégias robustas que incluam investimentos em infraestrutura, capacitação e promoção, sempre alinhadas à preservação ambiental e ao envolvimento das comunidades.

Em conclusão, o turismo no Amapá, apesar de apresentar um potencial significativo em áreas como ecoturismo, turismo de fronteira e valorização cultural, enfrenta desafios estruturais e de gestão que limitam seu desenvolvimento pleno. A ausência de uma política pública consolidada e regulamentada, somada à fragmentação de iniciativas e à escassez de financiamento, tem dificultado a transformação do estado em um polo turístico integrado e sustentável. Para que o turismo no Amapá alcance seu potencial, é essencial que sejam adotadas estratégias de longo prazo, com enfoque em planejamento territorial, capacitação das comunidades locais, investimentos em infraestrutura e promoção de atrativos turísticos únicos, como o Bioparque da Amazônia e o turismo transfronteiriço. Somente por meio de uma abordagem holística e participativa será possível posicionar o estado do Amapá como um destino turístico consolidado, alinhando preservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento econômico.

METODOLOGIA E RESULTADOS

A análise SWOT é uma ferramenta estratégica que auxilia organizações a compreenderem seu ambiente interno e externo, promovendo um planejamento mais eficaz. A sigla refere-se a Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças), que são analisadas em conjunto para identificar vantagens competitivas e mitigar riscos. Idealizada por Albert Humphrey na década de 1960, no Stanford Research Institute, a SWOT surgiu como parte de um estudo que analisava o desempenho das empresas listadas na Fortune 500, com o objetivo de compreender por que certos planejamentos estratégicos falharam e como poderiam ser aprimorados (Humphrey, 2005).

A metodologia baseia-se em dois eixos principais: o interno, que avalia as forças e fraquezas de uma organização, e o externo, que identifica oportunidades e ameaças no ambiente onde ela está inserida. Essa abordagem permite uma visão integrada e sistemática, proporcionando insights para maximizar os recursos existentes e se adaptar a desafios externos. De acordo com GÜREL e TAT (2017), a SWOT tornou-se amplamente utilizada em diversos campos, como administração, turismo, saúde e planejamento urbano, devido à sua simplicidade e versatilidade.

Assim, a análise SWOT consolidou-se como uma das ferramentas mais importantes no planejamento estratégico, sendo empregada tanto por pequenas organizações quanto por grandes corporações. Sua aplicabilidade vai além do ambiente empresarial, oferecendo contribuições significativas para políticas públicas e desenvolvimento sustentável. A capacidade de integrar análises internas e externas em um único modelo destaca sua relevância em contextos competitivos e em constante transformação.

Diante de sua ampla aplicabilidade e capacidade de integrar análises internas e externas, a análise SWOT foi a metodologia escolhida para comparar o Plano Estadual de Turismo 2016, o Plano Estadual de Turismo 2020 e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maracá-Cunani. Essa ferramenta permitirá identificar as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças presentes em cada plano, promovendo uma avaliação estratégica das suas contribuições para o turismo no estado. Por meio dessa abordagem, será possível compreender como cada planejamento aborda o desenvolvimento turístico, identificando avanços, lacunas e elementos que podem ser otimizados para alinhar as estratégias às demandas atuais de sustentabilidade e competitividade no setor.

Análise SWOT do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (SDITS) do Maracá-Cunani, Plano Estadual de Turismo 2016 e Plano Estadual de Turismo 2020

Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maracá-Cunani (2012)

O Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maracá-Cunani, elaborado em 2012, busca promover o turismo sustentável na região, integrando conservação ambiental, valorização cultural e desenvolvimento socioeconômico. Focado em uma área rica em biodiversidade e de grande relevância histórica, o plano identifica o ecoturismo, o turismo comunitário e o turismo científico como segmentos prioritários. A Reserva Biológica de Maracá-Jipioca e outros ecossistemas únicos da região são apontados como bases estratégicas para fomentar o turismo responsável, com práticas que minimizem impactos ambientais e promovam a preservação dos recursos naturais e culturais.

Entre os objetivos do PDITS está o fortalecimento da participação das comunidades locais, capacitando-as para oferecer serviços turísticos, como hospedagem e guias. Essa abordagem busca gerar emprego e renda, valorizando saberes e tradições regionais. Para apoiar essas atividades, o plano sugere melhorias na infraestrutura, incluindo a pavimentação de estradas como a BR-156, sinalização turística e maior conectividade digital, essencial para divulgar a região e facilitar o acesso. Além disso, medidas de gestão ambiental, como o uso regulamentado de áreas protegidas e planos de manejo, são propostas para garantir a sustentabilidade do turismo.

O plano, contudo, enfrenta desafios significativos. A falta de investimentos consistentes, a fragilidade da infraestrutura e a ausência de integração efetiva entre políticas locais e nacionais são entraves que limitam sua implementação. Além disso, atividades ilegais, como a caça e a pesca predatória, continuam a ameaçar a preservação ambiental, exigindo maior fiscalização e estratégias de mitigação. O marketing turístico também é apontado como uma área que precisa de desenvolvimento para atrair nichos de mercado específicos, como pesquisadores e ecoturistas.

Conclui-se que o PDITS Maracá-Cunani é uma iniciativa robusta, que alia planejamento estratégico a ações sustentáveis e inclusivas. No entanto, para alcançar seus objetivos, é crucial superar os desafios relacionados à infraestrutura, fiscalização e governança colaborativa. Se bem executado, o plano pode transformar a região em um modelo de turismo sustentável, com impacto positivo tanto na conservação ambiental quanto no bem-estar das comunidades locais.

Plano Estadual de Turismo 2016

O Plano Estadual de Turismo (PET) 2016 do Amapá foi concebido como um instrumento estratégico para orientar o desenvolvimento do turismo no estado, alinhando metas locais às diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT). Com foco no fortalecimento da governança, o plano destaca a importância de uma abordagem participativa, envolvendo municípios, a sociedade civil e o setor privado em oficinas de planejamento. O turismo é segmentado em polos regionais, como Meio do Mundo, Tumucumaque, Castanhais e Pororoca, cada qual com características específicas que integram ecoturismo, turismo cultural e de base comunitária. O objetivo central é estruturar e ordenar o turismo como atividade econômica sustentável, capaz de gerar emprego, renda e inclusão social.

Entre as principais estratégias, o PET 2016 prevê investimentos em infraestrutura turística, a criação de novos produtos e roteiros, além de ações voltadas para capacitação profissional e promoção dos destinos no mercado nacional e internacional. A valorização de manifestações culturais como o Marabaixo e Batuque reforça a identidade local, enquanto a conservação ambiental, sobretudo em áreas protegidas como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, é colocada como prioridade. Além disso, o plano sugere a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação para garantir a efetividade das ações propostas.

Apesar do escopo abrangente, o PET 2016 enfrenta desafios estruturais. A infraestrutura turística é desigual entre os municípios, e a falta de dados estatísticos regulares limita a formulação de políticas públicas baseadas em evidências. A descontinuidade de projetos e a concorrência com estados mais estruturados, como Pará e Amazonas, também dificultam o avanço das iniciativas. Pressões ambientais em áreas sensíveis, aliadas à falta de fiscalização efetiva, representam ameaças ao equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Conclui-se que o PET 2016 estabelece bases sólidas para o desenvolvimento do turismo no Amapá, com ênfase na integração regional e na valorização cultural e ambiental. No entanto, para alcançar seus objetivos, é essencial superar as limitações identificadas, como a carência de infraestrutura e dados consistentes, além de fortalecer a governança interinstitucional. Se implementado de forma consistente, o plano pode posicionar o Amapá como um destino turístico competitivo e sustentável.

Plano Estadual de Turismo 2020

O Plano Estadual de Turismo (PET) 2020 do Amapá foi concebido como uma atualização estratégica para alinhar o desenvolvimento turístico do estado às tendências globais e às diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT). O plano prioriza a sustentabilidade como eixo central, com metas claras voltadas para a inclusão social, conservação ambiental e valorização

cultural. Ele destaca áreas estratégicas de maior potencial turístico, segmentando ações para diferentes polos regionais, como Meio do Mundo, Tumucumaque e Extremo Norte. Essa abordagem visa não apenas estruturar o turismo como uma atividade econômica, mas também integrá-lo ao desenvolvimento social e à preservação dos recursos naturais.

Entre suas estratégias, o PET 2020 enfatiza a expansão de segmentos como o turismo científico, cultural e de base comunitária, alinhando essas iniciativas à potencialidade do estado em biodiversidade e manifestações culturais únicas, como o Marabaixo. O plano também reconhece a necessidade de fortalecer a infraestrutura turística e de transporte, incluindo a integração logística entre os municípios e a conectividade digital. Além disso, apresenta diretrizes de marketing para ampliar a visibilidade do Amapá nos mercados nacional e internacional, com foco na atração de nichos de mercado específicos, como ecoturistas e pesquisadores.

Apesar de suas propostas avançadas, o PET 2020 enfrenta desafios significativos, como a limitação na execução de ações devido à dependência de infraestrutura ainda em desenvolvimento e ao baixo investimento em marketing. A falta de capacitação técnica de profissionais do setor também é apontada como um obstáculo para a melhoria da qualidade dos serviços e as ameaças externas, como as mudanças climáticas e a competição com estados amazônicos mais estruturados, continuam a impactar o alcance das metas estabelecidas, adicionalmente, a escassez de financiamento contínuo dificulta a implementação de medidas de longo prazo.

Conclui-se que o PET 2020 apresenta uma visão moderna e integrada do turismo no Amapá, combinando sustentabilidade, inovação e inclusão. Contudo, para alcançar os objetivos propostos, é fundamental fortalecer a governança, garantir investimentos consistentes e priorizar a capacitação de recursos humanos. O plano tem o potencial de reposicionar o Amapá como um destino turístico competitivo, mas sua execução eficaz dependerá de ações coordenadas entre os setores público e privado, bem como de uma abordagem colaborativa com as comunidades locais.

Análise SWOT dos planos

A matriz SWOT do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) destaca aspectos fundamentais para o desenvolvimento turístico do Amapá. Entre as forças, encontram-se iniciativas como o Programa Luz para Todos, que melhora a infraestrutura energética em áreas remotas, e a pavimentação da BR 156, que facilita o acesso a regiões turísticas. Além disso, o estado apresenta uma diversidade cultural e ambiental singular, com atrações como o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Entretanto, as fraquezas

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

incluem a infraestrutura urbana limitada, especialmente em municípios menores, a carência de conectividade digital com baixa qualidade de internet e a falta de qualificação da força de trabalho local, fatores que comprometem o atendimento ao visitante. As oportunidades são promissoras, com destaque para incentivos internacionais relacionados à conservação da biodiversidade e a possibilidade de expansão do ecoturismo e do turismo comunitário. Por outro lado, ameaças como pressões socioeconômicas decorrentes de fluxos migratórios desordenados, atividades predatórias como caça ilegal e a ausência de uma integração efetiva entre políticas nacionais e locais representam desafios críticos (Tabela 1).

O Plano Estadual de Turismo 2016 (PET 2016) apresenta um modelo participativo, com destaque para a realização de oficinas nos municípios, o que reforça o fortalecimento institucional por meio de conselhos estaduais e municipais e o engajamento local. As forças incluem a valorização cultural por meio de manifestações como o Marabaixo, que promovem identidade e pertencimento regional.

Tabela 1: matriz SWOT do PDITS.

Aspecto	Detalhes
<i>Forças</i>	Oferta energética pelo Programa Luz para Todos; Pavimentação da BR 156; Diversidade cultural e ambiental significativa
<i>Fraquezas</i>	Infraestrutura urbana limitada; Falta de conectividade digital; Recursos humanos insuficientemente qualificados
<i>Oportunidades</i>	Incentivos internacionais para biodiversidade; Expansão do ecoturismo; Desenvolvimento de novos segmentos turísticos
<i>Ameaças</i>	Pressão socioeconômica; Atividades predatórias; Falta de integração entre políticas nacionais e locais

Fonte: Elaborado pelas autores.

No entanto, a descontinuidade de programas e projetos ao longo dos anos, a ausência de dados estatísticos regulares e a infraestrutura turística desigual entre os municípios surgem como fraquezas significativas. Oportunidades incluem a promoção do turismo comunitário e rural, além da integração de investimentos privados, o que pode contribuir para a ampliação da comercialização internacional. As ameaças, por sua vez, incluem a concorrência com estados amazônicos mais estruturados, a instabilidade política que prejudica o planejamento de longo prazo e as pressões ambientais em áreas sensíveis sem monitoramento adequado (Tabela 2).

Atualizado e alinhado ao Plano Nacional de Turismo, o PET 2020 reflete um esforço renovado de modernização e adaptação às demandas contemporâneas. Suas forças incluem a priorização de áreas específicas com maior potencial para o desenvolvimento turístico e a

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

inclusão de metas de sustentabilidade e inclusão social, o que reforça o compromisso com o desenvolvimento equilibrado. Contudo, o marketing turístico permanece limitado, tanto no nível nacional quanto internacional, e a infraestrutura turística ainda está em estágio inicial de implementação.

Tabela 2: matriz SWOT do PET 2016.

Aspecto	Detalhes
<i>Forças</i>	Envolvimento participativo; Fortalecimento institucional; Identidade cultural fortalecida por manifestações regionais
<i>Fraquezas</i>	Descontinuidade de programas; Dados estatísticos insuficientes; Infraestrutura turística desigual
<i>Oportunidades</i>	Promoção do turismo comunitário; Integração de investimentos privados; Ampliação da comercialização internacional através de parcerias públicas e privadas
<i>Ameaças</i>	Concorrência de estados amazônicos mais desenvolvidos; Instabilidade política; Pressões ambientais sem monitoramento adequado

Fonte: Elaborado pelas autores.

A capacitação insuficiente da força de trabalho local também limita a qualidade dos serviços oferecidos. As oportunidades destacam a expansão para novos segmentos, como o turismo científico e cultural, e a integração regional com a Guiana Francesa, que pode fortalecer o turismo transfronteiriço. Entre as ameaças, estão as mudanças climáticas, que podem restringir o acesso a áreas naturais, e a escassez de financiamento, dificultando a execução de ações planejadas (Tabela 3).

Tabela 3: matriz SWOT do PET 2020.

Aspecto	Detalhes
<i>Forças</i>	Atualização recente alinhada ao Plano Nacional de Turismo; Priorização de áreas específicas; Inclusão de metas de sustentabilidade e inclusão social
<i>Fraquezas</i>	Marketing turístico limitado; Dependência de infraestrutura em desenvolvimento; Capacitação insuficiente de profissionais
<i>Oportunidades</i>	Expansão de novos segmentos como turismo científico; Integração regional com a Guiana Francesa; Parcerias para captar recursos e modernizar a infraestrutura
<i>Ameaças</i>	Mudanças climáticas; Escassez de financiamento; Interesse reduzido em destinos de difícil acesso

Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise comparativa das matrizes SWOT evidencia a evolução progressiva nos planos de turismo do Amapá, com avanços significativos em diferentes aspectos. O PDITS foca na valorização dos recursos naturais e culturais, mas enfrenta desafios relacionados à infraestrutura básica e à qualificação da mão de obra.

O PET 2016 amplia o envolvimento participativo e a governança local, porém, ainda sofre com a falta de dados regulares e descontinuidades de ações. Já o PET 2020 demonstra um alinhamento estratégico mais moderno, com ênfase na sustentabilidade e inclusão social, mas enfrenta dificuldades práticas em marketing e infraestrutura.

Os três planos compartilham fraquezas estruturais relacionadas à infraestrutura e desafios no fortalecimento institucional, o que reflete a necessidade de uma abordagem mais integrada e consistente. Por outro lado, as oportunidades, especialmente no ecoturismo e no turismo comunitário, são promissoras e podem ser alavancadas por parcerias estratégicas e investimentos. Para maximizar o impacto desses planos, será crucial priorizar investimentos em infraestrutura, fortalecer a gestão integrada entre diferentes níveis de governo e setor privado e adotar mecanismos regulares de monitoramento e avaliação. Assim, o turismo no Amapá pode transcender suas limitações e contribuir de forma significativa para o desenvolvimento sustentável da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo no estado do Amapá apresenta potencial significativo para se consolidar como um vetor de desenvolvimento sustentável, especialmente nas áreas de ecoturismo e turismo de base comunitária. Contudo, as análises realizadas destacam que as limitações estruturais e a ausência de políticas públicas consolidadas e regulamentadas continuam sendo barreiras críticas para o avanço do setor. Conforme apontado por Farias (2014), o histórico de planejamento turístico na Amazônia evidencia a dificuldade em articular desenvolvimento econômico e conservação ambiental, sendo o Amapá classificado como um polo em desenvolvimento que ainda carece de investimentos estratégicos e integração entre os níveis de governança.

Os planos analisados, como o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Maracá-Cunani (2012), o Plano Estadual de Turismo (2016) e o Plano Estadual de Turismo (2020), refletem avanços importantes na organização do turismo no estado. O PDITS destaca-se pela ênfase na valorização de ecossistemas únicos e no envolvimento das comunidades locais, enquanto os Planos Estaduais de Turismo de 2016 e 2020 buscaram fortalecer a governança e integrar iniciativas culturais e ambientais, conforme sugerem Guimarães e Porto (2023).

Apesar desses esforços, desafios como a falta de infraestrutura adequada, a descontinuidade de projetos e a carência de financiamento consistente ainda limitam o alcance das ações planejadas (Tavares, 2021). Adicionalmente, as iniciativas de marketing turístico e

capacitação de mão de obra são insuficientes para posicionar o Amapá como um destino competitivo no cenário nacional e internacional.

Para superar essas lacunas, é fundamental que as políticas públicas futuras priorizem o fortalecimento da governança integrada, o investimento em infraestrutura, a capacitação das comunidades locais e a promoção de ações sustentáveis. Assim, o turismo no Amapá poderá transcender suas limitações históricas e consolidar-se como uma atividade econômica e cultural capaz de promover inclusão social e conservação ambiental, alinhando-se às demandas contemporâneas por experiências autênticas e responsáveis.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. Disponível em:

<https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/28535579/2009turismodesloc2009ISBN975-85-61012-01-4-libre.pdf>.

BRAGA, Maíra Batista; SELVA, Vanice Santiago Fragoso. O turismo de base comunitária pode ser um caminho para o desenvolvimento local? **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 38-53, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.revistarede.ufc.br/rede/article/view/272>.

BERNARDO, Edgar. **Uma introdução ao Turismo-conceitos, classificações e tipologias**. 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9851>

CONCEIÇÃO, C. C.; CONCEIÇÃO, C. C. DA. A elaboração das políticas públicas de turismo do estado do Amapá com base nos instrumentos políticos propostos por Bramwell. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 3, n. 2, 30 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7804>.

FARIAS, Kássia Suelen da Silva. Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 2, n. 2, p. 183-205, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/6511>

FERREIRA, G.; TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo e desenvolvimento sócio-espacial na Amazônia brasileira e francesa. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, n. 17/18, p. XX-XX, 2012. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13065>

GUIMARÃES, F.; PORTO, J. Políticas públicas em turismo na Amazônia Legal: análise da atividade política dos deputados federais do Amapá (1988-2021). **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 9, 14 jun. 2023. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/12821>

GUIMARÃES, F.; PORTO, J.; PIZZIO, A. Turismo, sustentabilidade e desenvolvimento no estado do Amapá-Brasil: projetos, ações e efeito da covid-19 em um polo da Amazônia Legal. **Revista Orbis Latina – Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras**, v. 13, n. 1, 03 dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/3772>

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo/Roteiro Maracá-Cunani**. Fundação Marco Zero, Secretaria de Estado do Turismo. Macapá: Governo do Estado do Amapá, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Plano Estadual de Turismo do Amapá 2016**. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em: <https://setur.portal.ap.gov.br/conteudo/planejamentos/planejamento-estadual-do-turismo>.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Plano Estadual de Turismo do Amapá 2020**. Secretaria de Estado do Turismo. Disponível em: <https://setur.portal.ap.gov.br/conteudo/planejamentos/planejamento-estadual-do-turismo>.

GÜREL, E.; TAT, M. **SWOT analysis: a theoretical review**. *Journal of International Social Research*, v. 10, n. 51, p. 994-1006, 2017.

HUMPHREY, Albert S. SWOT analysis. **Long Range Planning**, v. 30, n. 1, p. 46-52, 2005.

SPAOLONSE, Eduardo; MARTINS, Suzana da Silva de Oliveira. Ecoturismo: uma ponte para o turismo sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 9, n. 6, p. 684-698, nov. 2016/jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6554/4182>.

TAVARES, Maria Goretti da Costa. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira. **Confins**, [s.l.], n. 49, 2021. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/35348>.

IMPACTOS DA OCUPAÇÃO E REMOÇÃO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE: O CASO DO CANAL DO JANDIÁ

Daianna Batista Barbosa³⁵

<http://lattes.cnpq.br/8104279340986591>

Juliana Sena Alves³⁶

<http://lattes.cnpq.br/0371508190543413>

José Alberto Tostes³⁷

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu³⁸

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano acelerado, aliado à falta de planejamento e políticas públicas eficazes, tem gerado impactos ambientais e sociais significativos em diversas regiões do Brasil, especialmente na Amazônia. No contexto do estado do Amapá, a cidade de Macapá enfrenta desafios intensos relacionados à ocupação irregular de áreas ambientalmente sensíveis, como as Áreas de Preservação Permanente (APPs).

Este estudo, intitulado "Impactos da Ocupação e Remoção de Famílias nas APPs: O Caso do Canal do Jandiá", analisa as consequências socioambientais e os desafios de gestão urbana associados à ocupação irregular dessas áreas, caracterizadas regionalmente como "ressacas," os ecossistemas úmidos da região desempenham funções essenciais para o equilíbrio ambiental urbano, como a regulação do clima, a proteção dos corpos d'água e a preservação da biodiversidade (Santos, 2012).

³⁵ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Engenharia Ambiental pela Universidade Estadual do Amapá. E-mail: daiannabatista161@gmail.com

³⁶ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Comunicação Social pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: julianalvesena@hotmail.com

³⁷ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

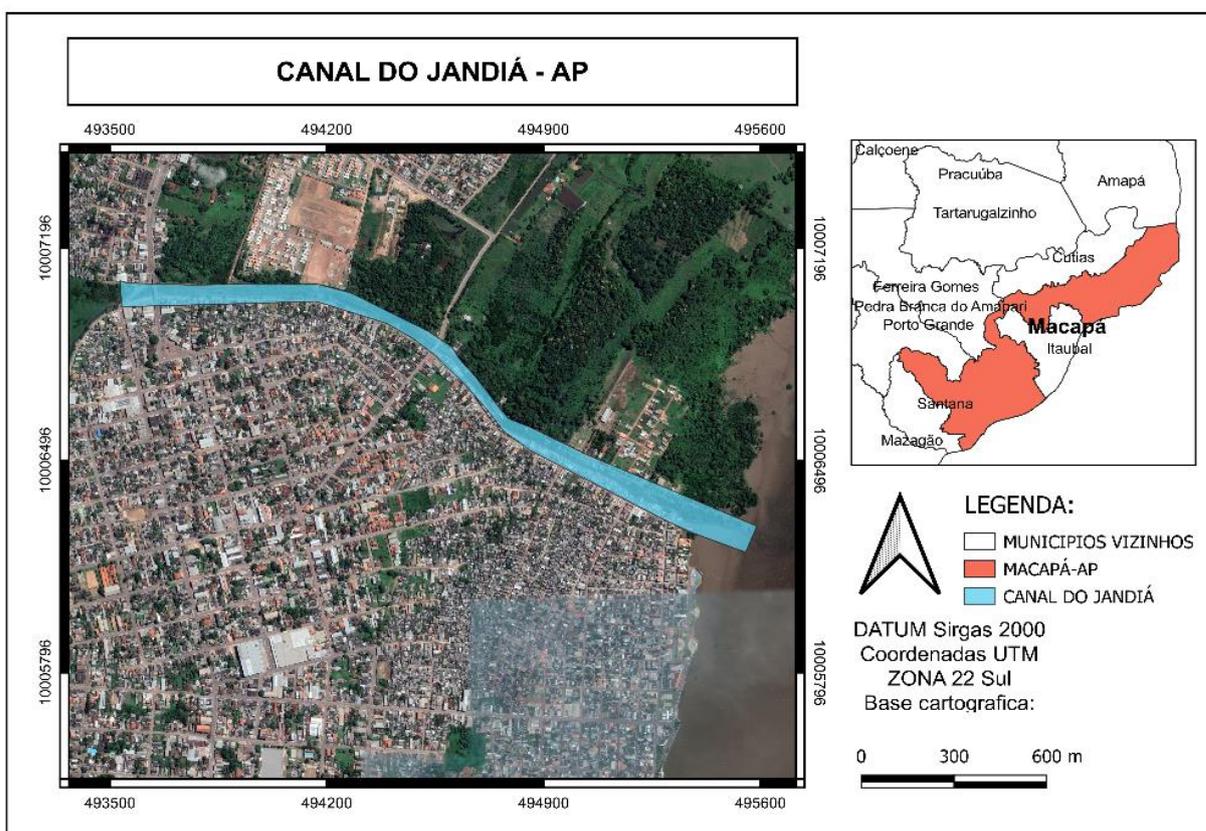
³⁸ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Contudo, a ocupação crescente dessas zonas, especialmente nas margens do Canal do Jandiá, compromete suas funções ecológicas, gerando problemas de ordem socioambiental que exigem soluções urgentes (Porto, 2007).

A ocupação das APPs no município de Macapá, particularmente nas margens do Canal do Jandiá, é um reflexo do processo de urbanização desordenada que caracteriza grande parte das cidades amazônicas (Barros 2016; Santos, 2022). Este fenômeno tem raízes em movimentos migratórios impulsionados por projetos de desenvolvimento, como a implantação de grandes projetos de mineração e pela falta de políticas habitacionais que atendam adequadamente a demanda por moradia (Porto, 2007).

Figura 1: Localização do Canal do Jandiá.



Fonte: Elaborado pelos autores.

As áreas de ressaca, as quais são ecossistemas frágeis e vulneráveis, são ocupadas irregularmente por famílias em busca de melhores condições de vida, muitas vezes em situações de extrema precariedade. A convivência dessas comunidades com o risco ambiental e as condições precárias de infraestrutura cria um ciclo de vulnerabilidade tanto social quanto ecológica (Tostes, 2012). A remoção das famílias dessas áreas, por sua vez, é um processo complexo que envolve não apenas questões ambientais, mas também sociais e legais,

assim como o direito a cidade (Alves, 2017). A legislação brasileira, por meio do Código Florestal, determina a preservação de APPs, mas a implementação dessa norma enfrenta dificuldades práticas, principalmente devido à carência de recursos e à falta de uma abordagem integrada entre os órgãos responsáveis pela gestão urbana e ambiental (Santos, 2022).

A construção do artigo baseia-se em uma análise qualitativa documental aprofundada, que inclui a revisão de estudos acadêmicos, legislações ambientais e urbanísticas, dados disponibilizados por órgãos oficiais, e relatórios técnicos de instituições locais. A triangulação dessas fontes permite uma compreensão abrangente das dinâmicas ambientais e sociais associadas à ocupação irregular das áreas de ressaca e possibilita identificar os principais desafios e limitações enfrentados na gestão dessas áreas. A metodologia também envolve a interpretação crítica dos dados coletados, buscando propor reflexões e soluções para as questões identificadas.

A escolha do Canal do Jandiá (Figura 1) como objeto de estudo justifica-se pela sua relevância ecológica, histórica e urbana para o município de Macapá, além de sua recorrente ocupação irregular, o que torna a área um exemplo representativo dos problemas enfrentados em outras regiões amazônicas. Assim, ao abordar a questão da ocupação e remoção de famílias em APPs, o estudo busca contribuir para o debate sobre como políticas públicas podem ser estruturadas para proteger ecossistemas frágeis sem desconsiderar as necessidades sociais das comunidades afetadas, promovendo um equilíbrio entre conservação ambiental e justiça social.

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico desta pesquisa é organizado em três eixos principais: o primeiro aborda a expansão urbana e a ocupação de áreas protegidas; o segundo eixo analisa a evolução da ocupação das áreas de ressacas no município de Macapá; o terceiro eixo abrange o contexto da cidade e do planejamento.

Expansão urbana e a ocupação em áreas protegidas

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU), aproximadamente 55% da população mundial vive atualmente em áreas urbanas, com projeções indicando que esse índice poderá alcançar 70% até o ano de 2050 (ONU, 2021). Esse cenário posiciona as cidades não apenas como centros de acolhimento populacional, mas também como polos de liderança em inovações econômicas, científicas, tecnológicas e culturais. Esses avanços vêm transformando as relações sociais e de trabalho, enquanto promovem uma busca contínua por justiça socioespacial urbana.

A expansão populacional nas grandes cidades aconteceu em escala mundial, processo marcado pela Revolução Industrial, a saída do homem do campo para as grandes cidades, em busca de melhores condições de vida (Soares; Moraes 2013). No Brasil, o crescimento populacional não foi diferente e se intensificou a partir da década de 1950, com a chegada do processo de industrialização ao país. Durante esse período, houve uma redistribuição populacional no país, caracterizada pelo esvaziamento gradual das áreas rurais, pelo deslocamento das famílias para as áreas urbanas, antes desse período, a população era predominantemente rural. Segundo dados do Censo Demográfico de 1940, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 70% dos brasileiros residiam em áreas rurais, refletindo uma economia agrícola predominante no país.

A distribuição territorial urbana brasileira ocorreu de forma desequilibrada nas diferentes regiões, em função dos condicionantes territoriais, sociais e ambientais e com concentrações de população em metrópoles e cidades grandes. De acordo com Soares e Moraes (2013), o aumento da densidade populacional aliada a falta de capacidade de gestão urbana levou à formação de ocupações irregulares nos espaços urbanos das cidades, contribuindo para o desenvolvimento de problemáticas urbanas e impactos socioambientais.

Na Amazônia, com base na exploração dos recursos naturais, muitas cidades nascem antes do campo (Santos, 2012). Assim, podemos inferir que a urbanização da região amazônica ocorreu em duas fases históricas, a primeira fase, antes da década de 1960, que teve como principal via de desenvolvimento formada a partir da economia da borracha, que foi orientada pelos sentidos dos rios, que até os dias atuais tem forte relação e influência na organização e desenvolvimento de suas cidades. Já na segunda fase, as cidades criadas mais tardiamente por ocupação espontânea ou dirigida, ocorreu através da implementação de grandes projetos de mineração, agropecuários e hidrelétricos, aliados a construção de rodovias, o que impulsionou o crescimento urbano, especialmente após os anos 1960 (Souza, 2000).

A Amazônia Legal abriga atualmente 13,7% da população brasileira, com a maioria de seus habitantes vivendo em áreas urbanas. Segundo dados do censo demográfico do IBGE, a população da região passou de 8,2 milhões em 1972 para 27,8 milhões em 2022, representando um crescimento de aproximadamente 19,6 milhões de habitantes em 50 anos. Embora a densidade demográfica permaneça baixa, com 5,6 habitantes por km², cerca de 68,9% dos moradores residem em áreas urbanas, enquanto 31,1% vivem em áreas rurais.

Esse processo de urbanização peculiar da região amazônica foi acompanhado de inúmeros problemas de gestão e infraestrutura, que ocasionou impactos sociais e ambientais desastrosos decorrentes da acelerada urbanização (Trindade, 2002). A falta de planejamento e

implementação de infraestruturas adequadas para acompanhar o crescimento populacional impulsionado pelos grandes projetos resultou em diversas deficiências e vulnerabilidades, às quais as populações da Amazônia foram e continuam a ser submetidas até os dias atuais (Rodrigues e Silva, 2023).

O Amapá, como estado pertencente à região amazônica, passou por um processo de ocupação marcado por uma urbanização tardia, que se intensificou especialmente após os anos 1980. Como consequência, o estado atualmente apresenta um alto grau de deficiência em equipamentos e infraestrutura urbana, comprometendo a qualidade de vida de sua população (Tostes, Feijão e Moura, 2017). Semelhante ao restante da Amazônia, a população do Amapá é predominantemente urbana, com cerca de 80% dos habitantes vivendo em áreas urbanizadas. O Ministério Público do Amapá (MP-AP) estima que aproximadamente 20% da população estadual reside em áreas de ressaca, representando cerca de 160 mil pessoas.

A capital Macapá, é a cidade mais populosa da região com cerca de 487.200 habitantes (IBGE, 2024), e assim como grande parte das cidades amazônicas, Macapá apresenta problemáticas de ocupação urbana. A maior parte dessa população vive em aglomerados localizados em áreas de ressacas, ou seja, em Área de Preservação Permanente, de acordo com Lei Ambiental n.º 948, de 14 de dezembro de 1998.

Dados publicados pelo IBGE em 2024, mostra que 29% dos moradores de Macapá vivem em situação de favelas, em condições habitacionais insalubres e com condições sanitárias precárias, devido à falta de infraestrutura e ações institucionais e de políticas públicas insuficientes para promover as condições habitacionais e de saúde pública. O processo de urbanização é acompanhado por inúmeros problemas comuns à maior parte das cidades brasileiras, como a invasão de terras urbanas, gerando bolsões de pobreza nas áreas periféricas, problemas ambientais decorrentes da acelerada urbanização com ocupações de áreas ambientalmente frágeis, como as encostas e margens dos rios urbanos, assim como ocupação de áreas de preservação permanente (APPs) e de unidades de conservação (Maricato, 2002).

Áreas de Preservação Permanente (APPs)

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) foram estabelecidas pelo Código Florestal (Lei n.º 12.651, de 25 de maio de 2012) e são espaços territoriais legalmente protegidos, caracterizados por sua fragilidade e vulnerabilidade ambiental. Essas áreas podem ser públicas ou privadas, localizadas em zonas urbanas ou rurais, e podem estar cobertas ou não por vegetação nativa (Brasil, 2012). Entre os diversos serviços ambientais que as APPs prestam no contexto dos impactos urbano, destacam-se no quadro 1.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Quadro 1: Serviços ambientais de APPS.

Impactos Urbanos	Ações de Prevenção	Serviços Ambientais das APPs.
Uso inadequado e à ocupação irregular de encostas e topos de morros	Proteção do solo	Prevenção dos desastre
Poluição hídrica e o assoreamento dos rios	Proteção de corpos d'água	Ajuda a evitar enchentes
Inundações e enxurradas	Manutenção da permeabilidade do solo e do regime hídrico	Contribui para recarga de aquíferos e assegurando a qualidade e a quantidade de água para o abastecimento público
Desequilíbrio ecológico	Manutenção e preservação da função ecológica	Oferecendo refúgio para a fauna e servindo como corredores ecológicos que facilitam o fluxo gênico da fauna e flora, especialmente entre áreas verdes no perímetro urbano e em áreas próximas
Aridez excessiva, desconforto térmico e ambiental e efeito de "ilha de calor"	Desequilíbrios climáticos urbanos	Propícia a atenuação das temperaturas

Fonte: Código Florestal. Adaptado pelos autores.

Em razão da ausência de planejamento do poder público, existem populações que habitam essas áreas de forma irregular, pois está definido em lei que devem ser preservadas devido à importância dos diferentes ecossistemas, que, muitas vezes, abrigam: espécies endêmicas, espécies em extinção, nascentes, entre outros. Na maioria das vezes, esses espaços são áreas de risco, gerando problemas de ordem econômica e socioambiental.

Áreas Úmidas

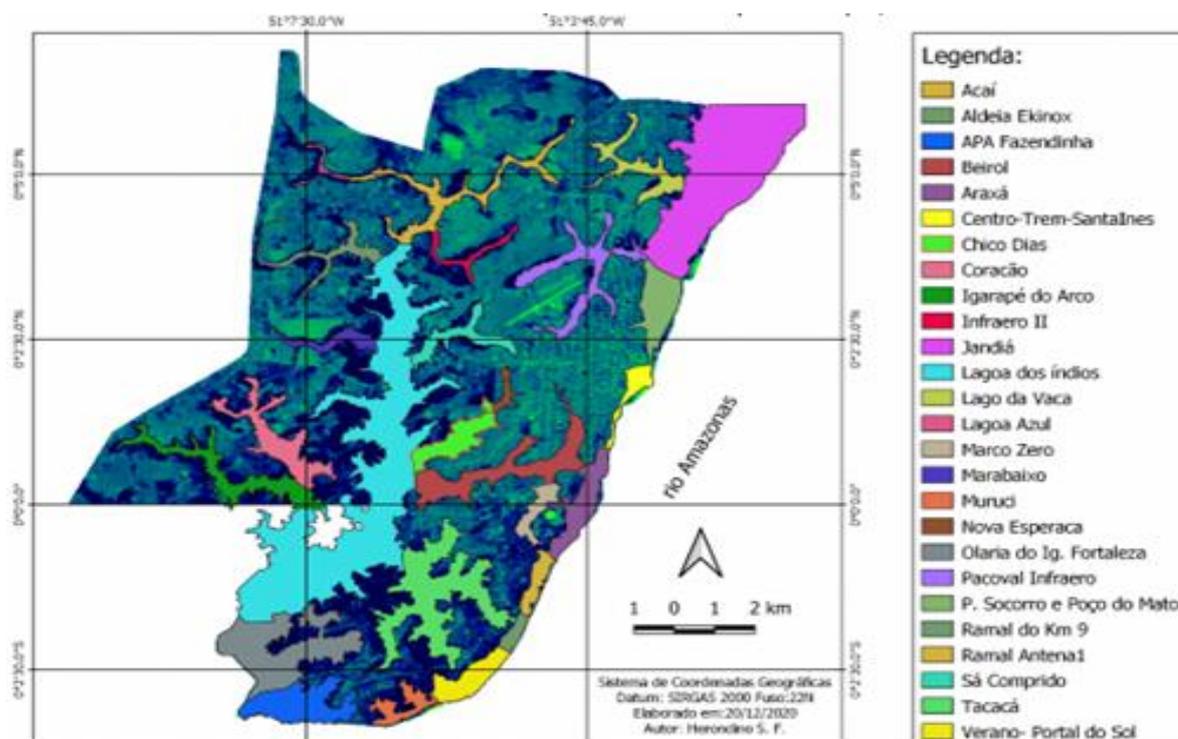
As áreas úmidas do estado do Amapá são conhecidas como "ressacas," termo adotado na Lei Ambiental do Município de Macapá, que as define como "bacias de acúmulo de águas influenciadas pelo regime de marés de rios e drenagens pluviais" (Lei Ambiental n.º 948, de 14 de dezembro de 1998). De acordo com Neri (2004), "ressaca" é uma expressão local usada para definir um ecossistema característico da zona costeira do Amapá. Essas áreas se formam em terrenos quaternários e funcionam como reservatórios naturais de água, sendo um ecossistema complexo e singular, que sofre alterações com as marés e é composto por redes de canais, igarapés e pelo ciclo sazonal das chuvas (Souza, 2019).

De acordo com o projeto Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressaca de Macapá e Santana, Estado do Amapá – ZEEU 2011, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amapá (SEMA), as ressacas do Amapá estão situadas na costa estuarina do estado, estendendo-se desde a foz do rio Jari até a foz do rio Araguari.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

A zona costeira do estado do Amapá, situado no extremo norte do Brasil, possui uma extensão de mais de 600 km (Takiyama e Silva, 2004) e é dividida em dois setores: o Setor Costeiro Estuarino ou Amazônico e o Setor Atlântico ou Oceânico (SEMA, 2000). O Setor Estuarino se destaca por concentrar as maiores densidades populacionais do estado, onde os problemas sociais e as pressões ambientais são mais intensos. Nessa região costeira, encontram-se amplas áreas úmidas.

Figura 2: Principais ressacas no perímetro urbano de Macapá.



Fonte: Filho, 2020.

De acordo com o ZEEU de 2011, o estado do Amapá possui (quarenta e três) bacias hidrográficas, entre elas às bacias do Igarapé da Fortaleza e do Rio Curiaú, localizadas nas áreas urbanas e periurbanas dos municípios de Macapá e Santana. Conforme informações da SEMA/AP, a bacia do Igarapé da Fortaleza se estende ao sul do centro de Macapá, com uma área aproximada de 193 km², enquanto a bacia do Rio Curiaú está situada a 8 km ao norte do centro de Macapá, com uma área de cerca de 185 km². Dentro dessas duas bacias, estão classificadas 23 (vinte e três) ressacas: Chico Dias, Beirol, Congós, Tacacá, Lagoa dos Índios, Sá Comprido, Lago da Vaca, Canal do Jandiá, Lago do Pacoval, Lagunho do Nova Esperança, Brasil Novo, Açaí, Infraero II, São Lázaro, do Cristo, Cabralzinho, Marabaixo, Goiabal, Coração, Mucajá, Pedrinhas, Renascer, Pantanal, Perpétuo Socorro e Ramal do km 9 (Figura 2). Juntas, essas ressacas totalizam uma área de 36.470 km², representando aproximadamente 20% da área total do perímetro urbano de Macapá.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

As áreas de ressaca desempenham um papel fundamental no equilíbrio ambiental da cidade, especialmente na regulação do microclima urbano de Macapá. Além disso, essas áreas possuem outras funções ecológicas descritas por Coelho (2006), conforme o quadro 2.

Quadro 2: Função Ecológica das Áreas de Ressacas.

Função Ecológica	Serviços Ecológicos
Regulação do clima de Macapá	As ressacas funcionam como reguladores térmicos, servindo como fontes de umidade e corredores de vento
Reprodução biológica	Essas áreas servem como criadouros naturais para várias espécies de crustáceos e peixes
Circulação e equilíbrio das águas	As ressacas são interligadas entre si e aos canais de drenagem, permitindo a circulação e o controle do fluxo hídrico
Centro paisagístico natural	A biodiversidade e as características físicas das ressacas proporcionam um ambiente agradável que beneficia a população e a fauna local

Fonte: Souza, 2019. Adaptado pelos autores.

As ocupações desordenadas nessas áreas comprometem suas funções ecológicas, causando impactos ambientais significativos quando não há responsabilidade ambiental. Apesar de ações localizadas da remoção de ocupação nas áreas de resseca na cidade de Macapá, este processo ainda não é suficiente para proteger esse ambiente tão importante para a cidade (Souza, 2019).

Evolução da ocupação em áreas de ressaca em Macapá

Em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá, é evidenciado o processo de ocupação das áreas de ressaca em Macapá, acelerando o crescimento urbano da cidade. A partir de 1950, o desenvolvimento demográfico e a organização espacial do estado foram impulsionados pela implantação do projeto de exploração de manganês pela empresa Industrial e Comercial de Mineração Ltda. (ICOMI), que continuou a estimular a expansão populacional e econômica do Amapá até a década de 1980 (Porto, 2007).

Além desse projeto, outros projetos industriais contribuíram para o aumento da população residente, como a industrialização madeireira com a instalação da BRUMASA, aprovada pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e o Projeto Jari, voltado para atividades de silvicultura, agropecuária e indústria. A transformação do Amapá em estado, em 1988, e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, formalizada pelo

Decreto Federal n.º 8.387 de 30 de dezembro de 2012, também desempenharam um papel significativo ao atrair imigrantes de outros estados, em busca de novas oportunidades de trabalho. Esse movimento migratório, embora tenha dinamizado a economia local, também resultou em desafios, como o déficit de serviços públicos e o agravamento dos problemas habitacionais (Porto, 2007).

De acordo com o IBGE, grande parte dos migrantes que se mudaram para o Amapá são oriundos de ilhas próximas, pertencentes aos estados do Pará e Maranhão. Neri (2004) observa que esse fluxo migratório era composto, em sua maioria, por pessoas sem qualificação profissional, que enfrentavam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho local. Sem alternativas de moradia adequadas, essas populações passaram a formar assentamentos em áreas inóspitas, avançando sobre baixadas alagadiças e ocupando as zonas de ressaca.

O aumento populacional em Macapá desencadeou uma expansão acelerada dos limites urbanos da cidade, com o surgimento de novos bairros em todas as direções. Esse crescimento iniciou na área central, expandindo-se para o sul e, nas últimas décadas, para o norte. Conforme Neri (2004), durante os anos 1950, bairros como Trem, Beiril, Central, Santa Rita, Laguinho e Igarapé das Mulheres começaram a se consolidar. Na década de 1960, o crescimento urbano se dirigiu ao sul, ampliando os bairros Santa Rita e Beiril e originando o aglomerado da Vacaria. Ao sudoeste do bairro Buritizal, formaram-se os bairros Jesus de Nazaré e Jacareacanga, posteriormente incorporados a Jesus de Nazaré e Pacoval.

Com essa expansão urbana acentuada, os limites da cidade começaram a atingir áreas de ressaca, como a Lagoa dos Índios, e outras áreas úmidas no perímetro urbano de Macapá. A ocupação dessas zonas de ressaca se intensificou ao longo do tempo, agravada pelo contínuo crescimento populacional e pela ausência de políticas habitacionais adequadas (Weiser et al., 2015).

Na década de 1970, surgiram duas grandes áreas de ocupação desordenada em Macapá, conhecidas como Igarapé das Mulheres (Macapá) e Baixada do Elesbão (Santana). Mais tarde, essas ocupações foram desfeitas, e seus moradores foram transferidos para áreas mais afastadas do centro da cidade, próximas no entorno do 3º Batalhão de Infantaria de Selva (3º BIS). Esse deslocamento originou o bairro Nova Esperança, onde foram reassentados os antigos moradores da Baixada do Elesbão. Ainda nos anos 1970, a expansão urbana avançou em direção ao 3º BIS, entre a rodovia Duque de Caxias e a área de ressaca conhecida como Sá Comprido.

No início da década de 1980, a expansão voltou-se para a Zona Norte de Macapá, com ocupações ao longo das margens da BR-156, que resultaram na criação dos bairros Perpétuo Socorro, Baixada do Japonês e Jardim Felicidade. A partir de 1985, surgiram novos bairros, como

o Santa Inês, localizado entre as ressacas Chico Dias e o bairro Beiril. Nesse período, formaram-se também os bairros dos Congós e Muca, circundados pela ressaca do Beiril.

No final dos anos 1980, novos bairros como Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero surgiram na Zona Sul, ao longo da rodovia Juscelino Kubitschek (atual rodovia Josmar Chaves Pinto). Segundo Portilho (2010), já no início dos anos 1990, as ressacas Chico Dias e Sá Comprido, assim como parte do Lago do Pacoval, foram intensamente ocupadas. A falta de políticas públicas habitacionais, o crescimento desordenado da cidade e o aumento populacional resultaram em uma expansão não planejada, levando as populações a ocuparem áreas de ressaca para estabelecer moradias.

De acordo com dados do IBGE (2010), estima-se que cerca de 63.771 pessoas residam em áreas de ressaca no município de Macapá, representando aproximadamente 16% de sua população. A falta de planejamento por parte do poder público para lidar com a ocupação dessas áreas contribui para a permanência de habitações em locais inadequados, resultando em condições de vida desumanas para os moradores, que enfrentam uma realidade sem as mínimas condições de dignidade (Silva, 2019).

Tostes (2022) destaca que é justamente nas áreas úmidas onde as condições de moradia são mais precárias. Em muitas dessas residências, as instalações sanitárias são externas, o que evidencia o desconforto e as condições insalubres em que seus moradores se encontram. Além disso, o fato de essas áreas apresentarem características ambientais específicas torna-as espaços únicos, com dinâmicas próprias, nas quais as condições de vida da população são significativamente distintas das observadas em outras partes do espaço urbano. As ressacas antropizadas, além de serem áreas desprovidas de infraestrutura urbana e marcadas pela concentração de pobreza, também enfrentam sérios problemas sociais, como a violência e a criminalidade. Esses fatores impõem a muitos de seus moradores uma rotina diária de medo e insegurança (Santos, 2022).

Conceito da cidade e do planejamento

Os conceitos mais atuais sobre cidades refletem as complexidades das sociedades contemporâneas e abordam aspectos relacionados à sustentabilidade, digitalização, inclusão social e qualidade de vida. No entanto, para autores como Wirth (1938), a cidade é definida por três características: tamanho da população, densidade e heterogeneidade. O autor argumenta que essas características produzem formas de vida únicas, distintas daquelas das áreas rurais. Já Lefebvre (1970), destaca que a cidade não é apenas um local físico, mas um espaço social produzido pelas interações humanas e pela dinâmica capitalista. Apesar dos conceitos distintos sobre a percepção de cidades na literatura, as cidades atuais apresentam dilemas parecidos.

As cidades do século XXI enfrentam aumentos de transformações sociais e territoriais, impulsionadas pelo crescimento populacional, que geram formas de ocupação e uso do território urbano. Esse crescimento, muitas vezes associado à ausência de políticas públicas eficazes, resulta em segregação urbana e acentuação das desigualdades sociais. Diante desse cenário, cresce a demanda por soluções do poder público, dos planejadores e gestores urbanos que promovam cidades mais sustentáveis e adequadas (Moraes et al., 2018). De acordo com Gehl (2010), a concepção de uma cidade sustentável deve considerar a integração entre o espaço construído e o ambiente natural, promovendo qualidade de vida e eficiência ambiental. Essas ações são essenciais para melhorar a qualidade de vida da população e garantir um ambiente urbano mais justo e equilibrado (Moraes et al., 2018). Em Macapá, ao longo dos anos o planejamento urbano enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento populacional com a conservação ambiental, sobretudo nas áreas úmidas, que desempenham serviços ecológicos que contribuem para o equilíbrio ambiental e climático.

O conceito de planejamento urbano surgiu em países desenvolvidos, como Inglaterra e Estados Unidos, e representa uma mudança na forma de abordar as cidades e suas problemáticas. Este conceito nasceu como uma resposta aos desafios urbanos não resolvidos pelo urbanismo moderno e aos impactos negativos que este mesmo modelo ocasionou (Tostes, 2016). Ao desempenhar um papel fundamental na organização das cidades, o planejamento urbano permite antecipar ações para enfrentar o caos urbano e promover o desenvolvimento sustentável. Esse processo envolve a elaboração e execução de programas que buscam melhorar ou revitalizar aspectos da vida nas áreas urbanas existentes ou em novas áreas de expansão. Seu principal objetivo é proporcionar à população melhores condições de vida, equilibrando as demandas por infraestrutura, habitação, mobilidade e preservação ambiental, além de fomentar a harmonia entre o ambiente construído e o natural (Tostes, 2016).

Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, que instrumenta a legitimação da reforma urbana e em 2003 foi criado o Ministério das Cidades que tem o objetivo definir políticas públicas para as cidades e passaram a auxiliar os municípios na elaboração de seus planos diretores participativos. A partir destes avanços, foi elaborado o primeiro Plano Urbanístico e Ambiental participativo de Macapá, com apresentação dos cadernos da Lei de Parcelamento do Solo, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei do Perímetro Urbano, Lei do Licenciamento, Autorização e Fiscalização das Atividades, Código de tributos municipais e o Código de Obras do município. Apesar de o plano ter trazido os instrumentos de legislação urbana, o desenvolvimento urbano de Macapá ainda é insipiente, este fator fica mais evidente quando observamos a ocupação das áreas úmidas.

Plano Diretor de Macapá – A concepção sobre as áreas de ressacas

O Plano Diretor de Macapá de 2004, institui as áreas ressacas como patrimônio ambiental do município, estabelecendo em seu objetivo específico III, a proteção ambiental das ressacas, evitando a ocupação por usos e atividades que venham a causar sua degradação. Na seção III que apresenta as Estratégia para a Cidade de Macapá, no item II é estabelecido o tratamento das ressacas como um dos mais importantes recursos naturais da cidade de Macapá, abrangendo: a) recuperação progressiva das ressacas ocupadas, com reassentamento progressivo das famílias que as habitam; b) prioridade na proteção das ressacas não ocupadas com a preservação do cinturão de área verde nas suas margens. Além de estabelecer na seção III, incentivo às atividades sustentáveis de turismo, extrativas, pesqueiras e de criadouros nas áreas de ressacas onde já são realizadas sem risco para o equilíbrio ambiental ou a serem implantadas nessa mesma condição, oferecendo-se infraestrutura de apoio.

No Art. 11, é estabelecido a disseminação de informação sobre a importância das ressacas com o objetivo de sensibilizar a população da cidade de Macapá, estimulando a promoção de mecanismos para a participação na proteção das ressacas; e no Art. 12. A Estratégia para Proteção do Meio Ambiente e Geração de Trabalho e Renda na cidade de Macapá complementa-se com os seguintes programas: I - Programa de Proteção e Recuperação das Ressacas, com ênfase na gestão integrada, abrangendo: a) envolvimento de setores governamentais responsáveis pelo meio ambiente, pelo desenvolvimento social e econômico e pela habitação popular; b) articulação com o órgão estadual responsável pela proteção ao meio ambiente; c) priorização das ressacas para progressiva recuperação de acordo com o seu grau de ocupação por residências; d) definição de uma metodologia de atuação para a proteção das ressacas não ocupadas.

Ao analisar o que se apresenta para as áreas de ressacas estabelecidos no plano diretor, percebe-se a preocupação na proteção dessas áreas, assim como a medidas que possam reforçar a importância da gestão integrada entre os órgãos e entidades pertinentes para a preservação deste ambiente estabelecido como patrimônio natural. No entanto, a dificuldade de aplicar o que foi estabelecido no plano diretor ainda é um desafio frente as atuações dos órgãos fiscalizadores.

O CASO DO CANAL DO JANDIÁ

Neste trabalho, visando analisar a atuação do Estado em relação à segregação socioespacial nas áreas de ressaca no espaço urbano de Macapá, optou-se por utilizar a área antropizada da ressaca do Canal do Jandiá, que passou por uma intervenção urbana nos anos de 2017 e 2018, como estudo de caso.

Embora a intervenção urbana tenha sido apresentada como uma forma de “melhorar” as condições habitacionais da população, coma a realocação para o Conjunto Macapaba e promover a regularização da ocupação do solo urbano, está ação perpetuou a segregação socioespacial para os moradores remanejados. Através dessa ação, o Estado acabou por agravar as desigualdades sociais, além de restringir o acesso da população a equipamentos públicos, que deveriam ser de acesso universal, mas que, na prática, beneficiam apenas uma parcela da sociedade no contexto urbano (Santos, 2018).

Diagnóstico da Área

A área em questão está localizada na cidade de Macapá-AP, no bairro Pacoval, e consiste em uma ressaca atravessada por um canal de drenagem natural, denominado Canal do Jandiá, que deságua no Rio Amazonas. A bacia do Jandiá abrange uma extensa área que se estende por diversos bairros de Macapá, passando pelos bairros Pacoval, Cidade Nova, Pantanal, Jesus de Nazaré, Renascer, São Lázaro e Infraero I. O Canal do Jandiá, por sua vez, tem sua nascente situada na área da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária — Infraero e possui uma área total é de 2.380.156,25m².

Tabela 1: Dados Demográficos dos bairros no perímetro do Canal do Jandiá.

Dados	Bairros	População estimada
IBGE/2010	Cidade Nova	15 194
	Pacoval	12 216
	Pantanal	Sem dados
	Jesus de Nazaré	5 915
	Infraero I	9 411
	Renascer	Sem dados
	Perpétuo Socorro	13 087
	São Lazaro	21 965

Fonte: Adaptado do IBGE (2010).

O Canal do Jandiá constitui uma das áreas do perímetro urbano de Macapá que tem sido impactada pelo processo de ocupação desordenada. Nesse local, são evidentes os sinais de degradação ambiental, bem como a baixa qualidade de vida das pessoas que residem ou desenvolvem suas atividades nas margens do canal. Essas condições adversas resultam de uma infraestrutura deficiente e de um planejamento urbano e paisagístico insuficiente, o que agrava ainda mais a situação da população local (Silva, 2024). O processo de ocupação ao longo do

Canal do Jandiá, está relacionado à geografia local. A interação entre o desenvolvimento urbano do bairro e sua relação com o canal configuram a dinâmica urbana e das condições ambientais e socioeconômicas da área (Dos Santos, 2024).

A área de estudo de ocupação irregular da ressaca do Canal do Jandiá era situada na área pertencente a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e está situada na faixa de segurança do aeroporto internacional de Macapá. A ocupação irregular desta área começou em 2003, com a instalação de moradias isoladas. No entanto, entre 2009 e 2010, observou-se uma expansão dessa ocupação por pessoas de baixa renda (Neto et al., 2020). A ocupação dessa área é continuidade do processo de antropização da ressaca do bairro Pacoval, drenada pelo mesmo canal.

Em 2010, segundo dados do IBGE, a população residente no perímetro do canal do jandiá era de aproximadamente 55.290 habitantes, sendo o bairro do Pacoval o quarto bairro mais populoso da região (Tabela 1).

Remoção das famílias — A ação de Intervenção do Estado

A ocupação da ressaca do Canal do Jandiá perdurou até 2017, quando, no final desse ano, iniciou-se a remoção dos moradores em cumprimento a uma determinação da Justiça Federal. Em 2018, no seguimento à ação judicial de reintegração de posse, 92 famílias foram retiradas da área e realocadas para o Conjunto Habitacional Macapaba, localizado na zona norte da cidade. Esta ação corresponde à segunda de cinco etapas previstas para a reintegração de posse. Segundo a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social (SIMS), das 310 famílias identificadas no mapeamento, 144 já haviam sido realocadas para o Conjunto Macapaba até 2018. A área a ser reintegrada à faixa de segurança aeroportuária se estende desde a margem da Rua Adilson José Pinto Pereira até a “Ponte do Axé”, no bairro Jesus de Nazaré, conforme ilustrado na Figura 3.

A desocupação dessa área faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2014 entre os governos estadual e municipal e a Justiça Federal, para reintegrar áreas invadidas à Infraero. A área desocupada, que corresponde a parte da faixa de segurança aeroportuária, possui cerca de 50 mil metros quadrados. A remoção das famílias foi realizada de forma gradual, tendo começado em setembro de 2017, sendo a última remoção, de 92 famílias, realizada em 2018.

Para impedir o retorno das famílias à área, a Justiça Federal ordenou a demolição das casas, barracos e passarelas de madeira construídas pelos moradores, apesar dos protestos destes contra a decisão judicial (Dos Santos, 2024). Essa ação de remoção evidência de forma explícita o fortalecimento do controle estatal sobre as populações que residem nesses ambientes úmidos, alterando não apenas sua circulação e localização no espaço urbano, mas

também seu cotidiano e modo de vida na cidade, desmantelando assim as formas e práticas espaciais que esses moradores adotavam para sobreviver (Silva, 2024).

Nesse contexto, o direito à cidade torna-se um ponto de disputa entre a população que vive em áreas com infraestrutura precária e o Estado, que modifica o espaço urbano conforme suas necessidades e interesses, desconsiderando as aspirações dos habitantes. Embora essa intervenção urbana tenha sido uma determinação judicial, a população afetada deveria ter sido consultada, o que, de fato, não ocorreu (Dos Santos, 2024). O Estado representa uma das várias faces da ação sobre o direito à cidade, e essa intervenção urbana reflete uma lógica estatal que, muitas vezes, toma decisões sem um caráter democrático e desconectado das necessidades sociais das populações residentes em áreas de ressaca.

Figura 3: Mapa de Localização da Ressaca do Canal do Jandiá.



Fonte: Adaptado do Google Earth pelo autor (2024).

As políticas habitacionais relacionadas à construção de conjuntos populares para famílias carentes, especialmente aquelas residentes em áreas de ressaca em Macapá, têm se mostrado distantes da realidade dessas comunidades. Em geral nota-se que às políticas destinam-se aos interesses do setor financeiro e imobiliário do que às necessidades de moradia da população.

Esse desalinhamento tem gerado conflitos entre o poder público e famílias que, sem alternativas, constroem suas moradias em áreas alagadas. Sem a consulta prévia aos moradores, evidencia-se a falta de sintonia do Estado com a realidade e os anseios dos

moradores, pois às famílias remanejadas foram privadas do direito de escuta ativa e participação na formulação das políticas habitacionais que impactam sua realidade.

Direito à cidade — Direito há quem?

Conforme previsto no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001), foram estabelecidas normas de ordem pública e interesse social para regular o uso da propriedade urbana em benefício do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, além de promover o equilíbrio ambiental. No caso da remoção de famílias residentes na área da Infraero, ainda que a ação do Poder Público tenha um apelo ambiental, ela negligencia o direito das pessoas que ali habitavam de serem ouvidas e participarem do processo.

A principal problemática nesse conflito é a ausência de diálogo e participação da população diretamente afetada. Não foram utilizados instrumentos participação da população, como audiências públicas ou consultas entre o poder público e os moradores, as decisões foram tomadas exclusivamente pelos representantes institucionais, excluindo a comunidade do processo. Nesse cenário, o direito à cidade emerge como um ponto de tensão entre a população que vive em áreas de infraestrutura precária e o Estado, que molda a cidade de acordo com suas necessidades e seus interesses, desconsiderando as demandas da comunidade.

Assim, mesmo sendo uma intervenção baseada em determinação judicial, a escuta e a inclusão das vozes da população afetada seriam fundamentais para assegurar uma abordagem mais justa e democrática. Ignorar essas vozes significa desrespeitar o direito básico da comunidade de participar das decisões que impactam diretamente suas vidas e seu futuro no espaço urbano que habita.

Levanta-se, então, a questão: quem realmente tem direito à cidade? Em intervenções onde a participação da comunidade é fundamental, seu papel é frequentemente silenciado. Como assegurar os direitos dessa sociedade sem seu envolvimento, quando o Estado assume unilateralmente decisões sobre seu futuro, determinando onde as pessoas serão realocadas, sem considerar as relações interpessoais e o sentido de pertencimento que a comunidade construiu ao longo do tempo? A ausência de diálogo e a imposição de políticas públicas sem a consulta popular revelam uma lacuna democrática, onde o direito à cidade é moldado mais pelos interesses governamentais, estes que não correspondem as necessidades e expectativas dos próprios moradores. Garantir que esses direitos sejam respeitados exige uma abordagem inclusiva e participativa, onde a população seja vista não apenas como beneficiária, mas como protagonista na construção do espaço urbano que habita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas ao longo deste estudo destacam a complexidade e as implicações da intervenção urbana nas áreas de ressaca do Canal do Jandiá, em Macapá, um processo marcado pelos conflitos entre os direitos dos moradores e as ações do Estado. A remoção de famílias residentes nas margens dessas áreas, embora fundamentada em uma necessidade ambiental e judicial, revela uma falha crítica na participação social, excluindo a voz dos diretamente afetados. A ausência de diálogo entre o poder público e a comunidade compromete a eficácia das políticas públicas, além de gerar um ciclo de vulnerabilidade social e ambiental que poderia ser mitigado com a adoção de uma abordagem mais inclusiva.

A exclusão das comunidades afetadas também revela um dilema central no planejamento urbano, que muitas vezes privilegia os interesses do Estado ou do setor privado em detrimento das necessidades da população. Nesse cenário, as políticas habitacionais inovadoras, como a construção de conjuntos habitacionais em áreas distantes, não atendem de maneira adequada às especificidades das famílias que habitavam as áreas de ressaca. O descompasso entre o planejamento urbano e as condições reais de vida dos moradores resulta em uma perpetuação das desigualdades sociais, com impactos significativos no bem-estar das famílias realocadas.

No entanto, a análise do processo de ocupação e remoção no Canal do Jandiá evidencia a urgência de compensar as políticas públicas e as práticas de planejamento urbano no Amapá e em outras regiões da Amazônia. É necessário que as intervenções urbanas sejam pautadas pela escuta ativa da população e por uma visão integrada, que respeite tanto os aspectos ambientais quanto os sociais. A garantia do direito à cidade não pode se limitar a ações impositivas, mas deve ser construída de forma colaborativa, com a participação efetiva de todos os cidadãos no processo de construção de ações mais justas.

Do ponto de vista ambiental, qualquer intervenção em uma APP sem a devida autorização é crime ambiental estabelecido pela Lei 9.605/98, a Lei dos Crimes Ambientais. Mas o que fazer quando os órgãos ambientais e fiscalizadores tardam ao identificar a ocupação de famílias nestas áreas? Quando o Poder Público e o Estado não apresentam alternativas plausíveis para esta problemática?

O Plano Diretor prevê ações educativas de sensibilização sobre as áreas de ressaca quando as estabelece como patrimônios naturais do município. No entanto, onde essas ações são implementadas visto que as populações mais carentes pouco têm acesso à educação ambiental e compreensão clara da importância da preservação deste ambiente tão importante? Podemos perceber que os interesses para preservar um patrimônio natural só são pautados

quando este sofre degradação. Porque não agir de forma preventiva quando se tem conhecimento e instrumentos legislativos para fazê-lo? É evidente que há uma carência de habitações e recursos para construí-las e distribuí-las de forma mais justas, mais o que fazer para que as populações mais carentes não ocupem as áreas de APPs para construir suas moradias? Até quando essa problemática será perpetuada, sabendo que os órgãos competentes podem identificar o que ocasiona essa problemática e pode traçar estratégias mais eficazes? A conclusão que temos é que as partes que podem agir para solucionar ou minimizar esses efeitos oriundos da ocupação irregular nas APPs não se preocupam o suficiente e deixam de agir. E quando agem anulam a participação da sociedade ali presente.

REFERENCIAL TEÓRICO

ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça Espacial e o Direito à Cidade**. São Paulo:Contexto, 2017.

BARROS, Elcimar de Souza. **Produção do espaço no eixo sul do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia setentrional amapaense**. In. Estação Científica, Macapá, v. 6, n. 3, p. 111-126, set./dez,2016.

COELHO, Benedito de Assis. **Ressacas: Por que protegê-las?** Macapá: SEMA, 2006.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Macapá, 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama> .Acesso em: 10 nov. 2024.

IBGE. Mapa de densidade demográfica 2010. Disponível em: https://basedosdados.org/dataset/08a1546e-251f-4546-9fe0-b1e6ab2b203d?table=ebd0f0fd-73f1-4295-848a-52666ad31757&utm_term=ibge%20censos&utm_campaign=Trend+do+Censo+2022&utm_source=adwords&utm_medium=ppc&hsa_acc=9488864076&hsa_cam=21101952202&hsa_grp=160879691738&hsa_ad=693650899919&hsa_src=g&hsa_tgt=kwd-957005365340&hsa_kw=ibge%20censos&hsa_mt=b&hsa_net=adwords&hsa_ver=3&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiA88a5BhDPARIsAFj595iDnC1aaTyV6qVXiUFET3PIYIPQ2Tgp66cbPqBz5FeGUTG3REhLYIUaAvU1EALw_wcB > Acesso em: 05. out. 2024.

CARVALHO, B. M. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá**. Curitiba: Appris, 2020.

DOS SANTOS, Antonio Carlos Rodrigues. **Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandiá, em Macapá-AP**. Editora Dialética, 2024.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

IEPA. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. **Zoneamento Ecológico-Econômico Urbano das Áreas de Ressacas dos Municípios de Macapá-AP e Santana-AP.** Macapá – AP, 2012.

BRASIL. Código Florestal. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 05. out. 2024.

BRASIL. Lei Nº 9,985 de julho de 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em: 05. out. 2024.

Macapá. Prefeitura Municipal. Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá. Macapá: P.M.M; SEMPLA; IBAM, 2004.

Macapá. PLANO DE INTERVENÇÃO NA ORLA FLUVIAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ. Macapá: P.M.M. 2004.

MARICATO, Ermínia. **O Ministério das Cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano.** IPEA, Políticas Sociais-acompanhamento e análise. São Paulo: p. 211-220, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Lei n. 9.985** – Sistema Brasileiro de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: MMA/SBF, 2000.

NETO, Jacy S. C.; et al. A ação pública e a produção de vulnerabilidades socioambientais nas ocupações informais em Macapá-AP. In: GUIMARÃES, Danielle Costa. et al. (org.). **Amazônia urbana em questão: Macapá 75 anos de capital** (livro 3). Uniedsul, Maringá, p.129-140. 2020.

NERI, Sara Heloiza Alberto. **A utilização das ferramentas de geoprocessamento para identificação de comunidades expostas a hepatite a nas áreas de ressacas dos municípios de Macapá e Santana/AP.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2004.

ONU. Department of Economic and Social Affairs. Population Division World urbanization prospects. 2024.

PORTILHO, Ivone. **Áreas de Ressaca e Dinâmica Urbana em Macapá/Ap.** Doutoranda em Geografia – UNESP – Rio Claro, 2010.

PORTO, Jadson Luís Rebelo et al. Do Território Federal a Estado: condicionantes para a execução de ajustes espaciais no Amapá. **Seminário trinta e cinco anos de colonização da Amazônia.** Porto Velho (RO), v. 26, 2007.

PORTO, J. L. R. Amapá: **Principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000.** GEA/SETEC, Macapá, 2005.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Urbanização e rede urbana na Amazônia Setentrional Amapaense.** Formação (Online), v. 2, n. 19, 2012.

SANTOS Junior, O. A. Espaços Urbanos Coletivos, heterotopia e o Direito à Cidade: reflexões a partir do pensamento de Henri Lefebvre e David Harvey. In: COSTA et al. **Teorias e práticas urbanas: condições para uma sociedade urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia setentrional amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, SP, 2012.

SANTOS, Romário V. **(Re) estruturação e formação do aglomerado urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense**. 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016.

Santos, Antonio Carlos Rodrigues dos. **Segregação socioespacial na produção do urbano: o caso da área de ressaca do Canal do Jandiá em Macapá-AP**. Macapá: Unifap, 2022.

SANTOS, Naiara V. **O direito à cidade e a política habitacional: análise do conjunto habitacional de moradia popular “Residencial Macapaba” na cidade de Macapá-AP**. 2018. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SILVA, Telison Rosa da et al. **Aspectos da paisagem do canal do Jandiá: ocupação desordenada e seus impactos ambientais na cidade de Macapá**. 2024.

SOARES, S. R.; MORAES, S. T. **O diálogo possível entre a ocupação urbana e a preservação ambiental em áreas de encostas**. In: ENANPUR, 2013, Recife. Desenvolvimento, Planejamento e Governança, 2013.

SOUZA, Carlos Augusto de Silva. **Urbanização na Amazônia**. Belém do Pará: Unama, 2000.

SOUZA, Luana R. **Cartografia das controvérsias: entre ação direta e luta institucional na produção de uma ocupação informal em palafitas na cidade de Macapá-AP**. 255 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

TOSTES, José Alberto. **Os aglomerados subnormais da cidade de Macapá**. 2018. Disponível em:<<https://josealbertostes.blogspot.com/2018/12/os-aglomerados-subnormais-da-cidade-de.html>>
Acesso em: 05 nov. 2024.

TOSTES, J. A. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.

TOSTES, José Alberto. Análise do Conjunto Habitacional Macapaba: ocupação e estrutura urbana. 2022. Disponível em:<https://josealbertostes.blogspot.com/2018/08/analise-do-conjunto_habitacional.html>
Acesso em: 05 nov. 2024.

TOSTES, J. A.; FEIJÃO, A. da J.; MOURA, C. I. R. **A paisagem cultural da cidade de Macapá: o rio comanda a vida**. XIII Fórum Ambiental. 2017.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

TRINDADE JR., S.C.; ROCHA, G.M. (org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local**. In. Paka-Tatu, Belém, 2002.

TAKIYAMA, Luís. et al. **Relatório Técnico final do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá**. Macapá: 2012.

WEISER, Alice Agnes; ULIANA, Brenda Beserra; TOSTES, José Alberto. Áreas úmidas na Amazônia: Macapá, uma cidade entre rios, lagos e igarapés. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 3, n. 18, 2015.

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA NO AMAPÁ

André Monteiro da Silva³⁹

<http://lattes.cnpq.br/9944259255495279>

Wender Carlos Nunes Maciel⁴⁰

<http://lattes.cnpq.br/8677951454079499>

José Alberto Tostes⁴¹

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁴²

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

Desde a Colonização, a Amazônia tem sido inserida nos cenários nacional e internacional através de políticas, planos e projetos de domínio e exploração de seus territórios, riquezas naturais e populações humanas. Acompanhando as ações de grupos políticos e econômicos dominantes, está o discurso de “tirar a Amazônia do mundo selvagem” para o civilizado”, defendendo sua inserção nas estruturas e dinâmicas das sociedades modernas através da lógica da produção e do consumo capitalista.

A concepção desenvolvimentista vem sendo observada de forma sistemática no Amapá desde a década de 1940, com o projeto ICOMI, considerado o maior empreendimento econômico até então implantado na Amazônia. A partir daí outros grandes projetos econômicos vem sendo carregados do discurso e da visão do desenvolvimento do Amapá, como o mais recentemente ligado à exploração petrolífera na Bacia da Foz do Amazonas.

³⁹ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Licenciatura e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: andremonteirosilva2011@gmail.com

⁴⁰ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Tecnologia em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: wendermaciel007@gmail.com

⁴¹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁴² Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

Desde 2013, a costa do Amapá vem sendo objeto de estudos técnicos devido ao grande potencial de reservas de petróleo. A área de exploração fica próxima de ecossistemas naturais, como os manguezais e o recentemente descrito Grande Sistema de Recifes do Amazonas. Esses ecossistemas são essenciais para a reprodução e o sustento da biodiversidade costeira e marinha, bem como das comunidades humanas locais, como as indígenas, ribeirinhas e de pescadores (ICMBio, 2018).

Assim, estudos técnicos apontam que os territórios no entorno sofreriam maior impacto socioambiental com a exploração do petróleo, com repercussões na agricultura, pecuária bubalina, pesca e extrativismo. O IBAMA negou em 2018 o início da exploração por identificar insuficiências de dados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tendo a Petrobrás recorrido da decisão. Porém, o órgão manteve a decisão em 2023 por não atendimento a requisitos, sobretudo, socioambientais.

Com a decisão de 2023, atores políticos, econômicos e sociais em âmbito local, estadual e nacional posicionam-se, polarizando o debate entre os que defendem a exploração econômica a todo custo e o suposto desenvolvimento do Amapá, e os que defendem a efetiva participação das populações locais na gestão socioambiental dos territórios e bens naturais envolvidos, especialmente no município de Oiapoque.

A questão que orienta este estudo é: quais concepções de desenvolvimento estão relacionadas à exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá? O objetivo é analisar as perspectivas de desenvolvimento associadas à exploração de petróleo, com base na existência de um modelo de desenvolvimento hegemônico que historicamente impacta territórios e comunidades locais, bem como nas manifestações de atores políticos e sociais locais acerca dos impactos econômico, sociais e ambientais dessa exploração.

Nesse sentido, o artigo está organizado na seguinte sequência de cinco tópicos. O primeiro tópico é este, a Introdução, que contextualiza a temática da pesquisa e seus objetivos. O segundo tópico, aborda Concepções de Desenvolvimento e os Impactos Econômicos e Socioambientais na Amazônia, é subdividido em duas seções: a primeira, discorre sobre Modelo de Desenvolvimento Hegemônico e os Potenciais Impactos da Exploração Petrolífera, e a segunda, demonstra outros Modelos de Desenvolvimento Alternativos e os Modos de Vida das Comunidades Amazônicas.

Em seguida, o terceiro tópico apresenta a Metodologia utilizada na pesquisa. O quarto tópico discute O Debate em Torno dos Modelos de Desenvolvimento e a Questão da Exploração Petrolífera no Amapá, subdividido em três seções: a Manifestação de Atores Políticos, depois

Manifestação de Atores Sociais, que por sua vez se divide nas percepções de pescadores, povos indígenas e moradores locais. Por fim, o quinto tópico contém as Considerações finais sobre o estudo, seguidas pelas Referências que embasaram a pesquisa.

CONCEPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO E OS IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

Modelo de desenvolvimento hegemônico e os potenciais impactos da exploração petrolífera

O modelo de desenvolvimento hegemônico, fundamentado na noção de progresso surgida nas sociedades europeias, é marcado pela maximização do lucro, urbanização e industrialização. Após a Segunda Guerra Mundial, a noção de progresso é “atualizada” pela de desenvolvimento (Amaro, 2017), passando a orientar as políticas desenvolvimentistas neoliberais. Tais políticas são marcadas pela busca do crescimento econômico em larga escala e aumento do Produto Interno Bruto (PIB), através de empreendimentos grandiosos, predomínio das multinacionais, abertura e ampliação do mercado interno, aumento da produtividade e massificação do consumo.

Nesse cenário, os territórios e as populações das zonas de fronteira capitalista, como a Amazônia, passam a adquirir novas configurações nos processos de expansão e acumulação de capital. Esses espaços se transformam em meras reservas de recursos naturais e humanos estratégicos, integrados à lógica de domínio e expansão dos centros do capitalismo global, estabelecendo relações marcadas por desigualdades e grandes impactos políticos, ambientais, sociais, globais e locais (Becker, 1991; Gerhardt, 2014).

Nesse sentido, a indústria do petróleo é um caso exemplar. A estrutura e dinâmica produtiva do petróleo são controladas por poucas corporações multinacionais, que investem alguns bilhões e faturam trilhões de dólares no empreendimento. As influências deste segmento são multidimensionais, globais e locais, abrangendo a economia, política, sociedade, meio ambiente e cultura, impactando sociedades e ecossistemas naturais em todo o planeta.

No âmbito econômico, a volatilidade dos preços do petróleo afeta diretamente o preço dos combustíveis, que impacta setores como o transporte e a indústria. Quando o preço sobe, esses aumentos são repassados ao consumidor através da inflação, que reduz o poder de compra e aumenta o custo de vida. Ao contrário, uma queda nos preços pode causar uma crise nos países produtores, levando a dificuldades fiscais e desemprego em economias dependentes do petróleo (Kakanov et al., 2018).

Na esfera política, o petróleo é um recurso estratégico, tendo impactos na política local e global. As estratégias de “lobby” tem influenciado políticas energéticas, ambientais e tributárias (BBC News, 2023) para evitar restrições ao uso de combustíveis fósseis, barrar investimentos

estruturais e massivos em energias renováveis (InfluenceMap, 2024), financiar campanhas de desinformação sobre mudanças climáticas (Supran *et al.*, 2023; Supran e Oreskes, 2020) e cooptar políticos e governos locais (Falola, 2021). Além disso, países e organizações que produzem e controlam o petróleo, como os EUA e a OPEP, utilizam suas reservas como ferramenta de poder na política externa, regulando a oferta e os preços.

Figura 1: A Margem Equatorial Brasileira com potencial de exploração de petróleo.



Fonte: Petrobrás (2024).

As atividades petrolíferas causam também diversos impactos socioambientais. Pesquisas apontam que 40.000 campos de petróleo tem o potencial de afetar mais de 600 milhões de pessoas que vivem nas proximidades (Johnston *et al.*, 2021). Ademais, o petróleo bruto e os resíduos tóxicos de sua cadeia produtiva e de consumo, como benzeno e tolueno, podem contaminar solos, ar, rios, oceanos, lençóis freáticos e seres vivos, afetando o equilíbrio ambiental e a saúde dos seres vivos, como no caso do Delta do Níger, na Nigéria (BBC News, 2017; Nkem *et al.* 2022; Nosdra, 2023).

A indústria de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) também desempenha um papel importante nas mudanças climáticas antropogênicas, sendo a principal fonte de gases de efeito estufa (GEE), especialmente dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄) (Frumhoff *et al.*, 2017). Segundo o 6º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (2023), os combustíveis fósseis respondem por mais de 80% da energia mundial, mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa e quase 90% das emissões de dióxido de carbono.

Na Amazônia brasileira, a exploração de petróleo insere-se no contexto da implantação de grandes projetos econômicos, impulsionada pela "onda desenvolvimentista" dos anos 1960. O início dessa atividade na região remonta às décadas de 1950 e 1960, quando foram realizadas as primeiras prospecções geológicas na bacia sedimentar do Amazonas. Desde daí o Estado, articulado com empresas multinacionais e nacionais, vem implementando políticas de controle de terras, exploração de recursos naturais e construção de infraestrutura, visando integrar a região ao mercado global (Cardoso e Müller, 2008).

Nesse contexto, a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas é defendida como um projeto estratégico de interesse nacional, colocando o Brasil em uma posição de maior influência no mercado global de energia derivada de combustíveis fósseis. A Bacia do Amazonas é uma das principais áreas de interesse para a exploração petrolífera na Margem Equatorial brasileira, que se estende do Rio Grande do Norte ao Amapá (Figura 1).

Estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2024), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, estima que somente a parte noroeste da Bacia da Foz do Amazonas possui 17,7 bilhões de barris de óleo equivalente *in pace*, dos quais cerca de 6,2 bilhões seriam recuperáveis. Considerando que as reservas provadas de petróleo do Brasil somavam 15,9 bilhões de barris em 2023 (ANP, 2023), a incorporação desses 6,2 bilhões de barris representariam um aumento de cerca de 39% nas reservas nacionais. Dessa forma, a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas representa uma expansão significativa das atividades econômicas para a "Amazônia Azul" - termo que designa a zona econômica exclusiva marítima do Brasil, rica em biodiversidade e recursos naturais. Após décadas de megaprojetos e impactos socioeconômicos e ambientais da exploração em solos e florestas amazônicas, a fronteira capitalista alcança as maiores redes marinhas geodiversas e biodiversas da Terra.

Pesquisas apontam para a existência de um extenso ecossistema de recifes conhecido como Grande Recife da Amazônia (GARS), localizado entre o Brasil e o Caribe, cobrindo potencialmente uma área de 56.000 km (Siegle *et al.*, 2022). Imagens evidenciam que o ambiente abrange uma diversidade enorme de habitats e espécies de seres vivos, formando o que alguns pesquisadores acreditam ser um dos maiores corredores de biodiversidade do planeta (Araújo, *et al.*, 2017; De Mahiques *et al.*, 2019) (Figura 2).

Diante desse cenário e considerando o histórico de impactos socioambientais na região, estudos técnicos e científicos consideram que explorar economicamente a Bacia da Foz do Amazonas pode gerar impactos extensos e profundos sobre os ecossistemas e a biodiversidade, bem como sobre os territórios e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais que vivem na região. Em 25 de dezembro de 2018, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA) se manifestou pela 5ª vez contra a licença ambiental pleiteada por uma empresa petrolífera privada, reconhecendo que (Ibama, 2018):

(...) são notórias as dificuldades encontradas pela empresa para solucionar questões técnicas para a realização da perfuração, em especial aquelas ligadas a apresentar um Plano de Emergência Individual que seja exequível e compatível com a extrema sensibilidade ambiental da região. Sensibilidade esta já identificada, mas também potencial, visto que a área ainda apresenta lacunas científicas expressivas, em especial em relação ao chamado Sistema Recifal da Foz do Amazonas.

Em um cenário de produção, as preocupações seriam ainda maiores, uma vez que os impactos previstos são também mais significativos. Desta forma, se a empresa, após cinco versões do EIA, ainda tem dificuldades de apresentar um projeto satisfatoriamente seguro para operar uma perfuração exploratória nestes blocos, desperta dúvida se, caso superada esta etapa, a mesma seria capaz de desenvolver um projeto de produção e escoamento comparável com as características ambientais da Bacia da Foz do Amazonas.

Em abril de 2023, dezenas de organizações da sociedade civil, incluindo ONGs, entidades ambientais e associações indígenas e de comunidades tradicionais, manifestaram ao governo federal que não fosse concedida a licença para Petrobras explorar petróleo na bacia sedimentar da Foz do Amazonas. Em nota técnica e ofício (OEKO, 2023), destacaram a ausência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) em nível regional, que considere os impactos cumulativos dos blocos a serem explorados:

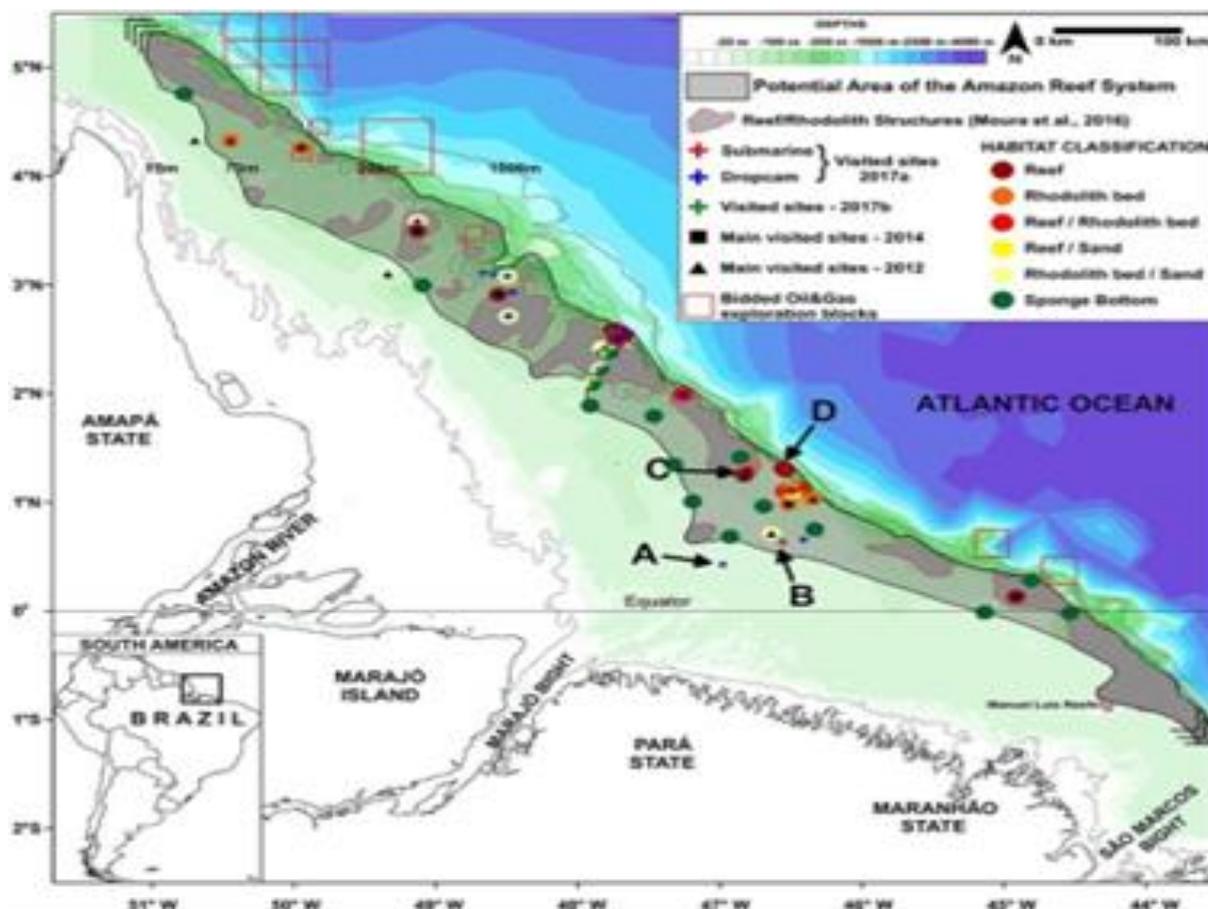
A floresta amazônica, a foz do rio Amazonas e o oceano atlântico nesta faixa equatorial, não são apenas uma parte vital da biodiversidade do nosso planeta, mas também uma fonte essencial para a vida de milhões de pessoas direta e indiretamente. (...) Os impactos dessa atividade e um eventual derramamento de óleo podem ocasionar danos imensuráveis para o meio ambiente e para a população.

Posteriormente, em maio de 2023, o IBAMA (2023) negou o licenciamento ambiental pela segunda vez, agora para a Petrobras (G1, 2023). Essa decisão baseou-se em análises técnicas que apontaram insuficiências nos estudos apresentados pela Petrobras, especialmente no que tange aos planos de contingência para possíveis vazamentos de óleo e aos impactos sobre a biodiversidade marinha da região. O despacho do IBAMA aponta as “inconsistências preocupantes para a operação segura em nova fronteira exploratória de alta vulnerabilidade socioambiental”.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Com base em dados de uma avaliação realizada pela equipe técnica tornada pública em janeiro de 2024, mas elaborada em abril de 2022, o IBAMA sustenta que a atividade petrolífera possui impacto ambiental máximo (0,5%, em escala de 0 a 0,5%), apontando 18 potenciais impactos negativos. Os principais componentes do indicador são: biodiversidade, magnitude dos impactos, persistências dos impactos e comprometimento de área prioritária.

Figura 2: Mapa do Grande Sistema de Recifes da Amazônia (GARS) (área cinza).



Fonte: Siegle et al., 2022.

Em outubro de 2024, um grupo de 26 analistas ambientais do IBAMA emitiu um parecer técnico reiterando a recomendação de indeferir e arquivar o pedido de licença da Petrobras para realizar perfurações em um bloco de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas. Apesar disso, a presidência do órgão decidiu dar continuidade à análise, solicitando à empresa informações complementares (UOL, 2024). O presidente da República sinalizou que a exploração na Foz do Amazonas é um projeto de interesse nacional.

As controvérsias em torno da exploração de petróleo nessa região evidencia os impactos dos grandes projetos na Amazônia, em “um jogo de poder desigual, conflitos de territorialidades e transformações socioambientais específicas daquilo que Polanyi (2000) chamou de A Grande

Transformação” (Farias e Monte, 2023, p. 15). Os danos, riscos e ameaças são profundos e complexos, abrangendo florestas, biodiversidade, sistemas hídricos, clima, ecossistemas e comunidades humanas (Acsehrad, 2004).

A experiência de outros países amazônicos, como Equador e Peru, demonstra que a exploração petrolífera pode levar à degradação ambiental e a conflitos sociais. No Equador, a exploração na bacia do Rio Napo causou graves danos às terras habitadas por povos indígenas, resultando em longas disputas judiciais contra grandes empresas petrolíferas (Killeen, 2024). Situações semelhantes foram documentadas no Peru, onde houve 474 derramamentos de óleo na região Norte do país, entre 2000 e 2019 (Barber, 2024).

Outro fator relevante é a fragmentação florestal causada pela construção de infraestrutura para exploração petrolífera. A abertura de estradas para transporte de equipamentos e petróleo cria corredores que fragmentam os habitats. Fearnside (2020) aponta que a infraestrutura associada à exploração de petróleo na Amazônia brasileira contribui para a intensificação do desmatamento em áreas previamente intactas, ampliando os impactos sobre a fauna e a flora da região.

A exploração petrolífera na Amazônia enfrenta também desafios relacionados à governança e ao cumprimento de normativas ambientais. Em muitos casos, a falta de uma legislação e fiscalização eficientes permitem que empresas atuem de forma irregular. No Brasil, por exemplo, relatos apontam para a falta de fiscalização em áreas remotas, onde o controle sobre os impactos ambientais das atividades petrolíferas é praticamente inexistente (Aroutiounian, 2024). No Equador, embora existam regulamentações ambientais, a falta de transparência nos contratos com empresas estrangeiras dificulta o monitoramento adequado das operações (Killeen, 2024).

Portanto, o caso da exploração de petróleo na Amazônia ilustra como, ao priorizar a acumulação de capital e a expansão dos mercados globais, o modelo de desenvolvimento hegemônico causa impactos ambientais, desestabiliza formas sustentáveis de vidas, fomenta e amplia desigualdades socioeconômicas e estabelece formas predatórias de organização econômica e social. Portanto, faz-se necessário refletir sobre modelos alternativos de desenvolvimento e como eles são construídos e implementados por comunidades na região.

Modelos de desenvolvimentos alternativos e os modos de vidas de comunidades amazônicas

Os impactos do modelo de desenvolvimento hegemônico sobre os povos e comunidades tradicionais suscitaram reflexões e proposições diversas nos campos teóricos, sociais e políticos. Desde a década de 1970, vem sendo debatida a construção de propostas alternativas de desenvolvimento que busquem integrar e equilibrar os sistemas naturais e humanos,

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

incluindo outras dimensões, como a histórica, social, cultural e comunitária, bem como valores como a diversidade e sustentabilidade (Amaro, 2017; Leff, 2014; Meneses, Santos, 2012).

Amaro (2017) aponta como propostas de desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado. Segundo esse autor, essas concepções fazem parte de um campo teórico e social que abrange diferentes contextos, sujeitos, ideias, políticas, pedagogias e práticas, revelando convergências e antagonismos. Em síntese, essas propostas se baseiam nos pressupostos do quadro 1.

Quadro 1: Comparativo dos Conceitos de Desenvolvimento Alternativos.

Conceito	Contexto	Ideais-Chaves	Aplicações
Desenvolvimento Sustentável	Resposta à crise ambiental das décadas de 1970 e 1980	Equilíbrio entre economia, meio ambiente e sociedade	Legislação ambiental, políticas de responsabilidade socioambiental, energias renováveis
Desenvolvimento Local	Alternativa ao desenvolvimento centralizado, valorizando recursos locais	Fortalecimento da autonomia e cultura local	Políticas de descentralização, criação de empregos locais, microfinanciamentos
Desenvolvimento Participativo	Foco em processos democráticos e inclusão social nas décadas de 1980 e 1990	Participação ativa, inclusão e empoderamento comunitário	Planejamento participativo, orçamentos participativos, projetos de inclusão social
Desenvolvimento Humano	Desenvolvido pelo PNUD na década de 1990	Expansão das capacidades individuais e bem-estar	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), programas de educação e saúde, combate à pobreza
Desenvolvimento Social	Surge em resposta às desigualdades e marginalização social	Equidade, justiça social e acesso a direitos básicos	Políticas de redistribuição de renda, programas de bem-estar social, proteção de direitos humanos
Desenvolvimento Integrado	Visão holística que integra múltiplos aspectos da vida social e ambiental	Segurança econômica, coesão social e valorização ambiental	Projetos intersetoriais, cooperação entre governos e ONGs para um desenvolvimento abrangente

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Amaro (2017).

Ademais, formas alternativas de desenvolvimento tem se baseado em valores e experiências de povos originários e tradicionais do Sul Global, como a busca da “boa vida” e do bem-estar das comunidades locais (Amaro, 2017; Leff, 2014; Meneses e Santos, 2012). Essas abordagens se fundamentam em uma visão multidimensional e sustentável da vida,

defendendo como direitos fundamentais os territórios, as culturas, os modos de vida, as organizações econômicas, os sistemas de governança e o direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Nesse sentido, pesquisas sobre modelos alternativos ressaltam o direito dos povos e comunidades locais na criação e execução de políticas e projetos que realmente atendam as demandas e necessidades locais. Trata-se do resgate de saberes e experiências que fazem parte de um patrimônio histórico, cultural e ambiental construído ao longo de séculos e até milênios, mas invisibilizado, marginalizado e excluído no contexto hegemônico. Assim, outros modos de vidas são reconhecidos em seus protagonismos histórico-sociais e político-institucionais, como o que vem ocorrendo na Amazônia.

Na Amazônia, os povos originários e tradicionais construíram e mantêm formas de organização social, econômicas, sociais, políticas e culturais sustentáveis a milhares de anos. Neves (2013) aponta que é plausível que a ocupação na região tenha se iniciado há 11.200 anos, tendo sido habitada por 8 a 10 milhões de pessoas antes de 1.500 d.C. Esses povos construíram comunidades de vidas singulares, desempenhando um papel vital no desenvolvimento da floresta e da biodiversidade deste bioma (Schmidt, 2023).

As evidências apontam que parte significativa da exuberante floresta amazônica pode ser resultado de cultivo generalizado por humanos (Iriarte, 2022; Neves, 2013). Segundo Clement *et al.* (2015)⁷, a região foi um importante centro de domesticação de culturas, com pelo menos 83 espécies nativas manejadas, incluindo aqueles importantes do ponto vista econômico e social atualmente, como cacau, castanha, seringa, mandioca, batata doce, abacaxi, cupuaçu, pimenta e inúmeras árvores frutíferas e palmeiras (açazeiro, bacabeira).

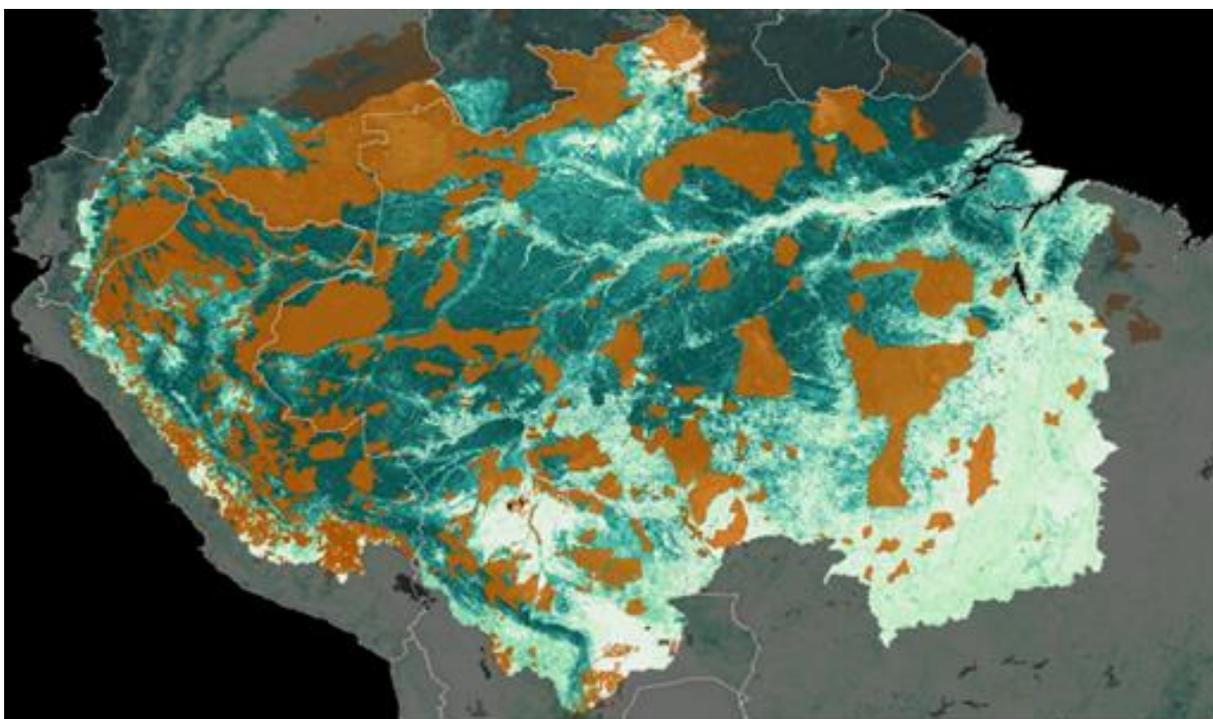
Além das evidências de cultivo de plantas, pesquisas apontam que um tipo especial de terra mais escura (preta ou marrom escura) foi criado pelos povos nativos que habitam a região (Schmidt, 2023). O desenvolvimento de "terra preta" - a partir da adição de carvão, resíduos orgânicos e cerâmica - é uma evidência de como os antigos povos amazônicos aprimoraram a fertilidade do solo, permitindo o cultivo contínuo e sustentável. A datação mais antiga dessa prática é de 5000 mil anos (Schmidt, 2023).

Atualmente, a Amazônia é habitada por centenas de povos indígenas e milhares de comunidades tradicionais, que exercem um papel central na conservação deste exuberante bioma. A região é o lar de cerca de 1,7 milhão de indígenas, distribuídos em 385 grupos étnicos, residindo em cerca de 2,4 milhões de quilômetros quadrados (RAISG, 2021). Imagens de satélites

mostram a presença de territórios administrados por indígenas na bacia do Rio Amazonas, que inclui partes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (Figura 3).

Vivem na Amazônia também milhares de comunidades tradicionais, como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, castanheiras, agricultores familiares, piaçabeiros e peconheiros. Assim como as indígenas, essas comunidades desempenham um papel fundamental na preservação de um saber tradicional secular e na manutenção da riqueza natural da região, que devem ser considerados na construção de políticas e estratégias sustentáveis de desenvolvimento.

Figura 3: Manchas marrons são territórios ocupados por povos indígenas na América do Sul.



Fonte: NASA.

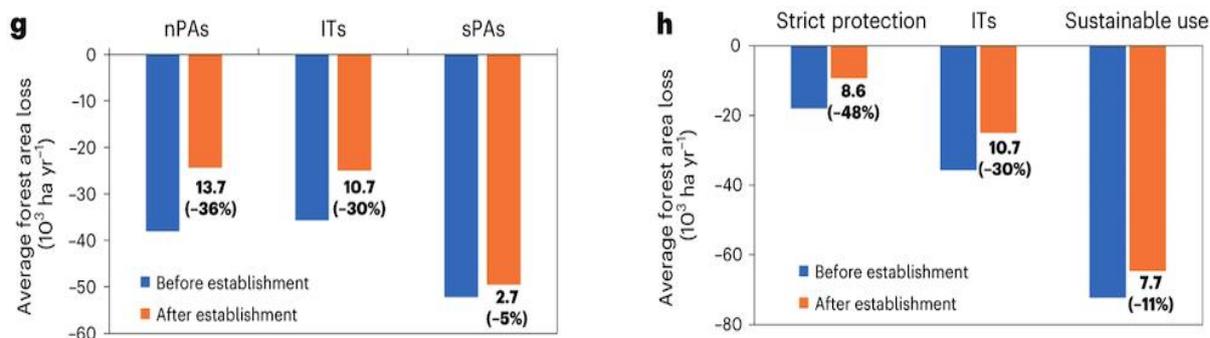
Nesse sentido, a participação das comunidades indígenas e tradicionais nos processos de decisão e governança é fundamental. Estudos mostram que a demarcação de territórios indígenas e o reconhecimento de seus direitos reduzem significativamente os impactos das atividades econômicas sobre a floresta, com territórios indígenas demarcados apresentando taxas de desmatamento até cinco vezes menores do que as de áreas não protegidas (Fearnside *et al.*, 2023) (Figura 4).

Nesse cenário, a bioeconomia surge como uma alternativa promissora para uso sustentável da biodiversidade, propondo um modelo de desenvolvimento que alia geração de renda e conservação ambiental (Coslovsky, 2021). Exemplos incluem a exploração de produtos

florestais não madeireiros, como açaí e castanha-do-pará, e o desenvolvimento de biotecnologias a partir de recursos amazônicos. No entanto, a implementação de uma bioeconomia robusta na região enfrenta desafios como a falta de investimentos em pesquisa e infraestrutura (CGEE, 2020, 2021).

Outra estratégia para um desenvolvimento mais sustentável é a transição para fontes de energia renováveis, como solar e eólica, que têm potencial para substituir gradualmente os combustíveis fósseis. Embora a implantação dessas tecnologias ainda enfrente barreiras econômicas e técnicas na região, sua adoção representa um passo importante para conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental (Frumhof *et al.*, 2020). Também deve-se promover o fortalecimento das políticas de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Empresas devem ser obrigadas a investir em projetos de restauração florestal e conservação da biodiversidade como contrapartida pelas atividades realizadas. Contudo, a eficácia dessas iniciativas depende de mecanismos rigorosos de fiscalização e de envolvimento das comunidades locais, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de forma justa (Fearnside, 2009).

Figura 4: Efeitos dos territórios indígenas e áreas de proteção nacional nas taxas anuais de perda de área florestal na Amazônia brasileira (2001–2021).



Fonte: Fearnside *et al.*, (2023).

Por fim, o bioma amazônico presta serviços ecossistêmicos fundamentais, sendo um ambiente de relevância global. A região, por exemplo, exerce um papel fundamental no equilíbrio climático global, com a floresta participando da formação de “rios voadores”, que navegam em correntes de ar atmosférico, responsáveis por grande parte das chuvas do Sudeste e Sul do Brasil e outros países sul-americanos, onde concentra 70% do PIB (Wright *al et.*, 2017). Assim, a manutenção da floresta de pé e da biodiversidade exige políticas de compensação efetivas que devem ter como beneficiários as populações locais.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Portanto, as comunidades locais são sujeitos-chaves na construção e no sustento de formas alternativas de desenvolvimento na Amazônia. Através de práticas como a agricultura familiar, a pesca artesanal e a conservação de espécies, eles contribuem para a saúde e resiliência da floresta, se traduzindo na criação de uma Amazônia viva e diversa, onde o saber tradicional e o equilíbrio ecológico caminham lado a lado, formando um patrimônio biocultural relevante para a região e o planeta.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de natureza exploratória e documental. O foco é a análise das manifestações de atores políticos e atores sociais sobre a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Rio Amazonas. De um lado, aqueles que tomam ou influenciam decisões institucionais; do outro, aqueles que são diretamente afetados pelas políticas de exploração de recursos naturais. Cada categoria foi analisada para entender as posições acerca da noção de desenvolvimento, bem como dos impactos da exploração de petróleo na região.

Quadro 2: Categorias de Análise da Pesquisa.

Categoria	Representações	Fonte de Coleta de Dados	Acesso à Fonte de Dados
Atores Políticos	<ul style="list-style-type: none">- Poder Executivo Estadual- Poder Legislativo Estadual- Poder Executivo Municipal	Manifestações em políticas institucionais, documentos oficiais, relatórios e declarações em audiências e eventos públicos sobre a exploração petrolífera na região	Portais públicos e jornais online. Links disponíveis nas referências desta pesquisa
Atores Sociais	<ul style="list-style-type: none">- Indígenas- Pescadores- Moradores locais	Depoimentos em audiências públicas, declarações em assembleias, documentos de movimentos sociais, entrevistas, relatos em mídias locais e levantamentos socioeconômicos	Portais públicos, jornais e periódicos científicos online. Links disponíveis nas referências

Fonte: Elaborado pelos autores mediante as pesquisas bibliográficas.

A técnica de análise adotada foi a análise de conteúdo, que possibilita examinar as manifestações dos atores envolvidos de forma categórica, temática e sistemática. Essa técnica permite identificar e interpretar as concepções de desenvolvimento relacionadas às manifestações dos atores estudados, contribuindo para uma compreensão mais ampla e profunda das intenções dos atores atingidos pela exploração de petróleo na Amazônia.

O DEBATE EM TORNO DOS MODELOS DE DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA NO AMAPÁ

O conhecimento da notícia do projeto de exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, tem suscitado manifestações de atores políticos e sociais locais sobre os possíveis impactos econômicos e socioambientais dessa atividade, sobretudo a partir da decisão do IBAMA em maio de 2023. Desde daí, instalou-se um intenso debate entre atores políticos e atores sociais no Amapá, em que frequentemente se associa a questão da exploração petrolífera a noções como “desenvolvimento” e “impactos socioambientais”.

Manifestação de atores políticos

A pesquisa fez um levantamento de atores políticos que participam de governos locais a nível estadual e municipal que publicamente se manifestaram sobre o projeto de exploração petrolífera no Amapá. Dentre os agentes políticos locais que se manifestaram, estão senadores, governador, vice-governador, deputados federais e estaduais, representantes do Judiciário e do Ministério Público, prefeitos, vereadores. Dentre os instrumentos de manifestação, destacam-se os previstos na legislação nacional, como audiências e sessões públicas (Quadro 3).

Quadro 3: Manifestações de Políticos sobre Exploração de Petróleo no Amapá.

Instrumentos	Localização	Participantes	Data
Audiência Pública “Petróleo e gás na costa do Amapá - Um debate sobre o futuro”	Oiapoque	Governador, deputados estaduais e federais, senadores, presidente do TJAP, vereadores e prefeito de Oiapoque	19/05/2023
Sessão especial do Plenário do Senado em homenagem aos 80 anos do Estado do Amapá	Brasília	Senador A, governador, deputados estaduais e federais, senadores e representante do TJAP	11/09/2023
Audiência na Comissão de Infraestrutura (CI) do Senado Federal	Brasília	Senador B	12/09/2023

Fonte: elaborado pelos autores.

O quadro 4 sintetiza as perspectivas de alguns desses atores políticos sobre a exploração de petróleo no Amapá, destacando seus argumentos-chave, alinhamento com concepções de desenvolvimento, datas de manifestação e fontes de dados.

A análise das categorias e padrões presentes nas narrativas dos atores políticos locais sobre a exploração de petróleo no Amapá revela um discurso que mescla argumentos alinhados com desenvolvimento econômico, social e sustentável. Os representantes políticos investigados defendem a exploração de petróleo como um caminho para o desenvolvimento econômico, com governos locais vendo uma oportunidade de aumentar a arrecadação e gerar empregos.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Quadro 4: Perspectivas de Atores Políticos sobre a Exploração do Petróleo no Amapá.

Representação	Manifestação	Concepção de Desenvolvimento	Data da Manifestação	Fonte de Dados
Senador(A)	Defende que a exploração de petróleo na costa do Amapá é uma oportunidade para melhorar o desenvolvimento e a infraestrutura do estado	Modelo Hegemônico	12/06/2024	Senado Federal
Senador(B)	Defende a pesquisa e exploração de petróleo como oportunidade de desenvolvimento	Modelo Hegemônico	18/05/2023	CNN Brasil
Senador(C)	Acusa o IBAMA de prejudicar o povo brasileiro, sugerindo que a exploração é essencial para o desenvolvimento	Modelo Hegemônico	18/05/2023	CNN Brasil
Governador	Apoia a atuação da Petrobras e a exploração de petróleo	Modelo Hegemônico	12/07/2024	CNN Brasil
Prefeito	Afirma que a exploração do petróleo pode ser uma redenção econômica para o estado do Amapá	Modelo Hegemônico	18/12/2023	CNN Brasil
Deputado estadual(A)	Defende que os royalties do petróleo têm o poder de transformar vidas e criar um futuro mais próspero para o Amapá; Esse projeto é uma esperança de desenvolvimento para o Amapá	Modelo Hegemônico	18/10/2024	Diário do Amapá
Deputado estadual(B)	Alega que a ministra está mais alinhada com ONGs internacionais do que com o povo da Amazônia, defendendo a exploração como um direito local	Modelo Hegemônico	19/05/2023 19/05/2023	ALAP/YouTube
Deputado estadual(C)	Afirma que o desenvolvimento do Amapá deve ser uma prioridade	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube
Deputado estadual(D)	Defende a exploração sustentável	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube
Ex-vice-governador	Defende a possibilidade do norte se desenvolver e de ser também estados com potencialidades de riqueza, de geração de emprego, de trabalho	Modelo Hegemônico	18/12/2023	CNN Brasil
Desembargador	Apoia a geração de emprego e renda	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube

Fonte: Elaborado pelos autores.

Essa postura dos representantes políticos reflete a visão de desenvolvimento hegemônico, fundamentada em uma lógica de crescimento econômico e do PIB, como aponta Amaro (2017). Estima-se que o potencial petrolífero da Bacia da Foz do Amazonas pode chegar a 10 bilhões de barris de petróleo (ANP, 2023), representando um aumento de 75% nas reservas nacionais, com arrecadação de R\$ 621,25 bilhões em royalties, segundo o Anuário Estatístico Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2024).

Um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que a exploração de petróleo na Margem Equatorial tem o potencial de elevar o PIB do Amapá em R\$ 10,7 bilhões, representando um incremento de 61,2%. Além disso, prevê-se a geração de 53.916 empregos no estado. De forma geral, a CNI estima que a atividade poderá criar aproximadamente 300 mil vagas diretas e indiretas nos estados impactados pela exploração na Margem Equatorial (Paraguaçu, 2024).

Assim, os defensores do projeto petrolífero no Amapá acreditam que o estado poderá se beneficiar de uma injeção de recursos financeiros e infraestrutura, alavancando o crescimento local. Todavia, a defesa desse modelo de desenvolvimento baseia-se em uma narrativa que ignora os impactos econômicos, sociais e ambientais e se contradiz com as experiências históricas de outros grandes projetos econômicos desenvolvidos no Amapá e que não geraram desenvolvimento local efetivo, como o ICOMI⁴³.

Chagas e Filocreão (2019) inferem que a dependência econômica do Estado em relação à exportação de commodities tem implicações significativas para o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população. Essa estrutura econômica, caracterizada pela concentração em produtos primários, limita a diversificação do setor produtivo, resultando em um crescimento econômico insustentável e na incapacidade de atender adequadamente às necessidades das comunidades locais.

No que tange ao desenvolvimento social, alguns discursos, como o do governador, destacam a importância de considerar as necessidades das comunidades locais e a dignidade de seus habitantes. Essa abordagem busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos direitos e do bem-estar das populações afetadas. No entanto, essa visão deve ser considerada dentro do contexto macro onde a exploração econômica é priorizada em detrimento dos avanços sociais.

⁴³ Estudos estimam que a ICOMI extraiu dezenas de milhões de toneladas de manganês de Serra do Navio, colocando o Brasil como 2º maior produtor mundial de manganês, com uma receita bruta total de mais de três bilhões de dólares (ref. 1994) (Drummond, 2000). Porém, Monteiro (2003) estima que dessa receita, apenas 10,7% foram reinvestidos no Amapá (a ICOMI incluiu como projetos de reinvestimento a usina de pelotização, usina de sinterização do minério e Companhia Ferro-Ligas do Amapá), tendo sido arrecadado 16,24% em royalties e de Imposto Único sobre Minerais (IUM). Segundo Monteiro (2003, p. 138), a “principal aplicação dos royalties foi feita na construção da hidrelétrica do Paredão, cujo fornecimento de energia elétrica permitiu a futura operação de projetos do próprio grupo da ICOMI, como a Companhia Ferro-Ligas do Amapá (CFA).”

A noção de desenvolvimento sustentável, embora presente em alguns discursos, é eclipsada pela ênfase na exploração econômica. A tentativa de integrar a sustentabilidade em um projeto de exploração de petróleo é contraditório, pois, a indústria petrolífera gera enormes impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais local e globalmente, como apontado por diversos estudos referenciados na fundamentação deste trabalho.

Portanto, as narrativas políticas sobre a exploração de petróleo no Amapá evidenciam um forte foco no desenvolvimento econômico, com uma ênfase menor nas preocupações sociais e ambientais. Essa ênfase indica uma desconexão com as realidades locais e as necessidades das comunidades, sugerindo a urgência de um diálogo mais inclusivo e crítico que considere a complexidade das interações entre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. A construção de um modelo de desenvolvimento que realmente beneficie a população local requer uma reavaliação das prioridades políticas e um compromisso genuíno com a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Manifestação de atores sociais

Percepção de pescadores

As manifestações desses atores sociais se deram em reunião da Colônia de Pescadores do Oiapoque em 22/04/2023, em Oiapoque, município localizado no extremo norte do Amapá. São centenas de associados, que, segundo Cañete (2014, p. 8) “boa parte (...) são remanescentes de uma comunidade pesqueira que era localizada no interior do Parque [Parque Nacional do Cabo Orange], chamada Vila de Taperebá”. O atual presidente da associação é um pescador provindo dessa antiga vila localizada a 18 horas de barco de Oiapoque (Penha, 2023).

A percepção geral é que a exploração de petróleo em territórios do município de Oiapoque pode impactar não apenas os ecossistemas naturais e o modo de vida tradicional, em caso de vazamento de óleo, mas também a economia local (rural e urbana), que depende diretamente dos recursos naturais para sua subsistência (Penha, 2023), já enfrentando diversos problemas e desafios econômicos, políticos, sociais, ambientais e infraestruturais.

A cadeia extrativa e de serviços em torno da atividade pesqueira desempenha um papel central na economia de Oiapoque, movimentando 70% da economia local, segundo dados obtidos pela colônia de pesca junto à Secretaria de Pesca do município (Penha, 2023). Essa relevância econômica está associada à tradição pesqueira da região, que inclui a presença de povos indígenas, tradicionais e imigrantes vindos principalmente de regiões ribeirinhas do Pará. Assim, a maioria dos moradores de Oiapoque sobrevive da pesca (Cañete, 2014).

Além de sua importância econômica, a pesca em Oiapoque enfrenta desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada e a concorrência de frotas pesqueiras de outros estados, especialmente do Pará. Essas frotas frequentemente operam nas águas amapaenses, gerando conflitos territoriais e impactando negativamente os pescadores locais (Cañete, 2014).

A migração de pescadores, principalmente oriundos do Pará, também influencia a dinâmica pesqueira de Oiapoque. Essa migração tem se intensificado, trazendo à tona questões relacionadas à sustentabilidade dos recursos pesqueiros e à necessidade de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da pesca na região (Amanajás, 2018).

Assim, as narrativas desses atores sociais refletem uma profunda inquietação em relação aos impactos econômicos, sociais e ambientais que essa atividade pode acarretar, pois, seus meios de vida são intrinsecamente ligados à saúde dos ecossistemas marinhos.

Quadro 5: Análise das Percepções dos Pescadores sobre a Exploração de Petróleo no Amapá.

Pescador	Manifestação
Pescador (A)	<p>“Se der algum derramamento de óleo, vai impossibilitar a vida de quem nasceu na pesca.”</p> <p>“Vários pescadores têm relatado o aparecimento de peixes que não são da área e mudanças no curso das águas.”</p> <p>“A cadeia produtiva gera trabalho: desde os ajudantes de pescadores até quem fileta o peixe para vender.”</p> <p>“Estou fazendo um levantamento entre os trabalhadores da colônia de pescadores sobre os impactos que já vêm ocorrendo.”</p> <p>“A situação de muitas famílias que vivem da pesca em Oiapoque piore caso haja algum derramamento de óleo.”</p>
Pescadora (B)	<p>“Mesmo a gente entendendo melhor e sendo contra, sempre vai acontecer. Porque o que vale hoje em dia é o capital.”</p>
Pescador (C)	<p>“Pescador não embarca, não vai se você não adiantar R\$.”</p>
Pescador (C)	<p>“A nossa função é chegar aqui, abastecer o gelo, o óleo diesel, pago a despesa...”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de WWF Brasil (2024) e Penha (2023).

A possibilidade de derramamentos de óleo e a degradação dos habitats aquáticos são questões que permeiam suas discussões, evidenciando a fragilidade de um modo de vida que já enfrenta desafios significativos. Além das preocupações ambientais, os pescadores manifestam um forte descontentamento em relação à falta de inclusão e participação nas decisões que afetam suas vidas. As audiências públicas, que deveriam servir como um espaço de diálogo e escuta, são percebidas como palcos onde suas vozes são silenciadas.

Essa exclusão gera um sentimento de desamparo e impotência, uma vez que as decisões sobre a exploração de recursos naturais são tomadas sem a devida consideração das necessidades e preocupações da comunidade pesqueira. A ausência de um canal efetivo para a participação social reforça a percepção de que os interesses corporativos e políticos prevalecem sobre os direitos e a dignidade dos pescadores.

A narrativa de que o “desenvolvimento chegou” revela uma crítica contundente à priorização dos interesses financeiros em detrimento das necessidades locais. Os pescadores sentem que a exploração de petróleo representa um conflito direto entre o desenvolvimento econômico e a proteção de seus modos de vida tradicionais. Essa tensão é exacerbada pela percepção de que as promessas de progresso econômico não se traduzem em benefícios tangíveis para a comunidade, mas sim em riscos que ameaçam sua cultura e sua subsistência (Gerhardt, 2014).

O que une esses diversos empreendimentos em um projeto de poder mais amplo é o alinhamento em torno de interesses econômicos, a reconfiguração das narrativas em torno dos impactos ambientais e sociais e a interdependência entre os agentes econômicos e as estruturas de poder que sustentam e promovem tais projetos. A análise crítica disso é fundamental para entender as tensões entre desenvolvimento e conservação ambiental em um contexto globalizado (Acselrad, 2004).

Embora a questão do desenvolvimento sustentável não seja explicitamente abordada nas falas dos pescadores, ela emerge como uma preocupação implícita. A busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental é uma aspiração compartilhada, refletindo o desejo de um futuro sustentável para suas comunidades. Os pescadores anseiam por alternativas que não apenas garantam a preservação dos recursos naturais, mas que também promovam a justiça social e econômica.

Portanto, as percepções dos pescadores sobre a exploração de petróleo na foz do Amazonas revelam um complexo entrelaçamento de preocupações ambientais, sociais e econômicas. As narrativas coletadas oferecem uma visão abrangente das inquietações e aspirações dessa comunidade, destacando a necessidade urgente de considerar suas vozes nas decisões políticas que impactam suas vidas. Essa análise não apenas ilumina os desafios enfrentados pelos pescadores, mas também serve como um chamado à ação para que as políticas de exploração de recursos naturais sejam reavaliadas à luz das realidades locais e das demandas por um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Percepção de povos indígenas

Os registros indicam dois momentos coletivos em que os povos indígenas se manifestaram em relação à exploração do petróleo na costa do Amapá. Em maio de 2017, em Macapá, durante o seminário socioambiental “O Amapá que queremos ver”, organizado pelo Fórum de Acompanhamento dos Conflitos Agrários e do Desenvolvimento (FACADE) e o Greenpeace. E no dia 13 de fevereiro de 2023, em Oiapoque, durante reunião do Conselho de Cacique dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), na aldeia Manga, na Terra Indígena Uaçá. Esta última reunião foi solicitada por ofício do CCPIO à Petrobras, sendo a primeira oportunidade de dialogarem com a petroleira.

Figura 5: Reunião do CCPIO sobre a exploração do petróleo.



Fonte: APIB, 2023 (Reprodução/site).

A reunião do CCPIO foi o maior evento já realizado, estando presentes 36 cacicas e caciques dos povos Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi Marworno e Galibi Kali’na, integrantes das aldeias, organizações indígenas, a secretária extraordinária de povos indígenas do Estado do Amapá, Simone Karipuna, representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as organizações da sociedade civil Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), WWF-Brasil e 13 representantes da Petrobras (APIB, 2023).

Todas as manifestações giram em torno dos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento sobre os ecossistemas naturais e o modo de vida tradicional. Esses impactos já vem sendo sentidos ainda nessa fase de pesquisa, como descumprimento dos Protocolos Comunitários dos Povos Indígenas pelas empresas que vem se instalando na região; dificuldades em encontrar caça por conta da poluição sonora de voos e sobrevoos de aeronaves sobre a

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

cidade e as terras indígenas; dificuldades em encontrar peixe devido à grande movimentação de embarcações na costa; e o deslocamento da lixeira pública para construção do aeroporto para próximo das aldeias e rios (APIB, 2023).

Além desses problemas, os povos indígenas destacam a possibilidade do vazamento de óleo na costa, o que destruiria a principal fonte de alimentação da comunidade (pescado), e prejudicaria seus plantios que necessitam da água do rio para irrigação. Como alertou Ramon Karipuna, representante dos Povos Indígenas do Oiapoque: “Se tiver um acidente [na atividade de exploração de petróleo], vamos perder nossos peixes, tracajás e pássaros. A gente se preocupa com essas aeronaves. Nós preservamos o nosso território.”

Quadro 6: Análise das percepções indígenas.

Representação	Manifestação
Membros Indígenas	“Pedimos ao governo brasileiro o fim da exploração de petróleo na Amazônia.”
	“A abertura de uma nova frente de exploração petrolífera em meio à emergência climática é inaceitável.”
	“O protocolo de consulta dos povos do Oiapoque foi ignorado no processo de licenciamento ambiental.”
	“As mudanças climáticas estão desestruturando nossos sistemas alimentar e cultural.”
	“O aumento da população e a vinda de trabalhadores trazem discriminação e violência baseada em gênero.”
	“Antes mesmo de começar o empreendimento, a gente já está sofrendo alguns impactos que são preocupantes.”
Organizações	“A última reunião que tivemos com a Petrobras foi mais informativa, mas não entendemos direito.”
	“Nós, povos indígenas, não somos contra o empreendimento, mas queremos ser consultados.”
	“A última reunião que tivemos com a Petrobras foi mais informativa, mas não entendemos direito.”
Pesquisadores	“É necessário garantir a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, conforme a OIT.”
	“A exploração não deve beneficiar a todos.”

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das pesquisas bibliográficas.

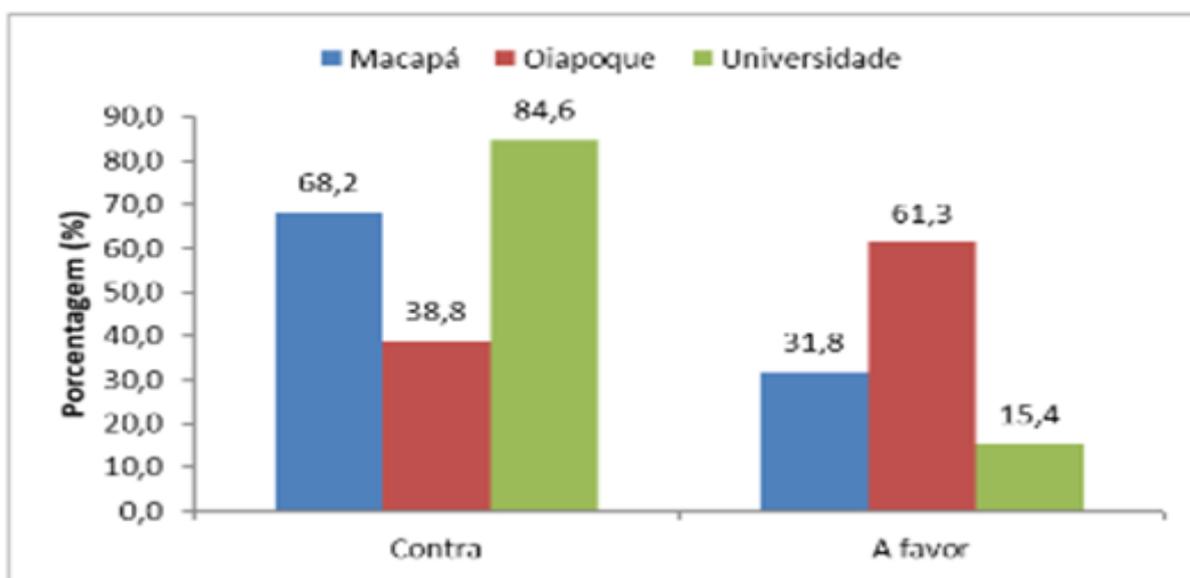
Até o momento, não estão claras as mudanças que tal empreendimento poderá trazer para a região. É o que questiona o Cacique Jacson. “Se a corrente marinha faz o que tá perto chegar a Oiapoque, quais serão os impactos ambientais aos mangues, matas ciliares? Queríamos ver isso em estudo, mostrando isso. É a nossa preocupação.” Já o Cacique Nazildo, levanta a amplitude dos impactos. “Vemos que os trabalhos já iniciaram. Se houver um acidente que chegue a uma terra indígena, vai afetar as três terras indígenas”.

Sobre o Protocolo de Consulta Prévia dos Povos Indígenas do Oiapoque, documento que informa ao governo e empresas como devem incluir os povos em decisões administrativas e legislativas que afetarão suas vidas e seus direitos, ao fim do encontro ficou acordado com o cacique Edmilson Oliveira, do povo Karipuna, que o CCPIO criará um grupo de trabalho com representantes indígenas, da Petrobras, para acompanhamento das atividades na Foz do Amazonas (APIB, 2023).

Percepção de moradores locais

A análise da percepção de moradores locais em relação à exploração de petróleo no Amapá baseou-se em pesquisa de Calado e Cardoso (2021), abordando a percepção da população de Macapá e Oiapoque. Foram entrevistadas 255 pessoas, sendo 85 pessoas de Macapá, 79 do Oiapoque e 91 vinculadas à Universidade Estadual do Amapá (UEAP). A pesquisa revelou que 90% dos participantes do grupo Universidade estão cientes do interesse pela exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Em contrapartida, em Macapá e no Oiapoque, essa percepção reduz para 67,1% e 61,3%, respectivamente. A maioria dos entrevistados de Macapá (68,2%) e do grupo Universidade (84,6%) posiciona-se contra, enquanto no Oiapoque prevalece o apoio à atividade (61,3%) (Figura 6).

Figura 6: Posicionamento dos entrevistados da exploração de petróleo na Foz do Amazonas.



Fonte: Calado e Cardoso (2021, p. 81).

Em Oiapoque, a maioria dos entrevistados apoia a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, priorizando os benefícios econômicos, como desenvolvimento local e geração de empregos, mesmo cientes dos riscos ambientais, como o derramamento de óleo. Em contraste, os moradores de Macapá demonstram uma postura crítica, expressando oposição à atividade e

reconhecendo os riscos que ela representa para os recifes da Amazônia. Os estudantes universitários, com maior nível de escolaridade, também se posicionam contra a exploração, mostrando um conhecimento maior sobre os impactos socioambientais.

As variações nas percepções destacam a influência da educação e da informação nas prioridades entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, ressaltando a necessidade de ações de capacitação e educação ambiental para promover uma opinião pública mais crítica sobre a exploração petrolífera na região.

CONSIDERAÇÕES

Com o propósito de entender as percepções e o envolvimento dos atores locais na exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, a pesquisa revelou que, embora prevaleça um discurso que vincula a exploração de petróleo ao desenvolvimento econômico e à redução da pobreza, as vozes das comunidades locais — incluindo indígenas, pescadores e outros grupos vulneráveis — são frequentemente marginalizadas nesse contexto.

As narrativas políticas observadas tendem a enfatizar os benefícios econômicos imediatos da exploração, enquanto as preocupações sociais e ambientais são relegadas a um segundo plano. Essa dinâmica ressalta a necessidade urgente de um diálogo mais inclusivo, que leve em conta as realidades e necessidades das populações diretamente afetadas por esses projetos de grande impacto. A marginalização das experiências e demandas locais compromete não apenas a justiça social, mas também a sustentabilidade ambiental da região.

Nesse sentido, as contribuições deste estudo para a literatura inserem-se nas abordagens que consideram as percepções das vozes das comunidades onde grandes empreendimentos, como as petrolíferas, se recusam a atender questões básicas. A pesquisa oferece uma análise crítica das interações entre desenvolvimento econômico, social e ambiental na Amazônia, destacando a complexidade das relações de poder e a importância da participação local.

Contudo, é imprescindível reconhecer as limitações metodológicas da pesquisa. Por ser de caráter exploratório e qualitativo, o estudo pode não ter captado a totalidade das percepções e experiências dos diversos atores envolvidos. Além disso, a dependência de fontes documentais e discursos públicos pode limitar a profundidade da análise das vivências cotidianas das comunidades impactadas.

Em relação às perspectivas futuras, é importante que novas pesquisas enfoquem a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis para a região. Isso inclui a efetiva participação das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas e na governança ambiental dos territórios afetados por projetos de exploração econômica. Questões

como a viabilidade de pequenos projetos sustentáveis em oposição a grandes empreendimentos devem ser investigadas, levando em consideração a capacidade das comunidades de se organizar e formar alianças em prol de um modelo econômico e político alternativo.

A reflexão sobre a eficácia das lutas por justiça ambiental em frear o metabolismo insaciável do modelo econômico hegemônico é crucial. A formação de alianças robustas entre moradores das periferias, comunidades indígenas, quilombolas, mulheres, negros e negras, ribeirinhos e extrativistas pode ser um caminho promissor para a transformação social e ambiental. O novo estado nacional e as dinâmicas internacionais podem criar oportunidades para alternativas aos dilemas históricos e prementes enfrentados pela Amazônia.

Assim, torna-se imperativo que futuras investigações abordem essas questões, buscando promover um entendimento mais profundo das interações entre desenvolvimento, justiça social e ambiental na região. Este esforço não apenas contribuirá para uma análise mais rigorosa e abrangente, mas também para a formulação de decisões e políticas públicas que considerem as necessidades das comunidades locais.

REFERENCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGÊNCIA SENADO. **Petróleo no Amapá é questão técnica e não política, diz Marina Silva**. 2023a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/12/prospeccao-de-petroleo-na-costa-do-amapa-e-questao-tecnica-e-nao-politica-diz-marina-silva>. Acesso em: 22 abril 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Possível exploração petrolífera marca discursos em homenagem ao Amapá**. 2023b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/11/possivel-exploracao-petrolifera-marca-discursos-em-homenagem-ao-amapa>. Acesso em: 22 abril 2024.

ALAP. Audiência Pública: Petróleo e Gás na costa do Amapá - Um debate sobre o Futuro! Canal ALAP YouTube. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=duprCzqk-ik>. Acesso em: 22 abril 2024. (gravação da audiência pública).

ANP. Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural 2023. **ANP**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2023.pdf>. Acesso em: 30 nov 2024.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós- Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos africanos**, nº 34, julho-dezembro, p. 75-1111, 2017.

AMANAJÁS, Viviane V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. **Confins**, nº 37, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/15619>. Acesso em 01 dez 2024.

ARAÚJO, J. et al. A Synoptic Assessment of the Amazon River-Ocean Continuum during Boreal Autumn: From Physics to Plankton Communities and Carbon Flux. **Frontiers in Microbiology**, v. 8, 2017. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/microbiology/articles/10.3389/fmicb.2017.01358/full>. Acesso em: 14 nov 2024.

APIB. **Conselho de Caciques dos Povos do Oiapoque questiona Petrobrás sobre projeto exploração de petróleo nas proximidades de três terras indígenas (Uaçá, Galibi e Juminã)**. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/03/27/conselho-de-caciques-dos-povos-do-oiapoque-questiona-petrobras-sobre-projeto-exploracao-de-petroleo-na-terra-indigena-uaca/>. Acesso em: 24 abril 2024.

BARBOSA, Leandro. Petróleo na foz do Amazonas: expoentes da política do Amapá se unem para desinformar a população. **SUMAUMA**, 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/petroleo-na-foz-do-amazonas-politicos-do-amapa-ensinam-como-desinformar-a-populacao/>. Acesso em: 22 abril 2024.

BARBER, Harriet. I've seen the dark, fat grease stuck to the leaves': oil and gas encroach on Peru's uncontacted peoples. *The Guardian*. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2024/oct/17/ive-seen-the-dark-fat-grease-stuck-to-the-leaves-oil-and-gas-encroach-on-perus-uncontacted-peoples>. Acesso em 04 dez 2024.

BBC. Lobby nos EUA movimenta US\$ 3,3 bilhões. **BBC News**. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130508_lobby_eu_pu. Acesso em: 09 nov 2024.

BBC. O petróleo está matando crianças na Nigéria? **BBC News**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42242698>. Acesso em: 09 nov 2024.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

BRIEFING, Media. Investing in Climate Chaos 2024: Institutional Investors \$4.3 Trillion Deep Into the Fossil Fuel Industry. **Urgewald**. 2024. Disponível em: <https://www.urgewald.org/en/medien/investing-climate-chaos-2024-institutional-investors-43-trillion-deep-fossil-fuel-industry>. Acesso em: 09 nov 2024.

BOUÉ, Juan Carlos. **Venezuela: The Political Economy of Oil**. Oxford, Oxford University Press, 1993.

CALADO, Janaina Freitas; CARDOSO, Fabrício Leão. Recifes da Amazônia: percepção da população de Macapá e do Oiapoque - Amapá, Brasil. MARTINS, Fernanda Pereira (Org.). **Geociências: estabelecimento e evolução da civilização humana 3**. Ponta Grossa, Atena, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CGEE. **Oportunidades e Desafios da Bioeconomia**. Perspectivas da Bioeconomia Brasileira com Base em Inovações Tecnológicas e de Mercado. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.

CGEE. **Oportunidades e Desafios da Bioeconomia**. Relatório ODBio Integrado. Brasília, DF: 2021.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings OF The Royal Societ B**. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 15/11/2023.

CNI. Simulador de Impacto na Margem Equatorial. CNI, 2024. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/canais/observatorio-nacional-da-industria/produtos/simulador-de-impacto-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 30 nov 2024.

COSLOVSKY, S. (coord.). Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira. abr. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030- Oportunidades-para-Exportacao-de-Produtos-Compativeis-com-a-Floresta-na-Amazonia-Brasileira-1-2.pdf>. Acesso em: Acesso em: 12 dez. 2023.

DE MAHIQUES, M.M., et al. Insights on the evolution of the living Great Amazon Reef System, equatorial West Atlantic. **Scientific Reports**, v. 9, 13699, 2019.

DRUMMOND, José Augusto. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6 (Suplemento), setembro, 2000, p. 753-792.

EPE. Estimativa Volumétrica da Bacia da Foz do Amazonas - Play Limoeiro. **EPE**. 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-846/AP-EPE-DPG-SPG_16-2024-Volumetria%20da%20FZA_publica.pdf. Acesso em: 30 nov 2024.

G1. Ibama nega licença para Petrobras perfurar na bacia da foz do Amazonas. **G1, 2023**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/ibama-nega-licenca-para-petrobras-perfurar-na-bacia-da-foz-do-amazonas.ghtml>. Acesso em: 12 dez 2024.

FALOLA, Toyin. The Political Economy of Oil. In: **Understanding Modern Nigeria: Ethnicity, Democracy, and Development**. Cambridge, Cambridge University Press, 2021, p. 285-313.

FARIAS, André Luis Assunção de; Marilene Costa Viegas do Monte. Faces dos grandes Projetos na Amazônia: a Ecologia Política desvela o véu da dominação. In: FARIAS, André Luis Assunção de (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023. p. 12-23.

FEARNSIDE, Philip Martin; QIN, Yuanwei; XIAO, Xiangming; LIU, Fang; SILVA, Fabio de Sa e; SHIMABUKURO, Yosio; ARAI, Egidio. Forest conservation in Indigenous territories and protected areas in the Brazilian Amazon. **Nature Sustainability**, v. 6, 2023, p. 295–305. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-022-01018-z>. Acesso em: 09 nov 2024.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

FEARNSIDE, Philip Martin. Oil and gas project threatens Brazil's last great block of Amazon forest. **Mongabay**. 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/03/oil-and-gas-project-threatens-brazils-last-great-block-of-amazon-forest-commentary/>. Acesso em: 04 dez 2024.

FEARNSIDE, Philip M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. 3. Manaus, Editora do INPA, 2009.

FRUMHOF, P. C.; HEEDE, R. et al. The rise in global atmospheric CO₂, surface temperature, and sea level from emissions traced to major carbon producers. **Climatic Change**, 144, 2017, p. 579–590.

FORBES. Valor de mercado da Petrobras tem novo recorde, de R\$ 569 bilhões. **FORBES**. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/02/valor-de-mercado-da-petrobras-tem-novo-recorde-de-r-569-bilhoes/>. Acesso em: 30 out 2024.

GERHARDT, Cleyton. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às “entidades-satélite”. **Ruris**. Campinas: v. 8, n. 2 set. 2014.

ICMBio. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018.

IBAMA. Despacho nº 4072539/2018-GABIN. **IBAMA**, 2018. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/notas/2018/SEI_IBAMA_4072539_Despacho.pdf. Acesso em: 12 dez 2024.

INFLUENCEMAP. How the Oil Industry Has Sustained Market Dominance Through Policy Influence. **InfluenceMap**. 2024. Disponível em: <https://influencemap.org/briefing/Undermining-Progress-Investigating-the-Fossil-Fuel-Sector-s-Continual-Dominance-26562>. Acesso em: 09 nov. 2024.

IRIARTE, José. et al. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, 606, 2022, p. 325–328. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-022-04780-4#citeas>. Acesso em: 09 nov 2024.

IPCC. Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2023. **IPCC**. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

JOHNSTON, Jill E.; ENEBISH, Temuulen; ECKEL, Sandrah P.; NAVARRO, Sandy; SHAMASUNDER, Bhavna. Respiratory Health, Pulmonary Function and Local Engagement in Urban Communities Near Oil Development. **Environ Res.** Jun,19, 1110882021, 2021. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8579779/>. Acesso em: 09 nov 2024.

KAKANOV, Evgeny; BLÖCHLIGER, Hansjörg; DEMMOU, Lilas. Resource curse in oil exporting countries. **OECD Publishing**, nº. 1511, 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/a5012a3den.pdf?expires=1731349251&id=id&accname=ocid54025470&checksum=2FA6BBADED84514B1B4857935568125F>. Acesso em: 30 out 2024.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

KILLEEN, Timothy J. Oleodutos amazônicos: os derrames de petróleo que afetaram Colômbia, Peru e Equador.

Mongabau. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/04/oleodutos-amazonicos-os-derrames-de-petroleo-que-afetaram-colombia-peru-e-equador/>. Acesso em: 15 out 2024.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). **Epistemologias do Sul.** Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA.** V. 6, n. 2, p. 113 -168, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NKEM, Augusta C.; Stephanie M. Topp; Sue Devine; LI, Wendy Wen; OGAI, Daprim Samuel. O impacto da exclusão social relacionada com a indústria petrolífera no bem-estar e na saúde das comunidades em países africanos. **Front. Public Health,** vol., 10, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.858512/full>. Acesso em: 09 nov 2024.

NEVES, Eduardo Goes. **Sob os Tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC).** 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 19 nov. 2023.

OEKO. Ofício e Nota Técnica Contra Atividades de exploração de petróleo e gás na Bacia Sedimentar da Foz do Amazonas. **OEKO,** 2023. Disponível em: <https://oeco.org.br/wp-content/uploads/2023/04/Final-Oficio-e-Nota-Tecnica-Foz-do-Amazonas-1.pdf>.

PENHA, Rayane. Exploração de petróleo assombra pescadores da foz do Amazonas. **Agência Pública.** 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/exploracao-de-petroleo-assombra-pescadores-da-foz-do-amazonas/#>. Acesso em: 15 nov 2024.

RAISG. Amazon 2021: Protected Areas and Indigenous Territories. **RAISG.** 2021. Disponível em: <https://www.raisg.org/es/publicacion/amazonia-2021-areas-protegidas-y-territorios-indigenas/>. Acesso em: 30 out 2024.

RAVENA CAÑETE, Uriens Maximiliano. **Pesca artesanal no Parque Nacional do Cabo Orange: contextos de conflito socioambiental e estratégias de manejo alternativo.** 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

SCHMIDT, Morgan J. et al. Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon. **Science Advances**. v. 9, nº 38, setembro, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh8499>. Acesso em: 10/07/2024.

SIEGLE, Eduardo et al.. Perspectives on the Great Amazon Reef: Extension, Biodiversity, and Threats. **Frontiers in Marine Science**, Vol. 5, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/marine-science/articles/10.3389/fmars.2018.00142/full>. Acesso em: 14 nov 2024.

SUPRAN, G.; RAHMSTORF, S.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's global warming projections. **Science**. 379, 153, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abk0063>. Acesso em: 15 out 2024.

SUPRAN, G.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's climate change communications (1977–2014). **Environ. Res. Lett.** 15, 2020. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aa815f/pdf>. Acesso em: 15 out 2024.

SZE, Jocelyne S. et al. Reduced deforestation and degradation in Indigenous Lands pan-tropically, **Nature Sustainability**, vol. 5 (2), 2022, p. 123-130.

TER STEEGE, H. et. al. Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora. **Science**, v. 342, 1243092, 2013. Disponível em: [10.1126/science.1243092](https://www.science.org/doi/10.1126/science.1243092). Acesso em: 15/11/2023.

UOL. Ibama ignora parecer e mantém processo de licença da Petrobras para exploração na Foz do Amazonas. **UOL**, 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/10/31/ibama-ignora-parecer-e-mantem-processo-de-licenca-da-petrobras-para-exploracao-na-foz-do-amazonas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 12 dez 2024.

PARAGUASSU, Mara. Amazônia: CNI projeta 326 mil novos empregos com exploração de petróleo na Margem Equatorial. PIB do Amapá, um dos Estados que fazem parte da Margem Equatorial, seria ampliado em 62%. MARA PARAGUAÇU, 23 mar. 2024. Disponível em: <https://maraparaguassu.com.br/cni-projeta-326-mil-novos-empregos-com-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 21 out. 2024.

PETROBRÁS. Descubra tecnologias que tornam a Petrobras mais sustentável. **PETROBRÁS**. 2024. Disponível em: <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/inovacao/tecnologias-sustentaveis>. Acesso em: 09 nov 2024.

WRIGHT, Jonathon S. al et. Rainforest-initiated wet season onset over the southern Amazon. **PNAS**. Vol. 114, n. 32, 2017, p. 8481–8486.

O CAPITAL IMOBILIÁRIO COMO ELEMENTO INDUTOR DO DESENVOLVIMENTO URBANO: O CASO DA CIDADE DE MACAPÁ, AMAPÁ, BRASIL

Alice Agnes Weiser⁴⁴

<http://lattes.cnpq.br/7669443287210612>

José Alberto Tostes⁴⁵

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁴⁶

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Jadson Luís Rebelo Porto⁴⁷

<http://lattes.cnpq.br/4637604119824067>

INTRODUÇÃO

O capital imobiliário age sob o espaço urbano com o objetivo de distribuir e articular as atividades da cadeia produtiva em uma ordem capaz de reduzir o custo e tempo de circulação do capital, efetuando ações que determinam a intensidade das metamorfoses presentes no ciclo, as quais podem induzir o desenvolvimento da cidade. Nesse processo, o capital imobiliário assume a forma de renda da terra adicionando valor ao solo urbano o que, conseqüentemente, o leva a se tornar uma mercadoria. A renda da terra está sujeita as transformações da ação humana que são realizadas pelos agentes que compõem o setor imobiliário e cada agente possui uma parcela de remuneração da lógica e da dinâmica de produção e comercialização não só do solo urbano, mas do espaço como um todo.

⁴⁴ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: arqaliceweiser@gmail.com

⁴⁵ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁴⁶ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

⁴⁷ Doutor em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas. Graduado em Geografia pela Universidade Federal Pará. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: jadsonporto@yahoo.com.br

Macapá é a capital do Amapá, uma cidade que está localizada ao Sudoeste do estado e que tem contato direto com o rio Amazonas e sua intensa rede hidrográfica, estando de frente para as ilhas do Afuá do arquipélago do Marajó (Mapa 1). Ao analisar o contexto de evolução da cidade de Macapá é possível perceber uma ligação direta com os processos socioeconômicos do Amapá, a formação do núcleo urbano se deu quando o território estava sob o domínio do Pará, a estruturação como capital federativa seguida da implantação dos grandes projetos aconteceu com a criação do Território Federal e o extensivo crescimento urbano sucedeu com o estabelecimento das ações e estratégias elaboradas após a elevação do Amapá a categoria de estado.

Diante disso, se levantou o seguinte questionamento: Quais foram as principais ações do capital imobiliário que condicionaram o desenvolvimento da cidade de Macapá? O objetivo desse artigo é tentar responder essa questão através de em uma metodologia fundamentada na teoria da renda fundiária urbana e na sua relação com os agentes imobiliários no processo de produção espacial, a qual se utiliza de pesquisas do tipo descritiva e exploratória, de coleta de dados com procedimentos técnicos de levantamento de campo e de averiguação bibliográfica e documental, e de análise do material com métodos qualitativo e quantitativo.

Para esse objetivo, o artigo foi dividido em três seções: 1) O capital imobiliário e o desenvolvimento urbano; 2) O desenvolvimento urbano de Macapá e; 3) A ação do capital imobiliário no processo de desenvolvimento urbano de Macapá; a primeira seção trata do embasamento teórico que ofereceu suporte metodológico para a pesquisa que se utilizou das ideias de Marx (2013), Souza (1988), Harvey (1982; 1983), Topalov (1979) e Lamarche (1976), a segunda aborda a evolução da cidade de Macapá a partir dos processos socioeconômicos do Amapá e a terceira faz o alinhamento e a análise das informações e dados coletados nas seções anteriores, chegando a resposta da questão que norteou essa construção científica.

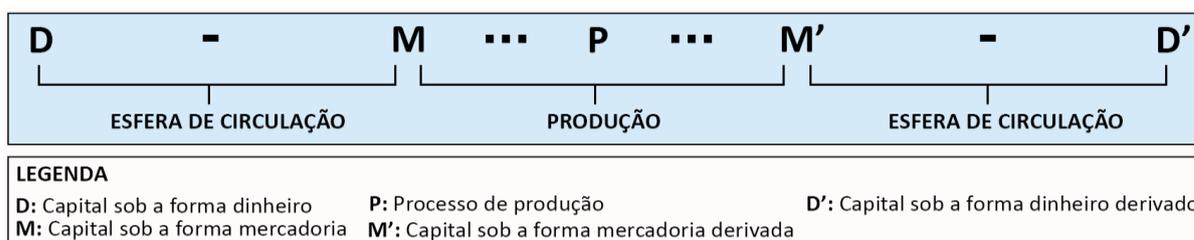
O CAPITAL IMOBILIÁRIO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

A cidade pode ser compreendida como uma criação social que assume o papel de suporte material das atividades humanas, logo, em uma sociedade capitalista, o ciclo de produção do capital estará incorporado em sua estrutura, sujeitando o modo de produção do espaço urbano às leis de circulação do capital (Harvey, 1983). Sob a lógica de Marx (2013), ainda que não se crie valor na esfera de circulação, é nela que se alcança o valor criado através da produção e onde o capital volta a assumir a forma dinheiro, sendo assim, seu custo e tempo devem ser reduzidos para que haja a maximização e aceleração das metamorfoses presentes no ciclo (Figura 1).

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Um dos fatores que incide sobre custo e tempo de circulação é a distribuição e articulação das atividades da cadeia produtiva no espaço, ordem que determinará o funcionamento do sistema. Segundo Lamarche (1976), a fração do capital social responsável por essa ordem é o capital imobiliário que se apropria de parcela da mais valia social em função de seu papel de agilização da circulação, assumindo a forma de renda da terra⁴⁸. Uma vez que a terra não é produto do trabalho, ela não pode ter um valor, todavia pode haver a cobrança em dinheiro pelo seu uso e, até mesmo, um preço pelo qual ela pode ser vendida, representando o paradoxo do preço de um bem sem valor referenciado por Topalov (1979).

Figura 1: Ciclo produtivo do capital.



Fonte: Marx (2013); Souza (1988). Adaptado pelos autores.

Nesta sequência Harvey (1983) esclarece que, a partir do momento que a terra é dotada de infraestrutura, ela se torna uma mercadoria e, por ser uma mercadoria, passa a ter um duplo valor: o de uso e o de troca; segundo o autor, o primeiro valor está associado a utilidade da mercadoria servindo como meio de existência, já o segundo, a medida de troca entre as mercadorias. Ao se comercializar a terra, o que se compra e vende é o direito de exercer atividades sobre aquela base territorial e a possibilidade de receber ou apropriar-se de sua renda, o preço pago por esse direito nada mais é do que a renda capitalizada.

O nível de renda de um terreno será determinado em função de sua demanda como base para o desenvolvimento das atividades humanas. No entendimento de que não existe uma homogeneidade no espaço urbano, Harvey (1982) ainda traz para essa discussão a questão dos diferenciais de localização que concedem vantagens de acesso a infraestrutura, serviços de utilidade pública e centros comerciais, proporcionando a reversão dos custos que se teriam para esse acesso em lucros e salários suplementares que permitem ser convertidos em renda fundiária, fator desconsiderado por Marx (2013). É válido destacar que, as condições de localização podem ser alteradas pela ação humana pois são criações da própria sociedade.

⁴⁸ Categoria teórica desenvolvida e sistematizada por Marx a partir dos trabalhos de Adam Smith e David Ricardo que se pautaram na observação das atividades agrícolas nos séculos XVIII e XIX, a qual, posteriormente, foi transposta para o âmbito urbano.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

A definição dos níveis e características da renda fundiária depende de múltiplos fatores, por essa razão, Marx (2013) definiu quatro categorias de divisão: 1) renda diferencial I; 2) renda diferencial II; 3) renda absoluta e; 4) renda de monopólio; transpostas por Lamarche (1976), Topalov (1979) e Harvey (1982) para análise do espaço urbano (Quadro 1). O conhecimento das categorias da renda fundiária é primordial para o entendimento dos processos de produção e transformação das cidades, visto que os seus aspectos estão sujeitos as transformações da ação humana.

Quadro 1: Categorias da renda fundiária.

Categoria	Descrição
Renda diferencial I	Tem como base as vantagens de localização que não dependem da ação direta do proprietário como a disponibilidade infraestrutura urbana e serviços de utilidade pública, as boas condições de acesso e a proximidade de grandes centros comerciais, ou seja, qualquer atividade da ação de outros investidores (públicos/privados) que qualificam o entorno do terreno, gerando uma localização diferenciada no espaço
Renda diferencial II	É apoiada na vantagem contida dentro dos limites do terreno que pode ser ampliada pelo proprietário por meio da aplicação diferenciada do capital sobre a terra, o que trará uma nova condição de valor; exemplos: a construção verticalizada e o prestígio que um morador pode derivar de sua vizinhança
Renda absoluta	Corresponde as vantagens de uma antecipação das rendas diferenciais que o proprietário auferir por manter seus terrenos inexplorados enquanto o crescimento urbano transforma as condições de localização daquelas parcelas; é uma consequência do direito legal do proprietário de reter terras
Renda de monopólio	É derivada do preço de monopólio que incorpora um adicional ao preço em razão das vantagens exclusivas fornecidas pelo terreno e sua localização excepcional, bem como, da disponibilidade limitada; ela atua onde a competitividade já não prevalece; exemplo: os residenciais de alto padrão

Fonte: Souza (1988); Harvey (1982); Topalov (1979); Lamarche (1976). Adaptação dos autores.

A manipulação dos fatores que determinam as categorias da renda fundiária é realizada pelo setor imobiliário, cuja função é incentivar a circulação do capital promovendo a produção e o comércio de seu recurso básico: o solo urbano; elemento que, de acordo com Harvey (1983), apresenta quatro características particulares: 1) ser indispensável ao ser humano, uma vez que ele não pode existir sem ocupar o espaço; 2) ter a capacidade de desempenhar várias funções e diferentes usos para cada tipo de usuário; 3) possuir baixa liquidez, ou seja, pouca frequência de mudança de proprietários e; 4) dispor da localização como fator fundamental, pois não pode deslocar-se livremente, já que é uma mercadoria imóvel, com fixidez geográfica.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Souza (1988) define cinco categorias para os agentes que compõem o setor imobiliário: 1) o proprietário fundiário; 2) o construtor civil; 3) o promotor imobiliário; 4) o Estado e; 5) o capital financeiro (Quadro 2). Com papéis distintos, cada agente possui uma parcela de remuneração da lógica e da dinâmica de produção e comercialização não só do solo urbano, mas do espaço como um todo e, mesmo um agente podendo desempenhar mais de um papel, é somente através de sua distinção que se pode analisar e avaliar os objetivos e as consequências de sua atuação.

Quadro 2: Agentes que compõem o setor imobiliário.

Agentes	Descrição
Proprietário fundiário	Sua atuação depende da disposição ou não do recurso do solo urbano no mercado; é caracterizado como um agente privado que não investe no desenvolvimento imobiliário, podendo especular no dinamismo local e na provisão de infraestrutura urbana e serviços de utilidade pública do entorno, tomando hoje o valor esperado amanhã; sua receita provém da renda fundiária capitalizada no preço do terreno
Construtor civil	Agente privado responsável pelas construções e melhorias do espaço urbano; sua ação depende da disposição do terreno e, muitas vezes, do crédito imobiliário; está vinculado ao capital industrial pois cria valor e mais valia; sua remuneração decorre dos lucros relativos ao capital investido
Promotor imobiliário	É o agente privado que compra e estabelece a função e o uso do solo urbano; não constrói e não especula, ele comanda a transformação do solo articulando os elementos e os atores necessários; assume a função da parcela do capital social que planeja e equipa o espaço; altera as condições de localização, ao mesmo tempo que, aumenta a renda diferencial na rentabilidade de seu investimento; sua receita vem da mais valia gerada na construção civil e social
Estado	Agente público que promove a infraestrutura urbana e os serviços de utilidade pública, os quais determinam as condições das diversas localizações e a sua reversão em lucros e salários suplementares; sua ação depende do recurso e da mais-valia social; sua remuneração decorre da cobrança dos impostos; sua ação não se limita ao setor imobiliário
Capital financeiro	Agente privado que atua sob a forma de capital de empréstimo para aquisição do terreno e financiamento da construção; age como capital incumbido de acelerar a circulação; sua receita advém dos juros de mercado relativo à quantia repassada

Fonte: Souza (1988); Harvey (1982); Topalov (1979); Lamarche (1976). Adaptação dos autores.

Entre os cinco agentes, a autora chama atenção para o Estado que, além de promover a infraestrutura e os serviços de utilidade pública, também tem, perante sua soberania, a responsabilidade de estabelecer mecanismos institucionais de políticas de desenvolvimento urbano para regular, controlar e direcionar a produção do espaço, evitando distorções que possam influenciar a retenção especulativa e a gestão inadequada do espaço. É o agente que, em prol do bem comum, pode intervir nas ações dos outros agentes.

Entre as mudanças mais recentes e relevantes da política urbana, está o abandono de uma parcela das funções e responsabilidades tradicionais do Estado sob uma lógica de parceria público-privada no processo de desenvolvimento. O objetivo dessa parceria é equiparar o custo-benefício de ambos os lados, do Estado por não precisar assumir totalmente o risco e o recurso dos projetos de infraestrutura e dos serviços de utilidade pública, e do privado por oferecer a possibilidade de intervir na ordem pública acelerando a rentabilização do solo urbano que tem sua posse, racionalidade administrativa que trouxe a convergência dos interesses. Diante da crise fiscal do Estado na década 1990 e do fato da iniciativa privada ter maior e melhor capacidade de investimento, as parcerias público-privadas se tornaram cada vez mais frequentes, o que também é resultado da defesa de um protagonismo do Estado no impulsionamento do desenvolvimento econômico para certificar a reprodução ampliada do capital e de seus benefícios para o bem-estar social.

A ideia de um “Estado Promotor” levou o poder público a se autopromover, dentro de um cenário competitivo característico do capitalismo, para melhor atrair os capitais que circulam no espaço sem fronteiras do mundo globalizado. Frente a concorrência, o Estado passou a criar um ambiente favorável à ação privada, oferecendo garantias especiais que vão desde a redução ou eliminação dos tributos, até a criação de um modal de transporte apto à redução do custo e tempo de circulação do capital e à integração com as dinâmicas econômicas locais.

O fato é que a força do poder econômico vem anulando o poder de intervenção do Estado, criando uma brecha para que a parceria público-privada se torne uma espécie de “investimento” e uma maneira de fomentar a economia por meio de pontuais e especulativos empreendimentos que disparam os níveis de renda da terra causando adversidades que segmentam o espaço urbano em diferentes formas. Mesmo com os diversos artifícios para mediação do setor imobiliário, a alta do valor dos imóveis e dos impostos decorrentes de sua apropriação tem se apresentado cada vez mais incompatível com a renda de grande parte da população, induzindo a ocupação das regiões periféricas, ao mesmo tempo, que se cria os grandes vazios nas áreas urbanas já consolidadas. Nesse sentido, Harvey (1983) reforça como o capital imobiliário tem construído, destruído e reconstruído o espaço urbano à sua semelhança, para que assim, ele possa se reproduzir de modo extensivo.

A nova modalidade da política urbana não está alterando somente o quadro administrativo, mas o conceito de cidade, reduzindo-a a um sujeito econômico, cuja lógica de poder passa a ser usada para legitimar o controle do desenvolvimento urbano pelos agentes

privados. Na prática, as parcerias público-privadas não estão sendo capazes de melhorar as condições do bem-estar social e as transformações espaciais em curso estão somente representando estratégias para acumulação do capital.

O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE DE MACAPÁ

A evolução da cidade de Macapá esteve ligada as três fases do processo socioeconômico do Amapá. A formação do núcleo urbano se deu com o território sob o domínio do Pará, a estruturação como capital federativa aconteceu por meio da criação do Território Federal e o crescimento urbano extensivo sucedeu com as ações e estratégias elaboradas após a elevação para estado.

A formação do núcleo urbano de Macapá

Até meados de 1500, a área do Amapá localizava-se à esquerda do Tratado de Tordesilhas⁴⁹, pertencendo a Espanha. Nessa condição, em 1544, o Rei Carlos V a concedeu para Francisco Orellana sob a denominação de “Adelantado de Nueva Andaluzia”, todavia o donatário galego não chegou a tomar sua posse. Após a unificação dos reinos da Espanha e Portugal em 1580, foram os portugueses que mais se interessaram pela área. Com a intenção de expandir o território já ocupado no Platô das Guianas, os franceses começaram a efetuar várias investidas na região, as quais foram efetivadas por Daniel Ravardiere em 1605, invasão que foi rechaçada pelos portugueses por meio da Expedição Guarda-costas, realizada 30 anos depois.

No ano de 1738, após os conflitos com os franceses, o governador da Província do Grão-Pará, João de Abreu Castelo Branco, realizou um destacamento militar em uma falésia no rio Amazonas, onde hoje se encontra a Fortaleza de São José, antevendo a colonização do local. Em 1750, por meio do Tratado de Madri, Portugal obteve o direito sobre as terras ocupadas na Amazônia, o que culminou no início da política de ocupação da região para assegurar a posse. Seguindo essa política, 1 ano depois Francisco Xavier de Mendonça Furtado trouxe dos Açores os primeiros colonos para a ocupação da região de Macapá, no entanto, a oficial fundação da vila foi registrada somente em 4 de fevereiro de

1758 onde, em ato simbólico, ergueu-se o pelourinho na Praça São Sebastião, atual Veiga Cabral. Em 1761 foi inaugurada a Igreja Matriz e 21 anos depois a Fortaleza de São José, o maior símbolo militar da presença portuguesa na Amazônia, elementos que induziram a formação de pequenas e isoladas aglomerações em seu entorno (Fundação João Pinheiro, 1973).

⁴⁹ Tratado que dividiu as terras descobertas na América entre Portugal e Espanha – 1494.

No ano de 1835, aproveitando o enfraquecimento com o movimento da Cabanagem⁵⁰, os franceses tentaram estender os domínios de sua área até o rio Araguari, isso, sob a contestação do limite natural imposto pelo Tratado de Utrecht⁵¹, o rio Vicente Pinzon. A França alegava que esse limite seria o rio Araguari e o Brasil, não mais como Colônia, que seria o rio Oiapoque. Diante disso, a solução provisória, estabelecida em 1841, foi a definição de um governo bipartido entre franceses e brasileiros, o que levou a dualidades de poder e uma escalada de conflitos na área contestada. Por questão de defesa do território, no mesmo ano, por meio do Decreto-Lei Imperial 87, cria-se a comarca de Macapá, consolidando a pose e a ocupação do local, reafirmada pela Lei Provincial 281 de 1856 que deu o foro de cidade (Tostes 2015; Porto 2003; Fundação João Pinheiro, 1973).

A solução final desse conflito acabou sendo diplomática e a decisão reconheceu a causa a favor do Brasil, findando a questão que perdurou por mais de 200 anos. A assinatura do Laudo Suíço no ano de 1900, ratificou a fronteira geográfica no rio Oiapoque e integrou ao patrimônio do território brasileiro um acréscimo de 225.000km². É válido esclarecer que, até esse momento, a área do Amapá estava integrada ao território do Pará.

A estruturação de Macapá como capital federativa

O encerramento da disputa com a França trouxe para debate a defesa da fronteira, sucedendo na criação dos Territórios Federais em 1943. Tostes (2015) afirma que o propósito dessa ação era tirar a autonomia da repartição usual, deixando a cargo do Poder Executivo Federal a responsabilidade dos processos de ocupação e de desenvolvimento desses locais. Porto (2003) ainda destaca que, por trás dessa nova condição, houve a intenção de reorganização das atividades econômicas no espaço brasileiro.

Com a criação do Território Federal do Amapá, se iniciou um momento de grandes transformações com altos investimentos em infraestrutura e uma perspectiva econômica ligada a extração de minérios. Até 1944 era a cidade do Amapá que assumia a posição de capital federativa do Território, e somente após a mudança institucional da capital, realizada no mesmo ano, que Macapá⁵² passou a assumir essa posição alterando a ordem da dinâmica territorial, econômica, política e cultural do local (Porto, 2022; 2018). Tal mudança fez com que a cidade de Macapá reunisse o corpo técnico-administrativo e as principais estruturas, fato que contribuiu para uma maior concentração populacional.

⁵⁰ Revolta popular que ocorreu na província do Grão-Pará entre os anos 1835 e 1840.

⁵¹ Tratado que estabeleceu uma nova ordem europeia, alterando os limites territoriais da Europa e América, ao mesmo tempo, que encerrou a Guerra de Sucessão Espanhola – 1713 e 1715.

⁵² Em 2024, a cidade de Macapá completou 80 anos como capital do estado do Amapá.

Na década de 1940, o núcleo urbano de Macapá que, até então pouco havia se expandido, passou a crescer, as construções margearam o rio Amazonas e as ruas ficaram paralelas e transversais a ele, dando forma a malha ortogonal característica da cidade, no entanto não se chegou a ultrapassar os limites do bairro Central.

Tabela 1: População do Território Federal do Amapá e da cidade de Macapá - 1950 a 1980.

Amapá				Macapá		
Ano	População total	Percentual urbano	Percentual rural	Ano	População total	Percentual do Território
1950	37.477	-	-	1950	20.594	54,95%
1960	68.889	51,37%	48,63%	1960	46.905	68,09%
1970	116.480	54,76%	45,24%	1970	87.755	75,34%
1980	180.078	59,10%	40,90%	1980	140.624	78,09%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1950; 1960; 1970; 1980).

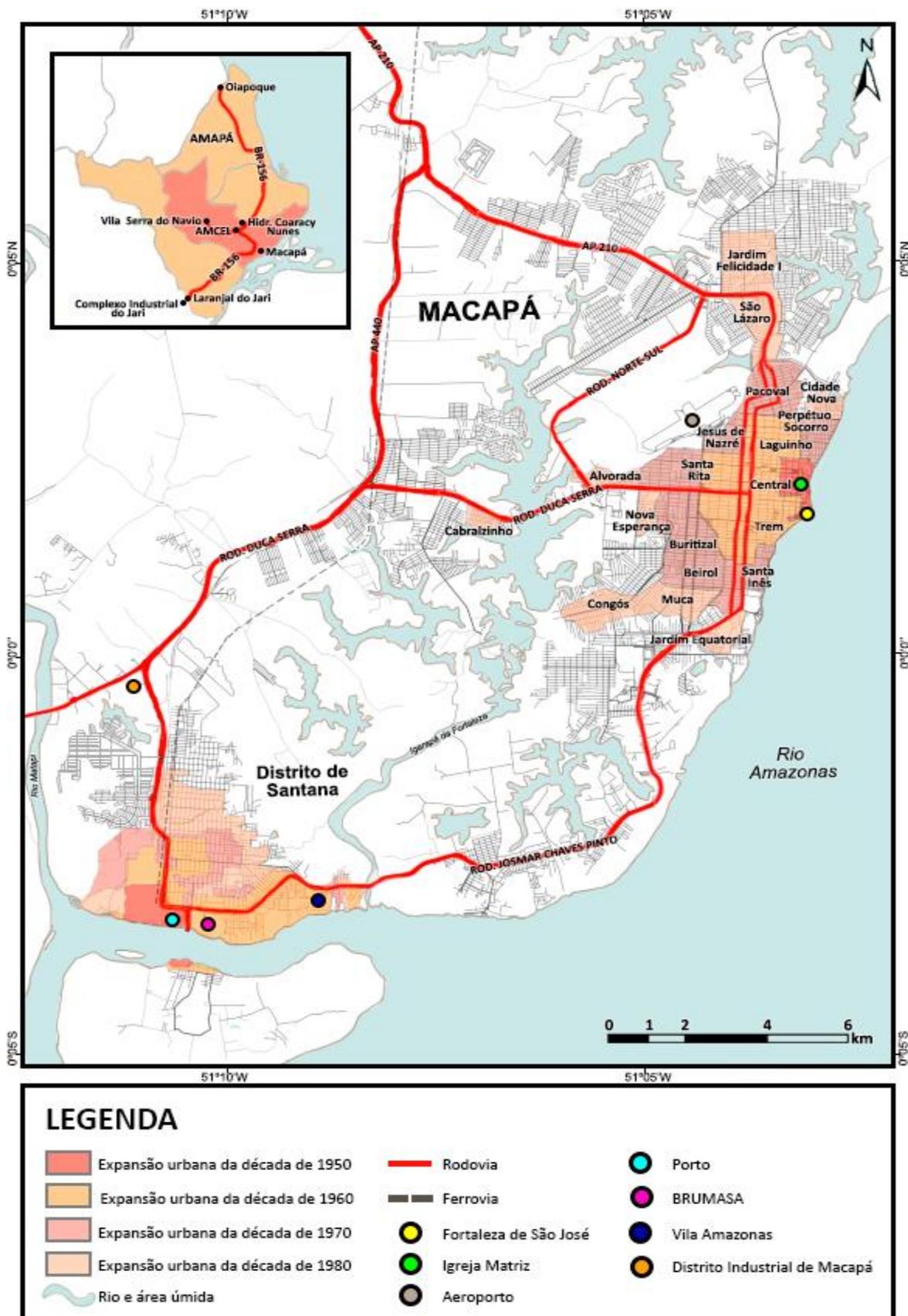
A instalação da Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) em 1953, marcou o processo de formação socioeconômica do Amapá e modificou a sua configuração espacial com a construção do porto, da ferrovia e das vilas operárias Amazonas e Serra do Navio que, na época, estavam locados dentro dos limites territoriais do município de Macapá⁵³ (Mapa 2). O primeiro projeto de mineração da Amazônia, causou nas pessoas a expectativa de empregos que substituíssem as precárias condições postas pelas práticas agrícola e extrativa desenvolvidas na região, motivando-as a se deslocar para o local em que estava locado. Nesse cenário, a cidade de Macapá recebeu o maior número do processo migratório, pois além de dispor parte das estruturas da empresa (porto, ferrovia e vila Amazonas), contava também com a melhor infraestrutura e serviços de utilidade pública, fase que consolidou a ocupação do bairro Central (Tabela 1).

É importante mencionar que a década de 1950 foi tomada pelas políticas desenvolvimentistas do Governo Federal, onde não só foi incentivado a extração de minério, mas a promoção de atividades correlatas ao processo de industrialização, como a agricultura para o fornecimento de alimentos e a energética para produção e distribuição de energia elétrica (Porto, 2020).

⁵³ ⁵⁰ Santana e Serra do Navio estavam agregados na área municipal de Macapá.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Mapa 2: Expansão urbana de Macapá no período do Território Federal do Amapá - 1950 e 1980.



Fonte: Openstreetmap (2020); Nascimento e Santos (2023). Adaptado pelos autores.

Em 1964, o Governo Militar assumiu o poder, período que transformou as dinâmicas nacionais influentes no desenvolvimento da Amazônia, com o intuito de viabilizar a integridade e defesa do território, os militares estabeleceram diversas estratégias que buscaram romper o modelo institucional cristalizado, retirando o estigma de região problema para região de fronteira de recursos. Em função disso, ao decorrer da década de 1960, o Território Federal do Amapá passou a registrar a criação de instituições que tinham como objetivo o levantamento dos recursos naturais e humanos, a formulação de propostas e a captação de recursos que o promovesse como, por exemplo, o Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá (IRDA) e a Companhia Progresso do Amapá (COPRAM), ambos influenciados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Além disso, houve a instalação de 2 projetos importantes: 1) o Complexo Industrial do Jari que abrangeu atividades industriais, agrícolas e de extração mineral e vegetal em uma área próxima ao rio Jari que, até então, fazia parte do município de Mazagão⁵⁴ e; 2) a Bruynzeel Madeira S.A. (BRUMASA) que produziu cavaco de madeira para a fabricação de celulose e compensados em Macapá, especificamente no Distrito de Santana (Tostes 2015).

A nova configuração amapaense junto a estabilização das atividades da ICOMI, intensificou o fluxo migratório para a cidade de Macapá e a malha ortogonal passou, sem quaisquer implicações, para além dos limites do bairro Central, formando o Trem, Santa Rita, Laginho e Perpétuo Socorro.

Na década de 1970 houve a construção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes e a conclusão de abertura da BR-156⁵⁵, materialização de parte do que vinha sendo planejado pelas instituições, e também ocorreu a implantação da empresa Amapá Celulose S.A. (AMCEL) que iniciou o cultivo de pinhos para atender a demanda do projeto Jari (Mapa 2). A percepção das ações e projetos ganhando corpo manteve a fluidez da migração para o Território Federal do Amapá e principalmente para a cidade de Macapá que já se configurava como a centralidade local, pois a capital se consolidava econômica, social e politicamente.

O Governo Municipal de Macapá não conseguiu acompanhar o crescimento populacional e a capacidade de geração de empregos se mostrou insuficiente, acarretando sérios problemas de natureza administrativa, econômica e social, situação que foi agravada pelo processo de expansão urbana que alcançou os braços da Lagoa dos Índios e as áreas de

⁵⁴ Área que foi integrada ao município de Laranjal do Jari em 1987, após o desmembramento de Mazagão.

⁵⁵ Rodovia que cortou o Território Federal do Amapá de Norte a Sul, conectando os dois extremos a capital.

ressacas, dificultando o prolongamento ortogonal das ruas e avenidas, o que deu margens para as ocupações espontâneas e o advento dos loteamentos. Aqui, se iniciou a formação dos bairros Pacoval, Jesus de Nazaré, Buritizal, Santa Inês e Beiril (Mapa 2).

Entre os anos de 1980 e 1987, o Território Federal do Amapá vivenciou outras ações importantes como a concepção do Distrito Industrial de Macapá, a instalação da Companhia Ferro-Ligas do Amapá (CFA), a introdução de novos projetos minerais e a fundação de novos municípios (Porto, 2003). Nessa dinâmica, Macapá passou por grandes transformações territoriais pois, além da delimitação do distrito industrial, houve o desmembramento para elevação de Santana e Ferreira Gomes a categoria de município, sendo importante destacar que, a retirada de Santana alterou notadamente a participação relativa de Macapá no cenário estadual, isso devido a perda do domínio das dinâmicas portuárias. Até o final de 1987, a malha urbana de Macapá já se encontrava dentro dos limites dos bairros São Lázaro, Jardim Felicidade I, Nova Esperança, Alvorada, Muca, Congós, Jardim Equatorial e Cabralzinho.

Crescimento urbano extensivo de Macapá

Com o término do Governo Militar e a influência das mudanças internacionais, o Estado passou por uma reconfiguração de estrutura que foi resumida na Constituição de 1988, lei que concedeu aos Territórios Federais a condição de Unidade Federativa, dando a eles maior autonomia em relação a União. Tostes (2015) afirma que a independência política dos Territórios Federais esteve ligada ao rol de medidas liberalizantes que estavam sendo adotadas em um período de crise fiscal. O déficit orçamentário afetou os índices de inflação e como solução veio a desregulamentação, a redução do papel do Estado, a liberalização do comércio exterior e a adoção do câmbio flutuante. O equilíbrio macroeconômico passava pela necessidade de contenção dos gastos públicos e a opção de retirar as despesas com os Territórios Federais se mostrou impreterível (Porto, 2003).

Em 1990, quando foi realizada a primeira eleição para governadores, o estado do Amapá efetivamente assumiu sua autonomia institucional e nesse momento se iniciou um processo de mudanças socioeconômicas que tinha como intenção assegurar a independência financeira. Assim sendo, o Governo Estadual passou a elaborar estratégias que de alguma forma promovessem o desenvolvimento local, resultando em 3 importantes criações: 1) a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS); 2) o Plano de Ação Governamental do Amapá (PAGAP) e; 3) o Programa de Desenvolvimento do Amapá (PDSA). Em paralelo, houve uma reorganização territorial que resultou na criação de vários municípios dos quais, para esse artigo, se destacam Serra do Navio, Amapari, Porto Grande, Cutias e Itaubal, todos desmembrados da área municipal de Macapá. Essas estratégias junto da composição de um novo quadro político e de um alto

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

número de contratação de técnicos para os municípios recém-criados, geraram nas pessoas uma perspectiva de empregos e melhores condições de vida, atraindo um contingente populacional ainda maior que no período do Território.

A falta de poder governamental afetou inclusive a configuração do espaço amapaense, a grande concentração da população em áreas urbanas ampliou os problemas sociais com poucas oportunidades de trabalho e reduzida disposição de infraestrutura e serviços de utilidades pública. A cidade de Macapá, mais uma vez, recebeu boa parte do fluxo migratório, o que ampliou a proporção dessas adversidades. Aqui, se iniciou a formação dos bairros Jardim Felicidade II, Novo Horizonte, Buritis, Renascer, Pantanal, Cidade Nova, Novo Buritizal, Pedrinhas, Araxá, Zerão, Universidade, Marco Zero, Chefe Clodoaldo, Murici, Vale Verde e Fazendinha (Tabela 2; Mapa 3).

Tabela 2: População do estado do Amapá e da cidade de Macapá - 1991 a 2022.

Amapá				Macapá		
Ano	População total	Percentual urbano	Percentual rural	Ano	População total	Percentual do Território
1991	288.690	80,89%	19,11%	1991	179.252	62,09%
2000	475.843	89,02%	10,98%	2000	282.745	59,42%
2010	669.526	89,77%	10,23%	2010	398.204	59,47%
2022	733.759	89,02%	10,98%	2022	442.933	60,36%

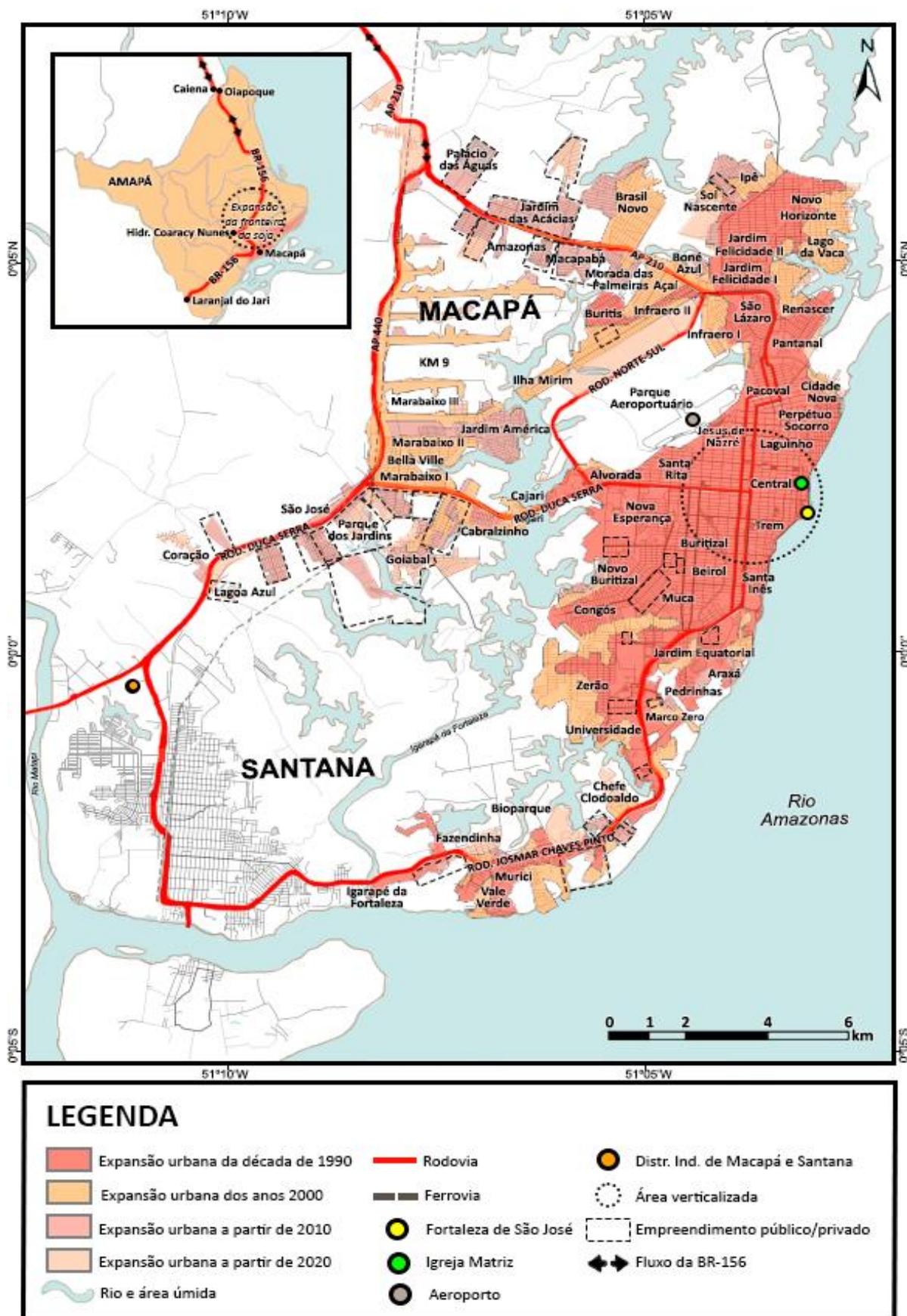
Fonte: IBGE - Censo Demográfico (1991; 2000; 2010; 2022).

Assim, Macapá foi se espraiando horizontalmente pela planície da foz do rio Amazonas, expandindo sua urbanização não mais acompanhando a orla do rio Amazonas, mas a seguindo as rotas construídas pelas rodovias, sejam aquelas principais ou as secundárias, que, alcançando as terras firmes. Gradativamente foi-se substituindo o uso do território da de Macapá como cidade ribeirinha para cidade beira de rio (Trindade Jr. 2011).

Em 1996, por meio da assinatura do Acordo-Quadro, as relações bilaterais entre Brasil e França foram retomadas, fato que trouxe a possibilidade de uma integração sul-americana que abrangesse parcerias comerciais, transferências tecnológicas, gestão compartilhada de conhecimentos e uso da biodiversidade tropical. Para o Amapá surgiram promissoras perspectivas de desenvolvimento, pois tratava-se da vinculação física com a Região Internacional das Guianas, iniciada com a Guiana Francesa, já para Macapá a conexão rodoviária com Caiena (capital da Guiana Francesa) que poderia intensificar as atividades da ALCMS, principalmente quando considerado a relação inversa da moeda. No entanto, esse novo quadro só seria tangível após a construção da Ponte Binacional em Oiapoque e a pavimentação completa da BR-156.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Mapa 3: Expansão urbana de Macapá após a elevação do estado - 1990 e 2020.



Fonte: Openstreetmap (2020); Nascimento e Santos (2023). Adaptado pelos autores.

Apesar do desmembramento em 1987, Macapá e Santana mantiveram as relações de complementaridade de atividades e funções exercendo forte influência uma sobre a outra, o que foi intensificado com as atividades da ALCMS, condição que aumentou o fluxo nas rodovias Duca Serra e Josmar Chaves Pinto, estimulando a ocupação das áreas paralelas especialmente por empreendimentos privados o que, conseqüentemente, levou ao início do processo de conurbação, uma circunstância que trouxe, no ano de 2003, a institucionalização da Região Metropolitana de Macapá⁵⁶ (RMM). A concepção da RMM trouxe novas e outras leituras para a configuração territorial amapaense, a condição urbano-metropolitana, que teve como finalidade a articulação política e espacial entre os dois municípios⁵⁷, sendo um dos seus principais focos de ação a rede de transportes (Porto, 2024; 2022; 2018).

Com a intenção de incentivar a vinda de empresas para o estado, o Governo Federal determinou a criação da Zona Franca Verde (ZFV), um corredor econômico que tinha como objetivo a produção de produtos industrializados a partir de matérias primas regionais, o qual colocava a isenção fiscal como o seu maior atributo. Logo em seguida, começou uma série de investimentos estruturais para o redirecionamento da fronteira com a Guiana Francesa, o que deu andamento nas obras da Ponte Binacional e da BR-156, ato que causou boas expectativas na população.

Em 2004, 2011 e 2014, o Plano Diretor de Macapá passou por alterações tendo como finalidade o aumento do gabarito de altura que levou ao início da verticalização de classe alta e a intensificação das classes média e baixa no bairro Central e suas adjacências (Weiser e Tostes, 2018; Batista, Brito, Pantoja, 2016). A verticalização é um processo urbano que tem como benefício básico a ampliação do aproveitamento do solo urbano em virtude do aumento da densidade demográfica, e dos ganhos de escala no uso do espaço e da rede estrutural disposta. No caso de Macapá esse benefício se mostrou irrelevante quando comparado a dinâmica econômica das construtoras e das atividades correlatas ao processo, revelando-se muito mais como um grande negócio. Batista, Brito e Pantoja (2016) ainda destacam que as mudanças do gabarito de altura foram realizadas sem a participação popular, o que coloca em dúvida o exercício da cidadania.

Nesse mesmo período, outro processo urbano passou a ser identificado na cidade de Macapá, o espraiamento, ou seja, o alargamento disperso da malha urbana provocado pela ação especulativa dos agentes privados e pelo próprio modo de proceder do Estado. De acordo com Weiser e Tostes (2018), o espraiamento foi caracterizado pelas ocupações espontâneas e

⁵⁶ No ano de 2023, a Região Metropolitana e Macapá completou 20 anos de criação.

⁵⁷ Em 2013, o município de Mazagão foi integrado a Região Metropolitana e Macapá.

loteamentos até então presentes no modo de produção espacial, mas também foi acrescido pelas novas construções dos condomínios fechados e dos conjuntos habitacionais fora da malha urbana (Tavares, 2022). Aqui, se inicia a formação dos bairros Infraero I e II, Ilha Mirim, Açaí, Brasil Novo, Boné Azul, Lago da Vaca, Ipê, Sol Nascente, Morada das Palmeiras, km 9, Cajari, Bella Ville, Marabaixo I, II e III que diferente dos demais surgiram, em sua maioria, no formato de ocupações espontâneas ou loteamentos (Mapa 3).

No ano de 2015, chegou ao Amapá o Linhão de Tucuruí, projeto que tinha como intenção baratear o custo da energia elétrica e possibilitar o acesso à internet banda larga a partir da sua integração no Sistema Interligado Nacional (SIN), com a conclusão total da Hidrelétrica Coaracy Nunes em 2016, o Linhão de Tucuruí também passou a exportar para outros estados a energia produzida no local, e em 2017, houve a abertura para travessias de automóveis de passeio na Ponte Binacional seguido do avanço da fronteira do agronegócio da soja no estado, fatos que vêm redirecionando a dinâmica espacial amapaense para a espinha dorsal do estado, a BR-156. Em Macapá o processo de expansão urbana passou a ser induzido em sentido da AP 210 e AP 440, rodovias que recebem e distribuem o fluxo da BR-156 pela cidade, situação que levou a formação dos bairros Goiabal, São José, Parque dos Jardins, Coração, Jardim América, Macapaba, Amazonas, Jardim das Acácias e Palácio das Águas.

Em 2022, foi inaugurado a rodovia Norte-Sul e o viaduto Evandro Andrade, estruturas que fizeram a ligação entre as rodovias AP 210 e Duca Serra, conectando as zonas Norte e Sul de Macapá, fato que foi seguido por um processo de ocupação espontâneo do seu entorno (Mapa 3). Aqui, observamos a consolidação dos bairros que surgiram nos anos 2000 e o início da apropriação da rodovia AP 210 após o entroncamento com a AP 440 (Mapa 3).

Hoje as expectativas amapaenses se encontram no fim da pavimentação da BR-156, na exploração do petróleo na fronteira de Oiapoque, na instalação da rede de fibra ótica que ligará a América Latina à Europa através da Guiana Francesa, no incentivo à bioeconomia, no estímulo logístico e gradual da atuação do agronegócio da soja no território amapaense e nas *star ups*. Projetos esses que, sem dúvida, modificaram a dinâmica espacial do estado e, conseqüentemente, da cidade de Macapá.

AAÇÃO DO CAPITAL IMOBILIÁRIO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE MACAPÁ

Desde a origem do núcleo urbano de Macapá, quando o território do Amapá estava sob o domínio do Pará, é perceptível a influência do capital imobiliário na configuração do seu espaço. A política de ocupação da Amazônia sempre esteve vinculada as atividades extrativas incentivadas pela coroa portuguesa, onde a produção e a circulação das riquezas representavam o alicerce de sua relação com a metrópole e o meio para se desenvolver. Portugal

se utilizou do artifício da introdução forçada de pequenos centros urbanos em pontos estratégicos, como o caso de Macapá, para garantir a posse das terras e agilizar a circulação do capital, razão pela qual se pode afirmar que o capital imobiliário já vinha desempenhando a sua função dentro do ciclo produtivo.

A construção da Igreja Matriz seguida da Fortaleza de São José as margens do rio Amazonas reforçaram a posse daquelas terras e de tudo o que elas poderiam proporcionar, ao mesmo tempo que estimulou a formação de aglomerações e de estruturas que facilitariam os processos de exploração e de circulação do capital. O Decreto-Lei Imperial 87 e a Lei Provincial 281 de 1856 foram ações que buscaram reconhecer, perante a estrutura político-administrativa do momento, o monopólio e a presença imperial no local o que, conseqüentemente, trouxe maiores investimentos para o desenvolvimento de Macapá.

A medida de proteção da fronteira que criou os Territórios Federais partiu do pressuposto de que terras disponíveis e devolutas são consideradas reservas de capital, circunstância que levou o Estado a se auto responsabilizar pelos processos de ocupação e de desenvolvimento do local, uma lógica que buscou atribuir a posse da terra em conjunto com a produção e a circulação do capital. Em função disso, o Território Federal do Amapá recebeu um alto número de investimentos seguido da introdução de grandes projetos minerais e agroflorestais, os quais sujeitaram o modo de produção do espaço urbano amapaense às leis de circulação do capital, e Macapá como a capital federativa concentrou grande parte dessas ações.

A estruturação do núcleo urbano de Macapá com infraestrutura e serviços de utilidade pública acompanhado dos elementos que compuseram os grandes projetos, especificamente os que estavam locados em Santana (porto, ferrovia e vila Amazonas), causaram nas pessoas o interesse pelas áreas de entorno, seja pela proximidade com o local de trabalho ou pela própria dinâmica econômica que havia sido estabelecida ao seu redor induzindo a expansão urbana a partir do complexo de estruturas e do conjunto de elementos (Mapa 2). Com o aumento populacional e o crescimento da malha ortogonal, essas áreas passaram a possuir maiores diferenciais de localização, permitindo a sua reversão em lucros e salários suplementares que passaram a ser convertidos em renda fundiária.

O constante fluxo migratório para a cidade de Macapá ultrapassou a capacidade de atendimento do Governo Municipal e do número de empregos disponíveis naquele momento, provocando sérios problemas socioeconômicos que foram agravados com a expansão urbana alcançando as áreas úmidas. Esse colapso inviabilizou o papel do Estado como agente que promove a infraestrutura e os serviços de utilidade pública, bem como, a sua responsabilidade soberana perante a produção do espaço urbano, abrindo margens para a atuação livre dos

agentes privados que se utilizaram dos loteamentos como empreendimento especulativo incompatível com a renda de parte da população, impelindo-a para as periferias desassistidas pelo Estado e/ou para o entorno das áreas úmidas (Mapa 2).

A concepção do Distrito Industrial de Macapá como mecanismo de promoção do desenvolvimento foi uma ação do capital imobiliário que propôs abrigar e concentrar as empresas e indústrias em uma única área, uma organização espacial que buscou facilitar a logística e a interação entre os agentes econômicos, reduzindo o custo e tempo de suas produções. O desmembramento de Santana do município de Macapá também alterou a ordem e a relação entre os dois espaços, sendo motivada pela ideia de interiorização do desenvolvimento e da composição de um novo corpo técnico-administrativo que traria novas oportunidades de empregos, aumentando assim, a circulação do capital, mesmo que de modo momentâneo.

É válido referir que a produção e a circulação do capital estabelecidas pelos grandes projetos representaram a base da relação local com o restante do país e o seu suporte para o desenvolvimento, todavia eles refletiram o contexto histórico da colonialidade com a dominação e a exploração de recursos materiais e imateriais existentes no Amapá.

A elevação dos Territórios Federais para Unidade Federativa partiu do pensamento político neoliberal de retirada das despesas com a ocupação e o desenvolvimento desses locais até então assumidos pelo Estado, isso, em decorrência da crise fiscal daquele período. O estado do Amapá assumiu sua autonomia institucional com a defesa de um protagonismo no impulsionamento do desenvolvimento econômico, um mecanismo que buscava certificar a reprodução ampliada do capital sob a justificativa de subsidiar o bem-estar social.

A nova condição e as estratégias elaboradas para o alcance da independência política e econômica, bem como, a criação de vários municípios, geraram expectativas promissoras ao olhar externo, o que atraiu um grande fluxo migratório para o local, todavia a capacidade administrativa diante do desafio de independência revelou-se bastante falha, afetando inclusive a configuração do espaço amapaense que passou a concentrar grande parte de sua população nas áreas urbanas. Macapá, por assumir a posição de centralidade do estado com o melhor complexo de estruturas, foi a cidade que teve o maior crescimento populacional, o que agravou os problemas socioeconômicos que surgiram durante o período do Território.

As atividades da ALCMS e a relação de complementariedade das atividades e funções das duas cidades proveniente do seu histórico intensificaram o fluxo nos eixos rodoviários que as conectam (Duca Serra e Josmar Chaves Pinto), e a compreensão da expressividade dessa dinâmica por parte dos agentes imobiliários instigou a construção de seus empreendimentos ao

longo das rodovias, especialmente loteamentos e condomínios fechados, levando a modificação da produção e da rentabilização fundiária dessas áreas, ação que antecipou o processo de conurbação entre Macapá e Santana (Mapa 3). A institucionalização da RMM, que nada mais foi que uma consequência desse processo, enfatizou a integração de Macapá e Santana a partir do transporte rodoviário, o mais comum e utilizado na região, o que causou um movimento especulativo ainda maior no entorno das rodovias. Vale ressaltar que a RMM não atingiu a maturidade para a organização de um Plano Metropolitano envolvendo os municípios integrantes, tão pouco para a elaboração do Plano Diretor de Mazagão e a reconfiguração, dentro do aspecto metropolitano, dos planos diretores de Macapá e Santana.

A institucionalização da ZFV e a previsão da integração sul-americana levaram os agentes do setor imobiliário a agirem de modo mais extensivo sob o espaço urbano de Macapá, em razão da relevância de seu papel dentro desse cenário. Tal situação, como mencionado no tópico anterior, desencadeou a aparição de 2 processos: 1) a verticalização e; 2) o espraiamento; o processo de verticalização, por um lado, influenciou positivamente no atendimento de infraestrutura e serviços de utilidade pública disponíveis na área central, mas por outro, excluiu a população de baixa renda em decorrência dos altos valores dos imóveis construídos, sendo importante mencionar que a própria alteração da legislação foi motivada pela pressão dos agentes privados e ocorreu sem a participação social, já o espraiamento só ressaltou a incapacidade de ação do poder público e a força do capital com os pontuais e especulativos empreendimentos que alargaram dispersamente a malha urbana.

A chegada do Linhão do Tucuruí, a abertura da Ponte Binacional para travessias de automóveis de passeios e o avanço da fronteira do agronegócio da soja estão mudando a direção da dinâmica espacial amapaense com ênfase para a BR-156, o que também pode ser observado no processo de expansão urbana de Macapá que passou a ser induzido pelas ações do setor imobiliário em sentido da AP 210 e AP 440, rodovias que recebem e distribuem o fluxo da BR-156 pela cidade, processo que possivelmente será intensificado com a rodovia Norte-Sul e o viaduto Evandro Andrade que fazem a interligação entre as rodovias AP 210 e Duca Serra, o polígono formado por esses eixos rodoviários tende a apresentar uma alta pressão especulativa nos próximos anos, principalmente quando se considera as novas expectativas.

É de se referir que todas as ações e estratégias desenvolvidas pelo Governo Estadual apresentaram uma certa imposição institucional que, muitas vezes, não esteve coerente com a dinâmica local e/ou se quer integrou a população no processo de tomada de decisão. O exercício dessas ações vem sendo realizado de modo desarticulado e a implementação das estratégias acontecem de forma incompleta ou com certa lentidão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão norteadora dessa construção científica se chega à conclusão de que as principais ações do capital imobiliário que condicionaram o desenvolvimento da cidade de Macapá foram nove: 1) a imposição da formação do núcleo urbano seguida das construções da Igreja Matriz e da Fortaleza de São José; 2) a estruturação de Macapá como capital federativa; 3) a implantação dos grandes projetos acompanhados dos elementos que os compuseram; 4) a atuação dos agentes privados com o advento dos loteamentos no processo de expansão; 5) a criação do Distrito Industrial de Macapá; 6) as expectativas criadas com a estadualização do Amapá junto das estratégias elaboradas para o seu desenvolvimento; 7) a implementação da ALCMS e; 8) a construção da condição urbano-metropolitana e sua regionalização e; 9) a especulação imobiliária com a verticalização da área central e o espraiamento no sentido das rodovias.

A logística de circulação do capital proveniente dessas ações produziu uma rede convergente dos transportes com efeito de atração para o rio, no qual as rodovias portaram-se como componentes intensificadores, bem como, eixos indutores dos movimentos urbanos de expansão e organização. Ao analisar a evolução da cidade de Macapá ficou claro que a baixa capacidade de ação do Estado no processo de produção do espaço, acrescida do abandono de uma parcela de suas funções e responsabilidades tracionais, tem permitido que os agentes privados do setor imobiliário se apropriassem desse processo determinando à sua maneira o modo de proceder, o que revela a urgente necessidade de mudança desse cenário.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A. J.; BRITO, D. M. C.; PANTOJA, G. M. T. O processo de verticalização urbana em Macapá/AP. **Revista GeoAmazônia**. Belém, v. 04, n. 08, p. 46 - 63, jul./dez. 2016.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Plano de Desenvolvimento Urbano**. Macapá, 1973.
- HARVEY, D. **The limits do Capital**. Chicago, The University of Chicago Press: 1982.
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez, 1983, ano II, nº 6, jun. - set., p 6-35.
- IBGE. **Censo Populacional 1950**. Rio de Janeiro, 1950.
- IBGE. **Censo Populacional 1960**. Rio de Janeiro, 1960.
- IBGE. **Censo Populacional 1970**. Rio de Janeiro, 1970.
- IBGE. **Censo Populacional 1980**. Rio de Janeiro, 1980.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

IBGE. **Censo Populacional 1991**. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. **Censo Populacional 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

IBGE. **Censo Populacional 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Censo Populacional 2022**. Rio de Janeiro, 2022.

LAMARCHE, F. Property Development and the Economic Foundations of the Urban Question. In: PICKVANCE, C. G. (Org). **Urban Sociology Critical Essays**. Kent, Tavinstock Publishers, 1976.

MARX, K. **O Capital: Livro I**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

NASCIMENTO, K. J. S.; SANTOS, E. R. C. **Estruturação do espaço urbano de Macapá enquanto capital do Território Federal do Amapá (1944 -1988)**. Terra Brasilis: Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, on-line, dez. 2013.

PORTO, J L. R. Repensando o Estado do Amapá (Brasil): entre (re)formatações e (re)configurações espaciais. **Revista Confins**, v. 55: 131 - 146, 2022.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento geográfico desigual da Faixa de Fronteira da Amazônia Setentrional brasileira: reformas da condição fronteira amapaense (1943-2013)**. Maringá: Uniedusul, 2020.

PORTO, J. L. R. **A construção da condição urbana-metropolitana amapaense**. Acta Geográfica, Boa Vista, v. 12, p. 145-159, 2018.

PORTO, J L R. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943- 2000**. Tese (Doutorado em Economia) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia Aplicados, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá, 2004.

SILVA, C. O. I. **Região Metropolitana Amapaense: Dinâmicas e desafios do uso de seu território (2003-2018)**. Macapá: PPGMDR/Unifap, 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá.

SILVA, E. C. A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial. **Ciência Geográfica**, Bauru, vol. 11, n. 11, p. 428-441, jan. - dez., 2017.

SOUZA, M. C. P. **O capital imobiliário e a produção do espaço urbano: O caso da Companhia City**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Varga, São Paulo, 1988.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

TAVARES, A. P. C. **Os impactos dos processos de planejamento urbano através dos Programas Habitacionais no período 2011 a 2018 na cidade de Macapá.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2022.

TOPALOV, C. **La Urbanización Capitalista: Algunos elementos para su análisis.** México: Edicol, 1979.

TOSTES, J. A. Formação institucional e desenvolvimento regional no estado do Amapá. In: Silva, F. C.; Ravena, N (orgs). **Formação institucional da Amazônia.** Belém: NAEA, 2015.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. Laços & Nós: Dinâmicas Sub-Regionais E Interfaces Cidade-rio Na Amazônia. **Revista Geográfica de América Central.** II Semestre 2011. pp. 1-161. Número Especial EGAL, 2011, Costa Rica.

WEISER, A. A.; TOSTES, J. A. **Transformações espaciais entre as cidades de Macapá e Santana (AP): o caso das rodovias Duca Serra e Juscelino Kubitschek.** In: Semana de Arquitetura e Urbanismo, VII, 2018, Macapá. Anais da VII Semana de Arquitetura e Urbanismo, Macapá: UNIFAP, 2018.

<<https://www.openstreetmap.org/#map=12/-0.0038/-51.0572>> Acesso em: 20 de outubro de 2024.

**O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BAIRRO CONGÓS, MACAPÁ-AP:
ANÁLISES E DISCUSSÕES SOBRE O AVANÇO DE FAVELAS E
COMUNIDADES URBANAS**

Elice Jackson Moreira Coutinho⁵⁸

<http://lattes.cnpq.br/0712326881635994>

José Alberto Tostes⁵⁹

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁶⁰

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

Diferentes mecanismos de organização e planejamento do território tem se desenvolvido pelas sociedades desde que o homem passou a se organizar em pequenos grupos e buscou maneiras que lhes garantisse suprir suas necessidades primárias como: comer, beber, vestir-se, e compondo a essas, uma necessidade secundária, a de abrigar-se em locais fixos para se protegerem contra invasores externos e expandir seus territórios (Smith, 1988; Mendonça *et al.*, 2016).

A partir dessa nova ordem de organização humana, foram surgindo sistemas organizacionais de produção econômica que foram se fortalecendo e ganhando aceitação das classes poderosas que regiam as sociedades. Com o tempo esses mecanismos de organização foram aperfeiçoando-se ou sendo substituídos por outros até a ascensão e permanência do capitalismo, contexto que os espaços urbanos nasceram e se desenvolvem (Smith, 1988).

⁵⁸ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: jackcoutto3@gmail.com

⁵⁹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

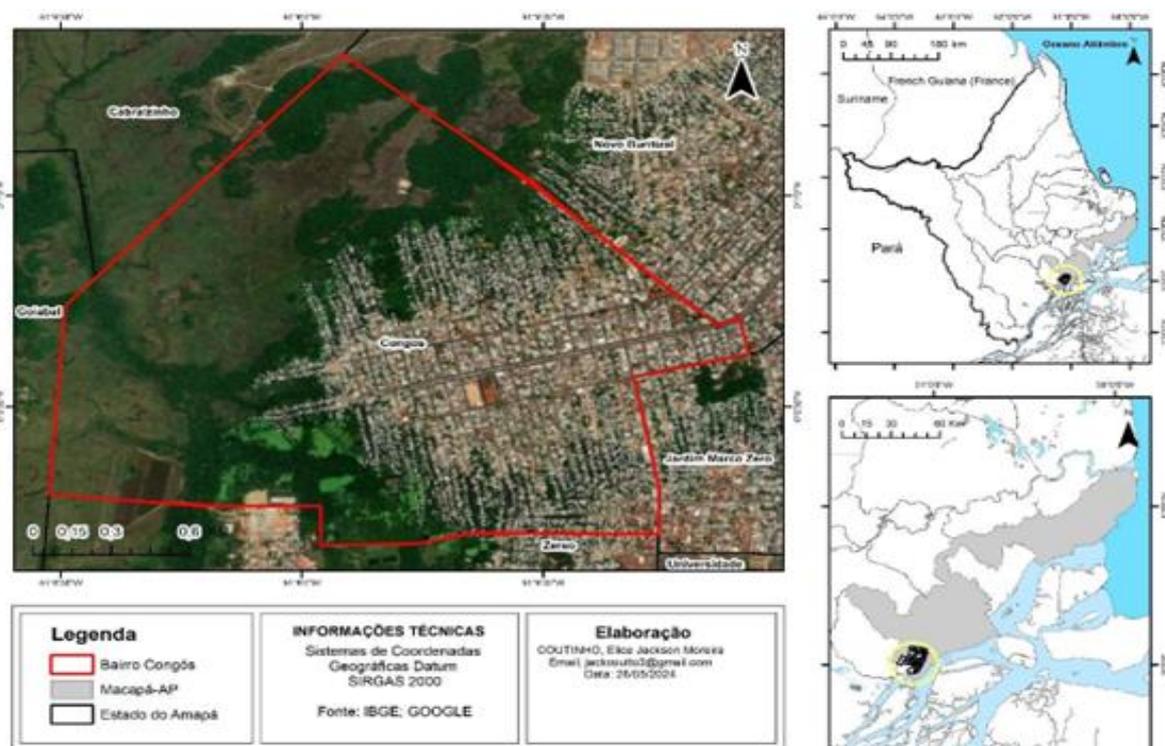
⁶⁰ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Nas cidades brasileiras ele é predominante e complexo, envolvendo por isso inúmeros tipos de sujeitos sociais e é foco de discussões de natureza científica e política quanto ao seu direcionamento para a promoção do bem-estar social e por isso deve ser analisado sob a ótica de profissionais que entendam os mecanismos que o compõem.

As cidades que ainda possuem áreas com altos índices de preservação e conservação, detém na relação do binômio Homem-Natureza, problemáticas mais evidentes, principalmente nos espaços que possuem pouco planejamento urbano e desenvolvimento social e econômico abaixo do indicado para a sobrevivência, como alguns bairros de cidades da Amazônia (Chagas; Filocreão, 2021).

Figura 1: Mapa de localização do bairro Congós.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

A produção do espaço urbano na Amazônia é caracterizada por uma diversidade técnica e conseqüente variação de qualidade e quantidade de serviços produzidos em seus espaços. A paisagem urbana é dinâmica e possui um amontado de simbolismos com diferentes níveis de importância. É a expansão desigual e combinada sendo materializada através da diversidade de urbanização que obedece a critérios de racionalização únicos a partir da lógica do capitalismo e de seus objetivos para a Amazônia. Sua densidade varia e contrasta com aspectos socioespaciais e naturais muitos particulares e nisso encontram-se lugares com funções descontínuas (Trindade Júnior, 2006). Como característico de cidades que se desenvolvem a

partir de um desenvolvimento desigual e combinado comum a todos os territórios que estão sob a gestão capitalista mundial que possui poder de efeitos na escala global, nacional e local (Smith, 1988).

Têm-se no bairro Congós, apresentado na Figura 1 e localizado na cidade de Macapá-AP, um espaço urbano que se desenvolveu em terra firme e nas áreas de ressaca em seu entorno, no que era conhecido como moradias subnormais e deve ser compreendido hoje sob o conceito de favelas e comunidades urbanas (IBGE, 2024; Tostes, 2009). Esse bairro foi criado a partir de ocupações informais (Silva; Lima, 2019) e desenvolveu-se a partir de demandas internas, configurando seu território a partir de um crescimento desordenado, apresentado equipamentos urbanos insuficiente e as necessidades de sua população e contribuindo ainda para o desgaste e deterioração do meio biótico e abiótico em seu entorno, até 2010, 63.771 pessoas residiam nas áreas de ressaca (Silva; Lima, 2019).

O bairro Congós, foi criado em 1990 após a invasão de uma determinada área cercada por áreas de ressaca. É possível observar na imagem as formas desordenadas das palafitas que funcionam com um meio de circulação e conexão entre a casa dos moradores e a terra firme.

A partir disso chegou-se a seguinte pergunta norteadora: Que variáveis foram mais determinantes para o desenvolvimento da paisagem urbana do bairro Congós na cidade de Macapá, estado do Amapá? E como o planejamento urbano e ambiental poderá desenvolver mecanismos facilitadores para qualidade habitacional e organizacional desse bairro? Com o intuito de responder a essas inquietações, a presente pesquisa possui como objetivos compreender e discutir o desenvolvimento urbano do bairro Congós, Macapá-AP no período de 2020 a 2022; Analisar o comportamento de diferentes tipos de variáveis no processo de urbanização do Bairro Congós; Diagnosticar quais variáveis no processo de urbanização foram mais importantes para justificar o processo de urbanização de 2022. A pesquisa é apresentada na seguinte ordem: introdução; referencial teórico; metodologia; resultados e discussões; considerações finais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Algumas cidades médias da Amazônia, como Macapá apresentam caracterizações naturais próprias que em seu processo contínuo de formação, evidenciam de maneira perceptiva a paisagem natural e sua relação com a produção social do espaço advinda da ação de inúmeros sujeitos sociais no que se configura como território (Mergulhão; 2016; Smith, 1988). Dentro dos espaços urbanos há continuamente a transformação da paisagem urbana, que historicamente surge por questões de natureza política, econômica e cultural (Santos, 2012; Chagas; Filocreão, 2021), agregando assim valores, interesses, e realidades sociais distintas que se organizam em

parte pelas necessidades e condições individuais de seus cidadãos e é direcionada a partir da ação determinante da gestão pública e interesse da iniciativa privada.

Nesse território, a administração pública deve prover mecanismos facilitadores para a garantia dos direitos básicos dos cidadãos, porém esta organização deve atentar-se para os diferentes tipos de especificidades que apresentam os estados e municípios. Os mecanismos para garantia do bem-estar social devem estar alinhados às necessidades apresentadas pelo quantitativo populacional e devem portar em seu escopo metas e objetivos para a harmonia na relação do binômio Homem-Natureza.

Ao considerar esse binômio de maneira harmônica, tem-se a necessidade de conservar a paisagem a partir do planejamento urbano em cidades como Macapá-AP por apresentar riquezas em seus aspectos bióticos e abióticos que diretamente estão conectados a sua paisagem urbana que nessa cidade apresenta questões complexas quanto ao uso e apropriação de seus espaços (Mergulhão, 2016). O outro aspecto dessa relação tange a habitação, que pode ser compreendida pelo direito à cidade e apresenta delicadas questões econômico-sociais que envolvem na sua História ocupações desordenadas em áreas impróprias ou sem o devido tratamento prévio e que se tornaram com o tempo demasiadamente densas.

Um dos fatores que favorecem esse tipo evento são os grandes projetos da iniciativa privada que influenciam os fluxos populacionais (Raffestin, 1993) e em sua implementação não apresentaram satisfatoriamente planos que pudessem prever os efeitos da oferta de empregos e o demasiado quantitativo populacional atraído a essas regiões (Chagas; Filocreão, 2021).

As áreas de ressaca que tem sido o alvo de ocupações irregulares por inúmeros cidadãos em busca de habitação podem ser descritas como áreas úmidas em terrenos quaternários com comportamento de reservatório de água sujeito a regime de marés (Amador; Azevedo, 2021). As moradias em áreas de ressaca em cidades da Amazônia como Macapá, significam para o Estado, o resultado de uma gestão que não conseguiu gerir seu próprio território (Mendonça *et al.*, 2016), pois se desenvolve a partir de uma das necessidades importantes para a sobrevivência do homem, a moradia.

Essa necessidade também é um direito social fundamental e de responsabilidade de seus gestores (estado do Amapá, 2019). Além disso é preciso compreender que há nela, vários fatores cooperadores, entre eles as más condições socioeconômicas, que são impeditivos para o bem-estar social do homem moderno (Smith, 1988).

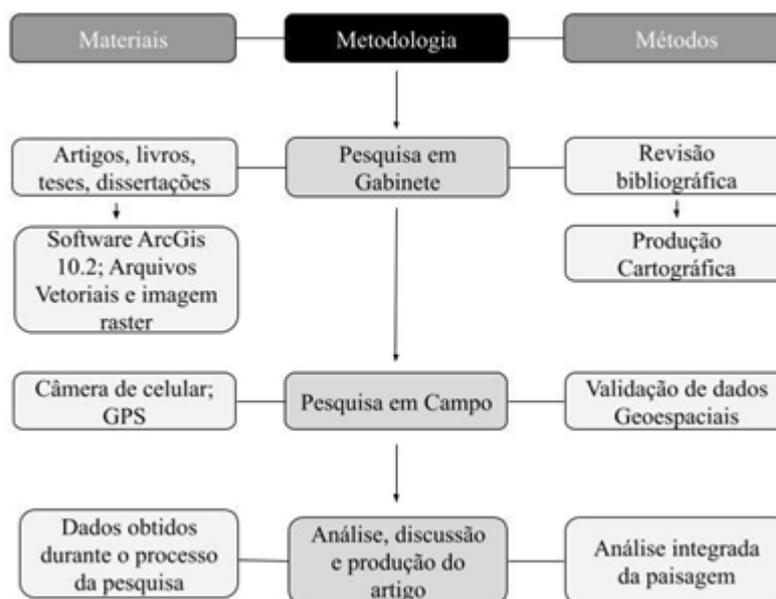
A concentração urbana é um desafio da gestão público, pela precariedade da sua estrutura psicossocial, que ao envolver diferentes classes sociais traduz-se no desenvolvimento desigual e combinado apresentado por Smith (1988), que entende o nível das estruturas sociais

como fruto de uma gestão capitalista que consegue impactar diferentes escalas. Assim, todo evento em escala local, nacional e global possuem alguma conexão, níveis de impactos e uma hierarquização. Os espaços a partir de suas formas, funções e processos tendem ou não a uma precariedade urbana, sendo essa um tema muito discutido e que deve estar conectada a ideia de um planejamento urbano diferente do que vem sendo proposto desde o século XX, pois a manutenção da organização atual pode elevar os problemas de desemprego, saneamento inadequado e baixa qualidade da educação (Chagas; Filocreão, 2021).

METODOLOGIA

O universo de estudo é o bairro Congós, localizado no estado do Amapá. Quanto aos objetivos, a pesquisa é predominantemente do tipo explicativa por buscar estabelecer as variáveis determinantes para a compreensão do objeto estudado. Se aprofundando por isso nas condições que explicam o seu cenário atual. Quanto aos procedimentos é do tipo bibliográfica por se utilizar de fontes de natureza secundária de livros, dissertações, teses, revistas e documentos oriundas de órgãos públicos (Gil, 2002), o fluxograma da Figura 1 demonstra de maneira simplificada o processo de construção da pesquisa.

Figura 1: Fluxograma.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Ao buscar compreender, analisar e descrever como se dá a organização de diferentes tipos de variáveis de maneira integrada, o método se enquadra como sistêmico (Fuini, 2016) e por se tratar de uma análise na paisagem urbana em diferentes temporalidades considera-se esse objeto como um sistema enquanto unidade histórica e social (Bertalanffy, 2010).

O intuito de utilizar as geotecnologias a partir do software ArcGis 10.2, arquivos vetoriais, imagens tipo raster para subsidiar a análise desta pesquisa justifica-se pois estas oferecem maior possibilidade de monitorar o crescimento urbano, o espaço urbano e uso da terra, por isso utilizou-se nessas técnicas de cartografia temática, sensoriamento remoto e geoprocessamento, além disso para apoiar essa análise compreendeu-se a relevância dos elementos primários como localização, tom e cor e ainda dos elementos secundários como tamanho, forma e textura enquanto chaves de interpretação das imagens analisadas (Tomazette; Costa, 2012).

Nos dias atuais as técnicas de sensoriamento remoto possibilitam a compreensão das dinâmicas da paisagem urbana, pois conseguem fornecer informações espaciais dos fenômenos que compreendem as cidades, se tornando por isso importante para o planejamento urbano e ambiental (Almeida; Oliveira, 2010). As técnicas de interpretação de imagens de alta resolução são eficazes para monitoramento do espaço urbano, entre elas é possível destaca-se as técnicas de sensoriamento remoto para monitoramento utilizando-se de elementos primários e secundários facilitam na interpretação de imagens (Almeida; Oliveira, 2010; Tomazette; Costa, 2012). Sua importância pode ser percebida quando se observa as mudanças no espaço a partir da comparação de imagens em diferentes temporalidades que possibilitam uma análise mais precisa das transformações sociais.

Assim a presença das geotecnologias nesta pesquisa permite observações quanto ao planejamento e uso do espaço. Nesse raciocínio o geoprocessamento se apresenta como uma ferramenta de suporte importante para subsidiar análises e interpretações de produtos cartográficos e/ou oriundos do sensoriamento remoto (Tomazette; Costa, 2012).

Para a leitura das imagens, as chaves utilizadas nesta pesquisa foram as chaves de interpretação: Cor por ser um elemento de análise para interpretação de imagens, sendo cinza, laranja, vermelho e verde. A chave Forma: que subsidia a leitura de objetos e superfícies, optando-se pelo uso das formas lineares e formas não lineares. A chave Textura: rugosa e lisa. As imagens interpretadas do bairro Congós, foram retiradas do Basemap do ArcGis e Google Earth Pro. A produção cartográfica se deu utilizando o ArcGis e de arquivos vetoriais foram obtidos a partir do IBGE, a Figura 2 adiante é um dos produtos a serem discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os procedimentos desta pesquisa foram utilizados para entender as variáveis que compõem essa paisagem urbana para assim ser possibilitada uma compreensão de um todo, que é entendido como a própria paisagem enquanto sistema (Bertalanffy, 2010, Rodriguez; Silva;

Cavalcanti, 2017). Quando se busca discutir o planejamento urbano e ambiental do espaço geográfico, é importante entender também quais os recursos naturais estão subjugados às variáveis determinantes para o uso e desenvolvimento da cidade.

A esse respeito Troppmair (1981) já falava que o uso racional do espaço geográfico e dos recursos naturais seria a solução e por isso se deveria considerar a importância de entender e diagnosticar os problemas ambientais para propor um planejamento adequado desses recursos, isso quer dizer que há a necessidade de avaliar os processos que compõe a paisagem a partir das exigências e níveis de uso da sociedade. Troppmair (1981) considerava que para isso seriam necessárias informações de como se organiza essa sociedade e os impactos da pressão antrópica no espaço, isso que significa que é preciso entender o nível de impacto da ação do homem sobre a natureza.

A capital Macapá, do Estado do Amapá possuía até 2010 aproximadamente 398.204 habitantes, o equivalente a 60% dos moradores do Estado (Silva; Lima, 2019), e seu adensamento demográfico resulta de fluxos populacionais, dado pela implantação de grandes projetos, da qualidade infraestrutura social ali implantada e da criação e implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana que resultaram nessa concentração populacional dentro desta capital (Andrade; Simonian, 2004; Amador; Azevedo, 2021). Concentração essa que gerou pela falta de planejamento do Estado a existência de inúmeras concentrações de moradias em áreas de ressaca, o Congós possui assim um dos maiores adensamentos populacionais de Macapá-AP (Takiyama, *et. al.*, 2012; Amador; Azevedo, 2021).

Em 2010 o bairro Congós possuía em torno de 18 mil moradores, sendo que desses 19% residiam nessas áreas (Silva; Lima, 2019). A poluição nas áreas de ressaca é uma característica facilmente percebida por moradores que ao mesmo tempo são agentes agressores e vítimas do meio social, ela transcende um problema ambiental se tornando uma questão de saúde pública e qualidade de vida. Nesse contexto a conscientização ambiental deve ser historicamente contextualizada, descartando a importância da proteção ambiental para a qualidade de vida, sendo de responsabilidade da sociedade a preservação do meio ambiente (Sánchez, 2013).

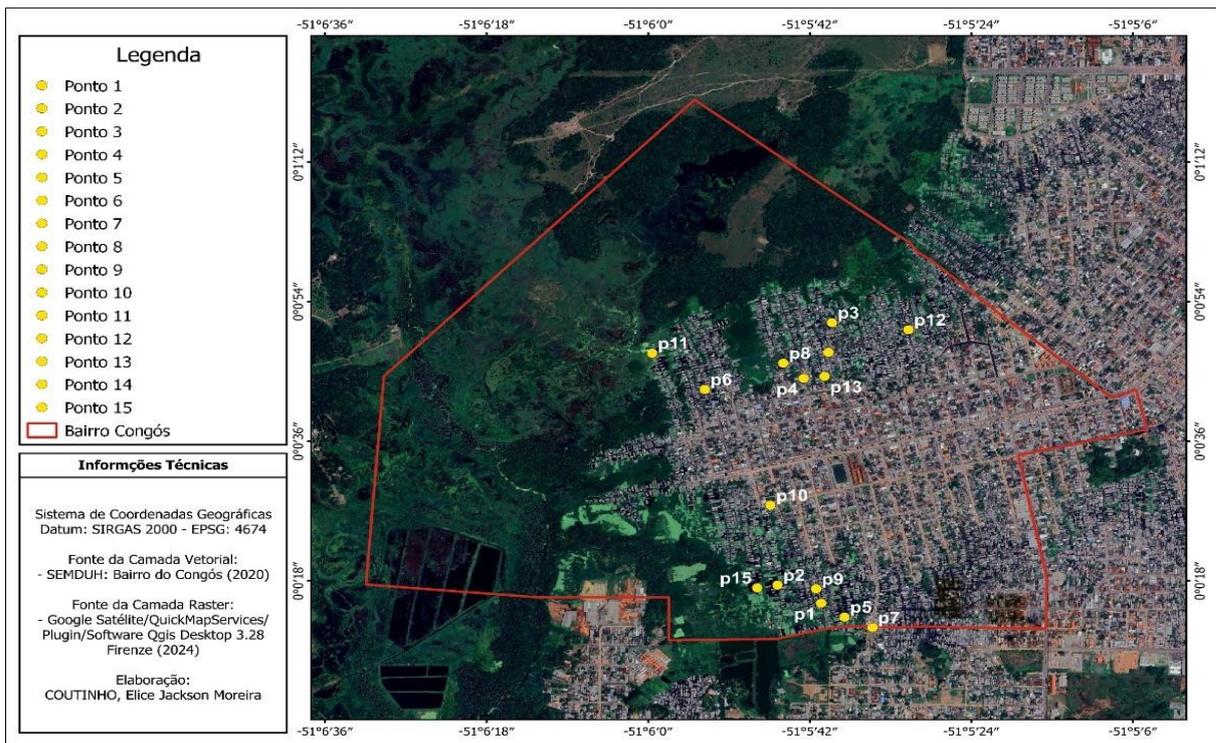
Para a validação e coleta de dados espaciais, além de registros fotográficos utilizou da pesquisa de campo especificamente em 15 pontos distribuídos nas palafitas demonstrado na Figura 2, isso justifica-se, pois, essa pesquisa em campo é uma metodologia importante para a análise de fenômenos espaciais, que vai desenvolver nesses profissionais técnicos uma melhor compreensão de um todo, onde os conhecimentos obtidos são alimentados por uma experiência científica.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Para Martinez e Leme (2007), a pesquisa de campo é uma contribuição na aprendizagem pois instiga o pesquisador a pensarem e a ler o espaço a partir das categorias selecionadas que sejam de análise fundamental para a compreensão que integra os diferentes elementos que compõe esse espaço, que para esta análise compreende-se na paisagem como eixo norteador.

O trabalho de campo é uma proposta para o pensamento e análise acerca das de diferentes problemáticas existentes, se tornando por isso um instrumento didático que faz a conexão entre teoria e prática e por isso deve transcender ao simples conhecimento empírico, essa metodologia, portanto, deve ser organizada, sistematizada para que haja uma melhor produção dentro do conhecimento científico. É um instrumento importante para a produção do conhecimento pois sintetiza determinados recortes da realidade. Ao recortar o espaço geográfico o pesquisador pode conseguir fazer os devidos procedimentos investigativos do fato desejado a serem observado (Serpa, 2006).

Figura 2: Mapa dos pontos visitados.



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Assim a partir da validação de dados verificou-se inicialmente a continuidade de intenso avanço de moradias irregulares nas áreas de ressaca. Quando se observa o mapa é possível verificar a ausência de informações, visto que alguns lugares estão sob jurisdição do crime organizado, onde existem regras e isso não permitiu que a pesquisa avançasse nessas áreas. Tal fato é uma das consequências geradas a partir instalação dessas moradias ao longo do tempo (Amador; Azevedo, 2021).

Para a busca da compreensão das dinâmicas e consequências das moradias em áreas de ressaca é importante compreender que há a existência direta dos impactos ambientais que são um dano direto, assim o dano ambiental, que se destaca pela poluição e mortalidade da fauna e flora que resulta de indesejadas ações antrópicas (Sánchez, 2013), a exemplo o desmatamento, poluição dos rios e queimadas.

Ao se observar as moradias nas áreas de ressaca pode-se concluir inicialmente que o impacto ambiental é, portanto, uma alteração do meio ambiente pela ação humana, incluindo alteração nos ecossistemas, na biodiversidade, qualidade da água e ar, fato observado por Takiyama *et. al.*, (2016).

Figura 3: Pontos 1 e 2.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

As cores cinzas na imagem em direção as áreas mais verdes são características comuns de casas das áreas de ressaca, além disso as formas não lineares representam o processo de crescimento desordenados, a onde as casas avançam de acordo com a necessidade que vai surgida e ainda indicam pela proximidade entre si um adensamento de moradias em espaços curtos entre si, o que é uma característica comum de favelas e comunidades urbanas. Uma característica interessante é que as palafitas de bairro se conectam as palafitas de outros bairros, criando um tipo de conexão diferente que é criado pelas vias de locomoção como ruas e avenidas. O que também induz a pensar que essas áreas futuramente serão todas ocupadas o que dificultará a compreensão da divisão dos bairros.

Considerando o mapa anterior e a figura 3 mostrada adiante, e que estão na divisa do bairro Congós, é possível observar ver em aspectos gerais habitações feitas de madeira, relativamente simples, e com palafitas feitas de madeira, onde há a inserção do serviço de energia, o que de certa forma institucionaliza e legitima a continuidade e permanência dessas

favelas e comunidades urbanas, e que apresentam serviços que se desenvolveram em grande parte a partir das necessidades que dos moradores que ali habitam.

Além disso não há evidentes ocupações irreversíveis nesses pontos, podendo ainda haver a chance dessas áreas serem recuperadas. Os telhados acinzentados possíveis de perceber nas imagens além qualidade do material das casas vistas nos mapas e nos registros fotográficos evidenciam aspectos de pobreza e limitações sociais, mas acima de tudo, essas construções representam impactos diretos aos organismos que habitam nesse ecossistema antes da chegada desses moradores (Takiyama *et. al.*, 2016).

A intervenção da gestão pública a partir de estruturas como a instalação de postes para energia significa a aceitação e continuidade da precariedade das condições de habitação de população, além disso o Estado juntamente com esses moradores são agentes agressores do meio ambiente.

Figura 4: Pontos 3 e 4.



Fonte: Pesquisa de campo (2024).

Quando se observa a figura 4 é possível observar que as palafitas não possuem um padrão de construção e vão se adaptando as habitações e recursos disponíveis, além disso, é evidenciado uma habitação de concreto, o que significa que os moradores dali avançaram uma etapa maior no nível de impactos ambiental. Isso vai ao encontro da proposta do plano diretor da cidade, que deveria evitar não só o avanço das moradias nessas áreas, como aplicar estratégias para a retirada dessas famílias (Macapá, 2004). Percebe-se que os aspectos sociais, econômicos e proteção ambiental são um problema para a gestão pública macapaense que produziu a partir de sua inabilidade de gerir esses ambientes e uma estrutura urbana onde a possibilidade de haver uma harmonia saudável para a coexistência do homem com a natureza é incipiente.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Além disso, casas como a descrita no exemplo anterior geralmente passam pelo processo de aterro, o que torna menos eficiente a função das áreas de ressaca enquanto reguladores térmicos (Amador; Azevedo, 2021). A esse respeito o impacto ambiental assim se apresenta como uma consequência da ação humana onde é lida comparativamente com os aspectos de um mesmo meio ambiente onde não haveria essa ação (Sánchez, 2013), e sua interpretação deve por tanto dá-se a partir do dano direto na alteração do meio-ambiente, essa alteração inclui, portanto, consequências da ação humana. A paisagem urbana nas áreas de ressaca são um exemplo de um impacto ambiental direto que produz modificações parciais totais ou parciais nesses ambientes (Amador; Azevedo, 2021).

Figura 5: Pontos 5 e 6.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Além disso é preciso entender que tais impactos são decorrentes da vulnerabilidade, que se dá pela suscetibilidade de um ambiente, ecossistema, espécie, habitats a sofrer impactos negativos. Ela pode diminuir a partir do conhecimento detalhados sobre o meio ambiente, levantamento monitoramento, análises de riscos e impactos e princípio de precaução ambiental Sánchez (2013).

Essa paisagem, que antes era natural, ao mesmo tempo que apresenta traços de uma vegetação secundária que vai se adaptando aos diferentes níveis de impactos como mostrado na figura 5, também apresenta uma vegetação típica de áreas alagadas que contrasta com a ação antrópica ao seu redor.

Além do impacto ambiental causado pelos próprios moradores, a gestão pública também possui forte contribuição no dano ambiental, quando intervém nessas áreas beneficiando e instigando a permanência desses moradores com incentivo dado a partir da construção de palafitas.

As diferentes texturas que se contrastam entre as casas das ressacas e das áreas de terra firme também são perceptíveis ao longo das palafitas. Nas áreas mais afastadas da terra firme, observa-se casas mais simples e com maior presença de áreas verdes, o que pode ser um aspecto do bairro Congós.

Por isso a análise do impacto inclui avaliação de efeitos cumulativos, sinérgicos e em diferentes prazos da ação no meio ambiente, o que contribui para diagnosticar, prognosticar seus efeitos (Sánchez, 2013). A figura 6 apresenta outra característica que induz a inferir que a gestão pública tem legitimado a permanência dessas pessoas nessas áreas, ao construir palafitas de concretos que são mais nocivas ao meio ambiente elas facilitam a circulação e aumentam a possibilidade de permanência dessas pessoas nessas áreas. Observa-se também que não há um tratamento da coleta de lixo pelos moradores que despejam todo tipo de resíduos afetando ainda mais o ecossistema ali existente.

Figura 6: Ponto 7 e 8.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ao mesmo tempo que na figura 7 mostra o aparecimento de uma vegetação secundária daquela paisagem ela indica que há um grau de desenvolvimento econômico, em áreas mais próximas da infraestrutura legítima como asfalto, saneamento básico, prédios públicos como é o caso das habitações em nível de comparação mais desenvolvidas. Essas áreas apresentam além disso problemas sociais como a violência (Amador; Azevedo, 2021).

Em muitos locais encontrados durante a pesquisa de campo observou-se intenso despejo direto de lixo nessas áreas alagadas, o que é uma característica comum nessas locais. Há também a presença de construções parciais ou mesmo totais de alvenarias como a exemplo

banheiros e mesma as palafitas. A vulnerabilidade relaciona-se assim a falta de conhecimento sobre um ambiente é diretamente proporcional ao seu potencial de impactos negativos, sendo imprescindível estudos ambientais para redução da incerteza e controle de riscos.

Figura 7: Pontos 9 e 10.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

A vulnerabilidade é dada a partir do aspecto ambiental, social e cultural e sua suscetibilidade a sofrer impactos negativos. E as favelas e comunidades urbanas do Amapá especificamente as moradias nas áreas de ressaca do bairro Congós apresentam alto níveis de vulnerabilidade ambiental em decorrência do intenso adensamento (Takiyama *et. al.*, 2012).

Figura 8: Pontos 11 e 12.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

A figura 8 mostra um pouco do nível de habitação em como ela varia a partir do afastamento em relação as ruas asfaltadas, além de um aparente nível de preservação em relação as habitações mais próximas das estruturas já mencionadas. Ao observar a Lei nº 0835

de 2004 que dispõe sobre normas relativas as áreas de ressaca (Estado do Amapá, 2004) no que concerne a possíveis ocupações irreversíveis é possível que as habitações observadas poderiam ser retidas pelo nível de construção apresentado e pelos aspectos bióticos e abióticos consideravelmente mais preservados.

Figura 9: Pontos 13 e 14.



Fonte: Pesquisa de Campo (2024).

Ao observar a figura 9 é possível um nível de despejo de resíduos relativamente expressiva, o que de fato é uma ação comum por partes dos moradores na ressaca do Congós, devido a densa aglomeração de residências (Takiyama, *et. al.*, 2012). Isso é uma séria agressão a esse meio ambiente tão importante para a regulação térmica de Macapá-AP. Esse patrimônio natural que segundo a legislação brasileira é de responsabilidade da gestão pública e da comunidade geral tem tido nesse bairro danos profundos, além de significar que ao permanecerem ali os moradores dão continuidade a segregação urbana.

Nos resultados e discussões finais, dados pelos produtos obtidos, a pesquisa se propôs a responder a duas grandes perguntas norteadoras: que variáveis foram mais determinantes para o desenvolvimento da paisagem urbana do bairro Congós na cidade de Macapá, estado do Amapá? E como o planejamento urbano e ambiental poderá desenvolver mecanismos facilitadores para qualidade habitacional e organizacional deste bairro sem comprometer ainda mais o meio ambiente?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se considera a dinâmica da paisagem urbana no bairro Congós desde sua origem até a segunda década do século XX, é perceptível a partir dos autores abordados nessa pesquisa um entendimento comum de que essas habitações avançaram a partir da migração de indivíduos vindos de diferentes regiões brasileiras que em seu intenso fluxo sobrecarregaram a capacidade

da gestão em um primeiro momento. A partir disso a infraestrutura em um bairro já periférico foi se adequando a demanda gerada por essas habitações.

O estudo confirma a necessidade de analisar o processo de uso e ocupação nas áreas de ressaca no entorno bairro Congós. A ocupação desordenada é um dos principais problemas ambientais e socioeconômicos da área. Por isso a necessidade de uma análise integrada desse bairro que destaque seus problemas ambientais, socioeconômicos e de infraestrutura a partir de uma perspectiva de planejamento urbano e ambiental que identifique os principais desafios e oportunidades para o desenvolvimento sustentável da área. A segregação socioespacial se materializa no espaço urbano a partir de determinadas formas e prejudica em maioria os mais pobres que por necessidade se tornam agentes agressores e vítimas do meio em que vivem.

A ocupação desordenada de áreas úmidas, como as ressacas, dá origem a favelas e comunidade urbanas que sofrem com o descaso por parte do Estado (Santos, 2022), isso torna altamente a ação de relevantes políticas públicas mais inteligentes voltadas que evitem esse tipo de habitação, pois na cidade geralmente elas são executadas sem uma concepção sistêmica de planejamento culminando na segregação urbana (Santos, 2022).

REFERÊNCIAS

Almeida, José António Pacheco de; Oliveira, Paulo José de. **Sensoriamento remoto I**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010. Disponível em: <https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/18525316022012Sensoriamento_Remoto_I_Aula_1.pdf> Acesso em: 25 mar. 2024.

AMADOR, Glenda Cristina Costa; AZEVEDO, Felipe Moreira. ÁREA DE RESSACA DO LAGO DO PACOVAL NA CIDADE DE MACAPÁ: uma proposta de requalificação urbana. REV. MULT. CEAP, v. 3, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em: < <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/123/77>> Acesso em: 20 nov. 2024.

ANDRADE, Rosemary Ferreira de; SIMONIAN, Ligia T. L. Malária e migração no Amapá: projeção espacial num contexto de crescimento populacional. **PAPERS do NAEA**, Belém, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/download/11556/7970>> Acesso em: 03 abr. 2024.

BERTALANFFY, Ludwig Von. **Teoria Geral dos sistemas**: fundamentos, desenvolvimento e aplicações. 5 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

BONFIM, Uraci Castro. **CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E ALTA ADMINISTRAÇÃO DO EXÉRCITO**. Escola De Comando E Estado-Maior Do Exército, 2015.

CHAGAS, Marco Antônio A. FILOCREÃO, Antônio Sérgio M. Cenários de desenvolvimento para o Amapá 2020-2050: um estudo de caso na amazônia brasileira. In: FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; PIZZIO,

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Alex; THEIS, Ivo Marcos (Orgs.). **Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais**. Palmas: EDUFT, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2568?locale=pt_BR> Acesso em: 10 fev. 2024.

Estado do Amapá. **Lei nº 0835, de 27 de maio de 2004**. Estado do Amapá, 2004. Disponível em: <http://transparencia.ap.gov.br/relatorios/atos/leis/SEMA_LEI_0835_DE_27_DE_MAIO_DE_2004.pdf> Acesso em: 20 nov. 2024.

Estado do Amapá. **Constituição do Estado do Amapá**. Macapá: 2019. Disponível em: <https://editor.amapa.gov.br/publicacoes/SESA_2759e6cc2bb3e77c41522ca85ae9bd7c.pdf> Acesso em: 05 mar. 2023.

FUINI, Lucas Labigalini. A abordagem Sistêmica e a questão da Dicotomia físico/social na ciência geografia. **Ciência Geográfica** - Bauru - XV - Vol. XV - (1): jan./dez. – 2011. Disponível em: <https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_06.pdf> Acesso em: 07 nov. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Favelas e Comunidades urbanas**: Notas metodológicas n. 01: Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Macapá. Prefeitura Municipal. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá: P.M.M; SEMPLA; IBAM, 2004.

MARTINEZ, Adilson; LEME, Ricardo Carvalho. **O trabalho de campo como metodologia de ensino de Geografia: o Estudo de Caso da Vila Malvina–Guaíra/PR**. Guaíra, Paraná, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_adilson_martinez.pdf> Acesso em: 28 nov. 2024.

MENDOÇA, Letícia Scheer; ALVES, Natália Yolanda Moraes; RACHID, Renalia Bárbara Pantoja; COSTA, Jodival Maurício. Palafitas: a vida sobre as águas da cidade de Macapá. In: COSTA, Jodival Maurício (Org.). **Estudos urbano e regionais no trópico úmido**: pensando a cidade amazônica na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Autografia: Macapá, AP: Macapá, AP: UNIFAP, 2016, p. 9-22.

MERGULHÃO, Pedro. “A paisagem de Macapá e Santana poderia ser diferente...”: reflexões sobre a conservação da paisagem em cidades na Amazônia. In: COSTA, Jodival Maurício (Org.). **Estudos urbanos e regionais no trópico úmido**: Pensando a cidade amazônica na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Autografia: Macapá, AP: Macapá, AP: UNIFAP, 2016, 67-85.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática S.A, 1993.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. **Geoecologia das paisagens**: uma visão geossistêmica da análise ambiental. 5 ed. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

SÁNCHEZ, Luís Enrique. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SANTOS, Antônio Carlos Rodrigues dos. **Segregação socioespacial na produção do urbano**: o caso da área de ressaca do Canal do Jandiá em Macapá-AP. Dissertação (Mestrado em Geografia). Macapá: UNIFAP, 2022. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgeo/files/2024/03/Dissertacao_Antonio_Carlos.pdf> Acesso em: 15 set. 2024.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2012. Disponível em: <https://www2.unifap.br/geografia/files/2012/11/TESE_EMMANUEL1.pdf> Acesso em: 20 nov. 2022.

SERPA, Ângelo. O Trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**. SÃO PAULO, n. 84, p. 7-24, 2006. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/725/608>> Acesso em: 28 nov. 2024.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A. Disponível em: <<https://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2018/01/SMITH-NEIL-Desenvolvimento-Desigual.pdf>> Acesso em: 06 jan. 2017.

TAKIYAMA, Luís Roberto et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. /Luis Roberto Takiyama. Macapá: IEPA, 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Diego-Zacardi-2/publication/317401829_Zoneamento_Ecologico_Economico_Urbano_das_Areas_de_Ressacas_de_Macap%C3%A1_e_Santana_Estado_do_Amap%C3%A1/links/593934c7aca272bcd1ad78de/Zoneamento-Ecologico-Economico-Urbano-das-Areas-de-Ressacas-de-Macap%C3%A1-e-Santana-Estado-do-Amap%C3%A1.pdf?origin=publication_detail&_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6Ii9kaXJlY3QiLCJwYWdlIjoicHVibGljYXRpb25Eb3dubG9hZCIsInByZXZpb3VzUGFnZSI6InB1YmtpY2F0aW9uIn19&__cf_chl_tk=GExQ95OOYm2Rwb9kH999bSQLOTPB4VE34h6FeLlehE-1733165098-1.0.1.1-qBKIDqoQ38k2TFFU44RnzlvQYCMi7Jh6KdzTzFGQcys> Acesso em: 19 nov. 2024.

TOMAZETTE, Marcela Salci; COSTA, Sandra Maria Fonseca da. Técnicas de interpretação de imagens de alta resolução para monitoramento de praças em São José dos Campos – SP. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 13, n. 43 out/2012 p. 52–70. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16750/10517/73974>> Acesso em: 25 mar. 2024.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores do Estado do Amapá**: A experiência do município de Laranjal do Jarí: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: UNIFAP, 2009.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Regionalização, Cidades e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 17, n. 43, jan./abr. 2023. p. 222-239. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/616610493.pdf> > Acesso em 20 out. 2024.

TROPMAIR, Helmut. **Ecossistemas e geossistemas do estado de São Paulo**. Universidade de São Paulo, 1981. Disponível em: <<https://www.lapa.ufscar.br/referencias-aula-2/Troppmair%20ecossistemas%20geossistemas%20SP.pdf>> Acesso em: 10 mai. 2023.

**PLANEJAMENTO URBANO SUSTENTÁVEL NO BAIRRO PANTANAL:
ABORDAGENS PREVENTIVAS PARA A GESTÃO DE SANEAMENTO BÁSICO
E CONSERVAÇÃO HÍDRICA COM FOCO SOCIOAMBIENTAL**

Helder Eduardo de Sousa Esteves⁶¹

<http://lattes.cnpq.br/8385097116899219>

Maria Deuza da Silva Belo⁶²

<http://lattes.cnpq.br/3074920127994586>

José Alberto Tostes⁶³

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁶⁴

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

A Lei 11.445/2007 define o saneamento básico como o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os fatores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social.

Para Santana, (2014) o saneamento básico é responsável por promover o controle da saúde pública e por este motivo é de fundamental importância para o bem-estar do ser humano, uma vez que melhora a qualidade de vida de toda a população de um determinado local, eliminando fatores de risco à saúde pública e, por consequência, aumentando as condições socioambientais, que são favoráveis a uma boa sobrevivência.

⁶¹ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Economia pelo Centro de Ensino Superior do Amapá. E-mail: helderesteves@outlook.com.br

⁶² Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Direito pela Faculdade de Macapá. E-mail: mdeuza78@gmail.com

⁶³ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁶⁴ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

A qualidade de vida é possível quando o município trabalha com políticas públicas de implantação de saneamento básico, como os serviços de sistema de abastecimento de água, de esgoto, coleta, destino dos resíduos sólidos, dentre outros serviços que são vitais à vida do ser humano.

Para que a sociedade tenha dignidade humana e condições essenciais à sobrevivência de cada indivíduo, é necessário que a gestão pública garanta os serviços de saneamento básico, uma vez que a falta desta política tem provocado uma grande desigualdade social e isto acaba gerando uma grande injustiça social, retratada pelas desigualdades nos serviços fornecidos (Wagner, 2013).

Com base na lei de acesso ao saneamento básico é que no mês de setembro de 2021, o Consórcio Marco Zero firmou o contrato de concessão pelos serviços de saneamento do estado EQUATORIAL ENERGIA, (2021) a concessionária tem o objetivo de criar alternativas para expandir o volume de investimentos nesse setor no estado do Amapá. Assim, em 13 de julho de 2022, a Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA) passou a conduzir o controle dos serviços de água e esgoto, detendo os direitos de concessão pelos próximos 35 anos em 16 áreas urbanas do estado, inclusive da capital Macapá, GRUPO EQUATORIAL, (2022).

Desta feita o bairro Pantanal, localizado na Zona Norte de Macapá, é um lugar onde contrastes marcantes definem a vida cotidiana. Os moradores do bairro, determinados a construir um futuro melhor, enfrentam diariamente desafios impostos pela carência desta infraestrutura básica e essencial. As ruas, que deveriam ser espaços seguros e limpos para o tráfego, muitas vezes estão cobertas por águas servidas que exala mau odor e representa risco constante à saúde pública, ao comércio e aos negócios que acontecem no bairro.

De acordo com o Instituto Trata Brasil, Macapá apresentou a pior avaliação entre as capitais do país. Em média, 80% dos moradores não têm acesso à água potável, menos de 30% contam com coleta de esgoto, e somente 18% do esgoto gerado recebe tratamento. Esse cenário vai além de um problema ambiental; ele revela as profundas desigualdades sociais que ainda afetam a maior parte dos bairros de Macapá, onde muitos enfrentam diariamente a falta de infraestrutura básica para uma vida digna.

Dentro desse contexto o estudo visa analisar que a falta de um sistema adequado de esgotamento sanitário e drenagem pluvial não apenas prejudica a saúde pública, o meio ambiente, mas também aumenta a vulnerabilidade dos moradores, que enfrentam diretamente as consequências de doenças e da degradação urbana no Bairro Pantanal.

É o que elenca a lei municipal em seu art. 1º Esta Lei, em consonância com o disposto na Lei Nacional nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabelece as diretrizes e disciplina a prestação do serviço público de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no território do Município de Macapá, com a finalidade de assegurar a proteção da saúde da população e a salubridade do meio ambiente.

OCUPAÇÃO DO BAIRRO PANTANAL

A ocupação do bairro Pantanal, faz parte do crescimento do município de Macapá, no início, a área onde se encontra pertencia à empresa Bento Construções e Comércio Ltda., conhecida popularmente pela comunidade como "área da BETRAL". A empresa usava o local para extração de aterro, que era transportado para outras partes da cidade e para reforçar a construção do muro de arrimo da orla da beira-rio.

Figura 1: Imagens de satélite antigas do bairro pantanal e imagem de acervo 2003.



Fonte: Imagem Google Earth, 2024; Acervo pessoal.

Em 1995, o Banco do Brasil comprou a área, e, dois anos depois, em fevereiro de 1997, ela foi adquirida pelo Governo do Amapá. A intenção era transformar o espaço em um programa habitacional, voltado para funcionários públicos que atendiam aos critérios do Instituto de Terras do Amapá (TERRAP), hoje chamado Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá (IMAP). Dessa forma, a área passou a abrigar pessoas que buscavam construir suas vidas em uma Macapá em expansão, mas que ainda enfrenta desafios de infraestrutura.

Após um incêndio no bairro Perpétuo Socorro, onde muitas famílias perderam suas casas, essas pessoas foram realocadas para a então área que hoje é conhecida como bairro Pantanal. No início, o programa habitacional oferecia apenas o básico: demarcação de lotes, abertura de ruas e uma iluminação simples. No entanto, essa infraestrutura inicial logo mostrou suas limitações. Algumas áreas foram rapidamente ocupadas de maneira desordenada e sem

planejamento mínimo adequado, e a rede elétrica, feita com postes de madeira, revelou-se frágil e com vida útil curta, deixando os moradores com necessidades não atendidas e novas dificuldades a enfrentar.

Mais de duas décadas após seu surgimento, o bairro Pantanal passou por algumas melhorias na sua infraestrutura. Os antigos postes de madeira foram substituídos por modelos mais resistentes, foram construídas escolas, unidade básica de saúde para atender a comunidade, igrejas, arena esportiva, asfaltamento das vias. No entanto, o bairro ainda enfrenta grandes desafios. A falta de um sistema de esgoto e de drenagem eficiente, além da ausência de abastecimento regular de água tratada pela Companhia de Saneamento do Amapá (CSA), antiga CAESA, faz com que os moradores dependam de poços amazônicos e artesianos para obtenção de água.

O bairro Pantanal ainda sofre com a ausência de espaços e equipamentos sociais essenciais, como centros de mobilização comunitária, onde afeta diretamente o desenvolvimento social e a qualidade de vida dos seus moradores. Essa realidade histórica e estrutural ajuda a entender os desafios que o bairro enfrentou, especialmente no que diz respeito à saúde pública e ao bem-estar da comunidade, como exemplifica as imagens abaixo, vias, sem asfalto, iluminação precárias, lixos nas ruas, falta de transporte público.

A ocupação do Pantanal, é um exemplo claro de como a falta de planejamento e de investimentos em infraestrutura básica para um bairro pode colocar a população em condições de vulnerabilidade e exclusão social, deixando os moradores por anos a mercê da falta de políticas públicas que são essenciais para superar as dificuldades do dia a dia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Área de Estudo

O bairro Pantanal, localizado na zona norte de Macapá, entre os bairros, Renascer II, Pacoval, Vitória do renascer e Renascer I, foi escolhido como foco desse estudo, para investigar os desafios diários enfrentados por seus moradores, observasse que muito tem sido feito pelo bairro, mas no que refere em especial ao saneamento básico.

Com uma população de 2.281 pessoas, o bairro é composto por 25 quadras, 3 ruas e 14 avenidas, conta com uma unidade básica de saúde, igrejas, uma escola pública estadual e uma arena esportiva, que atende a comunidade, vias de acessos para tráfego de veículos, transporte público, pequenos comércios na avenida principal.

A pesquisa do tipo descritiva observa, registra e analisa fenômenos, sem manipulá-los. Procura descobrir a frequência, sua natureza, características e sua relação com outros fenômenos. A abordagem qualitativa se preocupa, com as ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, apenas analisado e estudado (MINAYO, 2010).

Figura 2: Via Aníbal Barcelos (2022) e área de ressaca do bairro Pantanal (2013).



Fonte: Acervo pessoal.

Além de documentar essas questões, essa abordagem transformou as informações coletadas em dados visuais que poderão orientar futuros planejamentos de melhorias com mais precisão e realismo. Assim, o estudo buscou garantir que as soluções propostas realmente atendam às necessidades e aspirações dos moradores, refletindo a realidade cotidianas da comunidade do bairro Pantanal.

COLETAS DE DADOS

A pesquisa, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa, concentra-se em dados secundários sobre saneamento básico nos bairros de Macapá, organizando uma linha do tempo das transformações ocorridas nos últimos anos. Para compreender os desafios enfrentados pelos moradores do bairro Pantanal, foi adotada uma metodologia que combina técnicas tradicionais, ou seja, fazendo visitas em lócus e modernas como imagens de satélites, garantindo assim uma análise detalhada e sensível da realidade local.

A coleta de dados incluiu revisão bibliográfica, análise de imagens geoespaciais, registros fotográficos e visita ao bairro. A visita no bairro foi essencial para identificar os problemas mais urgentes que impactam o cotidiano dos moradores no que diz respeito ao saneamento básico. Utilizando ferramentas tecnológicas, mapeamento pontos críticos, como áreas de acúmulo de águas servidas, zonas sujeitas a inundações e locais com infraestrutura precária.

Esse processo não apenas ampliou a base de informações coletadas, mas também ofereceu uma visão mais clara dos desafios ambientais enfrentados pela comunidade, enriquecendo a compreensão do contexto local. Para complementar essa abordagem, também analisamos dados geoespaciais, utilizando imagens de satélite e registros históricos do bairro. Isso permite entender melhor as mudanças ambientais e urbanas ao longo do tempo, oferecendo uma perspectiva mais completa dos problemas enfrentados e suas causas.

METODOLOGIA

Para entender a fundo as questões que afetam o bairro, este estudo adotou uma metodologia que une técnicas tradicionais de pesquisa a ferramentas geoespaciais modernas. Utilizamos imagens de satélite, fotografias e registros históricos, o que nos permitiu observar as mudanças ambientais e urbanas que ocorreram ao longo dos anos no Pantanal. Essa análise ajudou a identificar problemas recorrentes, como o despejo de águas domésticas diretamente nas ruas, fator que agrava os riscos à saúde pública e causa desconfortos na circulação.

A pesquisa do tipo descritiva observa, registra e analisa fenômenos, sem manipulá-los. Procura descobrir a frequência, sua natureza, características e sua relação com outros fenômenos. A abordagem qualitativa se preocupa, com as ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, apenas analisado e estudado (Minayo, 2010).

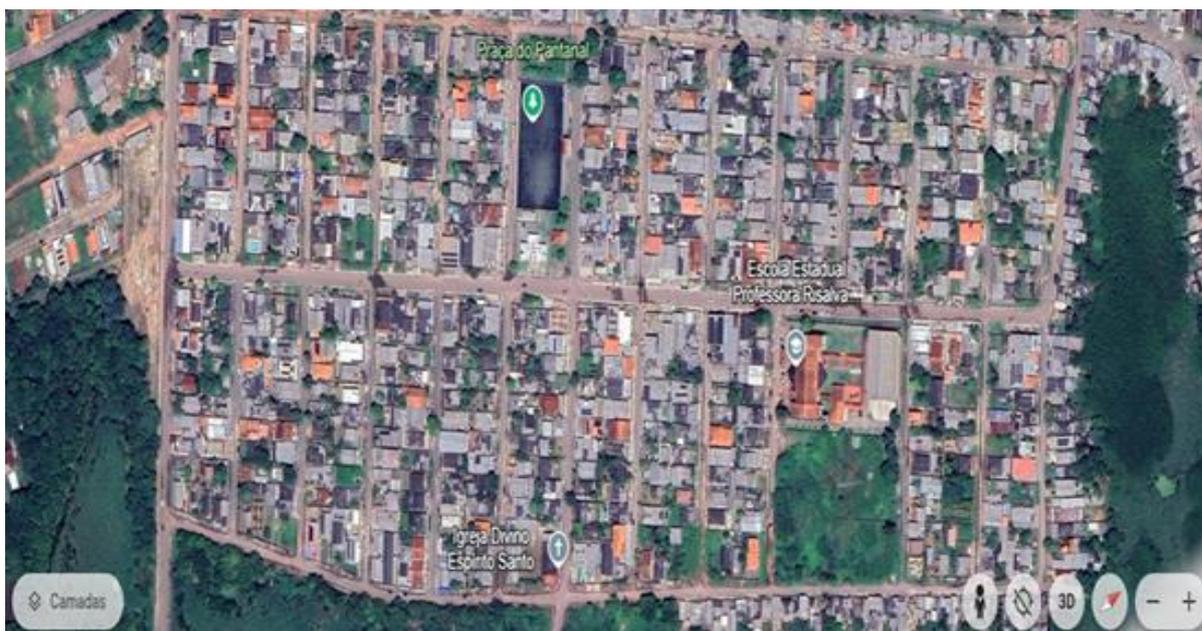
Além de documentar essas questões, essa abordagem transformou as informações coletadas em dados visuais que poderão orientar futuros planejamentos de melhorias com mais precisão e realismo. Assim, o estudo buscou garantir que as soluções propostas realmente atendam às necessidades e aspirações dos moradores, refletindo a realidade cotidianas da comunidade do bairro Pantanal.

COLETAS DE DADOS

A pesquisa, de natureza descritiva e com abordagem qualitativa, concentra-se em dados secundários sobre saneamento básico nos bairros de Macapá, organizando uma linha do tempo das transformações ocorridas nos últimos anos. Para compreender os desafios enfrentados pelos moradores do bairro Pantanal, foi adotada uma metodologia que combina técnicas tradicionais, ou seja, fazendo visitas em lócus e modernas como imagens de satélites, garantindo assim uma análise detalhada e sensível da realidade local.

A coleta de dados incluiu revisão bibliográfica, análise de imagens geoespaciais, registros fotográficos e visita ao bairro. A visita no bairro foi essencial para identificar os problemas mais urgentes que impactam o cotidiano dos moradores no que diz respeito ao saneamento básico. Utilizando ferramentas tecnológicas, mapeamento pontos críticos, como áreas de acúmulo de águas servidas, zonas sujeitas a inundações e locais com infraestrutura precária.

Figura 4: Imagem de satélite do bairro Pantanal.



Fonte: Imagem Google Earth, 2024.

Esse processo não apenas ampliou a base de informações coletadas, mas também ofereceu uma visão mais clara dos desafios ambientais enfrentados pela comunidade, enriquecendo a compreensão do contexto local. Para complementar essa abordagem, também analisamos dados geoespaciais, utilizando imagens de satélite e registros históricos do bairro. Isso permite entender melhor as mudanças ambientais e urbanas ao longo do tempo, oferecendo uma perspectiva mais completa dos problemas enfrentados e suas causas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem que combinou a análise de conteúdo, imagens geoespaciais e fotográficos. Essa análise permite observar se houve evolução do sistema de saneamento básico em Macapá nos últimos anos, período em que a CAESA empresa estatal era responsável pelo atendimento na cidade e com a desestatização mudando para a nova empresa vencedora do certame.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Após a desestatização o saneamento passou a ser de responsabilidade da empresa vencedora do certame, atual CSA. É importante frisar que, houve um período em que muitos bairros não tiveram e ainda não tem a cobertura desse serviço básico e essencial e que a nova empresa visa suprir esta necessidade.

Como o município sofreu com a falta de investimentos no saneamento básico nos últimos anos (Goassociados, 2023), esse fator, possivelmente, impactou diretamente na baixa evolução do abastecimento de água, o que corrobora com Costa (2018), que descreve que são necessários maiores recursos financeiros para que haja o acesso à água em quantidade suficiente e qualidade adequada.

Figura 5: Ampliação da rede de esgoto em Macapá.



Fonte: Acervo pessoal.

Segundo Viegas et al. (2021), na região norte ainda prevalecem os piores índices de saneamento do país, e Macapá apresenta um dos resultados mais críticos, devido a uma das menores participações do país em investimentos no setor. Rubim (2023) avalia que a falta de capital é um grande impeditivo, e que investimentos pesados precisam ser feitos para solucionar a precariedade das redes de esgoto.

É importante ressaltar que, a nova empresa vencedora do certame para o serviço de tratamento de água e esgoto, atue para que seja obtida a qualidade adequada do serviço prestado no tratamento de água e esgotamento sanitário, melhorando efetivamente esse serviço,

ou seja, impactando positivamente na vida da população macapaense e do Bairro Pantanal, além de atender às metas de universalização dos serviços de saneamento propostos pelo Marco Legal do Saneamento (Brasil, 2020).

Além disso, Oliveira e Moraes (2017) afirmam que o baixo atendimento de esgotamento sanitário ocasiona riscos de contaminação das águas superficiais e subterrâneas, e como resultado, a contaminação de poços, no qual seu uso é comum em Macapá, onde 45,5% da população recorre a poços profundos ou rasos como fonte de abastecimento, segundo dados publicados pelo IBGE (IBGE, 2022b). A precariedade e a vulnerabilidade sanitária dos mananciais subterrâneos no município são destacadas no estudo realizado por Sousa et al. (2023).

Figura 6: CSA e a melhoria do saneamento básico.



Fonte: Acervo dos autores.

Segundo Ribeiro & Rooke (2009), quando se constrói uma rede de esgoto, está se investindo em: afastamento e tratamento rápido e seguro dos dejetos; visando atingir benefícios como conservação dos recursos naturais; melhoria das condições sanitárias locais; eliminação de focos de contaminação e poluição; eliminação de problemas estéticos desagradáveis; redução dos recursos aplicados no tratamento de doenças; diminuição dos custos no tratamento de água para abastecimento da população.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Quadro 1: Comparativo dos problemas existentes no bairro Pantanal.

Diagnósticos dos problemas existentes	Impacto da falta de saneamento básico no bairro Pantanal
<p>Sobre esgoto a céu aberto nas ruas do bairro Pantanal, é comum ver águas servidas correndo livremente pelas vias. Essas águas, provenientes de atividades domésticas como lavagem de roupas, banho e pia de cozinha acabam sendo despejadas diretamente nas vias públicas, pois muitos bairros a exemplo do Bairro pantanal não têm acesso ao sistema de esgoto adequado</p>	<p>Quando chove, o bairro Pantanal sofre com as consequências da falta de saneamento básico, pois as águas pluviais que deveriam ser direcionadas para sistemas de drenagem acabam se acumulando nas ruas, formando poças que se assemelham a pequenas lagoas. Esse acúmulo constante de água não apenas deteriora o asfalto, mas também cria buracos e erosões ao longo das vias</p>
<p>Além do odor desagradável, essa situação traz sérios riscos à saúde dos moradores, especialmente das crianças e idosos, que são mais vulneráveis a doenças como verminoses e infecções gastrointestinais. Almeida e Costa (2014), descrevem que muitas doenças, como dengue e a leptospirose, estão vinculadas aos alagamentos urbanos</p>	<p>Acúmulo de água servida que é proveniente do uso doméstico que são despejadas diretamente na via pública, transformando atividades cotidianas, como ir ao trabalho ou levar os filhos à escola, em desafios diários. Na pesquisa desenvolvida por Garcia et al. (2017), os autores destacam que do ponto de vista sanitário, o acesso à rede de esgoto evita a poluição do solo, dos mananciais, além de evitar contato dos insetos e vetores com os dejetos, conseguindo assim, controlar e prevenir doenças</p>
<p>A Habitat para a Humanidade Brasil (2021) destaca que a coleta e o tratamento adequado do esgoto são fundamentais para evitar a contaminação da água e, assim, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. Em comunidades de baixa renda, como o bairro Pantanal, onde a infraestrutura básica é insuficiente, a falta de saneamento adequado afeta diretamente a saúde e o bem-estar dos moradores</p>	<p>Habitat para a Humanidade Brasil (2021) ressalta que a ausência de sistemas de drenagem eficientes intensifica a erosão urbana, aumentando não apenas os danos à infraestrutura, mas também os custos de manutenção, impactando ainda mais as comunidades que dependem dessas vias. Essas condições refletem a necessidade urgente de melhorias no sistema de drenagem urbana para garantir a segurança e o bem-estar dos moradores</p>
<p>Pode-se ainda considerar que, os déficits de cobertura dos serviços de saneamento em Macapá se concentram na população de baixa renda, principalmente naquelas que vivem em bairros periféricos ou em áreas de ressaca (OLIVEIRA; MORAES (2017)</p>	<p>A Organização Mundial da Saúde (OMS) alerta que a falta de saneamento básico adequado está diretamente relacionada à disseminação de doenças transmitidas por mosquitos, como a dengue e a zika, ambas propagadas principalmente pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i> (WHO, 2014). Além disso, Piquete (2021) destaca que, a presença de águas servidas e a má gestão dos resíduos sólidos urbanos criam condições ideais para a proliferação desses mosquitos, agravando ainda mais a situação em áreas urbanas vulneráveis</p>

Fonte: Almeida e Costa, 2014; Oliveira e Moraes, 2012; Garcia et al, 2017; Who, 2014. Adaptado pelos autores.

No entanto, a revitalização da estrutura da ETE, bem como o descarte correto do lodo, é uma das ações previstas pela concessionária para mitigar os impactos ambientais. A recuperação da ETE em Macapá desde o primeiro dia de operação da CSA, resultou no tratamento de esgoto para mais de 40 mil habitantes ao fim do ano de 2022 (Grupo Equatorial, 2022). Ademais, os principais compromissos da CSA para garantir o acesso aos serviços de saneamento são definidos por meio de indicadores específicos no contrato de concessão, tais como: desempenho operacional, de qualidade no atendimento ao usuário e de desempenho ambiental, que são acompanhados pelo regulatório, e visam assegurar o cumprimento das metas de universalização (GRUPO EQUATORIAL, 2022).

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE

As políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de saneamento básico das comunidades são eficazes para diminuir a mortalidade infantil pós-neonatal, período este em que os óbitos ocorrem devido principalmente a doenças relacionadas às condições do ambiente em que se vive. Esse fato confirma que o aumento da cobertura populacional por sistemas de esgotamento sanitário pode contribuir para reduzir ainda mais a mortalidade infantil no Brasil (Holcman, Latorre e Santos, 2004).

Dadas as dificuldades que os bairros periféricos, comunidades e cidades em vulnerabilidade encontra-se com baixa cobertura em saneamento básico, é importante destacar as ferramentas como o marco legal do saneamento básico nº 14/026/2020. Lei federal que vem, no intuito de melhorar o déficit do saneamento básico no Brasil. Em consonância com a legislação federal, o município de Macapá sancionou em 2019 a Lei Nº 2344 DE 26/07/2019, que estabelece diretriz na prestação do abastecimento de água potável e esgotamento sanitário no território do Município de Macapá.

É importante frisar que, a Lei Federal n.º 11.445, de 2007, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. Um dos princípios desta lei é a universalização dos serviços de saneamento básico, para que todos tenham acesso ao abastecimento de água de qualidade e em quantidade suficientes às suas necessidades, à coleta e tratamento adequado do esgoto e do lixo, e ao manejo correto das águas das chuvas (Brasil, 2007).

A Implementação de um Sistema de Esgotamento Sanitário para melhorar as condições de vida no bairro Pantanal é crucial. Pois, todas as residências terão acesso a um sistema de esgoto eficiente e saudável, isso requer melhorias, investimentos, expansão e ampliação da rede de esgoto nos bairros da capital Macapá.

Segundo a Habitat para a Humanidade Brasil (2021), a participação da comunidade é essencial para o sucesso de projetos de saneamento em áreas urbanas. Quando os moradores se envolvem ativamente na implementação e manutenção dessas infraestruturas, os resultados tendem a ser mais duradouros e eficazes. No caso do bairro Pantanal, o engajamento dos moradores pode ser decisivo para garantir o sucesso de qualquer projeto de infraestrutura, seja na construção de uma rede de esgoto tradicional ou na adoção de alternativas que melhore a qualidade ambiental dos moradores

Figura 7: Foto de reunião comunitária do bairro Pantanal.



Fonte: Acervo comunitário do bairro Pantanal.

Nesse sentido a Lei 9.795/1999 que dispõem a respeito da Educação Ambiental, reforça que a escola e a comunidade são protagonistas e responsáveis pelo exercício das questões ambientais junto à população, onde passam a ter participação e gestão dos interesses coletivos. Para Boff (2008), há necessidade de a população passar por uma alfabetização ecológica e rever os hábitos de consumo para desenvolver uma ética do cuidado do planeta.

Na construção de políticas públicas viáveis e que realmente façam a diferença, vai além da aplicabilidade de leis ambientais de forma isolada. O verdadeiro avanço ocorre quando as políticas são desenhadas para envolver ativamente a comunidade, transformando os moradores em protagonistas na preservação do seu meio ambiente. O desenvolvimento de um futuro sustentável depende de uma construção social, a partir do diálogo, da troca de saberes de uma

racionalidade ambiental que economize os recursos naturais a partir do consumo consciente LEFF, (2006). Ao integrar os moradores nesse processo, o bairro não apenas se protege melhor contra alagamentos, mas também promove um ambiente mais saudável e seguro, onde todos se sentem parte ativa da transformação e manutenção do lugar onde vivem.

A construção de indicadores de sustentabilidade para o setor de saneamento básico exige parcerias intersetoriais, para efetivamente incluí-los na regulação, na tomada de decisões, desde o usuário, às concessionárias de serviço de saneamento ao setor governamental (Julio et al, 2012).

Consta no (Plansab), plano nacional de saneamento básico que, deverá buscar o desenvolvimento de mecanismos de gestão dos serviços e incentivar o desenvolvimento de modelos alternativos de gestão que permitam alcançar níveis crescentes de eficiência e eficácia e a sustentabilidade social, ambiental, econômica e financeira do saneamento básico (MC, 2007).

Como destaca o Habitat para a Humanidade Brasil (2021), o monitoramento participativo e a avaliação adaptativa são essenciais para a gestão sustentável dos recursos hídricos. Esses métodos garantem que as políticas públicas sejam revisadas e aprimoradas constantemente, baseadas em resultados reais e no retorno direto dos moradores. Essa transparência não apenas melhora a eficácia das ações, mas também fortalece o laço de confiança entre a comunidade e o serviço público oferecido.

Para que as mudanças no bairro Pantanal e demais bairro sem cobertura de saneamento básico tenham impactos significativos e duradouro, é fundamental que haja um sistema de monitoramento contínuo, com a participação ativa da própria comunidade. Esse sistema deve ir além da simples coleta de dados, capacitando os moradores a serem protagonistas na avaliação da qualidade da água e esgoto e na eficácia das infraestruturas de drenagem e nos índices de saúde pública relacionados às condições ambientais.

Além disso, para incentivar a participação ativa, as associações de moradores que mais contribuírem com relatos sobre esgoto irregular, acúmulo de águas servidas e contaminação hídrica poderiam ser recompensadas com a implementação de projetos de ação social que beneficiem toda a comunidade. Esse modelo estabelece uma parceria prática entre a população e as instituições, transformando a fiscalização em um esforço conjunto e tornando a melhoria do ambiente uma responsabilidade compartilhada.

Uma maneira inovadora de fazer isso seria integrar tecnologias acessíveis, como aplicativos móveis, que permitam aos moradores registrarem e relatar problemas em tempo real. Além disso, a criação de comitês locais de monitoramento, formados por membros da própria comunidade como associação de moradores e escolas, pode garantir que o retorno seja

efetivamente incorporado às políticas públicas. Esse processo não só permite ajustes rápidos e eficazes nas intervenções, como também fortalece a confiança da população nas ações realizadas.

Ao envolver a comunidade em todas as etapas do processo, desde o monitoramento até a avaliação contínua, cria-se um modelo de gestão que é verdadeiramente responsável às necessidades locais. Isso não apenas promove a inclusão social de maneira significativa, também assegura que as mudanças implementadas tenham um impacto profundo e duradouro na qualidade de vida de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro do Pantanal, assim como muitos bairros em Macapá, enfrenta desafios que vão além das questões físicas e estruturais. Envolve a dignidade humana, saúde, meio ambiente saudável e a busca por justiça social dos seus habitantes. No entanto, ao longo desta análise, ficou claro que esses obstáculos ainda não foram superados. Estudos demonstram que o saneamento básico tem importância fundamental no que refere a qualidade de vida da população, com isso previne doenças e diminui a mortalidade, além da proteção ao meio ambiente saudável. Embora seja evidente e necessária essa importância, no Brasil a discussão sobre políticas públicas destinadas ao saneamento básico é muito recente.

O município de Macapá, é uma das cidades que ainda apresenta níveis alarmante com a falta da cobertura do serviço de saneamento básico é com base na lei de acesso ao saneamento básico a concessionária tem o objetivo de criar alternativas para expandir o volume de investimentos nesse setor no estado do Amapá. Assim, em 13 de julho de 2022, a Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA) passou a conduzir o controle dos serviços de água e esgoto, detendo os direitos de concessão pelos próximos 35 anos em 16 áreas urbanas do estado, inclusive da capital Macapá, GRUPO EQUATORIAL, (2022).

Espera-se que com a atual empresa de saneamento básico essa cobertura seja alcançada o quanto antes na cidade de Macapá, observa-se que, o desafio será grande, mas a perspectivas da concessionaria e o anseio da população dos bairros de Macapá é de muita expectativa, assim o sonho de centenas de macapaense de obter o saneamento básico fica cada vez mais próximo.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS PIQUETE. **A gestão inadequada dos sistemas de drenagem urbana é uma das principais causas de inundações em áreas urbanizadas.** 2021. Disponível em: <https://www.aguaspiquete.com.br>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ÁGUAS PIQUETE. **Entenda a importância do saneamento básico para a saúde pública**. 2021. Disponível em: <https://igua.com.br/piquete/noticias/entenda-a-importancia-do-saneamento-basico-para-a-saude-publica>. Acesso em: 26 ago. 2024.

ALMEIDA, D. S. de; COSTA, I. T. da. **A drenagem urbana das águas pluviais e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública no município de Santana**. Orientadora: Helenilza Ferreira Albuquerque Cunha. 2014. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Ambientais) – Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/477>.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. **Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000...** Diário Oficial, Brasília, DF, 16. jul. 2020.

BOFF, Leonardo. Ethos Mundial. Rio de Janeiro. Sextante, 2003.

COSTA, Giovanni Paulo Ventura. **Estudo da qualidade da água distribuída à população de Macapá pelo sistema de abastecimento**. 2018. 49 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal do Amapá. 2019.

Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico: Lei 11.445/2007 – http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm

GARCIA, M. S. D.; FERREIRA, M. P. **Saneamento básico: meio ambiente e dignidade humana**. Dignidade Re-Vista, v.2, n.3, p.12, 2017.

GO ASSOCIADOS. **Ranking do saneamento do Instituto Trata Brasil de 2023 (SNIS 2021)**. 2023. Disponível em: https://saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2023/03/Versao-Final-do-Relatorio_Ranking-do-Saneamento-de-2023-2023.03.10.pdf acesso 29 de novembro de 2024.

EQUATORIAL ENERGIA. **Consórcio Marco Zero assume concessão de saneamento no Amapá**, 2021a. Disponível em: <https://www.equatorialenergia.com.br/consorcio-marco-zero-assume-concessao-de-saneamento-no-amapa/> Acesso em: 12 novembro 2024.

Habitat para A Humanidade Brasil. **A coleta e o tratamento adequado do esgoto são essenciais para evitar a contaminação da água e, conseqüentemente, prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida**. 2021. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br>. Acesso em: 26 ago. 2024.

Habitat para A Humanidade Brasil. **Qual a importância do saneamento básico para a redução de desigualdades?** 2021. Disponível em: <https://habitatbrasil.org.br/qual-a-importancia-do-acesso-ao-saneamento-basico-para-a-reducao-de-desigualdades/>. Acesso em: 26 ago. 2024. [Ranking do Saneamento 2023 - Trata Brasil](#)

HOLCMAN, N.M.; LATORRE, M.R.D.O.; SANTOS, J.L.F. **Evolução da mortalidade infantil na região metropolitana de São Paulo**, 1980-2000. Revista Saúde Pública, v. 38, n. 2, p. 180-186, 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Macapá, 2022a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/macapa.html>

JULIANO Ester Feche Guimarães de Arruda, et al. **Racionalidade e saberes para a universalização do saneamento em áreas de vulnerabilidade social**. Ciência & Saúde Coletiva, 17(11):3037-3046, 2012.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: A reapropriação social da Natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

OLIVEIRA, O. C.; MORAES, S. C. de. **Desafios para a sustentabilidade na gestão dos serviços de abastecimento de água na Amazônia: aspectos socioambientais e econômicos do sistema de abastecimento de água na cidade de Macapá-AP**. Revista Espacios, v. 38, n. 22, p. 27-40, 2017.

RIBEIRO, J. W; ROOKE, J. M. S. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública. Juiz de Fora**, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/analiseambiental/files/2009/11/TCC-SaneamentoSa%C3%BAde.pdf>>.

SANTANA, H. B. **A importância do saneamento básico na área urbana do município de São João do Rio do Peixe/PB, com enfoque no esgotamento sanitário**. Monografia (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.

Secretaria municipal de meio ambiente, desenvolvimento sustentável e postura urbana (Semam). **A Secretaria Municipal de Meio Ambiente faz atendimento por agendamento durante mudança de sede**. 2022. Disponível em: <https://macapa.ap.gov.br/semam-suspende-atendimentos-presenciais-temporariamente/>.

SOUSA, T. S.; VIEGAS, C. J. T., CUNHA, H. F. A.; CUNHA, A. C da. **Drainage and preliminary risk of flooding in an urban zone of eastern Amazon**. Journal of Geoscience and Environment Protection, v. 11, n. 5, p. 1-16, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4236/gep.2023.115001>

Macapá. Lei Nº 2344 DE 26 de julho de 2019. **Dispõe sobre regulamentação da prestação do Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Macapá**. Disponível em: Lei Nº 2344 DE 26/07/2019 - Municipal - Macapá – LegisWeb.

MC (MINISTÉRIO DAS CIDADES). **Gasto público em saneamento básico: relatório de aplicações de 2007**.

MINAYO, M. C. S. Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

RUBIM, C. **O saneamento no Brasil sob novas perspectivas com a mudança de governo**. Revista TAE, n. 71, fev./mar. 2023.

WAGNER, V. R. **Saneamento básico: gestão de serviços de esgoto do município de Lagoa dos Três Cantos/RS**. Monografia (Especialização em Gestão Pública) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

WHO - World Health Organization. **Dengue and severe dengue**. 2014. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/dengue-and-severe-dengue>. Acesso em: 26 ago. 2024.

VIEGAS, C. J. T.; SOUSA, T. S.; CUNHA, H. F. A.; CUNHA, A. C da. **Sistema de esgotamento sanitário e casos de diarreia em Macapá/AP**. Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais, v. 12, n. 2, p. 303-316, 2021. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2021.002.0028>

PRODUÇÃO FAMILIAR E POLÍTICAS DE FOMENTO PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NO ESTADO DO AMAPÁ

Emilly Patricia dos Santos Barbosa⁶⁵

<http://lattes.cnpq.br/8513713192019914>

Elaine Regina de Souza⁶⁶

<http://lattes.cnpq.br/8722382409715152>

José Eldione Santos de Souza⁶⁷

<http://lattes.cnpq.br/0356362237900925>

José Alberto Tostes⁶⁸

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁶⁹

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Ana Karolina Lima Pedrada⁷⁰

<http://lattes.cnpq.br/2194727832416220>

Antonio Sergio Monteiro Filocreão⁷¹

<http://lattes.cnpq.br/8321993369800090>

INTRODUÇÃO

O estado do Amapá se destaca por suas riquezas naturais, sendo localizado na região Norte do Brasil, desde a sua criação tem a economia marcada por ciclos econômicos de exploração de suas terras. A economia amapaense, tradicionalmente voltada para a extração de recursos minerais e a exploração da biodiversidade amazônica, tem buscado diversificar suas

⁶⁵ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Sociologia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: emy.barbosa011@gmail.com

⁶⁶ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Administração pela Faculdade Estácio. E-mail: elaine82souza82@gmail.com

⁶⁷ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Educação do Campo Ciências, Agrárias e Biologia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: joseeldione@gmail.com

⁶⁸ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁶⁹ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

⁷⁰ Doutorado em Ciência e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Professo do Instituto Federal do Amapá. E-mail: ana.lima@ifap.edu.br

⁷¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará. Graduado em Agronomia pela Universidade Rural do Rio de Janeiro. Professor associado da Universidade Federal do Amapá. E-mail: filocreao@unifap.br

bases produtivas nos últimos anos. Neste artigo iremos abordar a importância das cadeias produtivas da agricultura familiar e da pesca artesanal que são de grande importância para a economia e consumo alimentar dos amapaenses, bem como analisar as políticas de fomento voltadas a essas cadeias de produção.

Nesse sentido, as cadeias produtivas passam a ser um conceito fundamental dentro de uma sociedade baseada na extração de recursos naturais, pode-se entender por esse conceito as atividades que vão desde a produção até a comercialização de bens que envolvem diversos agentes econômicos (Castro, 2001).

A agricultura familiar atualmente é uma atividade importante para o desenvolvimento econômico e local do estado, segundo o Censo Agropecuário de 2017, cerca de 90% das propriedades rurais no estado pertencem a agricultores familiares, que são responsáveis por uma parcela significativa da produção de alimentos (IBGE, 2018). Uma das importantes políticas de fomento para esta cadeia é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), essa iniciativa governamental busca promover a segurança alimentar e nutricional, além de fortalecer a agricultura familiar. Criado em 2003, o PAA tem como objetivo principal a compra de alimentos diretamente de pequenos produtores, destinando-os a instituições que atendem populações em situação de vulnerabilidade, como escolas, creches, asilos e hospitais.

Já a pesca artesanal é a atividade de extração de organismos do meio aquático, podendo ser utilizado para consumo próprio ou meio de obtenção de renda, podendo ser praticada por pequenos produtores, com mão de obra familiar e poucos recursos tecnológicos para produção deste tipo de extrativismo. (Sousa, *et al.* 2023). No geral, a atividade é de grande importância para a segurança alimentar da população amapaense, por ser uma prática que está atrelada ao cotidiano de comunidades que vivem no entorno dos rios, bacias e lagos do estado. Diante da importância dessa atividade para o estado e da preocupação com a conservação dos recursos naturais, existe a necessidade de políticas e diretrizes como medidas protetivas para estabelecer a pesca de maneira sustentável e equilibrada. A Lei Estadual de Pesca Sustentável tem como principal objetivo regular as atividades pesqueiras promovendo a sustentabilidade em relação aos recursos naturais e apoio da atividade, especialmente para os pescadores artesanais.

Nesse sentido, este artigo busca estudar as políticas de fomento voltadas às cadeias produtivas da agricultura familiar e da pesca artesanal, reconhecendo a importância dessas atividades para a segurança alimentar, o desenvolvimento local e a sustentabilidade ambiental, trazendo para dentro do trabalho a relevância. Diante disso, este artigo se fundará em análise bibliográfica a partir dos conceitos centrais de Agricultura familiar, Pesca artesanal e segurança alimentar que serão fundamentais para atender aos objetivos deste artigo que está centrado em

responder a seguinte pergunta: De que forma as políticas de fomento que auxiliam nas produções familiares contribuem a segurança alimentar da população amapaense?

Dessa forma, diante da relevância do estudo que se seguirá, o artigo será estruturado a partir dos seguintes capítulos: no primeiro capítulo, busca-se fazer uma relação entre a agricultura familiar e a pesca artesanal no Brasil; no segundo capítulo buscamos trazer aspectos regionais do estado do Amapá em relação a estas cadeias produtivas; do terceiro capítulo em diante pretende-se explicitar a maneira em que essa produção e as políticas de fomento buscam a segurança alimentar para a sociedade amapaense e considerações finais dos autores.

METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa faz-se necessária a determinação dos procedimentos metodológicos que permitirão compreender o caminho seguido desde a delimitação do tema de pesquisa até a sua conclusão. Inicialmente, é indispensável ponderar que este estudo abrange a revisão da literatura.

Figura 1: Pesquisa das palavras-chave "Agricultura Familiar no Amapá" na Plataforma Sucupira.

The screenshot shows the Sucupira platform interface. At the top, there are logos for gov.br and CAPES, and the text 'Plataforma Sucupira Versão 4.119'. Navigation links include 'Órgãos do Governo', 'Acesso à Informação', 'Legislação', 'Acessibilidade', and an 'Entrar' button. The main navigation bar includes 'Instituições de ensino superior', 'Programas de pós-graduação', 'Perfis', 'Produções', 'Teses e dissertações' (highlighted), and 'Projetos de pesquisa'. The search bar contains the text 'Agricultura familiar no Amapá'. Below the search bar, there are filters for 'Pesquisa avançada' and 'Ano da coleta' (2023, 2022, 2021). The search results are displayed under the heading 'Teses e dissertações' and include two entries:

- 1. AS OLERÍCOLAS NO ESTADO DO AMAPÁ: POTENCIALIDADES, PROMOÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E MELHORIAS NO NÍVEL NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO.**
TRABALHO DE CONCLUSÃO - DISSERTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - UNB
BELMIRA SILVA FARIA E SOUZA
TRABALHOS ANTERIORES A 2013 NÃO POSSUEM LINK PARA ACESSO AO TEXTO COMPLETO
- 2. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL (SDR): DESEMPENHO INSTITUCIONAL NAS POLÍTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO AMAPÁ**
TRABALHO DE CONCLUSÃO - DISSERTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL - UNIFAP

Fonte: Os autores, 2024.

A literatura acaba se mostrando de fundamental importância quando o assunto é a fundamentação da argumentação do pesquisador, verificando, neste enfoque, que as suas descobertas sintetizam o que já vem exposto nas pesquisas existentes. De acordo com o entendimento de Flick (2013), é imprescindível que a pesquisa seja iniciada com base na leitura, sendo relevante, desta feita, que o leitor procure, encontre e leia a respeito do que já foi publicado em relação ao tema que será objeto de desenvolvimento.

A partir disso, foram utilizadas plataformas de pesquisas tal como: Plataforma Sucupira que abrange as teses e dissertações de instituições de todo o Brasil em sua base de dados e repositório da Universidade Federal do Amapá.

Na figura 1, pode-se observar uma captura de tela durante as buscas na Plataforma Sucupira utilizando as seguintes palavras-chave: Agricultura familiar no Amapá; Pesca Artesanal; Segurança Alimentar; Políticas de Fomento para a Agricultura Familiar no Amapá. Os resultados abaixo exibidos na figura, são apenas para a palavra-chave: Agricultura familiar no Amapá, com apenas dois trabalhos envolvendo as palavras-chave, incluindo um trabalho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável – PPGDAS/UNIFAP (QUARESMA, 2023). Esta etapa foi seguida para todas as palavras-chave supracitadas e os artigos encontrados embasaram os capítulos a seguir.

AGRICULTURA FAMILIAR E PESCA ARTESANAL: Convergências no Contexto Brasileiro

A agricultura familiar se destaca como um modelo produtivo que centraliza a administração da propriedade e a maior parte do trabalho no núcleo familiar (Abramovay, 1997 *apud* Savoldi; Cunha, 2010). Segundo o Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, o Brasil abriga cerca de 5 milhões de propriedades rurais, sendo aproximadamente 80% (4 milhões) classificadas como familiares, conforme definido pela Lei nº 11.326/2006. Esses números revelam o papel fundamental da agricultura familiar na segurança alimentar do país, fornecendo alimentos para o consumo interno e sustentando cadeias locais e regionais de produção e distribuição de alimentos e seus derivados. Os dados estão cadenciados de forma sucinta na tabela 1.

Tabela 1: Censo Agropecuário 2017 do Instituto de Geografia e Estatística.

Censo Agro 2017		
Total (Normas vigentes em 2017)	Estabelecimentos	Área (ha)
Total	5 073 324 – 100%	351 289 816 – 100%
Não é agricultura familiar	1 175 916 – 23,2%	270 398 732 – 77%
Agricultura familiar	3 897 408 – 76,8%	80 891 084 – 23%

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017.

No entanto, até os anos 1990, a agricultura de pequena escala era conhecida por termos como "pequena produção", "agricultura de subsistência", "produtor de baixa renda" ou "pobres do campo". A partir dessa década, essas expressões foram substituídas por "agricultura familiar", que se tornou o termo oficialmente adotado no Brasil (Abramovay, 1997; Schneider e Cassol, 2014; Wanderley, 2017).

Segundo Abramovay (1995) e Schneider e Cassol (2014), três fatores principais contribuíram para o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil: 1. Renovação intelectual: Novas técnicas e métodos de pesquisa revelaram limitações dos termos tradicionais, impulsionando estudos regionais e internacionais, além da busca por novas metodologias; 2. Ressurgência de movimentos sociais e sindicais: Durante a redemocratização, organizações camponesas ganharam força, articulação e modernizaram discursos e propostas; 3. Políticas públicas estatais: O governo lançou programas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), por meio de Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996 reconhecendo social e politicamente os agricultores familiares, sendo o país pioneiro na implementação de políticas públicas, nesse contexto.

Ainda, de acordo com Schneider e Cassol (2014), três condicionantes fundamentais permitiram o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil: a estabilidade econômica (Plano Real, 1994); a partir das diretrizes da Constituição Federal de 1988 (descentralização e participação da sociedade civil) e; a retomada do papel do Estado na governança e regulação.

A partir deste novo contexto, preconceitos contra a agropecuária familiar começaram a ser superados. Abramovay (1997) destaca dois principais: a visão do produtor familiar como incapaz de competir nos mercados dinâmicos devido à falta de capacidade técnica, material ou financeira e a crença de que a agropecuária patronal é o modelo ideal de desenvolvimento, ao qual todos os estabelecimentos familiares deveriam se adaptar. No entanto, pesquisas (Abramovay, 1995; Schneider & Cassol, 2014) demonstram o potencial da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico rural.

Semelhantemente à agricultura, a natureza é o ambiente de trabalho dos pescadores artesanais, para garantir sua subsistência, eles desenvolveram e continuam a aperfeiçoar diversos sistemas técnicos de pesca para capturar várias de espécies (Pasquotto e Miguel, 2005).

De acordo com Platteau (1989) O conceito de pesca artesanal, consensualmente, é definido como o oposto da pesca em larga escala, que utiliza tecnologias avançadas e investimentos significativos, inacessíveis às comunidades pesqueiras locais. Outros autores trazem a perspectiva que caracteriza a pesca artesanal como uma atividade de baixa produtividade e taxa de rendimento com foco na subsistência (FAO, 1975; Lawson, 1977; Smith, 1979). Mesmo atendendo a condição de subsistência, de acordo com a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), a pesca artesanal representa mais da metade do pescado obtido globalmente, além de empregar mais de 90% dos 35 milhões de pescadores (FAO, 2010), indicando a geração de renda e emprego.

Inserindo a pesca artesanal no contexto brasileiro, em 1967, o Decreto-Lei 221 impulsionou o setor pesqueiro brasileiro, concedendo benefícios fiscais e permitindo a criação de diversas empresas. Como resultado, a produção pesqueira saltou 70% em apenas seis anos, passando de 435 mil para 750 mil toneladas entre 1967 e 1973. No entanto, o crescimento desacelerou nos anos subseqüentes, com um aumento de apenas 30% nos 12 anos seguintes, atingindo 970 mil toneladas. Posteriormente, o setor enfrentou uma queda significativa de 30% até 1995, chegando a 650 mil toneladas. Somente em 2009, o setor experimentou uma recuperação modesta, atingindo 825 mil toneladas, de acordo com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA, 2013).

Considerando ainda o fator “pesca artesanal no Brasil”, surgem características únicas devido à extensão continental do país, influenciada por: variações latitudinais significativas, resultando em diferentes zonas climáticas e condições oceânicas; plataforma continental vasta e heterogênea, com larguras variadas, permitindo diversas modalidades e autonomias de pesca; presença de recursos pesqueiros endêmicos de valor comercial; influência de grandes bacias hidrográficas, com afluentes e tributários de diversas dimensões; diversidade cultural resultante de processos históricos (EMBRAPA, 2014).

Figura 2: Materiais de pescadores artesanais e resultado da pesca.



Fonte: Departamento Nacional de Obras Contra Secas – DNOCS, 2022.

No Brasil, em 2022 foram registrados cerca de 1 milhão de pescadores artesanais credenciados, de acordo com dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP). Os pescadores em questão utilizam equipamentos de pesca de baixa tecnologia, caracterizados por linhas, anzóis, varas de pesca e embarcações de pequeno porte, para fins de subsistência e comércio local, conforme indicado na figura 2.

Porém, a pesca artesanal no Brasil enfrenta desafios significativos, incluindo a concorrência com a pesca industrial, que pode levar à sobrepesca e ao esgotamento dos recursos pesqueiros (Diegues, 2003). Além disso, a degradação ambiental, causada por

atividades como a poluição, a sedimentação e a destruição de habitats, afeta a biodiversidade marinha e a sustentabilidade da pesca artesanal (Muelbert *et al.*, 2013). A falta de políticas públicas eficazes e a ineficiência na gestão dos recursos pesqueiros também são obstáculos importantes (Schumann e Macinko, 2007).

Dentro dessa perspectiva, as mudanças climáticas são outro desafio significativo para a pesca artesanal no Brasil, pois alteram a distribuição e abundância de espécies pesqueiras, afetando a segurança alimentar e a economia local (IPCC, 2019). No entanto, a pesca artesanal também apresenta oportunidades para o desenvolvimento sustentável e a conservação do patrimônio cultural (Pasquotto & Miguel, 2005). A atividade pode contribuir para a economia local, promover a valorização da biodiversidade marinha e fortalecer a identidade cultural das comunidades pesqueiras.

Assim, para garantir a sustentabilidade da pesca artesanal no Brasil, é necessário implementar políticas públicas que considerem as necessidades e direitos dos pescadores artesanais, incluindo a gestão participativa dos recursos pesqueiros e a proteção dos direitos de acesso à terra e ao mar (Schumann e Macinko, 2007). Além disso, é fundamental promover a cooperação entre os setores público, privado e civil para proteger os recursos pesqueiros e o meio ambiente, bem como investir em tecnologias sustentáveis e práticas de pesca responsável.

A REGIONALIZAÇÃO DO AMAPÁ: UM VIÉS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

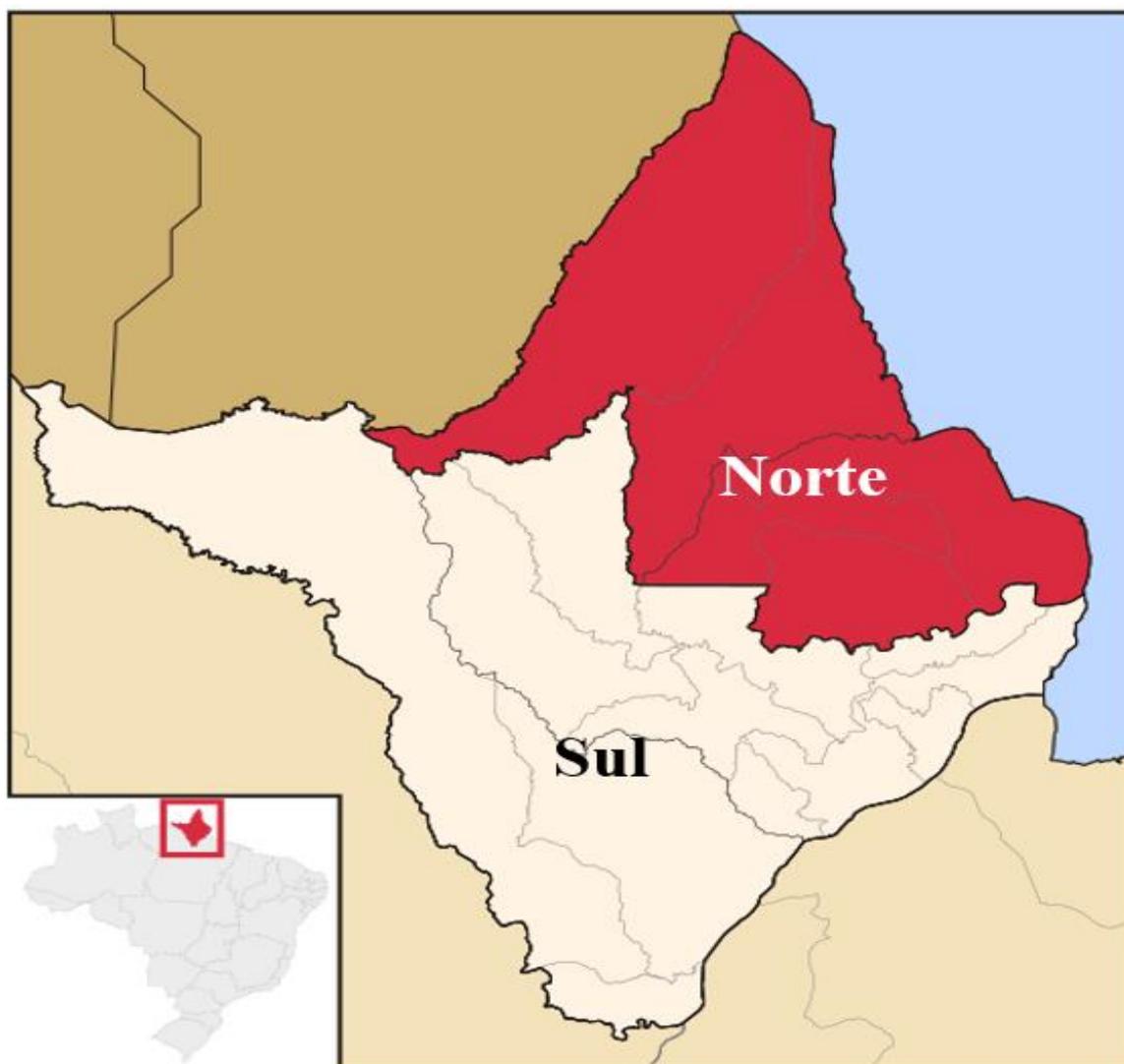
Dentre os estados localizados na Região Norte do Brasil, o Amapá é um estado que compartilha fronteiras com o Pará, a Guiana Francesa e o Oceano Atlântico. Sua localização estratégica e recursos naturais tornam sua regionalização um tema importante para o desenvolvimento econômico e social. Portanto, a regionalização do Amapá pode ser entendida como a divisão do estado em regiões homogêneas, com características econômicas, sociais e culturais semelhantes (Oliveira, 2010). Essa divisão visa promover o desenvolvimento regional, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida da população.

Considerando a regionalização do Amapá é possível encontrar duas mesorregiões, a saber: Norte e Sul, que compreendem quatro microrregiões, conforme classificação vigente entre 1989 e 2017 (IBGE, 2017). A Mesorregião Norte abrange os municípios de Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Amapá e Tartarugalzinho. A Mesorregião Sul inclui os municípios de Macapá, Santana, Porto Grande, Cutias, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Mazagão, Itaubal, Vitória do Jari e Laranjal do Jari (IBGE, 2016; Bandeira, 2016). No mapa 1, é apresentado as mesorregiões do Estado do Amapá.

Nesse sentido, os apontamentos indicados no Relatório do IBGE (2017) corroboram com o Zoneamento Ecológico-Econômico do Amapá (2022), que apresenta estudos sistêmicos a

respeito das potencialidades econômicas do estado. Assim, cada mesorregião possui características específicas que influenciam sua economia e sociedade. A Mesorregião Norte é conhecida por sua rica biodiversidade e potencial turístico (Porto, 2010). A Mesorregião Sul é a mais populosa e concentra a maioria das atividades econômicas do estado. A regionalização do Amapá também é influenciada pela presença de unidades de conservação, como o Parque Nacional do Cabo Orange e a Reserva Extrativista do Rio Cajari (MMA, 2020), áreas protegidas que são essenciais para a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.

Mapa 1: Mesorregiões do Estado do Amapá.



Fonte: IBGE. (Adaptado), 2017.

No entanto, a regionalização do Amapá enfrenta desafios, como a falta de infraestrutura e investimentos em algumas regiões (Amapá, 2020). Todavia, ao considerarmos as características acima mencionadas quanto à regionalização do Amapá, tem alto impacto na agricultura familiar e pesca artesanal desenvolvidas no estado. Pois, essas atividades

econômicas são fundamentais para a economia local e estão intimamente relacionadas com as características específicas de cada mesorregião.

À vista disso, podemos inferir que no Amapá, a agricultura familiar é desenvolvida nos 16 municípios com ação direta da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR-AP). A produção agrícola familiar é diversificada, com destaque para produtos como açaí, mandioca, hortaliças e frutas da região a depender do período do ano. Essa atividade traz consigo contribuições significativas para economia local e demonstra que a fonte de renda dos agricultores familiares está ligada a este tipo de produção.

De acordo com o governo do Amapá, em 2023 foram alcançadas mais de 5,1 mil famílias com projetos, ações e apoio em melhorias na estrutura e desenvolvimento da produção agrícola. Dentre os projetos, podemos mencionar o Programa de Produção Integrada de Alimentos (PPI). Este é uma política pública do Governo do Amapá que visa fortalecer a agricultura familiar, gerando emprego e renda nas comunidades rurais, oferecendo apoio técnico, estruturas e equipamentos para as atividades de mandiocultura, produção de mel e criação de suínos, aves e peixes, tendo como investimento no ano de 2021/2022 o valor de R\$ 11 milhões em fomento para 1290 famílias e 64 entidades de produtores rurais. Em 2023 esse investimento saltou para R\$ 15 milhões, de acordo com dados da SDR-AP (Amapá, 2022; 2023).

Porém, a pesca artesanal se apresenta como uma atividade tradicional e importante para as comunidades ribeirinhas, que dependem dela para sua subsistência, pois o litoral do Estado do Amapá, com seus aproximadamente 700 quilômetros de extensão, abrange 11 municípios costeiros, onde estão distribuídas 16 colônias de pescadores. Essa configuração geográfica única oferece uma rica biodiversidade marinha e uma importante fonte de renda para as comunidades locais, pois consiste em mão de obra familiar e produção destinada, em grande parte, à subsistência (Silva; Tavares-Dias, 2010).

Embora a importância da prática da pesca artesanal para o desenvolvimento socioeconômico do Amapá, observa-se um significativo descaso por parte dos órgãos responsáveis pelo setor. A falta de investimentos em embarcações, tecnologia de pesca, financiamento e infraestrutura adequada, como entrepostos de pesca, é evidente (Tostes, 2014). Essa carência impede a implementação de políticas eficazes para o desenvolvimento sustentável da pesca no estado.

Segundo Isaac *et al.* (1998), essa realidade é um obstáculo para o potencial da pesca como vetor de desenvolvimento socioeconômico do Amapá. No cenário atual, a pesca artesanal no Amapá enfrenta desafios estruturais, incluindo concorrência industrial, questões fundiárias e barreiras financeiras. Apesar disso, o governo estadual possui uma secretaria de Estado de

Pesca, que tem buscado desenvolver estratégias para potencializar essa atividade, gerando oportunidades de emprego e renda para as comunidades locais.

Em 2023, o Ministério de Desenvolvimento Regional elaborou uma carteira de projetos com objetivo de captação de recursos para o setor pesqueiro do Amapá. De acordo com Vitarque Coelho, coordenador geral de Gestão de Território, o desenvolvimento de uma carteira de projetos é fundamental para modernizar o setor pesqueiro do estado, melhorando a produção, pesca, processamento e comercialização, além de incorporar novas tecnologias (Amapá, 2023).

POLÍTICAS DE FOMENTO COMO FORTALECIMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS

As políticas de Fomento seguem diferentes etapas e estão voltadas para a promoção da sustentabilidade econômica das cadeias produtivas com acesso às políticas públicas dos governos visando a melhoria e agregando valor aos meios de produção, melhorando a produtividade e contribuindo para o desenvolvimento sustentável por meio de alternativas implementadas a fim de solucionar determinado problema em locais específicos, levando em consideração a realidade local de acordo com o processo de construção e interesses dos diversos atores (Serafim; Dias, 2012).

A percepção sobre as políticas de fomento está diretamente relacionada aos entes municipais, estaduais e federal, com ações das quais os governos incidem na realidade com o intuito de resolver determinado problema e beneficiar a sociedade através de suas ações estratégicas. Souza (2006) afirma que não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública, mas faz um relato a partir das seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

Os avanços das políticas sociais para o campo no Brasil passaram a ter relevância nos últimos 20 anos. Grisa e Schneider (2014) afirmam que essa reivindicação ganhou força a partir do momento que contou com o apoio da classe acadêmica que se dedicam a desenvolver a agricultura e o meio rural, uma discussão antiga dos agricultores que precisavam de uma política de fomento, permitindo a redefinição das condições socioeconômicas da agricultura familiar no campo brasileiro.

Após o período da Ditadura Militar iniciou uma discussão para a construção de uma política sobre as questões agrárias que atendesse as reivindicações dos agricultores, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Provap – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural através da Resolução BACEN nº 2101/1994, com uma taxa de juros de 4% ao ano e sem correções monetárias. Porém, devido às exigências rigorosas dos bancos financiadores ele não alcançou o seu objetivo, sendo necessário sua reformulação.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – (PRONAF) foi criado após o governo definir o foco na agricultura familiar, bem como fonte de recursos voltado aos pequenos agricultores, com o intuito de promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Essa política de fomento é resultado da demanda dos pequenos agricultores e movimentos sociais por um programa de incentivo à agricultura familiar com linhas de crédito e apoio aos projetos do pequeno produtor rural, conforme destaca Fernandes (2013):

O PRONAF surge como um programa inovador, para atender às necessidades da agricultura familiar brasileira, salientando a importância dela como atividade prioritária no sistema de produção agropecuária do país, através do fortalecimento das condições para o aumento da capacidade produtiva, a melhora da qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania no campo. Assim como nos países desenvolvidos, a agricultura familiar brasileira necessitava de apoio social e financeiro do Estado para incentivar a permanência dos agricultores no campo, evitando o êxodo rural. Para alcançar este objetivo, o principal foi a elaboração de um programa de crédito direcionado a estes agricultores familiares, para que os mesmos pudessem ser inseridos como uma classe social produtiva dentro da economia, além de potencializar o desenvolvimento – principalmente através da disponibilidade de recursos – no sentido de gerar melhores condições no campo. Esta alternativa busca integrar um grupo que, até então, era marginalizado e tinha seu acesso ao crédito bastante restrito no Brasil. (FERNANDES, 2013, p. 25).

É importante destacar que no Brasil existem outras políticas públicas desenvolvidas que possuem vinculação direta com o Pronaf, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Bioeconomia Brasil Sociobiodiversidade, o Programa Rotas da Integração Nacional e Agroindústria Familiar (Mapa, 2023).

O PRONAF atende diversos grupos/Linhas de créditos para os agricultores(as) familiares e assentados da reforma agrária: Pronaf A com um limite de até R\$ 30.000,00 por agricultor, esse valor poderá ser elevado para R\$ 31.500,00 quando contemplar verba para Assistência Técnica; Pronaf A/C com limite de até R\$ 9.000,00 por operação, podendo cada agricultor contratar até três operações; Pronaf B com limite de R\$ 6.000,00 por operação elaborada pela metodologia do Agroamigo (PNMPO) e R\$ 3.000,00 quando elaborada sem a metodologia Agroamigo (Banco do nordeste, 2023)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA são programas governamentais que se completam, o PNAE foi criado para solucionar os graves problemas na alimentação escolar e que atendesse a demanda da alimentação infantil nas escolas com produtos da agricultura familiar, porém, existem alguns desafios a serem solucionados e dentre eles estão: dificuldade para a legalização sanitária da produção; acesso à Assistência Técnica e à Extensão Rural (ATER); escassez de recursos financeiros e insumos agrícolas necessários; infraestrutura precária; dificuldades na logística de distribuição dos alimentos; gestão ineficiente das propriedades (Pnae, 2020).

De acordo com o Ministério da Educação, [Lei nº 11.947, de 16/6/2009](#):

O PNAE é conhecido mundialmente como um caso de sucesso do Programa de Alimentação Escolar Sustentável. Nesse contexto, é importante ressaltar os Acordos Internacionais firmados com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO e com o Programa Mundial de Alimentos – PMA, por meio da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, com vistas a apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, sob os princípios da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à alimentação. (MEC, 2023).

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, tem por finalidade promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, com o intuito de reduzir a pobreza extrema e a desigualdade social. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar com dispensa de licitação, destinando-os às pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, contribuindo para a composição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar (MDS, 2018, p. 5).

Em síntese, o quadro 1 apresenta os distintos objetivos e benefícios de programas mencionados neste capítulo. No Amapá, as políticas de fomento estão voltadas diretamente para o eixo econômico do desenvolvimento rural através das linhas de créditos dos programas do PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Territorial da agricultura Familiar e Floresta - PROTAF e o Programa de Produção Integrada – PPI, porém existem questionamento referente ao acesso e distribuição desses recursos para os agricultores. De acordo com Costa (2016), todos os municípios amapaenses apresentam resultados baixos e diferentes níveis de desenvolvimento.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Quadro 1: Políticas públicas para fomento e fortalecimento das cadeias produtivas.

Programa	Objetivos	Benefícios
PRONAF	<p>Fortalecer a agricultura familiar: Apoiar e consolidar a agricultura familiar como base da economia rural;</p> <p>Promover desenvolvimento sustentável: Fomentar práticas agrícolas sustentáveis e conservação ambiental;</p> <p>Aumentar renda e qualidade de vida: Melhorar a renda e condições de vida dos agricultores familiares.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Financiamento: Oferecer crédito acessível e condições favoráveis; 2. Assistência técnica: Fornecer orientação e capacitação para melhorar produtividade; 3. Infraestrutura: Investir em estradas, armazenamento e comercialização; 4. Organização e representação: Fortalecer associações e cooperativas de agricultores; 5. Acesso a mercados: Facilitar comercialização e acesso a mercados.
PAA	<p>Combater a fome e a pobreza: Garantir acesso a alimentos saudáveis para populações vulneráveis;</p> <p>Fortalecer a agricultura familiar: Apoiar agricultores familiares e cooperativas;</p> <p>Promover desenvolvimento local: Estimular economias regionais.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Redução da pobreza: Melhorar renda e condições de vida; 2. Segurança alimentar: Acesso a alimentos saudáveis; 3. Desenvolvimento local: Estímulo à economia regional; 4. Inclusão social: Valorização da agricultura familiar; 5. Preservação ambiental: Fomento às práticas sustentáveis.
PRONATER	<p>Desenvolvimento sustentável: Fortalecer a agricultura familiar e promover desenvolvimento rural sustentável;</p> <p>Inovação tecnológica: Difundir tecnologias inovadoras para melhorar produtividade e qualidade de vida;</p> <p>Extensão rural: Oferecer assistência técnica e capacitação para agricultores familiares.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Transferência de tecnologia: Difundir tecnologias adaptadas às condições locais. 2. Capacitação: Treinar agricultores em práticas sustentáveis e inovadoras. 3. Assistência técnica: Oferecer orientação especializada. 4. Desenvolvimento de cadeias produtivas: Fortalecer cadeias produtivas locais.
PNAE	<p>Garantir alimentação saudável: Fornecer alimentação balanceada e nutritiva para estudantes;</p> <p>Promover saúde e bem-estar: Contribuir para o desenvolvimento físico e cognitivo dos alunos;</p> <p>Apoiar agricultura familiar: Fomentar compra direta de produtos de agricultores familiares.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Alimentação escolar: Fornecer refeições diárias para estudantes. 2. Qualidade nutricional: Garantir alimentos ricos em nutrientes; 3. Apoio à agricultura familiar: Comprar produtos de agricultores locais; 4. Educação alimentar: Promover hábitos saudáveis. 5. Desenvolvimento local: Estimular economia regional.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

PPI	<p>Promover produção agrícola sustentável:</p> <p>Desenvolver sistemas de produção sustentáveis;</p> <p>Integrar agricultores familiares ao mercado;</p> <p>Melhorar qualidade de vida dos agricultores: Aumentar produtividade e renda.</p>	<p>1. Aumento da produtividade: fomento ao agricultor para a produção;</p> <p>2. Melhoria da renda: estímulo do comércio local;</p> <p>3. Inclusão social: Implementação de políticas para inclusão;</p> <p>4. Preservação ambiental: Contribuição para o meio ambiente.</p> <p>5. Desenvolvimento local;</p> <p>6. Redução de custos;</p> <p>7. Melhoria da qualidade dos produtos: produtos com alta aceitação no comércio.</p>
-----	---	--

Fonte: EMBRAPA, 2019; Quaresma, 2023.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Segurança Alimentar é a possibilidade de a população ter acesso a alimentos seguros em quantidade e qualidades suficientes para atender suas necessidades nutricionais. A garantia alimentar envolve diversos fatores desde políticas públicas, passando por processos de produção adequados em busca de uma soberania alimentar viável e economicamente sustentável, levando em considerações as boas práticas alimentares, aproveitando os alimentos e não desperdiçando (Vasconcelos; Moura, 2018).

A soberania alimentar vai mais além, ela exige que considerem as relações socioeconômicas que estão por trás da oferta da comida, levando em consideração que não é só suprir uma demanda, mas mexer também na produção, considerando as diferentes situações em cada território para que ninguém passe fome, para que todos comam bem e que a cadeia de produção tenha trabalhadores remunerados justamente na lógica cada vez mais ecológica e a autodeterminação dos povos, da cultura e hábitos alimentares (Gordillo; Jerónimo, 2013).

De fato, a alimentação adequada e saudável é um direito de todos os seres humanos, porém quando o acesso aos alimentos é negado ocorre a insegurança alimentar, causando impactos para a sociedade como a fome e a desnutrição, comprometendo outras necessidades básicas e essenciais, impactando negativamente e comprometendo a própria renda, havendo uma redução, prejudicando diretamente a vida das pessoas. A COVID-19 foi um grande reflexo da desigualdade social e de renda que afetou diretamente o modo de vida da população, principalmente pela falta dos suplementos alimentares (Alpino et al., 2020).

No entanto, a fome não é uma particularidade do estado do Amapá ou do Brasil, mas é um grande problema mundial, e que está relacionado diretamente com a disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade de alimentos para toda a população. O enfrentamento dos

problemas relacionados à insegurança alimentar e a disponibilidade de alimentos em quantidades suficientes para toda a população, influenciado pelo poder de compra e outras questões socioeconômica, fazendo com que todas as pessoas tenham acesso físico, social e econômico a alimentos seguros e nutritivos (Silva, 2014).

O desemprego no Brasil faz com que muitas pessoas não consigam garantir sua própria instabilidade financeira e proporcionar a segurança e soberania alimentar, impactando principalmente as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade e exclusão social, com uma renda insuficiente para o bem-estar da população. O enfraquecimento das políticas municipais, estaduais e nacionais fortalece o interesse e dominação imposta pelo capital, apoiados pelas grandes corporações, como consequência desse processo é a falta de autonomia dos sistemas alimentares e agrícolas sustentáveis com foco no pequeno agricultor familiar (CONSEA, 2004, p. 21).

No contexto amapaense, o governo do Amapá implementou políticas públicas para fomentar a segurança alimentar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Esses programas visam apoiar a agricultura familiar, garantir o acesso a alimentos saudáveis e promover a segurança alimentar (BRASIL, 2018). Além disso, o PNAE beneficiou mais de 100 mil estudantes em 2020 (FNDE, 2020). No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a necessidade de expandir o acesso a mercados e melhorar a infraestrutura rural.

Nesse sentido, as políticas públicas de fomento para a agricultura familiar e a pesca no território amapaense contribui para a segurança alimentar e nutricional destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que fortalecem a comercialização dos produtos agrícolas e da pesca com a finalidade de promover o acesso à alimentação adequada e saudável, por meio de compras dos alimentos oriundos da agricultura familiar e da pesca artesanal (Leite, 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação das cadeias produtivas da agricultura familiar e da pesca artesanal no estado do Amapá depende diretamente da eficácia das políticas públicas de fomento voltadas a essas atividades. Ao garantir o apoio governamental por meio de programas e leis que promovem a sustentabilidade, é possível não apenas fortalecer essas cadeias produtivas, mas também garantir a segurança alimentar da população e o desenvolvimento sustentável da região. No entanto, o sucesso dessas políticas está intimamente relacionado com a precisão do mapeamento das necessidades e características específicas dos produtores locais, sendo

essencial a constante adaptação e criação de novas diretrizes que considerem o contexto social, econômico e ambiental da região.

Infere-se que são necessários investimentos e a propagação de informações acerca das necessidades que levam a efetivação destas políticas no âmbito do estado, em especial nas comunidades que se distanciam dos grandes centros.

A partir do mapeamento, é possível promover a melhoria da qualidade e da efetividade do desenvolvimento sustentável na Amazônia amapaense. Pois, faz-se necessário a monitoria de áreas e sua respectiva comunidade para que seja eficaz a implementação de políticas públicas. Diante das buscas nas bases de dados, foram encontrados trabalhos de extrema relevância. No entanto, em uma conjectura geral, ainda são poucos para a realidade em que estamos inseridos, demonstrando a relevância em consonância com os dados apresentados e divulgados neste artigo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **De volta ao futuro: mudanças recentes da agricultura familiar**. In: Seminário Nacional Do Programa De Pesquisa Em Agricultura Familiar Da Embrapa, 1., 1995, Petrolina. Anais [...]. Petrolina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Semiárido, 1995. p. 17-27.

ABRAMOVAY, R. **Uma nova extensão rural para a agricultura familiar**. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica E Extensão Rural, 1997, Brasília, DF. Anais [...]. Brasília, DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, 1997. p. 203-218.

ALPINO, Tais de Moura Ariza et al. Covid-19 e **(in)segurança alimentar e nutricional**: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. 02, 2020.

AMAPÁ. **Governo do Amapá traça estratégias para potencializar produção de pescado**. 2023. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2705/governo-do-amapa-traca-estrategias-para-potencializar-producao-de-pescado#:~:text=Nas%20localidades%20onde%20o%20levantamento,Gest%C3%A3o%20do%20Territ%C3%B3rio%2C%20Vitarque%20Coelho>. Acesso em: 02 de outubro de 2024.

AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Amapá**. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

AMAPÁ. **Relatório da fase de planejamento do Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Amapá**. 2022.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

AMAPÁ. Relatório De Gestão Do Exercício De 2021 - GAB-GOV. 2022.

AMAPÁ. Relatório De Gestão Do Exercício De 2023 - GAB-GOV. 2023.

ANTONIO MARIA GOMES DE CASTRO. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Transinformação. Campinas, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2001.

BACEN (Brasil). **Matriz de Dados do Crédito Rural** – Crédito Concedido. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. BACEN [Brasil]: 2023. Acesso em: 28 out. 2024.

BANDEIRA, M. M. S. **Cidade de Oiapoque: análise e proposta urbanística e arquitetônica para área do centro histórico a partir do plano do IBAM de 1988** / Miely Marjore Silva Bandeira; orientador, José Alberto Tostes. – Macapá, 2016.

BNB (Brasil). **Plano Safra 2022-2023, Grupos e Linhas Pronaf**. In: Banco do Nordeste [Brasil]: 2023. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45735/361459/Plano+Safra+2022-2023+Quadro+Resumo+%2528Tabela+Grupos+e+Linhas+Pronaf%2529.pdf/f1a81679-ce5c-6849-d80d-b164248cf765?version=3.0&t=1658349370745&download=true>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL DE FATO (Brasil). Com queda de 95% em 8 anos, aquisição de alimentos chega a menor nível com Bolsonaro. In: **BRASIL DE FATO** [Brasil], 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/29/com-queda-de-93-em-8-anos-aquisicao-de-alimentos-chega-a-menor-nivel-com-bolsonaro>. Acesso em: 28 out. 2024.

BRASIL. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 jun. 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm.

BRASIL. **Lei Nº 11.326**, De 24 De Julho De 2006. Define a agricultura familiar e estabelece diretrizes para sua promoção. 2006.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2018.

BRASIL. **Unidades de Conservação do Amapá**. Ministério do Meio Ambiente. 2020.

CASTRO, Antônio Maria Gomes De. **Prospecção de cadeias produtivas e gestão da informação**. Transinformação. Campinas, v. 13, n. 2, p. 55-72, 2001.

CONSEA. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar**. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A Construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Olinda, 2004, pag.21.

COSTA, J. S. S. **Avaliação do grau de desenvolvimento dos municípios amapaenses**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Federal do Amapá, Macapá 2016. Disponível em: <https://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Dissertaçãocompleta.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2024.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2003.

EMBRAPA. **Pesca artesanal brasileira**. Aspectos conceituais, históricos, institucionais e prospectivos/ Adriano Prysthon da Silva – Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura, 2014.

FNDE. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Brasília, 2020.

GORDILLO, G.; JERÓNIMO, O. M. **Seguridad y Soberanía Alimentaria**. Documento base para Discusión. FAO, 2013. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-ax736s.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 52, supl. 1, s125-1146, fev./2015.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil**. 2017.

IBGE. (2018). **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas). Special Report on the Ocean and Cryosphere in a Changing Climate. 2019.

ISAAC, V. J.; ARAÚJO, A. R.; SANTANA, J. V. **A pesca no Estado do Amapá: alternativas para seu desenvolvimento sustentável**. Macapá: SEMA/GEA-BIDM, 1981. 32p.

LEITE, M. L. S. Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE. 2022. **Tese** (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MDS (Brasil). **Cartilha Principais Canais de comercialização para a Agricultura Familiar**. In: MDS [Brasil]: 2018. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/compra_institucional/cartilha%20Principais%20Canais%20de%20comercializa%C3%A7%C3%A3o%20para%20Agricultura%20Familiar.pdf. Acesso em: 28 out. 2024.

MPA, 2013. **Boletim do registro geral da atividade pesqueira – RGP 2012**.

MUELBERT, J. H.; et al. Impactos da degradação ambiental na pesca artesanal no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 82, 2013.

PASQUOTTO, I.; MIGUEL, J. R. Pesca artesanal no Brasil: uma abordagem sociocultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 58, 2005.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

PORTO, J. L. R. **Reinvenções do uso do território amapaense**. In: Lígia T. L. Simonian. (Org.). Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá. 1 ed. Belém: NAEA/UFPA, 2010, p. 91-113.

QUARESMA, P. F. **Secretaria De Desenvolvimento Rural (SDR): Desempenho Institucional Nas Políticas Para Comercialização Da Agricultura Familiar No Amapá**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável – PPGDAS/UNIFAP. 190 pag. 2023

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, DF: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Informação Tecnológica, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHUMANN, M.; MACINKO, J. **Subsistence in coastal fisheries policy: What's in a word?** Marine Policy, v. 31, n. 6, 2007. p. 706-718.

SERAFIM, M.; DIAS, R. B. **Análise de política: uma revisão da literatura**. Cadernos Gestão Social, Salvador, v. 3, n. 2, p. 122, 2012.

RACISMO AMBIENTAL: UMA REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA CIDADE DE MACAPÁ-AP

Pâmella Lúcia Fontes da Silva⁷²

<http://lattes.cnpq.br/6605706145952808>

Jeancarlo Pontes Carvalho⁷³

<http://lattes.cnpq.br/0136803805194226>

José Alberto Tostes⁷⁴

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁷⁵

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o racismo ambiental tornou-se um tema em que a cada dia vem ganhando destaque no cenário político, econômico e social, tendo manifestações em várias formas de discriminação social com problemas inerentes que giram em torno de grupos sociais recorrentes em várias regiões, principalmente em lugares povoados por grupos minoritários. Os problemas ocorrem em situações como por exemplo, na falta de saneamento básico, bem como na coleta regular de lixo seletiva, em instalação de rede de esgoto e até mesmo ao acesso à água potável que é o maior bem da humanidade. Nessa seara, como bem destaca Bullard (2024) isso é uma questão social que trata de ser uma realidade imersa em uma ação social oriunda de qualquer política, prática ou orientação ambiental que afete ou prejudique de forma diferente (intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com os preceitos sociais de “raça” ou cor.

⁷² Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Pará. E-mail: biopamella@hotmail.com

⁷³ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em História pela Universidade Estadual do Maranhão, Filosofia pela Universidade Estadual do Amapá e Informática pelo Instituto Federal do Amapá. E-mail: jeancarlo.pontes@gmail.com

⁷⁴ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁷⁵ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

Sobre esse fato social, foi Benjamin Franklin Chavis Jr (1970-80) que desenvolveu o conceito de Racismo Ambiental a partir da análise de uma realidade social nos Estados Unidos da América. A denúncia de entidades e militantes sociais que relataram o armazenamento de depósitos de resíduos tóxicos em bairros de populações de minorias "negras"(Rodrigues, 2024; Santos; Jesus, 2023), tornou-se um tema relevante para discussão sobre questões relacionadas ao meio ambiente e à qualidade de vida das populações de grupos minoritários sociais que enfrentam problemas relacionados à poluição de espaços onde o ser humano está intimamente ligado. Nesse contexto, tem-se o fenômeno do racismo ambiental que é caracterizado como uma forma de discriminação via ações ou práticas conduzidas pelos membros de determinados grupos (hegemônicos) com impactos negativos de maior relevância e, que se impõem face os membros de outros grupos sociais, em regra, oprimidos e marginalizados.

A exposição a riscos ambientais, sejam eles de quaisquer tipos, é caracterizada diretamente, pelos marcadores da cor de pele, mascarado pelas concepções dos falsos preceitos de raças. Dentro dessa concepção, conforme, Santos; Jesus, (2023) isso se dá em relação aos fatores sociais que são causadas pela ocorrência inerentes ao processo de exclusão social baseado na caracterização baseados nas questões sociais impostas aos grupos sociais excluídas as quais provocam à exemplo, a falta d'água, água sem pressão, água poluída, domicílios sem rede de esgoto e sem coleta de lixo, alagamentos e deslizamentos de terra por conta da água da chuva que são algumas das vulnerabilidades socioambientais ligadas ao saneamento como exemplo.

Assim, os problemas ambientais em determinadas áreas urbanas revelam esse racismo ambiental às classes sociais mais pobres, uma vez que, mais da metade das pessoas de classe baixa ocupam as áreas periféricas das zonas urbanas e são pessoas de cor preta, parda ou indígena ocupando esses espaços (IBGE, 2023). Segundo Hanson (2003), as condições de subdesenvolvimento, degradação ambiental e fatores econômicos, potencializam a marginalização de alguns grupos humanos.

O Racismo Ambiental não é apenas um conceito científico, mas uma leitura social real para aqueles que se dedicam a ecoar os problemas que ocorrem nessa área. Trata-se de uma luta social que foi capaz de cravar a questão racial foi o ponto central do debate ambiental (Ferdinand; Fagundes, 2023) que é provocador de denúncia social que diz respeito ao fato de existirem um exercício de poder que é determinante na eliminação das comunidades negras pela espacialidade, impondo restrições à cidadania e a corporificação biopolítica que se espalham pelo país, como os conflitos agrários entre fazendeiros e povos indígenas no norte do Brasil (Figueira, 2021).

Entender os aspectos do racismo ambiental a partir de fatores relevantes que evidenciam as negligências de serviços básicos como água encanada, esgoto sanitário, coleta de lixo, entre outros, dos quais deveriam ser ofertados de forma igualitária a todos, no entanto, são negligenciados. Levando em consideração os dados mencionados, esta pesquisa buscou evidenciar a realidade socioambiental de pessoas majoritariamente pretas, pardas e indígena, a partir de análises de dados secundários do último Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2023 e levantamento bibliográfico acerca do tema abordado, correlacionando dados regionais com a realidade de zonas urbanas de Macapá.

Nesse prisma, o presente trabalho, demonstrou que a questão social da Cidade de Macapá está inserida no contexto de racismo ambiental em razão de que, como bem afirmam Peixoto, Soares e Ribeiro (2002), em todo o Brasil, em particular na região norte, há um conflito que é inerente à estrutura e à dinâmica social, devido às suas vinculações políticas e às relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais, configuram-se na realidade que podemos presenciar na capital do estado amapaense que tem dentro da estrutura social, uma formação urbana, uma construção marcada por mazelas sociais escancaradas por desigualdades sociais provenientes das relações antagônicas devido as concepções dos preceitos do racismo, que no presente caso, é correlacionada ao conceito de racismo ambiental.

Por fim, o artigo está estruturado com o seguinte tópicos, em Percurso Metodológico, que é descrito como o trabalho foi desenvolvido, destacando a cidade de Macapá capital do Amapá como *lócus* de estudo, em capítulos tendo os temas “PRECEITOS TEÓRICOS DE RACISMO AMBIENTAL” que aborda como se deu a construção do conceito social de racismo ambiental pontuando a questão histórica e a contextualização das definições sociais, “O RACISMO AMBIENTAL NA CIDADE DE MACAPÁ” que retrata as condições sociais existentes na questão das moradias, e infraestruturas sociais, como limpeza, serviço de água e esgoto relacionando a questão conceitual imbricada aos grupos sociais das pessoas de peles Preta, Pardo, Indígena e Brancas, e por último aos “RESULTADOS E DISCUSSÕES” que expõem os dados sociais elaborados pelo IBGE nos anos de 2021 e 2022 publicado em 2023, sobre as realidades sociais na cidade de Macapá a partir informações que giram em torno dos grupos sociais que envolve o critério de “Raça”/cor de pele da população macapaense.

PERCURSO METODOLÓGICO

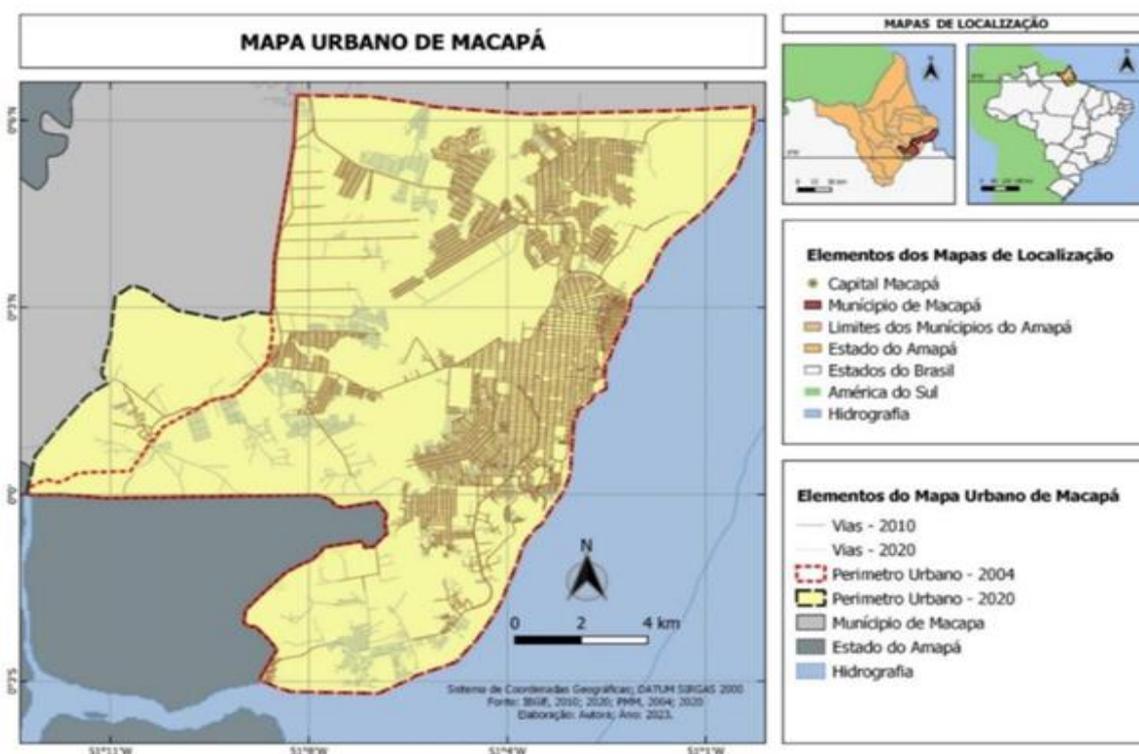
Para a realização do presente trabalho, foi necessário a adoção de alguns critérios de estudos inerentes às pesquisas científicas. Para tanto, optou-se por primeiro, por selecionar o tema de estudo em seguida delimitar campo de estudo e por conseguinte a definição sobre procedimento metodológico. Em seguida, foi feito um estudo minucioso por meio de periódicos,

livros, sítios eletrônicos repositórios entre outros sobre o conceito de racismo ambiental abordando os aspectos sociais, históricos e científicos. Em vista disso, seguiu-se uma análise de dados sociais do CENSO de 2022 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, publicado em 2023, e por fim, a realização de um panorama social da cidade de Macapá em relação à temática da presente pesquisa. Para tanto, temos:

Área de Estudo

A cidade de Macapá faz parte de uma das 16 divisões administrativas no estado do Amapá, de gentílico macapaense, tem uma área total de 6.563,849 quilômetros quadrados. Conforme o CENSO de 2023 realizado pelo IBGE, Macapá tem uma população residente estimada em 442.933 habitantes, cuja densidade demográfica é de 67,48% habitantes/Km², localizada na região norte do Brasil, faz parte de uma das unidades federativas que faz parte da região amazônica, tendo o clima caracterizado como equatorial (Figura 1).

Figura 1: Mapa de localização geográfica do município de Macapá - AP. Área urbana de Macapá.



Fonte: Disponível em www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-da-area-urbana-de-Macapá-Amapa_fig1_377569657. Acesso em 01 de nov. 2024.

A cidade de Macapá é capital Amapá, que é um estado da unidade federativa brasileira que está localizado na região Norte e faz parte da Amazônia Oriental juntamente com outros estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, juntos eles ocupam até 40% do bioma amazônico e mais de 60% da população desta região são autodeclaradas pardas. Segundo o

Censo Demográfico de 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Desse importe, 280.577 pessoas que residem no município de Macapá, se autodeclararam pardas (IBGE, 2023).

O Amapá é um dos estados com a mais baixa densidade demográfica do país, 4,69%, concentrando uma das mais elevadas taxas de urbanização. Metade da população amapaense está concentrada na cidade de Macapá, e por assim ser, assim, a grande concentração da população em áreas urbanas amplia os problemas sociais, com poucas oportunidades de trabalho e renda, deficiência e/ou insuficiência de habitações adequadas, transporte público, saneamento em serviços educacionais e de saúde (Tostes (2012) *apud Souza*, 2014).

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, da qual busca o aprofundamento na temática proposta, a fim de compreender os aspectos subjetivos acerca do fenômeno/objeto estudado (Ribeiro *et al.*, 2023). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como característica ser um,

(...) registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2007, p. 122).

Para a coleta de dados, realizou-se um levantamento de dados a partir de documentos do último Censo Demográfico realizado pelo IBGE, que foi publicado em 2023, associados às fontes jornalísticas relacionadas aos casos de indicadores sociais que revelam o racismo ambiental em zonas urbanas do município de Macapá. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183): “(...) a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

A metodologia utilizada para interpretação dos dados caracterizou-se a partir da análise de conteúdo conforme proposto por Bardin (2016), que se baseia em análise, exploração do material e tratamento dos resultados, seguindo uma linha de organização, compreensão e interpretação dos dados analisados, a partir do material coletado.

Nesse pensamento, é válido ressaltar que o percurso metodológico realizado para a presente pesquisa proporcionou uma leitura de suma importância acerca da temática, uma vez que oportunizou a compreensão de certos aspectos sociais no contexto local, gerando uma nova interpretação da realidade sócio-histórico-cultural da região analisada.

PRECEITOS TEÓRICOS DE RACISMO AMBIENTAL

A partir de uma realidade social ocorrida nos Estados Unidos da América, o jornalista, reverendo e ativista de direitos civis Benjamin Franklin Chavis Jr elaborou o conceito de Racismo Ambiental, esse preceito teórico “(...) surgiu no final da década de 1970, entre 1978 e 1982, através do movimento negro dos Estados Unidos, a partir de protestos contra a instalação de uma indústria que depositaria resíduos tóxicos no Condado de Warren, na Carolina do Norte” (Rodrigues, 2024, p. 154). Esse fato social que ocorreu a partir de denúncias por entidades e militantes sociais que relataram o armazenamento de depósitos em bairros de populações de minorias “negra”, fez com que se torna-se um importante assunto para se discutir acerca das questões ligadas ao meio ambiente e o modo de vida das populações de grupos minoritários social que convivem com problemas correlacionados a poluição de espaços onde o ser humano está intrinsecamente conectado. Isso é necessário ser problematizado pois evidencia uma conduta social que está enraizada no agir e no pensar por parte da humanidade as praxes de racismo inerente aos preconceitos oriundos de grupos sociais dominantes aos grupos dominados.

A questão dos resíduos tóxicos é um problema social que vai além dos problemas ambientais, é uma leitura social que esclarece para a nossa sociedade como um grupo dominante trata os grupos minoritários. E diz respeito também à necessidade de olharmos para assuntos que levam em consideração todos os valores da dignidade da pessoa humana que leva em consideração a natureza dos seres humanos e os direitos humanos. “A dignidade não é algo que alguém precise postular ou reivindicar, porque decorre da própria condição humana” (Andrade, 2023, p. 324). Esse é tão importante ser descrito para a sociedade, que durante o surgimento do conceito do racismo ambiental o ativista de direitos civis, o professor e reverendo Benjamin Franklin Chavis indica que “(...) a distribuição desigual dos danos ambientais equivalia a dizer que houve ausência de democracia, já que pessoas foram tratadas desigualmente em razão do fator racial” (Pereira; Amparo, 2023, p. 10).

Para tanto, é preciso evidenciar a problemática que populações marginalizadas sofrem com problemas ambientais oriundos de empresas que poluem, e isso é importante ser enfatizado dado que isso ocorre de maneira sistematizada a partir do momento que há uma distinção social. “O racismo ambiental é uma dessas faces da desigualdade em saneamento, já que desde a sua origem nos anos 1980, Benjamin Chavis e a comunidade negra nos Estados Unidos denunciavam que as empresas escolhiam territórios negros e pobres para jogarem seus resíduos tóxicos” (Santos; Jesus, 2023, p. 14).

A partir dessas questões, o conceito de Racismo Ambiental evidenciou um problema social bastante agravante em nossa sociedade, já que, com “(...) essa denúncia observou-se que três a cada quatro aterros como estes estavam localizados em bairros de comunidades negras, apesar de somarem 25% da população da região” (Rodrigues, 2024, p. 154).

A partir desse dado, podemos fazer uma clara leitura que as empresa que fizeram o descarte de lixo tóxico por não levaram em consideração uma preocupação social para com uma população, que não ver as populações residentes nos lugares onde acontece o descarte, como um grupo social que deve fazer parte de um contexto social em que todas as pessoas estejam em condição de dignidade com moradias nos bairros com toda a estrutura social que dê condição de vida. “Diante disso, é importante se ater ao fato de que há uma escolha pela morte da população negra, quando não se propõe e não se executa políticas públicas que organizam e estruturam esses bairros (...)” (Santos; Jesus, 2023, p. 15).

A título de evidenciar ainda mais a questão do Racismo Ambiental, em 1991 surgiu o conceito de injustiça climática ligada à justiça ambiental, que foi formulada pela primeira vez no encontro chamado de “*First People of Color Environmental Leadership Summit (Primeira Cúpula de Liderança Ambiental de Pessoas de Cor)*”. “Nesse encontro, as pessoas das comunidades negras e das comunidades indígenas dos Estados Unidos formularam 17 princípios da justiça ambiental, utilizados na declaração da justiça climática em Bali em 2002” (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 53). Para tanto, é importante ressaltar que “(...) o conceito de justiça ambiental foi uma proposta positiva contra o racismo ambiental. As pessoas negras lutam contra o racismo ambiental e a favor de uma justiça ambiental (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 51), “Mas esses princípios foram formulados no contexto dos Estados Unidos, que é bastante diferente em relação ao Caribe, à Europa e ao Brasil” (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 53).

Nesse contexto, sobre a relação de racismo ambiental e justiça ambiental no caso da Europa, “(...) a recepção europeia ocidental a esse conceito foi uma forma branca de se apropriar dele, conferindo-lhe outro sentido. Um sentido que é muito tecnocrático, restrito a leis e direitos (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 51). Já no caso, do Brasil,

(...) esteve restrito a temáticas concernentes a unidades de conservação, povos indígenas, populações ribeirinhas e, mais recentemente, comunidades quilombolas. Ou seja, é como se houvesse uma gradação da proximidade com a “natureza”, em que os indígenas são aqueles mais próximos dela, seguidos pelas populações tradicionais, quilombolas e, com esforço, camponesas (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 53).

Como podemos ver com o passar dos anos o conceito de Racismo Ambiental em vários cantos do mundo vem ganhando novas descrições, e isso ocorre porque, essa questão “(...) é reforçado por instituições governamentais, jurídicas, econômicas, políticas e militares. Este tipo de racismo combina com políticas públicas e práticas da indústria para proporcionar benefícios aos países do Norte, ao mesmo tempo que transferindo custos para países do Sul” (Bullard, 2004, p. 3, tradução nossa).

Em outras palavras o racismo ambiental se manifesta em várias formas, e como muitos das vezes são expostas por instituições oficiais, esta ocorrência faz com que problemas sociais aconteçam de maneira mais contundentes em regiões povoadas por grupos minoritários, como por exemplo, a falta de saneamento básico, assim como também a coleta irregular de lixo seletiva, instalação de rede de esgoto e até mesmo o acesso à água potável que é o maior bem da humanidade. “O racismo ambiental refere-se a qualquer política, prática ou diretiva ambiental que afete ou prejudique de forma diferente (intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base na raça ou cor” (Bullard, 2004, p. 3, tradução nossa).

O Racismo Ambiental aumenta a desigualdade social, econômica e de saúde entre diferentes grupos sociais, já que podemos perceber, as características que se configuram como práticas ligadas ao uso dos recursos naturais e industriais, bem como ao descarte de resíduos de lixos em lugares onde pessoas de grupos sociais imersos a pobreza estão inseridos.

Esta prática social está enraizada em estruturas socioeconômicas e sistemas de opressão, às quais não se limitam à distribuição desigual de recursos e riscos ambientais, e sim, à tomada de decisões ambientais que muitas das vezes refletidas aos “(...) arranjos de poder da sociedade dominante e suas instituições. Desfavorece as pessoas de cor, ao mesmo tempo que proporciona vantagens ou privilégios para empresas e indivíduos nos escalões superiores da sociedade” (Bullard, 2004, p. 3, tradução nossa). Ademais, conforme bem destaca Bullard (2004): “A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é central para esta análise do racismo ambiental” (Bullard, 2004, p. 3, tradução nossa).

O Racismo Ambiental não é um conceito teórico científico somente, é uma leitura social real para quem se debruça em ecoar os problemas que ocorrem nessa seara, diz respeito a uma luta social que “(...) foi capaz de colocar no centro do debate ambiental a questão racial” (Ferdinand; Fagundes, 2023, p. 49) foi também a denúncia social que diz respeito ao fato de ser como “(...) exercício de poder, determinante na eliminação das comunidades pretas pela espacialidade (...) acompanhado de restrição à cidadania e de corporificação biopolítica se proliferam pelo país. Como os conflitos agrários entre fazendeiros e indígenas no norte do Brasil” (Filgueira, 2021, p. 201).

Por essa razão, é preciso uma análise microscópica sobre o conceito de racismo ambiental. Nesse caso, a necessidade de se obter uma percepção sobre como essa teoria social é vista no Brasil, mais especificamente na região Amazônica, especialmente no contexto do estado do Amapá, por ser tratar de uma região que se configura em uma relação social composta de diferentes grupos sociais, que são as minorias como pretos, quilombolas, indígenas, pardos que são antagônicos aos grupos econômicos dominantes existentes, que convivem em uma relação coletiva extremamente delicada, marcada por conflitos que muitas das vezes são oriundas de uma realidade brasileira que encontram busca nos recursos naturais os conflitos de interesses que “(...) surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre esses grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, de modo mais adequado aos seus interesses” (Castro, 2005, p. 41).

Diante do exposto, Peixoto, Soares e Ribeiro (2002, p. 3) afirmam que em todo o Brasil em especial na região norte citando o estado do Amapá, que a dicotomia entre os grupos sociais se configura em um “(...) conflito aqui propalado é inerente à estrutura e à dinâmica social devido às suas vinculações de ordem política, dadas as relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais(...)”. Realidade essa que podemos presenciar na capital do estado amapaense.

Para tanto, esses conflitos envolvem interesses coletivos e são marcados por questões em que o meio ambiente está como um dos principais recursos econômicos. Isso tudo, conforme Ruiz (2005), causa problemas sociais entre a sociedade local, uma vez que os conflitos ligados às questões socioambientais são, sobretudo, um conflito sociopolítico que se expressa em lutas sociais e econômicas por interesses opostos, como bem destacam Ribeiro (1995) quando descreve o conflito relacionado a recurso ambiental, Carvalho (1995) que problematiza o conflito social expresso em uma luta entre interesses opostos sobre o controle dos recursos naturais, Little (2001) que afirma que as disputas entre grupos sociais são derivados de distintos tipos de relação inerente ao natural e Acselrad (2004) que esclarece que os conflitos socioambientais são provocados quando há o envolvimento de grupos sociais com interesses distintos sobre apropriação, o uso e interesses individuais do território, e tudo muitas das vezes faz com que populações minoritárias padeçam socialmente, enquanto que os grupos sociais majoritários sejam beneficiados economicamente. E de acordo com Turner (2004) todas essas questões estão associadas a uma alta demanda de recursos ambientais capazes de provocar graves conflitos socioambientais.

O RACISMO AMBIENTAL NA CIDADE DE MACAPÁ

A cidade de Macapá sendo a maior cidade amapaense faz parte da divisão municipal de Macapá, com uma população estimada em 442.933 (IBGE, 2023). “Apresenta 26,8% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 66% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8,8% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio)” (IBGE, 2023, n. p). É capital da do Estado do Amapá, localizada na região norte do Brasil, possui uma área territorial como município de “(...) 142.828km² de área, representando 3,7% do território da região Norte e 1,67% do território brasileiro. Faz fronteira ao leste com o oceano Atlântico, ao norte com a Guiana Francesa, ao sul com o estado do Pará, a sudeste com o rio Amazonas e ao oeste com Pará e o Suriname” (Costa; Borges, 2022, p. 363). Ademais, por ser uma cidade de grande concentração da população, isso faz com que ampliado

“(...) os problemas sociais, com poucas oportunidades de trabalho e renda, insuficiência de habitações adequadas, deficiência e/ou insuficiência de transporte público, saneamento deficiente, insuficiência e deficiências em serviços educacionais e de saúde” (Tostes; Souza; Ferreira, 2015, p. 153).

As informações acima mencionadas, embora básicas, já demonstram um dado relevante, no que tange às questões ambientais imbricadas a própria realidade social local como ponto principal a ser problematizada, no caso por fazer parte da região norte e amazônica. “O fato de ser considerado um dos Estados mais urbanizados longe de representar um indicador positivo para o Amapá demonstra uma forte desigualdade territorial e social” (Tostes; Souza; Ferreira, 2015, p. 153).

Isso tudo uma leitura social de suma importância, porque como a cidade de Macapá por se concentrar como área urbana nortista, proporciona o fato de que os processos de “(...) expansão urbana e crescimento, cada vez maiores, da população em áreas urbanizadas, em paralelo ao atual contexto de crise sanitária, desequilíbrio ambiental e concentração de renda, a temática da desigualdade social mostra-se cada vez mais urgente para o Brasil (...)” (Bastos, Ferreira, Freitas, 2024, p. 2). Essa afirmação em que os autores Bastos, Ferreira e Freitas apresentam é resultado de uma pesquisa que indica que a cidade de Macapá está na condição problemática inerente à desigualdade social. Para tanto, essa questão, conforme aponta os autores, faz parte da realidade da cidade macapaense que esclarece o seguinte:

A pesquisa se baseia na hipótese de que Macapá segue a mesma lógica de outras cidades brasileiras, especificamente a existência de um padrão espacial de desigualdade urbana, caracterizado pela concentração de indicadores de

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

inclusão social em poucas áreas centrais e indicadores de exclusão social na maior área do território urbano (Bastos, Ferreira, Freitas, 2024, p. 3).

Nesse contexto social, a cidade de Macapá está em uma condição social que demonstrar que é preciso existir uma preocupação sobre a condição de vida social em relação uma boa parte da população, já que: “A maioria dos bairros macapaenses, estão localizados em áreas periféricas, apresentavam problemas de delimitação e reconhecimento, especificamente para traçar o perfil social do espaço intraurbano de Macapá” (Bastos, Ferreira, Freitas, 2024, p. 4). Para tanto, devido a essa desigualdade social, é fato que a realidade das relações dos *modus vivendi* existente causam conflitos sociais, isso é tão significativo e real, que isso é resultado condicionado de uma desordem estrutural urbana que está presente e atrelado a uma questão problemática que é inerente a fatores que fez com que a cidade crescesse de maneira desordenada. Em outras palavras, a desordem estrutural urbana na cidade de Macapá, se dá porque há um conflito de interesses entre grupos sociais distintos.

Ao realizar um estudo sobre o desenvolvimento local em regiões periféricas, dando atenção especial para o Amapá, Abrantes (2014) apresenta que o crescimento populacional e o baixo nível na renda familiar, levaram a um crescimento expressivo da população que ocupa as áreas de ressacas (locais que sofrem com os efeitos das marés e são formados por canais e igarapés). O autor ainda coloca que segundo moradores das regiões, a atração para a moradia se dá principalmente pelo motivo de que as áreas de ressaca ficam mais próximas dos locais onde podem ter acesso à saúde e educação, assim, acabam preferindo não residir em áreas geograficamente mais altas, mesmo que tenham problemas de infraestrutura básica, principalmente no que condiz a saneamento básico (Silva, 2020, p. 42).

Destarte, como houve um crescimento desordenado da cidade de Macapá, principalmente em espaço onde a água é o elemento natural que ocupa/ocupava o local, fez com que a cidade tivesse o seguinte: “Macapá passou por transformações significativas e junto com ela os espaços relacionados às águas” (Pontes; Garcia; Vasconcelos, 2023, p. 7). Para tanto, é válido ser lembrado que no contexto “(...) urbano de Macapá, as águas urbanas estão fundamentalmente relacionadas aos espaços abertos e não se apresentam somente como elemento básico para a sobrevivência, mas também estão relacionadas à vivência coletiva arraigadas à história e à cultura” (Pontes; Garcia; Vasconcelos, 2023, p. 4). Isso quer dizer que: “Macapá tem as águas urbanas como agente ativo sobre a configuração do território, que assume diversas funcionalidades e influencia a vida local” (Pontes; Garcia; Vasconcelos, 2023, p. 4), e que aliás são fundamentais ao processo de permanência e existência urbana.

Esses fatores, que são a ocupação de espaço “(...) urbano e o rápido crescimento da população colocam numerosos desafios às entidades públicas, sobretudo o da gestão de um território complexo e no qual as infraestruturas urbanas não acompanham este crescimento” (Ferreira; Amorim; Santos, 2016, p. 156). E por isso acontecer, as “(...) autoridades têm-se mostrado incapazes de responder às expectativas dos que procuram o Amapá, e estes, ao concentrarem se sobretudo em Macapá, são os responsáveis pela macrocefalia da capital” (Ferreira; Amorim; Santos, 2016, p. 156). Como há incapacidade por parte do setor governamental de enfrentar de desordenamento urbano, faz com que a ocupação na cidade de Macapá, por exemplo, faz com que tenha conflitos sociais inerentes ao conceito de racismo ambiental, o qual estabelece que há uma diferença no tratamento social referente a ideia dos preceitos de diferença da pseudociência de existências de raças.

Nesse contexto, no ano de 2023, o IBGE divulgou o CENSO realizado entre agosto de 2022 e janeiro de 2023, sobre o Estado do Amapá, revelando os dados sociais oriundos da metodologia de pesquisa do IBGE, como saúde, educação, segurança, bem como a questão do serviço de água e esgoto urbano, relacionados a moradia da população da cidade de Macapá, destacando as áreas periféricas como as favelas. Para tanto,

O levantamento mostra que o Amapá em 2022 foi a Unidade da Federação (UF) com o segundo maior percentual de pessoas vivendo em favelas em relação a população total, atrás apenas do Amazonas (34,7%). Segundo a pesquisa, 24,4% da população do Amapá vivia em favelas e comunidades urbanas, o que representa o triplo do percentual do Brasil – onde 8,1% da população residia em favelas, de acordo com o Censo 2022. Em relação a Macapá, 28,8% da população da capital (127.659 pessoas) residiam em favelas e comunidades urbanas (Vidigal, 2023, n. p.).

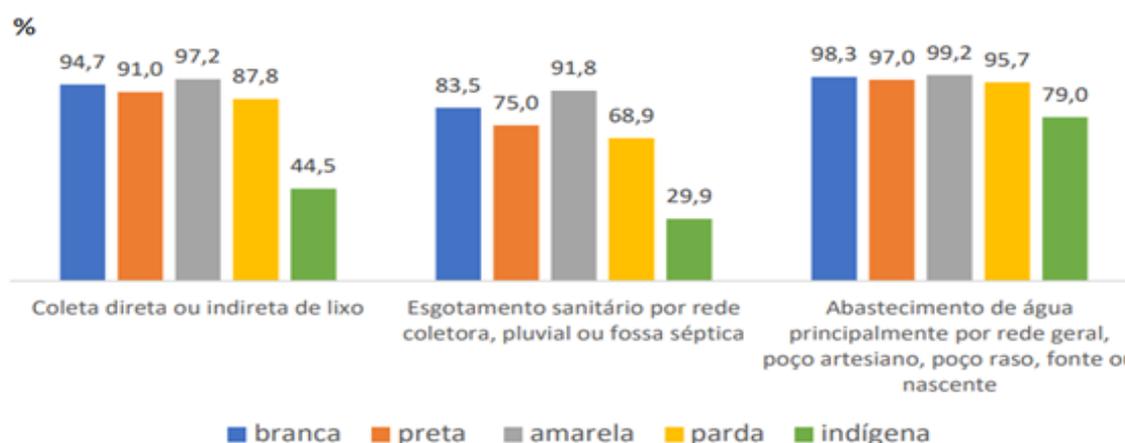
Destarte de acordo com as informações geradas pelo IBGE e publicizadas pela Agência TELEGRAPH (2023) que considerou o quesito “Cor ou Raça”: “A pesquisa mostrou que 123.853 (69,1%) dos moradores de favelas e comunidades urbanas do Amapá eram pardos, 35.200 (19,6%) brancos, 19.878 (11,1%) pretos, 124 amarelos (0,1%) e 224 (0,1%) indígenas” (Vidigal, 2023, n. p.). Nessa informação: O Censo Demográfico de 2022 identificou 121 favelas e comunidades urbanas no Amapá, dados estes que representou a 19ª UF com o maior número dessas localidades. As favelas foram encontradas nos seguintes municípios: Macapá (83) (...) Ainda de acordo com a pesquisa, 89,3% das favelas do Amapá estavam nas concentrações urbanas com núcleo na capital” (Vidigal, 2023).

Os dados informados acima revelam que na cidade de Macapá há inúmeras indicações de aspectos de desigualdade coletiva que se traduzem em um abismo social marcado pela distinção da cor da pele das pessoas. São referências que constituem um fato preocupante que descreve um cenário marcado por divisão de grupos distintos que se traduz como uma condição em que a questão do racismo ambiental, ou melhor o racismo social está presente e é representada como um fator que se manifesta em uma realidade em que pessoas de pele preta, branca, pardas e indígenas são colocadas na capital amapaense. Uma roupagem social oriunda de estratégias de distribuição estratificada em espaços urbanos que de maneira muito bem pensada por grupo dominantes. Fato esse que é muito bem descrito na definição de racismo ambiental e que podemos perceber de maneira melhor na seção abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ano de 2022, o IBGE realizou o Censo Demográfico que apontou o novo número de pessoas no Brasil junto com suas características e condições de vida. Esta pesquisa revelou dados importantes das condições sociais dos brasileiros, indicando que pessoas pretas, pardas e indígenas são a maioria vivendo em condições vulneráveis. Apesar do censo não atrelar essa condição ao racismo ambiental, os indicadores apontam que as famílias da raça ou cor preta, parda ou indígena, são as mais afetadas, como bem podemos analisar no gráfico 1.

Gráfico 1: Dados sociais sobre como estão estabelecidas as condições de moradias no Brasil a partir da relação de grupos sociais que têm como referência a cor da pele das pessoas.



Fonte: Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3106/cd_2022_domicilios.pdf.

Acesso em 04 de nov. 2024.

Embora os dados sejam de âmbito nacional, são fundamentais para a compreensão da realidade brasileira, da região norte, do estado do Amapá, assim como também da cidade de Macapá, já que demonstram que:

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Os resultados ora divulgados, (...) contemplam os recortes do Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Municípios que estão desagregados, também, segundo a cor ou raça e os grupos de idade dos moradores. Eles fornecem um panorama inicial das características dos domicílios no País (BRASIL, 2024, p. 6-7).

Nesse sentido, as informações até então descritas esclarecem que: “Os dados coletados pelo Censo Demográfico de 2022 indicam a existência de relevantes desigualdades nas condições de saneamento básico para cada grupo de cor ou raça da população” (BRASIL, 2024, p. 50). Diante dessas informações, Brasil, (2024, p. 50) afirma ainda que: “Nacionalmente, as pessoas de cor ou raça amarela, seguidas de pessoas de cor ou raça branca, obtêm as maiores proporções de conexão de redes de serviços de saneamento básico e maior proporção de presença de instalações sanitárias nos domicílios”. Ainda: “As pessoas de cor ou raça preta, parda e indígena obtêm proporções menores” (BRASIL, 2024, p. 50).

Tabela 1: Tipo de moradia ocupada, conforme a raça ou cor.

Tipo de moradia	Cor ou “raça”	
	Branca	Preta, parda ou indígena
Apartamento	15.219.334	9.775.511
Casa	70.178.861	100.604.482
Casa de vila ou apartamento	2.303.315	2.522.687
Estrutura residencial permanente degradada ou inacabada	21.412	59.820
Habitação de casa em cômodos ou cortiços	157.330	334.815
Habitação indígenas sem paredes ou malocas	104	52.340

Fonte: IBGE, 2022. (<https://amazoniareal.com.br/censo-2022-racismo-ambiental/>).

Diante dessa veracidade, se levar essa questão para a realidade da região norte a fim de relacionar a desigualdade social ainda mais com a realidade da cidade de Macapá, podemos realizar a leitura dos dados apresentados na tabela 1, os quais evidenciam que, cada vez mais, há uma distinção negativa quanto a um tipo de tratamento relacionado a grupos sociais baseados na cor da pele da população da região Norte: Entre outras palavras, um resultado de um projeto político para esta região uma vez que,

A Amazônia emergiu então no cenário nacional como uma região singular, não homogênea, repleta de diferentes características motivadas pelas políticas exógenas de expansão através do nacional desenvolvimentismo, que causaram profundas mudanças territoriais, demográficas, ambientais e culturais no espaço amazônico, as quais perduram até os dias atuais (p. 381).

A tabela 1 apresenta indicadores importantes quanto aos tipos de moradia na região Norte do Brasil. Analisando a informação, podemos confirmar que as ocupações de espaços com condições adequadas estão atreladas às questões de cor e raça e conseqüentemente às questões sociais, visto que, as populações mais pobres fazem parte de grupos de pessoas pretas, pardas e indígenas que são a maioria ocupando habitações inadequadas com estrutura residencial permanente degradada, inacabada ou casas de cômodos e/ou cortiços que são os tipos de moradias em condições precárias, enquanto que moradias de apartamentos, onde a infraestrutura é segura, geralmente estão localizada em áreas mais privilegiadas da cidade, sendo ocupadas quase que, em sua totalidade por pessoas brancas, conforme a tabela 1 analisado acima. Cartier *et al.* (2009), afirmam que a escolha de moradia frente aos riscos ambientais está relacionada com a capacidade financeira dos grupos sociais.

Figura 2: Casas em área de ressaca no município de Macapá.



Fonte: Disponível em: www.abq.org.br/cbq/2014/trabalhos/5/5851-15430.html. Acesso em 01 de nov. 2024.

No Amapá, em especial na cidade de Macapá, as ocupações urbanas vêm ocorrendo de forma desordenada. Essa informação é muito similar à tabela anterior. O exemplo claro é a ocupação das áreas de ressaca que são áreas úmidas, onde as famílias constroem suas casas (Figura 2) sobre o nível da água, sem nenhum serviço de saneamento básico como rede de esgoto, água encanada, banheiros adequados e coleta de resíduos sólidos caracterizando assim, a vulnerabilidade socioambiental. Segundo o Ministério Público do Estado (MP-AP), cerca de 160 mil pessoas, que representam aproximadamente de 20% da população, ocupam esses locais insalubres (Castro; Júnior, 2021).

Nesse contexto, segundo Tostes (2021) *apud* Castro e Júnior (2021, n.p.): “Quando você vai olhar a massa de ocupação das áreas úmidas elas regrediram menos de 3 a 4%. Essa incompatibilidade entre a habitação formal e a redução na ocupação das áreas úmidas me parece que foi um dos gargalos de Macapá no que se refere a revitalizar essas áreas”. Essa realidade podemos perceber na figura 2, a qual retrata muito bem a realidade social existente na cidade de Macapá.

Essa questão, que na realidade é uma mazela social, que pode ser percebida *in lócus* e foi evidenciada pelo último censo do IBGE (2023) que, a maioria da população que ocupa esses tipos de espaços pertencem a um grupo social minoritário de grande maioria de pele preta ou parda, é e fato que “(...) em todo o território nacional, a população que menos têm acesso a coleta de lixo, rede de água tratada, esgoto sanitário e que mais morre através de homicídios é a população preta ou parda, como classifica o IBGE” (2020, p. 43).

Condições de saneamento básico dos moradores de Macapá

A região Norte é a que apresenta o pior índice sanitário em relação às outras regiões do país, segundo IBGE (2022). Entre os dados revelados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), o Amapá aparece com a pior cobertura da rede de esgoto do país, o município de Macapá não oferece o serviço a 83% dos domicílios e mais de 50% da população não tem acesso à água da rede geral de distribuição do estado. Em contrapartida, apenas 5% da população geral não tem coleta de lixo (Tabela 2).

A tabela 2 apresenta informações importantes quanto ao número de habitantes sem a disponibilidade dos serviços de saneamento básico no município de Macapá, no entanto estes dados são preocupantes, visto que mais da metade da população do município não tem acesso a água tratada, apontando um certo descaso do poder público em oferecer o mínimo a população: água tratada e rede de esgoto adequado para os moradores do município. A tabela 2 traz ainda, um alerta quanto às questões de saúde pública, pois as populações estão em condições vulneráveis, apontando para os problemas de saúde coletiva, comprometendo a rede de assistência à saúde municipal que já é deficiente. Guimarães, Carvalho e Silva (2007) explicam que investir em saneamento é uma das formas de reverter o quadro de saúde pública existente.

A questão da falta de saneamento básico na capital amapaense tem sido tema recorrente nos debates públicos, por meio de reportagens e denúncias da imprensa local e nacional e tem sido bastante abordada nas academias como objeto de estudos referentes à disponibilidade de água tratada e esgoto sanitário em determinados bairros de Macapá. Nesse contexto, estima-se que as populações pretas, pardas e indígenas sejam ainda mais afetadas pelo problema, uma vez que, de acordo com a pesquisa do Censo Demográfico de 2022 realizada pelo IBGE, mais de

70% da população de Macapá é preta, parda ou indígena (IBGE, 2022). Isso é uma questão importante a ser enfatizada, pois na cidade de Macapá, assim como todo o Brasil, ainda há uma mentalidade de exclusão de grupos sociais minoritários, como por exemplo a população de pele preta (nisto também inserimos pessoas de pele parda/indígena), segundo Silva (2021).

(...) a imagem e o discurso de que o negro deve ser excluído pode ainda perpetuar em meio a população macapaense, colocando-o em bairros afastados e marginalizados, sempre pontuando que não serão todas as vezes que estes posicionamentos serão manifestos e explícitos pelo branco (Silva, 2021, p. 41).

Portanto, a questão configura-se, além da falta de providências e efetividade das ações do poder público local, em uma reiteração da injustiça e racismo ambiental predominantes no país, que atingem especialmente a população pobre, negra, quilombola e indígena – o último segmento social a ter seus problemas solucionados (Mapa de Conflitos, 2009). Nesse prisma no município de Macapá, essa realidade se repete de maneira sistematizada, em razão de que há “(...) um cenário de práticas de ocupação onde há grandes fronteiras de violências agenciadas pelo espaço e principalmente pelo tempo, em conflitos com grupos sociais e com o Estado, frente ao “sistema”, a “ordem social”, a “sociedade” (Scheibe, 2016, p. 60) que faz com isso tudo seja uma condição social como algo que deve ser perpetuado.

Tabela 2: Serviços de saneamento básico no município de Macapá.

Saneamento Básico no município de Macapá		
Indicadores	Número de pessoas	Porcentagem %
Não conectados à rede de esgoto	368.033	83,09%
Não abastecidos pela rede geral de água	247.776	55,94%
Não têm coleta de lixo	23.209	5,24%

Fonte: IBGE, 2022. (<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>).

Nesse contexto, conforme a figura 2, o racismo ambiental é percebido a partir de uma perspectiva em que “(...) que há uma violência transgeracional cometida contra a população negra em território macapaense, resultando em segregação espacial com recorte racial, ficando a margem da sociedade (...)” (Silva, 2020, p. 39). Essa questão é fundamental ser ressaltada em razão de que o espaço em questão (Figura 2) demonstra de forma clara que a minoria social da cidade de Macapá está

(...) sendo colocada em um lugar de subalternidade socioeconômica e espacial e constantemente permanecendo sem valor diante da branquidade macapaense que pratica segregação espacial e divisão no mercado de trabalho.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Tais atitudes baseadas no projeto de grande marco e naturalizado pela população amapaense que visava povoar (com brancos), educar (os brancos) e sanear (retirando os negros e deixando a cidade limpa) (...) (Silva, 2020, p. 44).

Para tanto, como uma forma de resolver os problemas sociais apresentados, tem-se os projetos de conjuntos habitacionais que têm sido uma alternativa para retirar as famílias que vivem em área de ressaca. Entretanto, apesar do governo local ter construído mais de 10 mil imóveis em conjuntos habitacionais como: O Macapaba, São José e Açucena, no entanto, a quantidade de pessoas vivendo nas áreas alagadas cresceu, chegando ao déficit habitacional de 29 mil moradias no Amapá (Castro; Júnior, 2021).

Figura 3: Conjunto Habitacional Macapaba fica na Zona Norte de Macapá, no Amapá.



Fonte: Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia>. Acesso em 01 de nov. 2024.

A respeito disso, embora a proposta governamental seja de oportunizar moradias dignas para a população, é fato que “(...) na realização da segregação racial a branquidade define sua própria área e a negritude é colocada confinada em um local também determinado pela branquidade, locais representados como os bairros periféricos e conjuntos habitacionais longe dos centros de educação, culturais, comerciais e de saúde” (Silva, 2020, p. 42).

Um dos principais e maiores exemplos de segregação racial ocorrido em Macapá, trata-se do momento em que houve a construção da cidade (...) onde o negro foi colocado em lugares mais distantes, visando assim, um embelezamento por meio do embranquecimento dos locais, deixando apenas o que é tido como belo, o branco (...) Também é possível perceber a segregação quando se pensa nos locais onde são construídos os conjuntos habitacionais e

como os moradores passam a ser vistos pela população local, sendo marginalizados e podendo ser classificados como violentos, dependentes do governo, bandidos e usuários de drogas (Silva, 2020, p. 42).

Na Figura 3, podemos perceber a infraestrutura de uma política social na cidade de Macapá que serviu para diminuir um problema que ocorria devido: “Conforme Tostes e Luz (2014), o crescimento demográfico da cidade de Macapá e a demanda por projetos habitacionais desencadearam a expansão urbana da cidade, ocasionando novas transformações econômicas e sociais no âmbito intraurbanas”. Contudo, embora toda a prerrogativa de proporcionar moradias dignas as pessoas da cidade de Macapá é fato que “(...)as ações e intervenções do Estado no espaço urbano estão voltadas historicamente para a dominação política e econômica por parte das elites, o que leva à segregação sócio-espacial (Tostes; Luz, 2014, p. 5). Ainda assim, os conjuntos habitacionais existentes da cidade de Macapá representam uma leitura social, que pode ser percebida também pelos preceitos do Racismo Ambiental uma vez que as obras são condicionadas às questões “raciais”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa abordamos o racismo ambiental como uma questão social, a qual estão intimamente interligados por ações que desconsidera o valor da dignidade humana, uma vez que essa questão é parte de nossa formação histórica, uma realidade social marcada por preconceitos oriundos de um racismo que coloca as pessoas pretas, pardas e indígenas marcada pela marginalização oriunda de grupos dominantes.

O Racismo Ambiental não é só um conceito científico, como bem vimos no presente trabalho, e sim um resultado de uma visão social que proporcionou uma leitura que colocou em debate em torno do meio ambiente, os conflitos que se origina de um poder dominantes que faz com que comunidades negras, pardas e indígenas sejam eliminadas da natureza. Isso tem causado problemas sociais como conflitos, e por assim ser, trata de ser uma relação que desmascara uma realidade social urbana, é ainda um termo científico e social, que expõe uma realidade de nossa sociedade que se expressa uma condição de mazela que se traduz ao fato de que quando as pessoas quantos afetadas pela degradação do meio ambiente e desastres ambientais provocam uma imoralidade social que afetam mais as pessoas que estão em uma situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, as pessoas pretas, pardas e indígenas, em grande parte de nossa sociedade, estão nessa situação de vulneráveis, que se perpassa pela fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos do contexto econômico-social. Isso quer dizer

que, os grupos sociais citados no presente trabalho, são discriminadas e têm seus direitos violados por causa da renda, educação, saúde e localização geográfica na cidade de Macapá.

Embora o período da escravidão tenha ficado no passado, no entanto, estas pessoas sempre estiveram as margens da sociedade, vivendo em espaços insalubres, como no caso das áreas de ressaca do município de Macapá, onde as pessoas pretas, pardas e indígenas são a maioria ocupando esses espaços. Isso tudo, quer queira, quer não, implica eliminação de riscos e substituição da fragilidade pela força. Os riscos são grupos sociais minoritários e a força os grupos dominantes.

Nesse cenário, o município de Macapá, juntamente com o Governo do Estado, tenham construído vários conjuntos habitacionais a fim de favorecer as pessoas que habitam, principalmente, em áreas úmidas, oferecendo moradia com condições adequadas de saneamento básico, como água tratada abastecidos pela rede geral de água do estado, banheiros adequados conectados à rede de esgoto e coleta de lixo, no entanto, o número de pessoas que ainda vivem em condições insalubres em áreas de ressaca é cada vez mais crescente, portanto, os problemas sociais ligados às questões raciais também é crescente, uma vez que, o número de pretos, pardos e indígena entre os pobres é sempre maior que o número de brancos, conforme bem descrito pelas informações dadas pelo IBGE (2023).

A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos anos de 2022 e 2023, oportunizou uma leitura social que desmascara um retrato urbano sobre a cidade de Macapá. Uma realidade do modo de vida da população macapaense que nunca foi levado em consideração, entrando, portanto, pela primeira vez como critério de pesquisa pelo IBGE.

Embora possamos informar que este trabalho tenha se dado de maneira tardio, fato esse que poderia proporcionar (talvez) uma condição de vida para os moradores de Macapá uma realidade social melhor em relação ao que temos atualmente.

Quer dizer, caso fosse levado em consideração há muitos anos, o critério de grupo social como estudo para proporcionar melhores condições sociais para as pessoas. Afinal, o CENSO demográfico realizado pelo IBGE serve também para direcionar as políticas públicas e ações governamentais para o bem-estar da população. O fato é que, não há como negar que a questão racial que leva em consideração a distinção de grupos sociais devido a cor da pele das pessoas, trata de ser uma condição que promove uma realidade social como a que descrevemos no presente trabalho.

Para tanto, o racismo não ocorre somente em situações pontuais, como ofensas, preconceitos em falas ou negações da nossa história. Ocorre também em muitas situações, como bem descrevemos. Estão em contextos sociais, principalmente simbolizados nas relações

comunitárias de espaços urbanos, e isso mais do que nunca, demonstra uma realidade de nossa própria sociedade, que se expressa na formação coletiva até mesmo nos espaços urbanos e ao meio ambiente.

Por fim, a pesquisa ressalta que o racismo ambiental em áreas urbanizadas, se manifesta também com a negação de serviços básicos como saneamento e moradia às pessoas pretas, pardas e indígenas, uma vez que esses grupos estão sendo expostos a condições vulneráveis de sobrevivências, a partir das desigualdades sociais que refletem um racismo velado, levando em consideração que esse grupo é a maioria em classes pobres. Além de que, trata-se uma questão que nos faz compreender como a formação de nossa cidade de Macapá se construiu. Levando para tanto, a questão, social, histórica, econômica, de domínios e dominados entre tantas outras questões que foram predominantes para o desenvolvimento do atual cenário da capital amapaense.

REFERENCIAL TEÓRICO

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. **In: Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ANDRADE, A. G. C. O Princípio Fundamental da Dignidade e sua condição social. **Revista da EMERJ**, v. 6, n. 23, 2003.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOLIN, B. R. Class, Ethnicity, and Disaster Vulnerability. In: RODRIGUEZ, H.; QUARENTELLI, E.; DYNES, R. (Orgs). **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2006.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 141. p., 2016.

BASTOS, A. B. FERREIRA, J. F. C. FREITAS, J. S. F. Mosaico da desigualdade social intraurbana de Macapá, Amapá (2000-2010) **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**. 2024.

BOLIN, B. R. Class, Ethnicity, and Disaster Vulnerability. In: RODRIGUEZ, H.; QUARENTELLI, E.; DYNES, R. (Orgs). **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2006.

BRASIL. Censo Demográfico 2022 Características dos domicílios Resultados do universo. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. 2024.

BRASIL. **Lei 11.445**, 5 jan. 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Publicado no DOU de 8.1.2007 e retificado no DOU de 11.1.2007.

BULLARD, R. D. Environment and Morality: Confronting Environmental Racism in the United. States. **United Nations Research Institute for Social Development**. Genebra. 2004.

CARVALHO, L, *et al.* Roteiro Metodológico. **In: Conflitos Socioambientais no Brasil**. Vol I, CARVALHO, I. C. M.; SCOTTO, G. (org). Rio de Janeiro. IBASE; 1995.

CARTIER, R.; BARCELOS, C. C.; HUBNER, C.; PORTO, M. F. Vulnerabilidade Social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos de Saúde Pública** [s.1.], v. 25, n. 12, p. 2695-2704, dez. 2009. Disponível em: <www.arca.fiocruz.br/handle/icict/853> Acesso em: 06 de out. 2024.

CASTRO, W.; JÚNIOR, J. Habitação no Amapá: cerca de 160 mil pessoas vivem em condições insalubres. **Jornal do Amapá - JAP2** — Macapá, 15/12/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/15/habitacao-no-amapa-cerca-de-160-mil-pessoas-vivem-em-condicoes-insalubres.ghtml>> Acesso em: 05 de out. 2024.

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 304 p, 2005.

Castro, W. Júnior, J. Habitação no Amapá: cerca de 160 mil pessoas vivem em condições insalubres. **Jornal do Amapá - JAP2** — **Macapá**, 15/12/2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/12/15/habitacao-no-amapa-cerca-de-160-mil-pessoas-vivem-em-condicoes-insalubres.ghtml>> Acesso em: 05 de out. 2024.

FREITAS, A.C.S.; DA COSTA, H.L.G.; DOS SANTOS, M. G.; DE CARVALHO, P.S; RODRIGUES, A.B.; MACIEL, J.P.F. A influência da química no meio ambiente localizado: analisando a influência da química no contexto socioambiental do município de Macapá-AP. 54º Congresso Brasileiro de Química, **Química e Sociedade: Motores de Sustentabilidade**. Rio Grande do Norte. 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Plano Estadual de Assistência Social do Estado do Amapá**. 2020 - 2023. Secretaria de Estado da Inclusão e Mobilização Social – SIMS 2020. Disponível em: <https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SIMS_7147df623a1b078a82c7e963513fe50f.pdf> Acesso em: 05 de out. 2024.

GUIMARÃES, A. J. A.; CARVALHO, D. F. de; SILVA, L. D. B. da. SANEAMENTO BÁSICO, IT 179 – **Saneamento Básico**, Rio de Janeiro: UFRJ – Instituto de Tecnologia. Agosto/2007. Disponível em: <www.ufrj.br/institutos/it/deng/leonardo/downloads/APOSTILA/Apostila%20IT%20179/Cap%201.pdf> Acesso em: 26 de out. 2024.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

HANSON, R. D. Politics, social movements, and the State. **Contemporary Sociology**, v32, n. 2, p.223-225, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. **Panorama**. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 26 de out. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas, 231.p. 2003.

LITTLE, Paul E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. (Org.) BURSZTYN, M. In: **A Difícil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.

MAPA DE CONFLITOS: **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. AP – Precariedade do saneamento básico de Macapá é fator de injustiça ambiental e de comprometimento das condições de trabalho e promoção humana da população mais atingida**. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ap-precariedade-do-saneamento-basico-de-macapa-e-fator-de-injustica-ambiental-e-de-comprometimento-das-condicoes-de-trabalho-e-promocao-humana-da-populacao-mais-atingida/> Acesso em: 24 de out. 2024.

PEREIRA, D; AMPARO, Thiago. Raça, clima e direito: um debate sobre justiça climática. *In: Racismo Ambiental. Revista Diálogos ambientais*. Ana Sanches e Mariana Belmont (org) v. 06. nº 17. Julho, 2023.

RIBEIRO, L. Saneamento básico: Região Norte apresenta pior índice de tratamento de água e esgoto no Brasil, Meio Ambiente. **PORTAL AMAZÔNIA**. 2023. Disponível em: <https://portalamazonia.com/saude/saneamento-basico-regiao-norte-apresenta-pior-indice-de-tratamento-de-agua-e-esgoto-no-brasil/> Acesso em: 24 de out 2024.

PORTO, J. L. R. SUPERTI, E. Visões de Defesa Nacional na Formação da Condição Fronteiriça dos E - Territórios Federais Amazônicos: da Ocupação a Vivificação Espacial. In: **book: Intenções de Desenvolvimento em Espacialidades Desiguais**. Edition: 1. Chapter: 4. Publisher: EDUFT, pp. 81 - 94, 2020.

RIBEIRO, R. F. Introdução à questão metodológica. In: DIEGUES, A.C. S. **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.

RIBEIRO, F. B. V.; PICALHO, A. C.; CUNICO, L. FADEL, L. M. Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, V.17, nº 1, p.100-113. TRI | 2023.

RODRIGUES, J. F. RACISMO AMBIENTAL: Uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. **Revista em Favor de Igualdade Racial**. Rio Branco – Acre, v.7, n.1, p. 150-161, jan.-abr. 2024.

RIBEIRO, F. B. V. PICALHO, A. C. CUNICO, L. FADEL, L. M. Abordagem interpretativista e método qualitativo na pesquisa documental: descrição geral das etapas de coleta e análise de dados. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, V.17, nº 1, p. 100-113. TRI | 2023.

RUIZ, S. **Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano**. Ph.D. Thesis. Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany.2005

SANTOS, I. P. JESUS, V. (In)Consequências da inadequação em saneamento na vida-morte da população negra brasileira. *In: Racismo Ambiental. Revista Diálogos ambientais*. Ana Sanches e Mariana Belmont (org) v.06. nº17. Julho, 2023.

SCHEIBE, Roberta. Violências transparentes no cotidiano do conjunto habitacional: etnobiografias, subjetividades e resistências femininas em Macapá-ap. *In: I Anais do Primeiro Simpósio Grupo CUCAS*. UNIFAP. v.1. Macapá. 89p. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 274 p. 2007.

SILVA, E. S.; FERREIRA, J. F. C.; TOSTES, J. A. A implantação de empreendimentos hidrelétricos no médio Araguari e a nova configuração urbana de Ferreira Gomes-AP, na Amazônia brasileira. **Revista Geosul, Florianópolis**, v. 35, n. 75, p. 376-396, mai./ago. 2020.

SILVA, M. C. Segregação racial e a saúde mental da população negra macapaense: uma violência explícita. **Revista Arquivos Científicos (IMMES)**. Macapá, AP, v. 4, n. 1, p. 38-46, 2021.

SOUZA, A. C. M. **ANÁLISE DO PLANEJAMENTO URBANO DE UM ESPAÇO EM TRANSFORMAÇÃO: As cidades de Macapá e Santana na perspectiva do Desenvolvimento Local**. Dissertação do Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Federal do Amapá. Macapá p. 121. 2015.

SOUZA, V. S. Eugenia, racismo científico e antirracismo no Brasil: debates sobre ciência, raça e imigração no movimento eugênico brasileiro (1920-1930). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, nº 89, 2022.

TOSTES, J. A.; SOUZA, A. C. M.; FERREIRA, J. F. C. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2015.

TOSTES, J.; LUZ, R. S. Planejamento urbano na cidade de Macapá: análise do projeto habitacional Macapaba. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. **Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva** São Paulo, 2014.

TURNER, M.D. Political ecology and the moral dimensions of “resource conflicts”: the case of farmer-herder conflicts in the Sahel. **Political Geography**, 23, p. 863-889, 2004.

VIDIGAL, Victor. Censo 2022: Amapá é estado com segundo maior percentual de pessoas vivendo em favelas em relação à população total. **TELEGRAPH.PH/SENSO2022**. 2024. Disponível em: <<https://telegra.ph/Censo-2022-Amapa-e-estado-com-segundo-maior-percentual-de-pessoas-vivendo-em-favelas-em-relacao-a-populacao-total-11-08>> Acesso em 08 de nov. 2024.

**UMA ANÁLISE SISTEMÁTICA DOS EFEITOS DA MIGRAÇÃO CLIMÁTICA
NAS COMUNIDADES AMAZÔNICAS DO ARQUIPÉLAGO
DO BAILIQUE- AMAPÁ-BRASIL**

Nataliel de Almeida Costa⁷⁶

<http://lattes.cnpq.br/5466151860175067>

Suzane Biapino dos Santos⁷⁷

<http://lattes.cnpq.br/1871989373652412>

Emmanuele Nascimento de Almeida Pedreira⁷⁸

<http://lattes.cnpq.br/3183421160845301>

José Alberto Tostes⁷⁹

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁸⁰

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Cláudia Maria do Socorro Cruz Fernandes Chelala⁸¹

<https://Lattes.cnpq.br/2609614137392991>

Valdenira Ferreira dos santos⁸²

<https://Lattes.cnpq.br/1395198888623953>

INTRODUÇÃO

A região amazônica possui a maior bacia hidrográfica do mundo, com uma área de aproximadamente 7 milhões de km². Esta bacia se estende desde os Andes, interligando a floresta amazônica e desembocando no Oceano Atlântico, onde despeja suas águas (Oltman,

⁷⁶ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: natalieldealmeida@gmail.com

⁷⁷ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Ciências Naturais pela Universidade Estadual do Amapá. E-mail: suzanebiapino@gmail.com

⁷⁸ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Engenharia de Pesca pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: emmanuelegea@gmail.com

⁷⁹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁸⁰ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

⁸¹ Doutora em Geologia e Geofísica pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Geologia pela Universidade Federal do Amapá. Professora do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: valdeniraferrreira@gmail.com

⁸² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade Federal do Pará. Graduada em Economia pela Universidade Nacional de Brasília. Professora do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: cfchelata@gmail.com

1968), concentrando cerca de 1/5 da água doce do planeta. O Amapá, localizado dentro da Amazônia Legal, abriga uma das maiores florestas tropicais do mundo, que é fundamental para o equilíbrio ambiental global e lar de milhões de espécies animais e vegetais.

Estudos realizados por Rodrigues e Junior (2021) no Panorama Geral da Zona Costeira do Amapá evidenciam que a Zona Costeira do Estado possui uma rica diversidade de ambientes. Essa diversidade inclui matas de várzea e campos inundáveis, sob a influência das marés semidiurnas associadas ao rio Amazonas e seus afluentes. Essa região apresenta florestas densas e várzeas com grande potencial socioeconômico e é importante para o modo de vida das comunidades tradicionais, que dependem diretamente dos recursos naturais e vivem de forma integrada à dinâmica da natureza.

Nos últimos anos, o impacto das mudanças climáticas trouxe à tona uma questão urgente: o processo de migração social nas comunidades do Bailique. Este arquipélago, situado na foz do rio Amazonas entre a costa do Amapá e o Pará, é composto por ilhas de várzea caracterizadas pela biodiversidade e pela inundação periódica das marés. A população local vive em palafitas e depende da pesca, do extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.) e da agricultura de subsistência (Ferreira, 2023). O açaí, em particular, é uma fonte de renda e alimentação fundamental para as comunidades (Euler et al., 2018).

Nas diversas áreas costeiras do país, há a ocorrência dos processos erosivos. Esse processo se dá quando há perda de sedimentos básicos ao equilíbrio da praia, ou seja, a praia perde grande quantidade de sedimentos em relação àquela que recebe como aporte. A maior parte dos casos é resultado de algumas causas naturais significativas. Outras de natureza antropogênica que, com a ocorrência de interações entre essas características, induzem a aceleração da erosão costeira, resultando no recuo da costa e em perda de terras (Souza et al., 2005; Souza, 2009).

Essas comunidades enfrentam desafios ambientais como o fenômeno das "Terras Caídas", uma erosão fluvial agravada pelas marés que ameaça a estabilidade das ilhas (Gomes et al., 2020). Além disso, a região sofre com infraestrutura limitada e falta de serviços essenciais, como educação e saúde, impactando a qualidade de vida dos moradores (Monteiro, 2018). Os efeitos das mudanças climáticas, incluindo a elevação do nível do mar, o aumento das temperaturas e mudanças nos padrões de precipitação, aumentam ainda mais a pressão sobre essas comunidades, levando muitos habitantes a migrarem para centros urbanos como Macapá em busca de melhores condições de vida e oportunidades econômicas (Kabir et al., 2018; Reinman, 2015).

O fenômeno migratório das comunidades ribeirinhas do Bailique para Macapá é impulsionado por uma combinação de adversidades ambientais e condições socioeconômicas precárias. De acordo com Torres (2011), as mudanças climáticas têm provocado erosão nas margens fluviais, aumento das inundações sazonais e intrusão salina durante os períodos de menor vazão do rio Amazonas. Ao mesmo tempo, fatores como o acesso limitado a serviços básicos de saúde, educação e infraestrutura de saneamento agravam ainda mais a vulnerabilidade dessas populações (Gomes; Calado, 2022). Como consequência, a migração para a capital representa uma busca por melhores condições de vida, embora esse deslocamento também traga novos desafios para as comunidades receptoras, particularmente em Macapá (Reinman, 2015; García; Dias, 2023; Marandola et al., 2013; Teles, 2020).

Essa migração, embora parcialmente forçada pelas mudanças climáticas, expõe as limitações das políticas públicas voltadas para as populações ribeirinhas e destaca a vulnerabilidade das comunidades do Bailique, que enfrentam, além das questões ambientais, problemas de desemprego, falta de oportunidades para os jovens, deficiências na educação e restrições no acesso a água potável e eletricidade contínua (Gomes et al., 2020). Esse cenário revela uma lacuna no apoio institucional, que deixa essas comunidades expostas a pressões socioambientais e sem alternativas de adaptação e resiliência em seu próprio território.

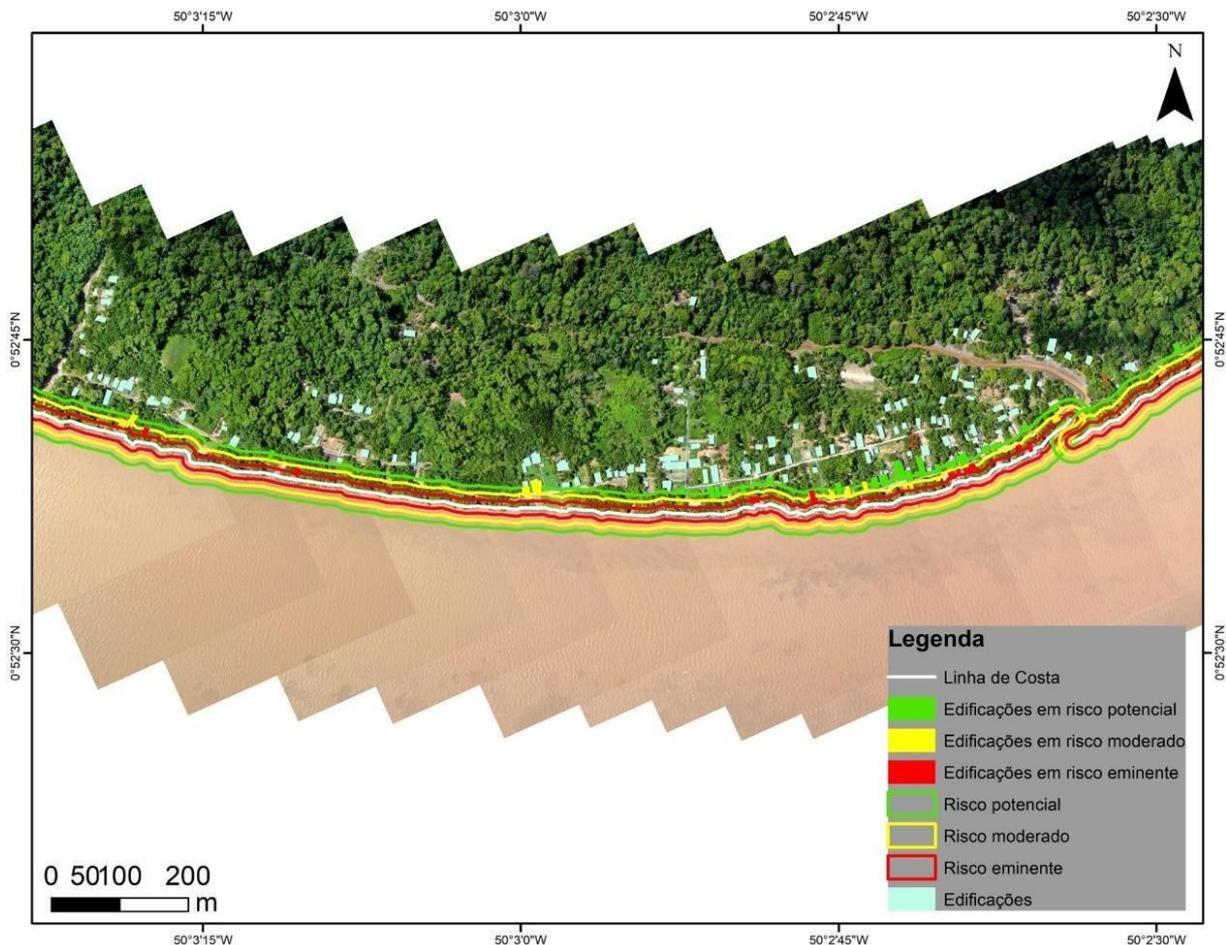
O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores que impulsionam essa migração e os impactos que ela gera nas áreas urbanas de Macapá, assim como as condições de adaptação dos migrantes. Com essa análise, espera-se contribuir para o entendimento das interações entre mudanças climáticas, deslocamento forçado e urbanização, além de ressaltar a necessidade de políticas públicas inclusivas e que promovam a resiliência dessas populações vulneráveis. Ao contrário do pensamento funcionalista, que vê a migração campo-cidade como um processo automático, essa migração resulta, em muitos casos, de pressões econômicas e sociais (Matos, 2012).

Em um contexto de desigualdade, o conceito de privação relativa sugere que a decisão de migrar pode ser uma tentativa de reduzir a percepção de desvantagem econômica, em comparação ao grupo de referência (Dos Santos, 2010). No entanto, ao chegar a um novo ambiente urbano, essa sensação de privação pode persistir ou até aumentar, dependendo das condições socioeconômicas da comunidade receptora e das oportunidades reais disponíveis para os migrantes. Essa complexidade reforça a importância de políticas públicas que considerem não apenas a integração dos migrantes, mas também o apoio contínuo às suas necessidades de adaptação e inclusão.

ÁREA DE ESTUDO

O arquipélago do Bailique é um distrito do município de Macapá/ zona Rural/Ribeirinha, capital do estado Amapá. Possui um conjunto de oito ilhas localizadas no leste do estado do Amapá, na Foz do Rio Amazonas 0°52'35.2"N 50°02'55.6"W. Distância cerca de 180 km da sede do município de Macapá (PMSB).

Imagem 1. Comunidade Macedônia.



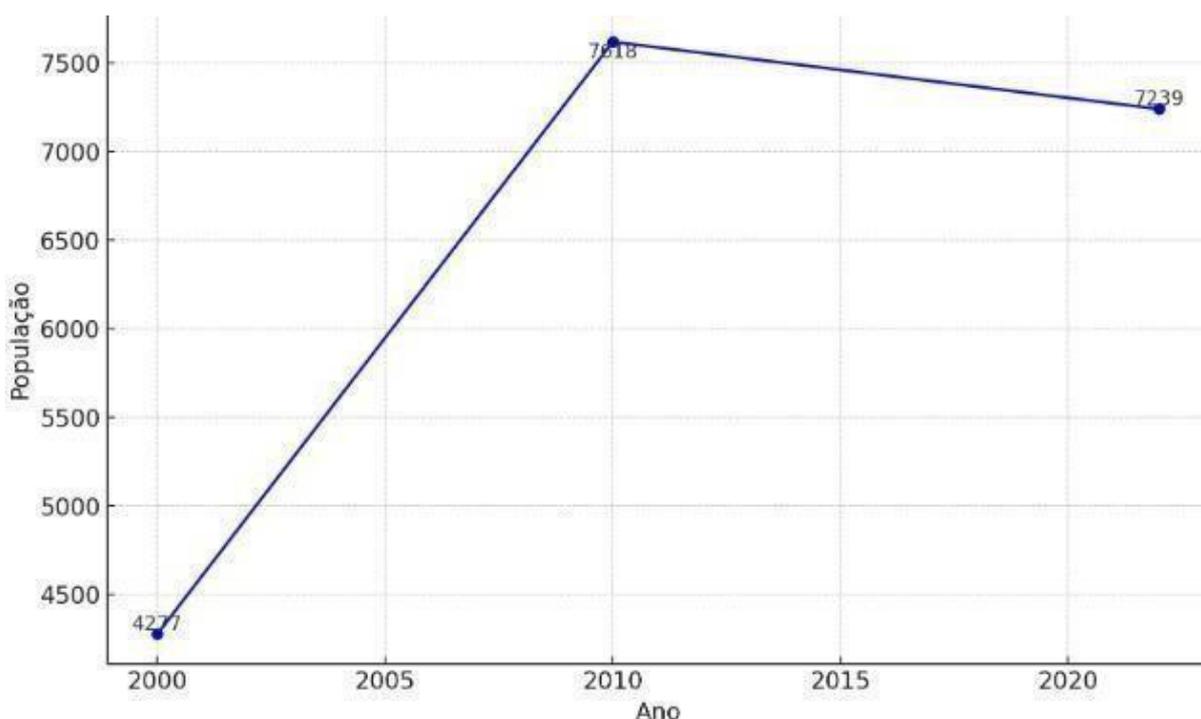
Fonte: Autores, 2024.

A economia da população do Bailique é composta por ribeirinhos, cuja subsistência depende da pesca, da agricultura de várzea e de atividades extrativistas do açaí e pecuária (Silva Junior et al., 2020; Ferreira, 2023). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a população total da região do Bailique é estimada em cerca de 7.239 habitantes. Distribuídos em aproximadamente 55 comunidades segundo (Marques et al., 2022). Essa população enfrenta desafios significativos, como a falta de acesso a serviços básicos, a precariedade das moradias e da infraestrutura local, além da vulnerabilidade em relação às mudanças climáticas (Gomes; Calado, 2023).

Como exemplo de processo migratório motivado pela degradação ambiental, realizamos uma análise detalhada das mudanças na infraestrutura habitacional da comunidade de Macedônia ao longo dos anos. Utilizando imagens de satélite do Sentinel de 2017, foi possível montar um mosaico da área, permitindo uma visão abrangente das transformações ocorridas. Além disso, imagens de drone complementaram o levantamento com uma perspectiva mais detalhada e próxima da realidade local.

Na comunidade de Vila Macedônia, foram identificadas 170 edificações, incluindo residências, escolas, igrejas e comércios. Destas, 11 edificações (6,5%) foram classificadas em risco iminente, 12 (7,1%) em risco moderado e 27 (15,9%) em risco potencial. Essas informações indicam não apenas uma perda física de estruturas, mas também um possível êxodo populacional devido à falta de condições adequadas para permanência.

Gráfico 1. Evolução Populacional do distrito do Bailique (2000 - 2022).



Fonte: Autores, 2024.

A ausência de novas construções, mesmo diante da necessidade, reflete as limitações enfrentadas pela comunidade diante da erosão costeira e da falta de suporte para restabelecimento. Essa situação demonstra a urgência de políticas públicas que promovam a adaptação climática e a reconstrução sustentável, evitando o esvaziamento gradual da comunidade e garantindo melhores condições de vida aos seus habitantes.

Conforme ilustrado no gráfico acima, os dados populacionais do distrito de Bailique apresentam um panorama de crescimento e retração ao longo das últimas duas décadas, refletindo as condições sociais, econômicas e ambientais da região. Em 2000, a população de Bailique era de 4.277 pessoas, crescendo significativamente até 2010, quando atingiu 7.618 habitantes, um aumento que evidencia a fixação das comunidades e a expansão de atividades como a pesca e o extrativismo do açaí, que proporcionaram maior estabilidade econômica e social na região.

Entretanto, o ano de 2022 mostra uma leve queda na população, estimada em 7.239 habitantes, sinalizando uma tendência de migração para fora do Bailique. Essa redução pode ser atribuída ao impacto da erosão costeira, às mudanças climáticas que comprometem os recursos naturais e à insuficiência de infraestrutura básica, como serviços de saúde e educação. Esses desafios impulsionam muitas pessoas a migrarem para áreas urbanas, como Macapá, em busca de condições de vida mais adequadas.

Para a análise das publicações científicas, foi realizada uma revisão sistemática para identificar a literatura relevante sobre Arquipélago do Bailique e temas correlatos no contexto do arquipélago. A busca de estudos foi conduzida nas bases de dados Google Acadêmico, Web of Science e SciELO, utilizando as seguintes palavras-chave, aplicadas de maneira sequencial: 1. "Arquipélago Bailique"; 2. "Problemas Ambientais"; 3. "Migração Climática"; 4. "Amazônia".

Cada termo foi utilizado individualmente e, após análise dos resultados obtidos, a busca prosseguia para o termo seguinte quando novos estudos científicos relevantes deixavam de ser encontrados. Essa estratégia buscou garantir a abrangência da revisão ao incluir publicações que cobrem questões socioambientais e os impactos das mudanças climáticas em comunidades da região amazônica, com foco no contexto sobre principais fatores dos processos migratórios influenciados por fatores ambientais.

A revisão sistemática permitiu um mapeamento dos principais problemas enfrentados na região, como os desafios relacionados à migração forçada devido à deterioração das condições ambientais, que são amplamente discutidos nas literaturas mais recentes sobre o tema.

Para compreender os fatores que influenciam a migração das comunidades do Bailique para Macapá e os impactos desse processo no espaço urbano da capital amapaense, serão analisados os seguintes eixos temáticos: (i) transformações socioambientais na região do Bailique; (ii) condições de vida e aspirações das comunidades ribeirinhas; (iii) dinâmica de deslocamento populacional e estratégias de inserção em Macapá; e (iv) respostas do poder público para minimizar os desafios decorrentes desse processo migratório.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

A migração das comunidades do Bailique para Macapá tem gerado diversos impactos no espaço e na dinâmica urbana da capital amapaense. Um dos principais desafios enfrentados por esses migrantes é a inserção no mercado de trabalho, uma vez que suas habilidades e experiências estão fortemente atreladas às atividades tradicionais da região de origem, como a pesca e a agricultura de várzea. Essa desconexão entre as competências dos migrantes e as demandas do mercado de trabalho urbano, somada à falta de políticas públicas de qualificação e inclusão socioprofissional, tem contribuído para a permanência desses grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Tabela 1. Trabalho produzidos sobre impactos sociais, econômico e ambiental que se relacionam com o processo migratório de comunidades vulneráveis.

Fatores ambientais	Fatores sociais
Processos erosão e a progradação (Tessler e Goya, 2005)	Perda de suas infraestruturas como pontes, escolas, postos de saúde e trapiches (Rodrigues e Junior, 2021)
Processos erosivos e deposicionais (Silveira e Santos, 2006)	A rotatividade de professores dificuldades de acesso à escola na região (Gomes e Calado, 2022)
Intrusão salina e a vazão fluvial (El-Robrini et al., 2015; Medeiros, 2003)	Desafios na gestão de resíduos e saneamento básico (GOMES et al., 2016)
O fenômeno das terras caídas (Picanço, 2018)	A energia elétrica é muito instável na região (Gomes e Calado, 2022)
Os rios assoreados e o impacto da pecuária (Santana; Silveira, 2005)	Falta de uma cultura de gestão do risco (Gonçalvez, 2005)
Falta de água potável, crise hídrica (Cameli e Silva, 2023)	-

Fonte: Autores, 2024.

Outro impacto significativo é a pressão sobre a infraestrutura e os serviços públicos da cidade de Macapá, que já enfrentava déficits e dificuldades no atendimento à suaprópria população. O aumento da demanda por moradia, saneamento, saúde e educação, decorrente da chegada dos migrantes, expõe as fragilidades do planejamento urbano e da gestão pública na capital amapaense. Poucos são os investimentos governamentais em serviços nas áreas mais pobres, especialmente, nas áreas de ressacas, o que reflete a segregação socioespacial local (Barbosa, 2013).

Além disso, a inserção dos migrantes do Bailique em bairros periféricos e áreas desocupação irregular tem contribuído para a formação de novos aglomerados precários, com acesso limitado a serviços básicos e condições de habitação

insalubres. Esse processo agrava os problemas socioambientais já existentes na cidade, como a ocupação de áreas de preservação permanente e a exposição a riscos de desastres naturais (Marandola et al., 2013) (Godoy; Teixeira, 2013).

As comunidades do Bailique enfrentam uma combinação de fatores que impulsionam a migração em direção a Macapá. Entre esses fatores, destacam-se as adversidades ambientais decorrentes das mudanças climáticas, que afetam diretamente os modos de vida tradicionais (Batistoti; Latosinski, 2019). As transformações nos padrões de chuva, juntamente com o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como enchentes e secas prolongadas, têm impactado negativamente as atividades produtivas das populações ribeirinhas, comprometendo sua segurança alimentar e renda (Batistoti; Latosinski, 2019; Baeninger, 2012).

Além disso, questões relacionadas à precariedade dos serviços públicos básicos, como saúde, educação e saneamento, também contribuem para o deslocamento dessa população em direção ao centro urbano de Macapá. Segundo estudos, a ausência de infraestrutura adequada e de políticas públicas voltadas para as necessidades das comunidades do Bailique acentua sua vulnerabilidade social e ambiental (Carvalho; Loureiro, 2016).

Dessa forma, a migração das populações ribeirinhas da região do Bailique para Macapá possui raízes tanto ambientais quanto sociais, expondo as fragilidades das políticas de desenvolvimento e de adaptação às mudanças climáticas na Amazônia (Carvalho; Loureiro, 2016; Lôbo et al., 2017).

A migração de populações tradicionais da Amazônia em direção aos centros urbanos é um fenômeno complexo que vem sendo amplamente abordado na literatura acadêmica. Pesquisas revelam que as comunidades ribeirinhas, como as do Bailique, enfrentam uma série de desafios que impulsionam seu deslocamento, como a degradação ambiental, a falta de acesso a serviços públicos e as dificuldades na manutenção de seus modos de vida tradicionais (Carvalho; Loureiro, 2016; Baeninger, 2012; Teles, 2020; Godoy; Teixeira, 2013, Gomes et al., 2020)

Um estudo realizado por Batistoti e Latosinski (2019) sobre a presença indígena na área urbana de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, aponta que a migração desses grupos está associada à busca por melhores condições de vida e oportunidades, bem como à necessidade de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. Essa constatação se assemelha ao contexto observado na região do Bailique, onde a precária infraestrutura e a ausência de políticas sociais voltadas para as comunidades ribeirinhas têm sido fatores determinantes para o deslocamento em direção a Macapá (Batistoti; Latosinski, 2019).

Outro estudo realizado na cidade de Barcarena, no Pará, evidencia a relação entre a degradação ambiental, a desigualdade socioespacial e a ocupação de áreas de várzea pelas populações mais vulneráveis (Teles, 2020). Essa dinâmica também se repete no caso do Bailique, onde as comunidades ribeirinhas, afetadas pelas mudanças climáticas, têm migrado em busca de melhores condições de vida, mas acabam se estabelecendo em regiões periféricas e sujeitas a riscos ambientais e sociais, localizadas em áreas de perigo na periferia de Macapá (Carvalho ; Loureiro, 2016; Batistoti ; Latosinski, 2019; Teles, 2020).

A migração das comunidades do Bailique para Macapá é impulsionada por uma conjunção de fatores ambientais, como as mudanças climáticas e as transformações nos ecossistemas amazônicos, e por fatores sociais, como a precariedade de serviços públicos básicos e as dificuldades de manutenção dos modos de vida tradicionais. A inserção dessa população migrante em bairros periféricos e áreas de ocupação irregular em Macapá agrava os problemas socioambientais já existentes na capital, incluindo a ocupação de áreas de preservação permanente e a exposição a riscos de desastres naturais. As respostas do poder público para lidar com esse fenômeno migratório ainda são incipientes, evidenciando a necessidade de políticas públicas integradas que promovam a adaptação às mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável das comunidades.

As migrações das populações ribeirinhas da região do Bailique para a cidade de Macapá, capital do estado do Amapá, refletem um fenômeno complexo que envolve fatores ambientais, sociais e econômicos. As transformações climáticas na Amazônia, como o aumento da frequência e intensidade de eventos extremos, incluindo enchentes e secas prolongadas, têm impactado negativamente as atividades produtivas das comunidades ribeirinhas, comprometendo sua segurança alimentar e renda. Além disso, a falta de infraestrutura básica e de políticas públicas voltadas para as necessidades dessas populações contribui para seu deslocamento em direção ao centro urbano de Macapá.

Conforme apontado por Cunha (2005), a migração da população rural e ribeirinha para as áreas urbanas é um fenômeno complexo, marcado por múltiplas expressões espaciais e temporais, que não pode ser explicado apenas por fatores econômicos, mas também por transformações sociais, políticas e ambientais.

No caso do Bailique, a degradação ambiental e a precariedade das condições de vida têm sido determinantes para o deslocamento da população em direção a Macapá, que, por sua vez, enfrenta desafios para acolher e integrar essa população migrante. A inserção dessa população

em bairros periféricos e áreas irregulares da capital amapaense agrava os problemas socioambientais existentes, como a ocupação de áreas de preservação permanente e a exposição a riscos de desastres naturais (Teles, 2020; Godoy; Teixeira, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhor forma de enfrentar os desafios impostos pelos eventos climáticos extremos envolve uma combinação de gestão de riscos e adaptação climática. A gestão de riscos e desastres (GRD) exige ações estruturadas que incluem identificar perigos, mapear áreas vulneráveis, entender as fragilidades ambientais e sociais, e antecipar impactos. Essa abordagem contínua, realizada em conjunto com o poder público e a sociedade, visa promover a prevenção e o preparo para responder a desastres de maneira eficaz.

A adaptação climática, por sua vez, foca em reduzir os efeitos da crise climática e mitigar os impactos desiguais. Envolve a implementação de políticas públicas que não apenas se antecipem a eventos extremos já previstos, mas que também fortaleçam a resiliência de grupos historicamente vulneráveis. Essas ações, como descrito na pesquisa sobre as comunidades do Bailique, são cruciais para reduzir os deslocamentos forçados dessas populações para Macapá e para promover o desenvolvimento sustentável em suas áreas de origem.

No caso específico do Arquipélago do Bailique, políticas integradas são necessárias para criar infraestrutura básica, garantir acesso a serviços públicos, desenvolver alternativas econômicas e apoiar a adaptação aos impactos ambientais locais. Isso ajudará a preservar modos de vida tradicionais, reduzindo a pressão migratória sobre Macapá. Por outro lado, a capital precisa investir em habitação, urbanização de áreas informais e na gestão de riscos para oferecer acolhimento digno e sustentável aos migrantes.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, R. P. D. Uso de água subterrânea em sistema de abastecimento público de comunidades na várzea da Amazônia central. **National Institute of Amazonian Research**, v. 36, n. 3, p. 313-320, jan. 2006. <https://doi.org/10.1590/s0044-59672006000300004>
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios**, v. 20, n. 39, p. 77-100, dez. 2012. <https://doi.org/10.1590/s1980-85852012000200005>
- BARBOSA, R. G. **Planejamento urbano e segregação socioespacial na cidade de Macapá**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 6, p. 135-148, dez. 2013. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>.

BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade. **University of Campinas**, v. 25, n. 1, p. 1-17, mai. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/rua.v25i1.8655545>

CARVALHO, L. J. D.; LOUREIRO, C. F. B. Território, desigualdade e expansão do capital: a centralidade da indústria do petróleo em Macaé/RJ. **Universidade Federal do Paraná**, v. 11, n. 1, p. 26-26, out. 2016. Disponível em : <https://doi.org/10.5380/geografar.v11i1.48976>

CUNHA, J. M. P. D. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para análise. **SciELO**, v. 19, n. 4, p. 3-20, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-88392005000400001>

DA SILVA, E. V.; et al. **A régua de desenvolvimento territorial sustentável (RDTS) para o arquipélago do Bailique e suas implicações na cooperativa Amazonbai**. *Humanid. Inov.*, v. 7, n. 15, p. 524-537, 2020.

DOS SANTOS, Mauro Augusto et al. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Texto para discussão, v. 1, n. 138, p. 1, 2010.

GOMES, R. K. S.; CALADO, J. F. **Rio de saberes: vivências de populações tradicionais na construção de seus territórios de vida na Amazônia oriental-Amapá**. 1ª ed. Curitiba: CRV Ltda, 2022.

Bioeconomia e performance geoeconômica no cenário de mudanças climáticas: o caso de Bailique/AP - Brasil. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar** - ISSN 2675-6218, [S. l.], v. 4, n. 10, p. e4104231, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i10.4231. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/4231>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GOMES, J. R. P.; RAMOS, R. P.; CHAUBET, M. B. C. **Metodologia para Construção de Protocolos Comunitários: desenvolvimento local sustentável**. Manaus: Oficina Escola de Luteria da Amazônia/ Grupo de Trabalho Amazônico, 2016.

EL-ROBRINI, M. ; TORRES, A. **Erosão e progradação do litoral brasileiro | AMAPÁ**. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283914945_EROSAO_E_PROGRADACAO_DO_LITORAL_BRASILEIRO_AMAPA. Acesso em: 10 Set. 2024.

EULER, A. M. C.; AMORIM, J.; GUABIRABA, I. Diagnóstico socioeconômico e do sistema de agricultura tradicional praticado na comunidade Arraiol do Bailique (Amapá). **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, Jul. 2018. Suplemento. Edição dos Resumos do VI Congresso Latino-Americano de Agroecologia; X Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário de Agroecologia do DF e Entorno, Brasília, DF. *Agroecologia na transformação dos sistemas agroalimentares na América...* Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2024.

GARCÍA, E.; DIAS, F. F. Future scenarios in the former oil capital: coastal flooding and social vulnerability in Macaé, RJ. **Springer Science + Business Media**, v. 26, n. 7, p. 18625- 18640, jun. 2023. <https://doi.org/10.1007/s10668-023-03408-5>

GODOY, J. A. R. D.; TEIXEIRA, M. A. Os assentamentos precários em áreas de preservação permanente: uma reflexão a partir dos conflitos urbanos e ambientais. **Association Friends of Nature of Alta Paulista**, v. 9, n. 4, p. 1-17, nov. 2013. <https://doi.org/10.17271/19800827942013625>

GONÇALVES, F. 2011. Discrimination of coastal wetland environments in the Amazon region based on multi-polarized L-band airborne Synthetic Aperture Radar imagery. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, v. 95, n. 1, p. 88–98, nov.

GOMES, Raimunda Kelly Silva; CALADO, Janaina Freitas; SILVA, Gabriel Araújo da. Mosaico de saberes das populações extrativistas e ribeirinhas detrês territórios Amazônico Amapaense: Bailique, Macacoari (Beira Amazonas) e Mazagão (Carvão). **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 37, n. 4, p. 28-43, set/dez. 2020. E-ISSN 1517-1256 Relatório de levantamento de demandas projeto Fortalecimento da Extensão UEAP. Macapá, 2020.

KABIR, M. E. et al. Drivers and temporality of internal migration in the context of slow- onset natural hazards: Insights from north-west rural Bangladesh. **Elsevier BV**, v. 31, p. 617- 626, jun. 2018. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2018.06.010>

LÔBO, M. A. A.; TOURINHO, H. L. Z.; COSTA, É. F. N. D. Urbanização, dispersão urbana e estrutura intraurbana de cidades intermediárias da Amazônia: o caso de Altamira (PA). **Universidade Estadual de Maringá**, v. 35, n. 1, p. 43-43, ago. 2017. <https://doi.org/10.4025/bolgeogr.v35i1.30668>

MARANDOLA, E. et al. Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo. **Brazilian Association of Population Studies**, v. 30, n. 1, p. 35-56, jun. 2013. <https://doi.org/10.1590/s0102-30982013000100003>

MATOS, R. (2012). Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, 8(1), 7–23. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13326>

MARQUES, F. D. L.; ARAÚJO, A. N.; ROSSETE, A. N. Modelagem ambiental na área de influência indireta das hidroelétricas na bacia hidrográfica do Araguari, Amapá. **Universidade Federal de Santa Catarina**, v. 37, n. 81, p. 338-359, mai. 2022. <https://doi.org/10.5007/2177-5230.2022.e76248>

MEDEIROS, A. **A influência da maré e da batimetria sobre a intrusão salina no estuário do Rio Itajaí-Açu**. 2003. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia Oceânica. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003. OLTMAN, R. Reconnaissance investigation of the Discharge and Water Quality of the Amazon River. *Geological Survey Circular Geological Survey Circular*, v. 552, n. 1, p. 1–16, 1968.

PICANO, F. **Governo apresenta estudo de impacto do fenômeno “terras caídas” no Amapá**. Macapá: GEA, 2018. Disponível em: . Acesso em: 14 mar. 2019

REINMAN, S. L. Open Knowledge Repository. **Emerald Publishing Limited**, v. 29, n. 5, p. 21-22, jun. 2015. <https://doi.org/10.1108/rr-05-2015-0113>

FERREIRA, R. d. C. **Planejamento ambiental e sustentabilidade: conexões de saberes na comunidade São João Batista, arquipélago de Bailique - AP**. 2023. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2023.

RODRIGUES, M. R. C.; JUNIOR, O. M. D. S. Panorama Geral da Zona Costeira do Estado do Amapá. **Rev. Bras. De Geogr. Física**, v. 14, p. 1654-1674, 2021.

SILVEIRA, O.; SANTOS, V. **Aspectos geológicos-geomorfológicos região costeira entre o rio Amapá Grande e a região dos lagos do Amapá**. Macapá: MMA/PROBIO, 2006. 30 p.

TESSLER, M.; GOYA, S. Processos costeiros condicionantes do litoral brasileiro. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 17, p. 11-23, 2005.

TELES, G. C. Análise socioambiental de risco nas áreas de várzea da Amazônia: um olhar sobre as condições de injustiça ambiental urbana em Barcarena-PA. **Revista Brasileira de Geografia Humana**, v. 10, n. 1, p. 17-39, ago. 2020. <https://doi.org/10.34019/2236-837x.2020.v10.30722>

VILA DE MAZAGÃO VELHO: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Ester Chaves de Souza⁸³

<http://lattes.cnpq.br/6527810836481683>

Josilene Leonez Pereira⁸⁴

<http://lattes.cnpq.br/8605703791308359>

José Alberto Tostes⁸⁵

<http://lattes.cnpq.br/4485079846287994>

Patrícia Helena Turola Takamatsu⁸⁶

<http://lattes.cnpq.br/9199241420958700>

Galdino Xavier de Paula Filho⁸⁷

<https://lattes.cnpq.br/6248205173437879>

INTRODUÇÃO

O município de Mazagão está localizado na margem direita do rio Vila Nova, ao sul do estado do Amapá, na fronteira setentrional da Amazônia, a 62 km da capital, Macapá. Com uma população de 21.924 habitantes (IBGE, 2022), Mazagão abrange uma área de 13.294,78 km². Desde a divisão territorial de 1995, o município é composto por três distritos: Mazagão, Carvão e a Vila de Mazagão Velho.

Em 2016, Mazagão foi incorporado à região metropolitana do estado, um processo que foi impulsionado pela conclusão de importantes obras rodoviárias, destacando-se a construção da ponte sobre o rio Matapi. Esta ponte representa um marco na engenharia local, pois proporcionou o acesso rodoviário direto à capital, que anteriormente dependia do transporte por balsas (Porto, 2018). Com essa nova infraestrutura, Mazagão passou a ter uma ligação direta com

⁸³ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Pedagogia e História pela Universidade Estadual do Amapá. E-mail: chavesester404@gmail.com

⁸⁴ Mestranda em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: josi.leonez@gmail.com

⁸⁵ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: tostes.j@hotmail.com

⁸⁶ Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: patricia.takamatsu@unifap.br

⁸⁷ Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal de Viçosa. Graduado em Engenharia Agrônoma pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: galdinoxavier@yahoo.com.br

as duas maiores cidades do estado, melhorando significativamente a conectividade regional. Vale ressaltar que o único aeroporto do estado está situado no centro da capital, e a falta de boas vias rodoviárias tornava o acesso a Mazagão um desafio. A nova ponte, portanto, não só facilitou o deslocamento, mas também integrou Mazagão de forma mais efetiva ao restante do estado.

A Vila de Mazagão Velho, um dos distritos do município de Mazagão, no sul do estado do Amapá, é o foco deste artigo e ainda carece do reconhecimento que sua história merece para o povo amapaense. Sua relevância também integra a história do Brasil, especialmente durante o período de expansão da coroa portuguesa para o além-mar. Esse processo de imigração impactou diretamente a cultura religiosa da região, uma vez que a cidade de Mazagão, instalada no Marrocos para fortalecer o cristianismo frente aos muçulmanos, perdeu o interesse de Portugal devido aos constantes ataques dos mouros. Diante disso, a coroa portuguesa decidiu retirar-se do local, e aproximadamente 2.000 pessoas cruzaram o Atlântico para continuar a servir os interesses da coroa lusitana. Inicialmente, aguardaram cerca de 11 dias em Lisboa até que seus destinos fossem definidos. O objetivo dessa migração era a ocupação das terras brasileiras, visando protegê-las de invasões espanholas, francesas e inglesas.

Mazagão Velho é um exemplo singular de patrimônio histórico e cultural na Amazônia. Fundada pela Coroa Portuguesa no século XVIII, a vila resultou da transposição da antiga cidade de Mazagão, localizada no norte da África, como parte de um projeto colonial de expansão territorial (Vidal, 2008). Esse processo gerou uma rica diversidade cultural, refletida em eventos como a Festa de São Tiago, que combina elementos das tradições africanas, europeias e indígenas. Além dessa festa, a vila abriga importantes pontos históricos, como as ruínas da antiga igreja, o mausoléu e o museu, que testemunham o legado cultural e religioso de Mazagão. No entanto, a história da ocupação do município e das culturas locais é pouco acessível à população, permanecendo na memória dos guardiões culturais mais velhos (Videira, 2021).

O propósito deste trabalho é investigar as estratégias que o poder público tem adotado para explorar o potencial histórico e cultural da vila de Mazagão Velho, visando impulsionar o desenvolvimento local por meio do uso sustentável de seus atrativos. Esses atrativos, que remontam à origem da vila e ainda são celebrados pela população, incluem tanto o patrimônio histórico quanto as tradições culturais.

Serão analisadas iniciativas do poder público, como a criação de roteiros turísticos, investimentos em infraestrutura, capacitação da comunidade local e preservação do patrimônio histórico, além da divulgação de eventos culturais. É de se destacar a importância da participação ativa da comunidade em todas as etapas do processo, desde o planejamento até a gestão, para garantir que os benefícios gerados pelo turismo sejam distribuídos de forma justa e sustentável.

Outro aspecto a ser discutido é a diversificação das atividades turísticas ao longo do ano, a fim de evitar a concentração da renda apenas durante a Festa de São Tiago, que ocorre em julho. Esta festa é, atualmente, o principal evento que atrai visitantes e investimentos para a comunidade. Por fim, o trabalho abordará os desafios enfrentados, como a necessidade de melhorias em infraestrutura e capacitação da comunidade, para que o turismo se torne uma fonte de renda contínua e sustentável.

A metodologia utilizada será predominantemente qualitativa, abrangendo pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e levantamento de informações em portais oficiais do governo. Assim, este estudo pretende oferecer uma análise que contribua para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Mazagão Velho e para o desenvolvimento de um turismo sustentável que gere impactos positivos na economia local.

DESENVOLVIMENTO LOCAL COM TURISMO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento, frequentemente entendido como crescimento econômico, tem sido o foco central das políticas públicas nas últimas décadas. No entanto, o desenvolvimento de uma cidade não pode se restringir apenas a essa dimensão econômica. É uma palavra polissêmica que abrange outros sentidos complementares, incluindo a ideia de desenvolvimento sustentável, que, até os dias atuais, ainda gera debates entre os autores.

Embora não seja o objetivo deste trabalho detalhar o conceito de desenvolvimento, é fundamental abordar a oportunidade de um modelo que busca o envolvimento local e a preservação da cultura e da história de uma comunidade. O desenvolvimento que se pretende com essa valorização histórico-cultural é justamente oposto às promessas de grandes projetos que têm duração limitada. A intenção aqui é buscar um desenvolvimento duradouro, que proporcione à população de Mazagão benefícios econômicos enquanto preserva sua identidade cultural, incutindo uma consciência de que é possível utilizar os recursos já existentes para melhorar o bem-estar e a qualidade de vida da população.

Conseqüentemente, predomina uma visão restrita que ignora as complexidades e diversidades das realidades sociais locais. O modelo de desenvolvimento que se busca deve envolver a comunidade, aproveitando suas possibilidades e potencialidades para atender às necessidades de seu próprio povo, e não aos apelos mercadológicos externos. Essa abordagem fortalece os laços entre o espaço e as pessoas que o habitam, fundamentando-se nos conhecimentos adquiridos por meio de suas vivências ao longo do tempo (Escobar, 2001).

O desenvolvimento econômico, conforme definido por autores a exemplo Furtado (1961), é frequentemente associado a indicadores de crescimento, como PIB, investimentos estrangeiros e industrialização. No entanto, não há futuro no uso do modelo de desenvolvimento

atual, que tende à degradação e à marginalização daqueles que não conseguem equiparar-se aos países considerados de primeiro mundo, criando um ideal inalcançável para a maioria das nações. Apesar disso, os representantes do poder continuam a importar modelos que não trarão o desenvolvimento almejado.

No contexto de Mazagão, onde a cultura e a história local são fundamentais para a identidade da população, é mais lógico aprimorar essas características e desenvolver estratégias que incentivem investimentos nesse setor. Essa abordagem é defendida por estudiosos como Furtado (1961) e Escobar (2001), que enfatizam a importância de valorizar os saberes locais e promover um desenvolvimento que atenda às necessidades da comunidade.

Nesse sentido, o turismo sustentável baseado na comunidade de Mazagão surge como uma alternativa para a geração de renda, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade cultural e a coesão social. Essa prática promove o envolvimento ativo da população nas atividades turísticas, assegurando que os benefícios econômicos retornem à comunidade local.

Atualmente, as atividades turísticas têm tomado um rumo diferente, afastando-se de modelos que frequentemente excluía a população local das iniciativas consideradas modernas. Agora, essa comunidade começa a ocupar um espaço de protagonismo, impulsionada por um novo perfil de turista, que busca atuar de maneira consciente em relação à sua responsabilidade social e ambiental. Esse movimento tem ressignificado o turismo, propondo experiências menos convencionais e mais autênticas, que vão além do modelo capitalista predominante no mercado (Irving, 2009). Em Mazagão, as potencialidades turísticas podem ser exploradas de forma a respeitar a cultura local e incentivar a valorização dos saberes tradicionais.

Ao implementar um modelo de turismo sustentável, Mazagão pode se beneficiar não apenas no viés econômico, mas sim com benesses sociais. A participação da comunidade no desenvolvimento turístico pode gerar empregos, promover a capacitação local e fomentar o empreendedorismo, criando um ciclo virtuoso que reverte o fluxo de benefícios para a própria população. Essa abordagem também contribui para a preservação do meio ambiente, uma vez que o turismo sustentável enfatiza práticas responsáveis e respeitadas com os ecossistemas locais.

Além disso, a proposta de Escobar para um pós-desenvolvimento se encaixa perfeitamente na realidade de Mazagão. Ao invés de se submeter a modelos de desenvolvimento externos que podem não refletir as necessidades locais, a comunidade pode construir seu próprio caminho, ancorado em suas tradições, recursos e aspirações. Essa autonomia é essencial para garantir que o desenvolvimento econômico seja sustentável e equitativo.

Sendo assim, ao considerar o desenvolvimento de Mazagão sob a perspectiva do turismo sustentável de base comunitária, é possível alinhar o crescimento econômico com a valorização da identidade local e a preservação ambiental. Para além da visão convencional de desenvolvimento, evidenciando a importância de um enfoque mais holístico, que valorize a participação da comunidade e respeite suas especificidades culturais.

PATRIMÔNIO CULTURAL E MATERIAL DE MAZAGÃO VELHO: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO

A Festa de São Tiago é uma das principais expressões culturais de Mazagão Velho e desempenha um papel fundamental na preservação da memória da fundação da vila. Ela mantém viva uma parte importante da história local, ao mesmo tempo em que resiste à passagem do tempo, difundindo sua relevância cultural não apenas para o estado do Amapá, mas também para a história da formação do Brasil. Além da festa, a vila ainda guarda tesouros desse período histórico, como as ruínas da antiga igreja, o mausoléu, que abriga os restos mortais dos primeiros colonos, e a casa de cultura Dona Oldacina, onde são expostas vestimentas, história da vila e objetos da época, reforçando a importância da preservação do patrimônio cultural e material da região. Esses elementos são essenciais para a compreensão da trajetória histórica e cultural de Mazagão Velho e para a valorização de suas tradições.

Trazida da África no século XVIII, a Festa de São Tiago tem suas origens ligadas à fundação da Vila de Mazagão Velho pela Coroa Portuguesa, em 1770. A celebração remonta à "Mazagão original", uma colônia portuguesa no Marrocos que foi desativada e transferida para o Amapá. Em Mazagão Velho, as encenações das batalhas entre mouros e cristãos começaram em 1777, como uma forma de resgatar a memória dessa antiga colônia.

A festa, de caráter místico e lendário, está profundamente ligada ao imaginário religioso e popular da vila, celebrando a aparição de São Tiago, o soldado anônimo que, segundo a tradição, liderou os cristãos em uma batalha heroica e vitoriosa. A programação da festa, que em média 12 dias, inclui não apenas a parte religiosa, como encenações teatrais a céu aberto, festas dançantes e atrações culturais e artísticas.

Os preparativos para o evento começam no início do ano e se intensificam em julho, sendo de grande expressividade para a cidade e que movimenta a econômica local. Além de sua importância cultural, a festa exerce um papel significativo no desenvolvimento econômico de Mazagão Velho, gerando emprego e renda através das diversas atividades realizadas.

Um dos pontos centrais das celebrações é a Igreja de Nossa Senhora da Assunção, também conhecida como Igreja de São Tiago, construída na década de 1930. Este é o local onde a maioria das atividades religiosas ocorre durante a festa, e sua arquitetura, rica em iconografia católica, atrai muitos visitantes, especialmente nos meses de julho e agosto. A igreja se torna o

principal palco da festa e um símbolo do patrimônio cultural da vila. No entanto, além da Festa de São Tiago e da igreja, Mazagão Velho também guarda outros tesouros históricos que reforçam sua importância cultural. A Casa de Cultura Municipal Dona Oldacina, é um museu dedicado à preservação da memória da festa e da vila. Lá, os visitantes encontram uma exposição de roupas e acessórios usados nas festividades, instrumentos musicais tradicionais e uma coleção de fotografias e documentos históricos que contam a história de Mazagão Velho. Esse museu é um espaço vital para a preservação da cultura local e oferece uma experiência imersiva da rica tradição da vila de Mazagão Velho.

Figura 1: Festa de São Tiago em 2024.



Fonte: Foto: Mas Renê/GEA.

Outro ponto de grande relevância histórica é o conjunto das ruínas da antiga igreja de Nossa Senhora da Assunção, também conhecida como a igreja marroquina, que datam do século XVIII. Essas ruínas são vestígios da primeira igreja construída pelos colonos de Mazagão Velho, sendo um marco importante da ocupação dos descendentes dos colonos portugueses que vieram da colônia africana de Mazagão, no Marrocos. Durante as escavações realizadas em 2016 pelo especialista Marcos Albuquerque, foram encontrados esqueletos humanos no local, surpreendendo os arqueólogos pela quantidade de ossadas, já que na época não era comum enterrar corpos em áreas de igrejas, exceto pessoas ligadas ao clero. As ossadas foram colocadas em urnas e depositadas em um mausoléu no cemitério local.

A preservação do patrimônio cultural e material de Mazagão Velho, desde a Festa de São Tiago até as ruínas, museus e tradições orais, é essencial para a manutenção da identidade da vila e para o fortalecimento do turismo cultural. Apesar de sua importância histórica, muitos desses patrimônios ainda enfrentam desafios de conservação, especialmente a too turismo sustentável durante todo o ano, não apenas no período da festa.

Estratégias governamentais de desenvolvimento

O município de Mazagão foi implantado oficialmente em 1915, passou a integrar a Região Metropolitana Amapaense em 2016 que segundo Porto (2018), foi estimulado pela conclusão da ponte sobre o a construção das pontes sobre os rios Anauerapucu e Matapi, que garantiu conectividade entre a cidade e a capital, substituindo os serviços de balsa e viabilizando de forma rápida o fluxo de pessoas para a cidade.

Em 2016, a Secretaria de Turismo do Estado lança uma cartilha com Plano Estadual de Turismo do Amapá, segundo o qual:

[..] corresponde a um instrumento norteador das ações necessárias a serem implantadas no Estado para o processo de desenvolvimento do Turismo. Assim, sua elaboração está alicerçada nos princípios da gestão participativa. O Plano Estadual foi elaborado a partir da realização de oficinas nos municípios do Estado do Amapá e da realização de reuniões com as entidades que representam os prestadores de serviços turísticos. As oficinas foram mediadas por técnicos da Secretaria de Estado do Turismo e tiveram como objetivo avaliar a real situação da atividade turística nos municípios. [...] (Setur, 2016)

No referido plano, a cidade Mazagão faz parte do Polo Castanhais, junto com Laranjal do Jari e Vitória do Jari, as cidades limítrofes ao sul, como ilustra o mapa 1.

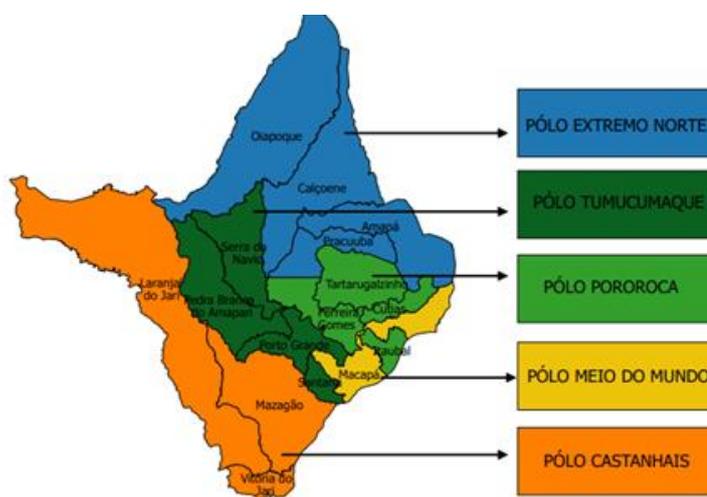
Uma tentativa de delinear o processo de gerenciamento do turismo e sua aplicabilidade. No plano, há a seguinte descrição dos atrativos turísticos da cidade de Mazagão:

[...] consegue reunir todo um esplendor turístico cultural, cênico e religioso de forma espetacular. É uma das cidades mais históricas do Amapá, com uma trajetória de luta, dor e sangue. Toda a história deste lugar enche de orgulho seus habitantes. Todos os anos, no mês de julho, é realizada a Festa de São Tiago, uma reprodução das lutas travadas entre mouros e cristãos, ambos trajados a rigor. Dentre os atrativos turísticos destacam-se as ruínas de uma igreja do século XVIII, encontradas em um sítio arqueológico na comunidade de Mazagão Velho. (SETUR, 2016)

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Nessa temática, o trabalho realizado por Silva (2011) culminou na elaboração de um mapa (Figura 2) que destaca a importância da sinalização adequada dos pontos turísticos, uma necessidade que persiste até os dias atuais. Ainda segundo autor, a sinalização eficiente não apenas facilita uma leitura rápida e clara sobre o que se espera encontrar durante a visitação, mas também contribui para o ordenamento dos fluxos nas vias que levam aos monumentos e atrativos turísticos. O estudo resultou em um mapeamento ilustrativo do roteiro turismo histórico-cultural da Vila de Mazagão Velho, caracterizando e localizando seus atrativos. Além disso, foram indicados locais estratégicos para que a sinalização pudesse proporcionar uma comunicação eficaz ao turista interessado em explorar esse importante destino do segmento histórico-cultural do estado do Amapá.

Figura 2: Mapa dos Polos Turísticos do Estado do Amapá.



Fonte: SETUR, 2015.

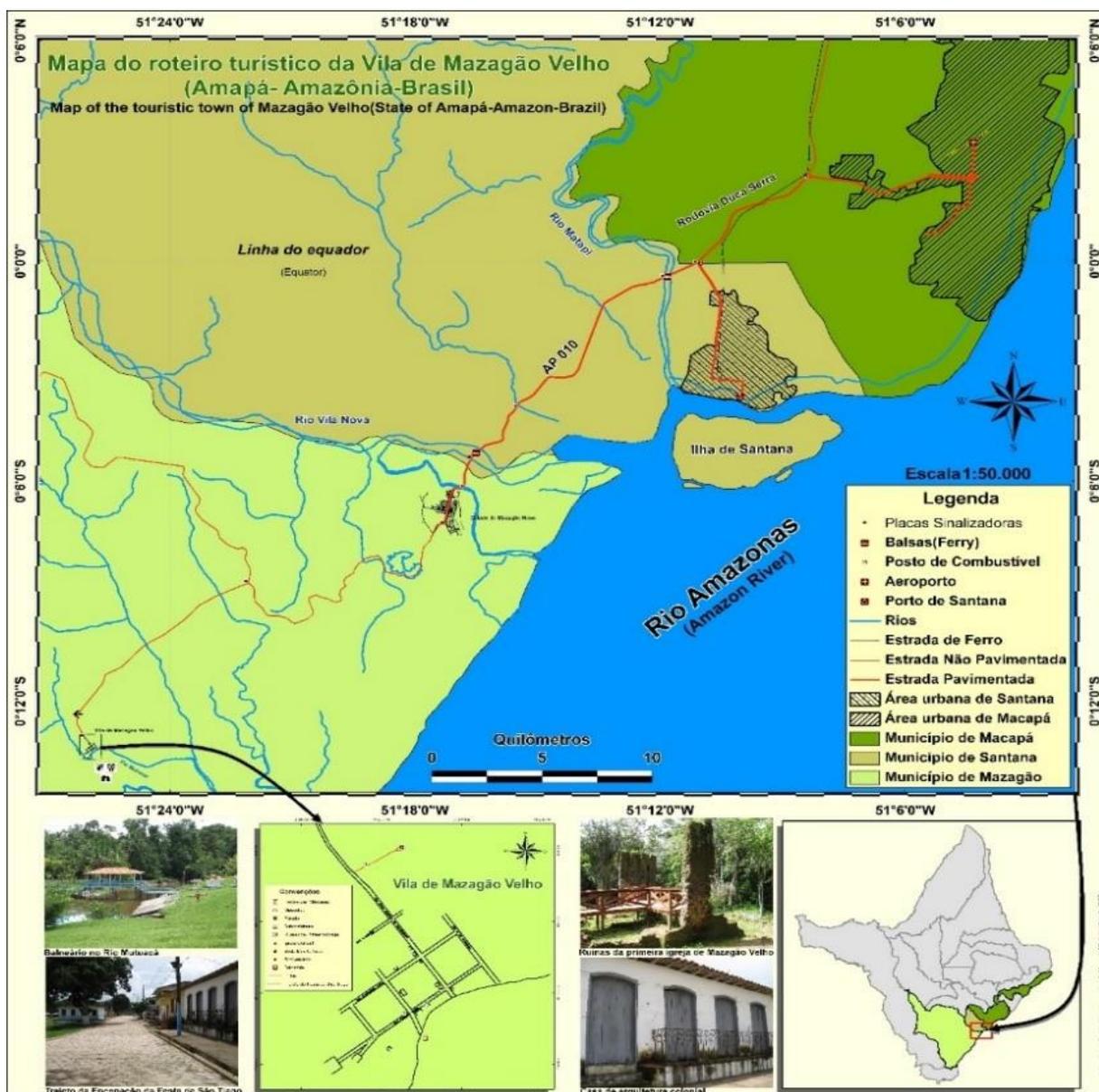
Sob essa perspectiva, uma análise robusta e de alta importância para o turismo do estado incluiu Mazagão no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Esse plano, criado em 2012, estabeleceu o Polo/Roteiro Maracá-Cunani com o objetivo de guiar o desenvolvimento turístico em 12 cidades inseridas no roteiro, entre elas está a cidade de Mazagão, destacando a relevância de seus atrativos históricos e culturais, além de seus potenciais atrativos. O PDITS deveria ser usado como uma ferramenta para promover o turismo sustentável nessas cidades, valorizando seu patrimônio cultural.

Em julho de 2019, o governo do Amapá fez um investimento de R\$ 692.738,40 por meio de um convênio entre a Secretaria de Estado da Cultura (Secult) e a Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Mazagão (MazagãoCult). Esse recurso foi utilizado para promover o turismo sustentável na vila de Mazagão Velho, colocando a vila na rota de iniciativas de desenvolvimento cultural e turístico. No entanto, essa ação foi associada à preparação para a Festa de São Tiago.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

Assim sendo, a cartilha ressalta a importância histórica da cidade, mas deixa em evidência a festa de São Tiago como ponto principal e, citando apenas as ruínas da antiga igreja como outro atrativo turístico que conta a história da fundação da vila, o que faz com que o leitor que use a plano como principal fonte de informação turística sobre a Vila de Mazagão Velho suponha que o turismo da cidade pode ser reduzido apenas a festividade do mês de julho, deixando em segundo plano todo o conjunto de elementos que narra a história da cidade.

Figura 4: Mapa Roteiro Turístico da Vila de Mazagão Velho.



Fonte: SILVA (2011).

Em 2023, as iniciativas governamentais continuaram com o lançamento de um guia turístico para Mazagão, promovido pela Secretaria de Estado de Turismo (Setur), como parte do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) do Ministério do Turismo. Esse guia foi lançado em

22 de julho, durante a Festa de São Tiago, novamente ligando as ações de promoção turística à festividade. Embora o guia apresentasse as principais atrações do município, sua divulgação ocorreu em contexto do evento, o que reforça a concentração de esforços turísticos na época.

Além disso, o governo repassou R\$ 1,2 milhões em 8 de julho de 2023 para apoiar a realização da Festa de São Tiago, um valor que foi justificado como um investimento cultural, histórico e turístico para a economia local. Nesse mesmo evento, foi entregue a Central de Atendimento ao Turista (CAT), um espaço destinado a orientar os visitantes durante a festividade. No entanto, o foco dessa iniciativa também foi restrito ao período da festa, com pouca menção a estratégias que incentivem o turismo durante outros meses.

Em 2024, o governo do estado manteve o padrão de ações concentradas em torno da festa. A manutenção das rodovias que dão acesso a Mazagão Velho, AP-010 e AP-020, foi realizada em julho, com o objetivo de melhorar o fluxo de veículos durante o aumento do tráfego causado pelo evento. Esses serviços, como a manutenção asfáltica e a limpeza das margens das estradas, indicam uma preparação voltada exclusivamente para a Festa de São Tiago.

Além disso, serviços de sinalização viária foram realizados em 18 de julho de 2024, nas vias de acesso à vila e em pontos estratégicos de Mazagão Novo, pouco antes do início da festividade. Embora essas melhorias sejam benéficas para a infraestrutura local, novamente elas ocorreram de forma sazonal, sem indicativos de um plano que perdure ao longo do ano.

Em paralelo, o SEBRAE, em parceria com a Secretaria de Turismo, tem trabalhado na introdução da modalidade "Cama e Café" em Mazagão Velho, uma iniciativa que visa desenvolver a hospedagem domiciliar com a comunidade local, gerando renda para os moradores. Uma tentativa de capacitar e orientar a população da cidade, visando maior participação dos moradores no turismo de base comunitária. Contudo, é necessário investimento nos demais atrativos, para que se possa receber turistas durante todo o ano e não apenas no mês das festividades de São Tiago (SEBRAE/AP, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O desenvolvimento do turismo em Mazagão Velho tem sido amplamente direcionado para a Festa de São Tiago, uma celebração religiosa e cultural que ocorre anualmente em julho. As estratégias adotadas pelo governo do estado e outras instituições revelam uma ênfase nesse evento, sem um planejamento claro para estender as atividades turísticas ao longo do ano, mesmo havendo potencial para tal. Além do patrimônio cultural, a vila de Mazagão possui o patrimônio material que carrega os vestígios da época da expansão portuguesa na Amazônia.

A falta de iniciativas para a preservação do patrimônio histórico-cultural da vila foi analisada no estudo realizada por Ribeiro (2016), em que a arte sacra que remonta o traslado continental de Mazagão está sob a guarda de alguns antigos moradores da cidade, que são chamados “guardiões”, ocupando o lugar do estado no dever de resguardar esses objetos e preservá-los para as futuras gerações, a grande questão é perceber até quando essa “guarda” será mantida ao longo do tempo. Se não houver uma intervenção dos governantes, há o risco de objetos com grande valor histórico acabe perdendo-se, deixando de lado o potencial de transmitir a memória do lugar.

A secretaria de turismo do Estado do Amapá publicou no Diário Oficial, no dia 29 de fevereiro de 2024, a Portaria nº 003/2024 – SETUR, em seu artigo primeiro resolve: Art. 1º. Estabelecer critérios, procedimentos, compromissos e orientações a serem observados pelos municípios e regiões turísticas do Estado do Amapá para comporem o Mapa do Turismo Brasileiro (AMAPÁ, 2024).

O município para integrar uma região turística no estado, segundo a portaria, deve apresentar alguns documentos no sistema eletrônico do Mapa do Turismo Brasileiro. Para citar apenas alguns: a lei de criação do órgão municipal responsável pela gestão do Turismo e seu dirigente, assim como a lei que criou o Conselho Municipal do Turismo e seu plano anual de ação, a Lei Orçamentária Anual vigente, comprovando dotação orçamentária específica para fomento ao turismo, dentro outras ações que comprovem a ação dos gestores municipais para explorarem seus potenciais turísticos. Infelizmente, Mazagão ainda não está inserida em nenhuma região turística, dado que o único esforço recente para tal foi a criação de um guia turístico para Mazagão, promovido pela Secretaria de Estado de Turismo (Setur) em 2023.

Segundo o portal do ministério do turismo, o Mapa do Turismo Brasileiro:

[...] é o instrumento instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo que orienta a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. É o Mapa do Turismo Brasileiro que define a área - o recorte territorial - que deve ser trabalhada prioritariamente pelo Ministério. Seu processo de atualização é contínuo, onde os gestores em âmbito municipal, regional e estadual podem realizar o cadastramento do seu município, a qualquer momento, desde que observem os critérios estabelecidos na Portaria MTUR nº 41/2021 (Brasil, 2023)

A cidade de Mazagão enfrenta a ausência de uma política cultural e museal eficaz por parte do estado, o que dificulta a promoção de uma prática comunitária voltada para o reconhecimento e a valorização de seu patrimônio histórico. A história da ocupação do município

e das culturas locais é pouco acessível à população, mantendo-se presente apenas na memória dos guardiões culturais mais velhos. Essa invisibilidade cultural limita a preservação e a transmissão do legado histórico para as novas gerações e visitantes (Videira, 2021).

Ainda segundo o autor, o estudo também revela que o rico patrimônio cultural da comunidade de Mazagão Velho é praticamente desconhecido pelos próprios habitantes do estado do Amapá. Essa negligência pode ser explicada pela falta de iniciativas que integrem o legado cultural ao currículo escolar das duas instituições de ensino locais. A inclusão desses conhecimentos no ambiente escolar fortaleceria o reconhecimento das crianças e jovens sobre a importância histórica de Mazagão Velho, promovendo o município como um território museal a céu aberto, capaz de educar e sensibilizar tanto a população local quanto os visitantes sobre o papel da cidade na formação cultural do estado.

O impacto econômico dos investimentos realizados para a Festa de São Tiago em 2023 foi significativo, gerando R\$ 335 mil na comercialização de alimentos, bebidas e artesanatos, de acordo com dados da Pesquisa de Faturamento e Ocupações Temporárias, realizada pela Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo (Sete) entre os dias 16 e 25 de julho de 2023. Esses números demonstram que o investimento na preservação, restauração e divulgação dos pontos históricos ligados à fundação da cidade, que tem seu ponto alto com a Festa de São Tiago, poderia trazer impactos econômicos reais para a comunidade local. Além de fortalecer a economia, essas iniciativas ajudariam a preservar a história e a cultura da cidade, que são de grande importância não apenas para os amapaenses, mas para todos os brasileiros, oportunizando a viabilidade de conhecer e valorizar patrimônios e movimentos culturais que fazem parte da nossa identidade nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primórdios, busca-se constantemente modelos de desenvolvimento para a Amazônia que, na maioria das vezes, não consideram a realidade local. Muitas vezes, apenas exportam projetos e planos que deram certo em outros contextos e tentam vendê-los como soluções milagrosas para problemas como desemprego e miséria. É necessário promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem no estado que, embora seja símbolo de preservação da floresta amazônica, apresenta, em contrapartida, os piores índices de desenvolvimento humano.

O desenvolvimento é essencial, mas deve ser pautado por ações que não comprometam a preservação da natureza, mas sim, que a vejam como uma fonte de desenvolvimento, a partir de sua conservação e de projetos que considerem os saberes e modos de vida locais. Esse

desenvolvimento endógeno precisa ser construído a partir de uma visão das potencialidades específicas de cada região, sem a tentativa de unificar a Amazônia como um território único e homogêneo.

No caso do município de Mazagão, existe a possibilidade de preservar sua cultura, ao mesmo tempo, implementar ações para o fomento do turismo local, gerando, assim, uma fonte de renda para as comunidades. Se, em apenas um município, já é possível pensar em estratégias que considerem a potencialidade local, para todo o estado a urgência é ainda maior.

A partir dos dados coletados com este estudo, podemos constatar que a Vila de Mazagão Velho possui um grande potencial para se tornar um destino turístico atraente, promovendo não apenas a preservação de sua história, mas também contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. O que é incipiente são as estratégias governamentais, que focam seus investimentos em um único evento ao ano, sem consolidar políticas públicas que transformem a vila de Mazagão em um ponto estratégico de turismo no estado, dada toda a sua potencialidade. Há também a necessidade de desenvolver a comunidade local por meio de um roteiro apto a receber visitantes durante todo o ano, alavancando a geração de empregos permanentes e o crescimento no setor de serviços. Para tanto, deve haver comprometimento de todos os envolvidos, desde a gestão pública até a comunidade local, sendo fundamental para que o turismo se torne uma realidade concreta e para que a vila possa se destacar como um exemplo de turismo sustentável e valorização cultural na Amazônia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. M. C. **Vila de Mazagão Velho na rota do turismo sustentável**. Agência de Fomento do Amapá, 23 jul. 2019 Disponível em: <[https://afap.ap.gov.br/noticias/vila-de-mazagao-velho-na-rota-do-turismo-](https://afap.ap.gov.br/noticias/vila-de-mazagao-velho-na-rota-do-turismo-sustentavel#:~:text=Este%20ano%2C%20o%20Estado%20investiu,Turismo%20de%20Mazag%C3%A3o%20(Mazag%C3%A3oCult)>)

[sustentavel#:~:text=Este%20ano%2C%20o%20Estado%20investiu,Turismo%20de%20Mazag%C3%A3o%20\(Mazag%C3%A3oCult\)>](https://afap.ap.gov.br/noticias/vila-de-mazagao-velho-na-rota-do-turismo-sustentavel#:~:text=Este%20ano%2C%20o%20Estado%20investiu,Turismo%20de%20Mazag%C3%A3o%20(Mazag%C3%A3oCult)>) Acesso em: 10 nov. 2024.

AMAPÁ (estado). **Guia de Turismo Mazagão em 12 Passos**. Secretaria Estadual do Turismo, 2023. Disponível em: <São_Tiago_Folder_Guia_Turistico.pdf> Acesso em 14 nov. 2024.

AMAPÁ (estado). **Plano Estadual do Turismo: O Amapá Espera por Vocês**. Secretaria Estadual do Turismo, 2016.

AMAPÁ (estado). Portaria nº 003/2024 –. **Extrato do Termo de Fomento – ABRASEL e Mapa do Turismo Brasileiro**. Secretaria Estadual de Turismo. Diário Oficial do Estado do Amapá. Nº 8113. 29 fev. 2024.

ESTUDOS DE PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL

BARRETO, V. **Governo do Amapá realiza serviços de sinalização viária em Mazagão.** Amapá, 18 de jul. 2024. Disponível em: Portal Governo do Amapá - Governo do Amapá realiza serviços de sinalização viária em Mazagão Acesso em: 10. Nov. 2024.

BRASIL. Mapa do Turismo Brasileiro. Ministério do Turismo, 06 fev. 2023. Disponível em: Mapa do Turismo Brasileiro. Acesso em 10 nov. 2024

FIGUEIREDO, F. **Governo do Amapá repassa R\$ 1,2 milhão em recursos para a Festa de São Tiago em Mazagão Velho.** Amapá, 08 de jul. 2023 Disponível em: <<https://www.portal.ap.gov.br/noticia/1007/governo-do-amapa-repassa-r-1-2-milhao-em-recursos-para-a-festa-de-sao-tiago-em-mazagao-velho>> Acesso em: 10 nov. 2024

NOGUEIRA, Jamylle. **Festa de São Tiago: espaços do empreendedor popular e artesanato movimentam R\$ 335 mil em Mazagão Velho.** Amapá, 27 de jul. 2023. Disponível em: Portal Governo do Amapá - Festa de São Tiago: Governo do Amapá realiza manutenção das rodovias AP-010 e AP-020, de acesso à Mazagão Velho. Acesso em 15 nov. 2024

NOGUEIRA, Jamylle. **Festa de São Tiago: Governo do Amapá realiza manutenção das rodovias AP-010 e AP-020, de acesso à Mazagão Velho.** Amapá, 10 jul. 2024. Disponível em: Portal Governo do Amapá - Festa de São Tiago: Governo do Amapá realiza manutenção das rodovias AP-010 e AP-020, de acesso à Mazagão Velho. Acesso em: 15 nov. 2024.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **A construção da condição urbana-metropolitana amapaense.** Acta geográfica, v. 12, n. 29, p. 145-158, 2018.

QUEIROZ, Amelline de. **Na Festa de São Tiago, Governo do Amapá lança Guia Turístico de Mazagão.** Amapá, 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2207/na-festa-de-sao-tiago-governo-do-amapa-lanca-guia-turistico-de-mazagao>. Acesso em: 29 set. 2024.

QUINTAS, Denise. **Potenciais anfitriões de Mazagão Velho conhecem Projeto Hospedar no Meio do Mundo do Sebrae.** SEBRAE, 13 mai. 2024. Disponível em: <<https://ap.agenciasebrae.com.br/cultura-empresendedora/potenciais-anfitriones-de-mazagao-velho-conhecem-projeto-hospedar-no-meio-do-mundo-do-sebrae/>> Acesso em: 11 nov. 2024.

SILVA, Ana C. Rocha. **Formação Socioambiental do Estado do Amapá.** Livro: SIMONIAN, L. G. T. BAPTISTA, E. R. (Orgs.). Coleção Formação Regional da Amazônia; vol. 3. Belém: NAEA, 2015. Cap. 3, p. 113-176.

SILVA, Olavo Fagundes da. **Aportes para o desenvolvimento do turismo na Vila de Mazagão Velho-AP: mapeamento e sinalização como estratégias de comunicação.** Estação Científica (UNIFAP), v. 1, n. 1, p. 41-55, 2011.

VIDAL, Laurent. **Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico.** São Paulo: Martins, 2008

VIDEIRA, Piedade Lino; VASCONCELOS, José Gerardo. **Experiência museal no distrito de Mazagão Velho-AP: visitação em movimento**. Roteiro, v. 46, 2021.

ESCOBAR, Arturo. **Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization**. Political geography, v. 20, n. 2, p. 139-174, 2001.

CEPAL, N. U. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Celso Furtado. 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961. Cap. IV, cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Org. Ricardo Bielschowsky. Vol 1.

IRVING, M. de A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária**. In: Bartholo, R. SAN SOLO, D.G. BURSXTYN, I. (Orgs.) Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileira. Ministério do Turismo. p. 108-121, 2009.